



SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA MARÍTIMA DO BRASIL

A revista NAVIGATOR é dirigida a professores, pesquisadores e alunos de História e tem como propósito promover e incentivar o debate e a pesquisa sobre temas de História Marítima no meio acadêmico.

As opiniões emitidas em matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

COMANDO DA MARINHA

Almirante de Esquadra Ilques Barbosa Junior

SECRETARIA-GERAL DA MARINHA

Almirante de Esquadra Marcos Silva Rodrigues

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA

Vice-Almirante (RM1) José Carlos Mathias

Departamento de História

Capitão de Mar e Guerra Pierre Paulo da Cunha Castro

Departamento de Publicações e Divulgação

Capitão de Fragata (T) Ericson Castro de Santana

REVISTA NAVIGATOR

www.revistanavigator.com.br

Editora Serviço de Documentação da Marinha

Departamento de Publicações e Divulgação

Ilha das Cobras s/nº – Centro

20091-000 – Rio de Janeiro – RJ

Tels.: (21) 2104-6852 / 2104-5492

Tiragem: 1.500 exemplares

NAVIGATOR	RIO DE JANEIRO	N.31 V.16	p. 160	2020
------------------	-----------------------	------------------	---------------	-------------

CONSELHO EDITORIAL

Anderson de Rieti Santa Clara dos Santos (DPHDM/UFF)
Carlos André Lopes da Silva (DPHDM/IGHMB/LEMP)
Daniel Martins Gusmão (LAAA-UFS)
Francisco Eduardo Alves de Almeida (PPGEM-EGN/IGHMB)
José Miguel Arias Neto (UEL/IGHMB)
Marcello José Gomes Loureiro (EN/IGHMB)
Paulo André Leira Parente (UNIRIO/IGHMB)
Pierre Paulo da Cunha Castro (DPHDM/IGHMB)
Ricardo dos Santos Guimarães (DPHDM/SAB)
Sérgio Willian de Castro Oliveira Filho (DPHDM/CEHIR)
Wagner Luiz Bueno dos Santos (DPHDM/UNIRIO)

CONSELHO CONSULTIVO

José Carlos Mathias (DPHDM/IGHMB)
Armando de Senna Bittencourt (IHGB/IGHMB)
Arno Wehling (IHGB/ABL)
Carlos Celestino Rios e Souza (UFPE)
Cláudio de Carvalho Silveira (UERJ)
Edina Laura Costa Nogueira da Gama (IGHMB)
Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRRJ/ECEME)
Gilson Rambelli (UFS/SAB)
Guilherme de Andrea Frota (IHGB/IGHMB)
Leandro Domingues Duran (UFS/LAAA)
Marcos Guimarães Sanches (UNIRIO)
Maria Cristina Mineiro Scatamacchia (USP)
Miguel Dantas Cruz (ULisboa)
Rodrigo de Oliveira Torres (UDELAR)

INDEXADA POR / INDEXED BY

Latindex
www.latindex.unam.mx
REDIB
www.redib.org
CLASE
www.clase.unam.mx
Diadorim
<http://diadorim.ibict.br>
DOAJ
<http://doaj.org>

A *Revista Navigator*, a partir de 2009, passou a adotar o Acordo Ortográfico de 1990, com base no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, editado pela Academia Brasileira de Letras – Decretos nºs 6.583, 6.584 e 6.585, de 29 de setembro de 2008.

EQUIPE EDITORIAL

Editor

Dr. Sérgio Willian de C. Oliveira Filho

Organização do dossiê

Prof. Dr. Leandro José Clemente Gonçalves

Identidade Visual

Designer Gráfica Edna Costa

Editoração Eletrônica

Designer Gráfica Célia Gutierrez

Designer Gráfica Simone Moretzsohn

Capa

Designer Gráfica Célia Gutierrez

Designer Gráfica Simone Moretzsohn

Revisão

Jornalista Jacir Roberto Guimarães

Jornalista Denise Koracakis

Terceiro-Sargento Raquel dos Santos Ramos

Web Designer

Designer Gráfica Célia Gutierrez

Portal de periódicos da Capes
www.periodicos.capes.gov.br

ICAP-Pergamum
www.pergamum.puc.br/icap

Livre
www.cnen.gov.br/centro-de-informacoes-nucleares/livre

Sumários de Revistas Brasileiras
www.sumarios.org

Web of Science
www.webofknowledge.com

Navigator: Subsídios para a história marítima do Brasil.

– n.1 (jun. 1970) – n.20 (jun.1985) – n.31 (jun. 2020)

Rio de Janeiro: Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, 2005 – il.; 27cm.

Semestral

ISSN 0100-1248

Reedição do periódico de mesmo nome, editado pelo Serviço de Documentação da Marinha em 20 v.

1. Brasil – História Marítima – Periódicos

2. Brasil. Marinha – Periódicos. I. Brasil. Marinha. Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha

II. Título: Subsídios para a história marítima do Brasil

CDD 359.00981

Sumário

- 5 **Apresentação**
- DOSSIÊ OS ESTERTORES DA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA:
MOMENTOS FINAIS E REPERCUSSÕES**
- 7 **Apresentação do Dossiê**
Leandro José Clemente Gonçalves
- 9 **Combate do Passo Guarayo**
Combate del Paso Guarayo
Aldeir Isael Faxina Barros
- 25 **Operaciones Navales en la Campaña de Cordilleras: Expediciones fluviales del
Manduvirá - Yhagüy**
Operações Navais na Campanha das Cordilheiras: Expedições fluviais do Manduvirá - Yhagüy
Luis Fernando Furlan
- 37 **Últimas operaciones fluviales: Fin del antigua Marina Paraguaya**
Últimas operações fluviais: O fim da antiga Marinha Paraguaia
Jaime Enrique Grau Paolini, Eduardo Hirohito Nakayama Rojas
- 52 **A guerra que “não acabou”: as tensões para a manutenção das tropas imperiais
em Assunção (1869-1871)**
The war that “didn’t end”: tensions for maintenance of Imperial troops in Asunción (1869-1871)
Fabio da Silva Pereira, Florence Alencar Moreira e Gustavo de Freitas Araújo
- 65 **Símbolos de memória: desfiles, festas e comemorações no retorno das tropas**
Memory Symbols: parades, festivities and celebrations honoring the return of combatants
Ana Beatriz Ramos de Souza, Marcelo Vieira de Souza Filho e Maristela da Silva Ferreira
- 83 **De General Câmara a Visconde de Pelotas: um militar na política após a Guerra
do Paraguai**
*From General Câmara to Visconde de Pelotas: a military man in politics after the
Paraguayan War*
André Fertig

97

O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativoiro dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes

The end, the beginning and the middle: the seizure of the Marquês de Olinda and the captivity of the first Brazilian prisoners of war from the memories of the survivors
Francisco José Corrêa-Martins

121

O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia

Brazil and the end of the Paraguayan War: notes on military operations and diplomacy
Braz Batista Vas

135

O Direito Internacional na Guerra da Tríplice Aliança: os tratados que selaram a paz

International Law and the Paraguayan War: the treaties which sealed the peace
Barbara Dias Barbosa

ARTIGOS

146

Arruinado, desgastado, corrompido. Os últimos meses do Forte Maurício no Brasil holandês (novembro de 1646-abril de 1647)

Ruiné, usé, corrompu. Les derniers mois du fort Maurice au Brésil-Néerlandais (novembre 1646-avril 1647)
Benjamin Nicolaas Teensma



Guerre du Paraguay: La ville de l'Assomption occupée par l'armée alliée

Desenho ilustrando a cidade de Assunção sob ocupação das forças aliadas em 1869. A imagem foi originalmente publicada no periódico francês 'Le Monde Illustré: journal hebdomadaire', em seu nº 625, na data de 03 de abril de 1869, e pertence ao acervo da Bibliothèque Nationale de France.

Apresentação

Passados 150 anos do término do maior conflito sul-americano da história, suas consequências e repercussões ainda se fazem presentes na vida de mais de 264 milhões de pessoas que atualmente habitam os países que tomaram parte da Guerra da Tríplice Aliança. Em 1870, oficialmente, o conflito se deu por encerrado, contudo, nos anos subsequentes, uma série de disputas e acordos tiveram continuidade entre contendores e aliados. Mesmo que por muitas vezes despercebida, tal guerra continua a fazer parte do cotidiano de brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios, em suas formações econômicas, sociais, políticas e culturais. Sujeitos e eventos do referido conflito se fazem presentes em logradouros públicos, nomes de cidades, monumentos, cerimônias civis e militares, práticas cotidianas e modos de perceber o outro. Nesse sentido, o Número 31 da revista *NAVIGATOR* traz o dossiê “Os estertores da Guerra da Tríplice Aliança: momentos finais e repercussões”, organizado pelo Prof. Dr. Leandro José Clemente Gonçalves (IFSP-VTP). Tal dossiê, constituído por nove artigos de autores de três nacionalidades (Brasil, Paraguai e Argentina), traz abordagens sobre os anos finais da guerra e alguns de seus desdobramentos políticos, diplomáticos e sociais para as nações envolvidas e suas populações.

Na Seção Artigos, o presente número traz ao público o texto do Prof. Dr. Benjamin Nicolaas Teensma (Universidade de Leiden), intitulado “Arruinado, desgastado, corrompido: os últimos meses do Forte Maurício no Brasil holandês (novembro de 1646-abril de 1647)”; nele o pesquisador holandês, com base em documentação holandesa, sobretudo cartas trocadas entre os agentes da Companhia das Índias Ocidentais (WIC), disponíveis no Arquivo Nacional de Haia, se debruça sobre as adversidades enfrentadas pelas forças militares da WIC durante os últimos meses de operação do Forte Maurício no Brasil, entre 1646 e 1647.

Desejamos uma excelente leitura a todos!

O EDITOR

Dossiê Os estertores da Guerra da Tríplice Aliança: momentos finais e repercussões

Aldeir Isael Faxina Barros

Luis Fernando Furlan

Jaime Henrique Grau Paolini
Eduardo Hirobito Nakayama Rojas

Fabio da Silva Pereira
Florence Alencar Moreira
Gustavo de Freitas Araújo

Ana Beatriz Ramos de Souza
Marcelo Vieira de Souza Filho
Maristela da Silva Ferreira

André Fertig

Francisco José Corrêa-Martins

Braz Batista Vas

Bárbara Dias Barbosa

Apresentação do Dossiê

Leandro José Clemente Gonçalves

Professor EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Votuporanga. Doutor em História pela UNESP-Franca.

O presente dossiê, referente ao sesquicentenário do final da Guerra da Tríplice Aliança, é de suma importância por trazer à tona reflexões inovadoras acerca daquele conflito numa tão importante efeméride. As preocupações centrais aqui foram preservar o rigor científico e a diversidade historiográfica. Para tanto, este dossiê conta com a presença de historiadores(as) independentes ou ligados às mais diversas instituições de ensino superior no Brasil e no exterior, e juristas, tratando de temas os mais variados, como tática, estratégia, logística, direito internacional, antropologia, historiografia, tecnologia (naval e terrestre, civil ou de emprego mais propriamente militar).

Os dois primeiros artigos tratam do mesmo tema (o combate do Passo Guarayo, ou expedição de Manduvirá-Yhagui), de Aldeir Faxina, pesquisador autônomo dedicado ao estudo da Guerra da Tríplice Aliança, e Luis Fernando Furlan, professor do Liceo Naval Militar “Almirante Guillermo Brown” e da Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES), nos mostram como um mesmo episódio, revelador da coragem extrema e da engenhosidade de paraguaios e brasileiros, pode receber tratamentos diversos por diferentes pesquisadores. O artigo seguinte, compondo, aproximadamente, um bloco com os dois anteriores, por focar também em questões de ordem mais relativa ao combate naval/fluvial, escrito a quatro mãos pelos historiadores Eduardo Nakayama e Jaime Grau Paolini, nos apresenta as últimas operações da Marinha paraguaia na guerra a partir da recuperação do *Paraguari*, nave adaptada pela Marinha paraguaia para o conflito de 1864-1870, presente na célebre Batalha do Riachuelo, na qual foi danificada, sendo posteriormente recuperada pelos paraguaios e recolocada em serviço até 1869, quando foi finalmente afundada para que não caísse em mãos brasileiras. Um artigo especialmente interessante por nos revelar como as

autoridades políticas contemporâneas podem ser descuidadas e/ou desinteressadas com a sorte ou a preservação do patrimônio histórico.

Constituindo um segundo bloco, temos uma sequência de brilhantes artigos que tratam de questões como as tensões próprias ocasionadas pela presença de Forças brasileiras de ocupação em território paraguaio no pós-guerra e o preparo dos festejos pelo final da guerra no artigo "A Guerra que "Não Acabou": as tensões para a manutenção das tropas imperiais em Assunção (1869-1871)", de Fábio da Silva Pereira, Florence Alencar Moreira e Gustavo de Freitas Araújo; a simbologia e as comemorações do conflito ao final deste; bem como o esforço em prol do esquecimento de determinados fatos e situações consideradas desconfortáveis pelo Império no artigo, também escrito a seis mãos, "Símbolos de memória: desfiles, festas e comemorações no retorno das tropas", de Ana Beatriz Ramos de Souza, Marcelo Vieira de Souza Filho e Maristela da Silva Ferreira. No artigo "De General Câmara a Visconde de Pelotas: um Militar na Política após a Guerra do Paraguai", o Professor André Fertig, da UFSM, apresenta ao público uma discussão sobre a participação de ex-comandantes militares brasileiros na política imperial do pós-guerra, revelando o envolvimento destes na ordem patrimonialista e com a prática do apadrinhamento político, a partir do estudo de vasta correspondência (impressionantes 299 cartas!) do General José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas. Na sequência, o professor da UFRRJ, Francisco José Corrêa-Martins, reconstitui, em "O Fim, o Início e o Meio: o Apresamento do *Marquês de Olinda* e o Cativo dos Primeiros Prisioneiros de Guerra Brasileiros a Partir das Memórias dos Sobreviventes", a desesperada luta dos prisioneiros de guerra brasileiros pela sobrevivência, a partir da análise das pouco conhecidas memórias dos remanescentes do Navio *Marquês de Olinda*, apresado pela Armada paraguaia no início das hostilidades, em 1864. O professor Braz Batista Vas, da UFTO, em "O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia", reconstitui episódios relativos às tratativas diplomáticas para o encerramento do conflito, ainda durante o comando militar do Conde D'Eu (1869-1870). Por fim, mas não menos importante ou interessante, e ligando-se ao artigo anterior, a pesquisadora Bárbara Dias Barbosa, em "O Direito Internacional na Guerra da Tríplice Aliança: os Tratados que Selaram a Paz", mostra as tratativas diplomáticas e jurídicas que levaram ao desenho geopolítico do atual Prata, desde os acordos resultantes da intervenção de 1851 no Uruguai, passando, em sequência, pelo Tratado da Tríplice Aliança e seu descumprimento pelo Império, que selou uma paz em separado de seus aliados, Argentina e Uruguai, com o Paraguai, chegando até o traço final sobre as fronteiras entre Paraguai e Argentina, em 1876, mostrando que a diplomacia, fazendo uso do Direito Internacional, foi a grande responsável pela formatação do atual Cone Sul nos momentos finais da guerra e nos anos seguintes ao conflito.

Cumprido, por fim, agradecer imensamente aos autores e autoras dos artigos aqui presentes por compartilharem com o público leitor e outros tantos pesquisadores suas pesquisas e aos esforços da equipe de oficiais, praças e pesquisadores da DPHDM, especialmente à equipe organizadora da Revista NAVIGATOR na figura de seu editor, o Capitão-Tenente e Doutor em História Sérgio Oliveira Filho, para que este dossiê se tornasse um fato concreto. Sem seu trabalho dedicado e atento nada disso seria possível!

Combate do Passo Guarayo*

Combate del Paso Guarayo

Aldeir Isael Faxina Barros

Pesquisador autônomo que se dedica aos estudos sobre a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, mais especificamente no tocante à guerra fluvial. Possui publicações em eventos regionais, internacionais e periódicos ligados à temática.

RESUMO

Visando neutralizar a Marinha paraguaia, foram efetuadas, no decorrer do ano de 1869, três expedições fluviais para destruir ou tomar os navios restantes dessa Armada, que estavam postados no Rio Manduvirá. Neste rio e em seu afluente Yhaguí, encetou-se o último embate direto entre a Marinha Imperial Brasileira e forças consideráveis paraguaias, sendo o objeto de estudo deste trabalho pormenorizar e analisar os fatos que ocorreram no combate que se deu durante a retirada da Flotilha Imperial, onde durante o segundo intento de destruição das naves paraguaias, no Rio Yhaguí, ocorreu um renhido combate entre a Esquadilha expedicionária e Forças Terrestres paraguaias, que tentavam embargar-lhes a passagem, com o intuito de abordar as belonaves imperiais em um ponto denominado Passo Guarayo, local que acabou por dar nome a este combate. O insucesso obtido por parte das tropas paraguaias pode ser atribuído principalmente às discordâncias na cadeia de comando local, que não se aproveitou de todas as oportunidades que o terreno propiciava.

PALAVRAS-CHAVE: Abordagem naval; Manduvirá; Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

ABSTRACT

Con el fin de neutralizar a la Marina Paraguaya, se efectuaron, en el transcurso del año 1869, tres expediciones fluviales para destruir o tomar los barcos restantes de esa Armada, que estaban ubicados en el Río Manduvirá. En este río y en su afluente, Yhaguí, se inició el último embate directo entre la Marina Imperial Brasileña y fuerzas considerables paraguayas, siendo el objeto de estudio de este trabajo, detallar y analizar los hechos que ocurrieron en el combate que se produjo durante la retirada La flotilla imperial, donde durante el segundo intento de destrucción de las naves paraguayas, en el Río Yhaguí, ocurrió un riñido combate entre la escuadrilla expedicionaria y fuerzas terrestres paraguayas, que intentaban embargarles el paso, con el propósito de abordar las belonaves imperiales en un punto que se llamaba Paso Guarayo, lugar que acabó por dar nombre a este combate. El fracaso obtenido por parte de las tropas paraguayas puede ser atribuido principalmente debido a las discordancias en la cadena de mando local, que no se aprovechó de todas las oportunidades que el terreno propiciaba.

PALABRAS CLAVE: Abordaje naval; Manduvirá; Guerra de la Triple Alianza contra el Paraguay.

*Artigo recebido em 29 de janeiro de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 9-24 – 2020.

INTRODUÇÃO

Após a rendição da fortaleza de Angostura, uma Esquadilha foi formada com o intuito de levar parte do Exército aliado para se apossar da capital paraguaia, Assunção. Um destacamento partiu por terra visando o mesmo objetivo. A cidade se encontrava deserta, posteriormente se transformou em base das operações que se desenrolaram na região das cordilheiras. A Marinha Imperial Brasileira foi incumbida de neutralizar o restante da Esquadra inimiga que, segundo depoimentos colhidos de desertores e prisioneiros, havia rumado para o Rio Manduvirá, situado ao norte da cidade de Assunção na margem esquerda do Rio Paraguai.

A Esquadra em operações, que nesse período ainda estava sob o comando do Vice-Almirante Joaquim José Ignácio (Visconde de Inhaúma), foi informada que, dias após a tomada da capital, um vapor paraguaio desceu até às proximidades de Assunção em missão de reconhecimento. Diante dessa situação, alguns navios foram enviados para a foz do Rio Manduvirá com a missão de bloquear a saída de qualquer embarcação, evitando assim uma possível surtida da Esquadra paraguaia, como, por exemplo, uma tentativa de abordagem.

Para neutralizar tal ameaça, foi confiada a Delfim Carlos de Carvalho (Barão da Passagem) uma Esquadilha formada por cinco monitores, o Encouraçado *Bahia* e as Canhoneiras *Ivaí* e *Mearim*. No dia 6 de janeiro de 1869, só os monitores entraram no rio, por ser praticamente impossível entrar as outras embarcações.

O Barão da Passagem tomou o Monitor *Santa Catarina* como capitânia e investiu o canal sinuoso e com densa mata ciliar que recaía sobre o leito do rio. Os navios paraguaios logo foram avistados ao longe, mas as inúmeras voltas do rio fizeram com que as embarcações só depois de muitas horas de navegação chegassem a esse local, quando as naves inimigas já tinham se

adiantado muito. Obstáculos foram deixados pelo caminho pelos retirantes, que afundaram vapores, reboques, canoas e tudo o que estorvava a marcha.

No dia seguinte (7), a Esquadra paraguaia tomou um afluente do Rio Manduvirá (Arroio Yhaguí¹, que do Guaraní significa: “rio que corre sob as sombras” devido, provavelmente, à densa floresta presente em suas margens), ainda mais estreito e sinuoso. O Barão da Passagem avançou com seus navios até encontrar o Vapor *Paraguari* a pique, de modo transversal ao canal do rio, impedindo a navegação. Assim, a Esquadilha Imperial retornou à foz do Manduvirá e logo em seguida à Assunção. Ao todo foram três expedições navais com o intuito de destruir ou apresiar a Esquadra paraguaia, sendo a mesma destruída por seus próprios marinheiros quando da aproximação do Exército aliado próximo à Cidade de Caraguatay.

SEGUNDA INCURSÃO NAVAL

Após a saída do Marquês de Caxias e do Visconde de Inhaúma, o Conde D’Eu e o Chefe de Esquadra Elisário Antônio dos Santos assumiram seus respectivos cargos. Devido uma extraordinária cheia dos rios, provocada pelo regime de chuvas, se planejou uma nova incursão pelo Rio Manduvirá. Para tal, o chefe de esquadra notificou o comandante da 1ª divisão, Victorio José Barbosa da Lomba, sobre a nova incursão em caça aos vapores inimigos. Foi escolhido para a chefia da Esquadilha o comandante do Encouraçado *Colombo*, o Capitão de Fragata (CF) Jerônimo Francisco Gonçalves que, com a Corveta *Belmonte*, bloqueava a foz do Manduvirá.

Em 2 de abril de 1869, por determinação superior, foi dado início aos preparativos da nova incursão em busca dos vapores. Em torno do *Colombo* se acercaram três lanchas a vapor para que recebessem suprimentos e materiais, dentre estes “um canhão de 12 libras na Lancha *João das Botas*” (GONÇALVES, 1942, p. 476). “A 6 de abril já estavam

em andamento os preparativos, pernoitando o Chefe (Gonçalves) no Monitor *Santa Catarina*, a fim de observar melhor os aprestos e a disciplina” (GONÇALVES, 1942, p. 475-476). Os Monitores *Ceará* e *Piauí* também foram devidamente preparados.

A Esquadilha estava composta pelos Monitores *Santa Catarina* (capitânia) comandado pelo Primeiro-Tenente Antônio Severiano Nunes rebocando a Lancha a vapor *Couto* (guarnecida pelos marinheiros do Encouraçado *Colombo*); *Piauí*, comandado pelo Primeiro-Tenente Carlos Balthazar da Silveira; *Ceará*, comandado pelo Primeiro-Tenente Antônio Machado Dutra; e mais as lanchas a vapor *João das Botas*, comandada pelo Primeiro-Tenente Gregório Ferreira de Paiva, e *Jansen Muller*, sob o comando do Segundo-Tenente Affonso Augusto Rodrigues de Vasconcellos.

A entrada da Esquadilha ocorreu no dia 18 de abril de 1869, às 6 horas, onde, segundo Carlos Balthazar da Silveira, na época comandante do Monitor *Piauí*: “corríamos para o desconhecido; navegávamos em um rio (se assim lhe podemos chamar) em que os nossos práticos (Thomaz Almuri, Araújo e Bernardino Gustavino) nunca haviam entrado e nunca tinham ouvido mencionar” (SILVEIRA, 1900, p. 71). A ordem de marcha seguiu a descrição dos navios supracitada. Sobre as condições de navegação, o Visconde de Ouro Preto mencionou que “as múltiplas sinuosidades do rio e arroios, tantas e tais que ainda na tarde do dia 20, depois de mais de um dia de viagem de sol a sol, do alto dos mastros da *Araguari* (capitânia de Lomba – há certa discordância entre as fontes, sendo que algumas mencionam ser a *Araguai*, o que é mais provável) se via, por entre a vegetação da margem, os monitores e depois a fumaça (expelida) das chaminés” (FIGUEIREDO, 1981, p. 405).

As dificuldades da navegação em tal rio ficaram explícitas no relato de Silveira (1900, p. 71): “a sua largura era tal que parávamos

constantemente as machinas, para cotar galhos de árvore que ameaçavam derrubar as chaminés, e os mais baixos arrancavam os ferros dos toldos e as respectivas castanhas de um e de outro bordo”. Além da vegetação, sinuosidade do canal, bancos de areia e pequena profundidade, obstáculos submersos faziam com que os monitores “de quando em quando encalhavam com a proa ficando ella presa entre grossos troncos de árvores” (SILVEIRA, 1900).

Na parte oficial do Comandante Gonçalves se encontra que “desde o dia 21, fomos acompanhados por força de cavalaria [...]. Depois soube-se ser o 7^o (regimento?) com um pessoal de 700 a 800 praças” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Quando os navios fundeavam à noite, eram cuidadosamente vigiados, segundo Bormann (1987, p. 15), os paraguaios “não os hostilizaram na ida, na esperança de conseguirem cortar-lhes a retaguarda e de massacrar as guarnições completamente na retirada”. O que é crível, ao se analisar os fatos posteriores.

Silveira (1900) mencionou que, “pela margem esquerda do rio, éramos acompanhados por um piquete de cavalaria, que ora sumia-se para aparecer mais longe, e ora aproximava-se para melhor reconhecer os nossos movimentos”. O modo como a Esquadilha avançava era o seguinte: “navegávamos com a claridade do dia e ao escurecer amarrávamos os monitores a grossas árvores da margem direita, de forma a podermos passar de um para o outro e nos defendermos reciprocamente, no caso de um assalto” (SILVEIRA, 1900, p. 72). Apesar dessas medidas, houve uma tentativa de abordagem na quinta noite de viagem (dia 22), que foi repelida, como informou o mesmo autor, sem acrescentar pormenores.

No dia 25, os navios se depararam em um passo² do rio com um grupo de pessoas, na maioria mulheres, atravessando da margem direita para a margem esquerda. Gonçalves ordenou içar bandeira branca, mas

o grupo fugiu. Nesse mesmo dia, a flotilha deteve sua marcha às 16h, devido não haver mais água para os monitores. “Este rio (Yhaguí) é muito pouco profundo; apenas uma a uma e meia braças. Não podemos seguir mais por ter o *Santa Catarina* tocado a proa, encostado na curva do rio a EB (estibordo) em dois pés de água, apesar de se haverem cortado as árvores em que tocava com a popa” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869).

Nos navios “começavam a manifestar-se [...] grandes faltas, tais como de azeite (para iluminação), carvão, graxa e mantimentos” (TAUNAY, 1926, p. 27). Além disso, a Flotilha necessitava de “um maquinista em substituição ao do *Piauí*, que morrera afogado, e três foguistas” (JORNAL DO COMMERCIO, 26/05/1869). Segundo a parte oficial de Gonçalves, no início do dia 25 foi ordenado que as Lanchas *Jansen Müller* e *João das Botas* fossem expedidas³ para a foz do Manduvirá com um ofício relatando a situação da Esquadilha e solicitando suprimentos, pessoal e uma ordem do Chefe Lomba para, se necessário, se retirarem, visto que não o faria sem expresso consentimento do mesmo. Contava Gonçalves que essas provisões chegariam no dia 29, para então empreender continuidade à perseguição dos navios, se o nível das águas do rio assim permitisse.

Gonçalves relatou ainda que desde a véspera (24) já se avistava a Vila de Caraguatay e os mastros dos seis vapores paraguaios, “estes encahados, escorados e adernados” (GONÇALVES, 1942, p. 476). A distância do ponto onde a Esquadilha foi forçada a estacionar até onde se encontravam os navios inimigos, em linha reta, distava cerca de duas milhas⁴ e cerca de cinco milhas da Vila de Caraguatay, segundo Gonçalves. Balthazar da Silveira assim relatou: “fundemos, e por conselho de um *paraguayo* que estava a bordo do *Santa Catharina*, fomos na lancha sondar um passo que distava uns cem metros de nós. Ahi achamos quatro pés e meio de água e os monitores calavam seis; como prosseguir?” (SILVEIRA, 1900, p. 72).

DESCIDA DA ESQUADRILHA

Gonçalves, em sua parte oficial, relatou que o rio já havia baixado duas braças até o dia 25. Temendo não poder retroceder se permanecesse no ponto mais um dia, resolveu volver a um passo do rio, que havia observado pela manhã, local em que “demos fundo às 6 horas da tarde em um lugar que servira de passagem a muitas famílias e onde esperara os dois monitores que se tinham um pouco atrasado⁵” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Segundo a parte oficial, era possível visualizar a Vila de Caraguatay e alguns mastros dos vapores, mas não podiam ser hostilizados por estarem muito distantes. Além da distância, “a floresta impediu o tiro” (GONÇALVES, 1942, p. 476).

Desse ponto (passo do rio), Gonçalves planejava esperar os recursos pedidos e a ordem de seu superior quanto à continuidade da missão. Porém, durante a noite do dia 25 se ouviu sem cessar o trabalhar de machados e a derrubada de árvores abaixo de sua divisão. Devido a isso, na madrugada do dia 26 iniciaram a descida. Gonçalves:

Resolvi a 26, contra toda minha expectativa, descer o rio por presumir que o inimigo tentava cortar-nos a retaguarda, como também para tomar posse do Passo Gonzales, único ponto de passagem de gado neste rio [...]. Esse passo é de vão quando o rio baixa e a grandes currais em ambas as margens (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869, p. 1).

A ordem de descida, devido à estreiteza do Arroio Yhaguí, não podia ser outra, senão, “o *Santa Catharina*, que subiu na vanguarda, passou para a retaguarda, o *Piauhy* no centro e o *Ceará* que era retaguarda passou para a vanguarda” (SILVEIRA, 1900, p. 73).

Antes de chegar ao passo Gonzales, a Esquadilha se deparou com uma obstrução fluvial, de uma sequência de três, disposta

em meio ao canal do Rio Yhaguí, fora as inúmeras e possantes árvores derrubadas em diversas partes do percurso. Gonçalves: “pouco antes de chegar ai (passo Gonzales) encontramos o rio com grandes árvores cortadas e lançadas no seu leito, o que fora praticado pelos inimigos com o fim de cortar-nos a retaguarda” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Silveira (1900, p. 73) explica que “de machado em punho, abrimos caminho e aproveitávamos a lenha, sem sofrermos a menor hostilidade”.

Em parte mais detalhada, observa-se a dimensão desta primeira obstrução: “encontramos em ambas as margens cortadas grossas árvores e por espaço de cinco braças consecutivas, a fim de entupir o rio e prender-nos. Era trabalho de uma noite executado por muitos paraguaios. Passamos a tempo e salvos porque os interrompemos de madrugada” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/05/1869). No dia 26, durante a noite, “o *Santa Catarina* deu um tiro de artilharia e fez bastante fogo de fuzilaria, sendo este acompanhado pelos outros dois monitores, a diversos paraguaios que durante a toda a noite nos observavam, até vindo um escondido por trás da anca de um boi” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Devido ao assédio por parte do inimigo, foi ordenado que a Esquadilha descesse novamente o rio.

No dia seguinte (27) suspendemos donde déramos fundo na véspera às 6 horas e 30 minutos da tarde, e navegamos rio abaixo com a maior presteza que nos foi possível, a fim de obstar outra tentativa por parte do inimigo, mas era tão estreito, e com grandes árvores, muitas vezes em ambas (as margens), que já não nos foi possível passar sem obstáculos (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869, p. 1).

Continuando a navegação, a Esquadilha se deparou com novo arranjo de obstrução:

“noutro ponto encontramos enormes vigas atadas umas as outras com fortes guascas (tiras de couro), e trincheiras em ambas as margens” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/05/1869). Sobre esse segundo ponto defensivo, Gonçalves informou que “às 11 horas e 10 minutos da manhã encontramos o rio obstruído com vigas de lado a lado e arvoredos imensos no seu leito, tudo muito bem amarrado, com guascas e cipós por toda a parte para neutralizar o movimento dos hélices, e trincheiras na margem esquerda” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869).

Os obstáculos foram transpostos “sempre a ouvir golpes de machado!” (JORNAL DO COMMERCIO, 13/05/1869). Ao Monitor *Ceará* coube o trabalho de desobstrução do canal, efetuado a machadinha por sua guarnição, sendo “preciso passar com toda a cautela e mandar a terra um espia (observador) que, chegando à trincheira⁶, ainda encontrara vestígios de que o inimigo saíra do lugar pouco antes” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Com esses obstáculos, segundo Jourdan (1890, p. 188), “buscava o inimigo fazer-nos perder tempo”. Os navios seguiram viagem e fundearam às 19 horas. No dia seguinte (28), continuaram a descer o rio logo pela manhã.

TENTATIVA DE ABORDAGEM AO COMBOIO

As duas lanchas, expedidas na manhã do dia 25, desceram até a foz pondo-se em comunicação com o Chefe de Divisão Lomba e solicitando as requisições feitas por Gonçalves. Chegaram à foz no mesmo dia 25.⁷ No dia seguinte, o Aviso de Guerra *Voluntário da Pátria*⁸ desceu até Assunção para buscar os recursos. “A 26 veio a Assunção o Vapor *Voluntário*, com o ofício do CF Gonçalves, comandante da Flotilha no Manduvirá [...] e subiu no mesmo dia com tudo quanto era necessário aos monitores” (DIARIO DE PERNAMBUCO, 09/06/1869). O *Voluntário da Pátria* se reuniu às duas lanchas e subiram o rio no dia 27, possivelmente pela manhã.

No caminho (provavelmente no início da manhã do dia 28), o comboio foi surpreendido no Rio Yhaguí em um local denominado Passo Guarayo⁹, onde se estava construindo uma fortificação. As embarcações lograram passar as defesas do ponto, pois, segundo a parte oficial de Gonçalves, o rio ainda não estava obstruído e nem a bateria de artilharia estava pronta, porém as embarcações sofreram uma tentativa de abordagem por ao menos duas canoas. É importante citar que, em suas memórias, Romualdo Nuñez não cita a descida das embarcações, podendo-se deduzir que, quando as duas lanchas passaram por Guarayo em direção à foz, as tropas paraguaias ainda não estavam presentes no ponto com o intuito de fortificar o passo.

Os comandantes da posição eram o Major Montiel, que detinha comando sobre o 7^o Regimento de Cavalaria, e o CF Romualdo Nuñez, a mando do Batalhão de Marinha formado pelos marinheiros desembarcados dos vapores nacionais paraguaios. Nuñez se expressou da seguinte maneira sobre o episódio da subida do comboio: “subiu uma lancha a vapor até os monitores, a qual tentaram capturar com canoas. O tiro saiu pela culatra. O inimigo capturou o Alferes Victoriano (Victorino?) Escato, o Tenente Ángel Fernanadez e o Sargento Martínez” (SAGUIER & MARSAL, 2008). Os prisioneiros, conforme o *Diário do Exército*, foram feitos logo após o combate de Guarayo e não na subida das lanchas. Há aqui uma discordância entre as fontes, pois, ao que tudo indica, na subida do comboio, Nuñez ainda estava presente no ponto.

Na tarde do dia 28, por volta das 14 horas, o comboio encontrou com a Esquadilha informando sobre a existência de um ponto onde defesas estavam sendo construídas e que foi hostilizado com disparos de armas de fogo, resultando em ferimentos em um maquinista e alguns marinheiros, e uma tentativa de abordagem. O CF Gonçalves em sua parte oficial mencionou sobre o dia 28:

Continuamos águas abaixo com mais presteza ainda, para ver se podíamos passar o Porto Guarayo com dia, por quanto já me era ciente que as duas lanchas e o *Voluntário* foram hostilizados nesse ponto por infantaria, com tentativa de abordagem, segundo a parte que me deu o comandante do comboio o 1^o Tenente Gregório Ferreira de Paiva, mas não nos foi possível, tivemos de dar fundo às 07 horas e 45 minutos da noite (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869, p. 1).

COMBATE EM PASSO GUARAYO

Assim que o Marechal Presidente Francisco Solano López soube da nova incursão de monitores no Rio Manduvirá, enviou o CF Romualdo Nuñez a mando do Batalhão de Marinha com instruções de se reunirem ao “regimento de cavalaria (Acá Morotí?) que às ordens do Major Montiel explorava a costa do (rio) Yaguí e de obstruir o Passo Guarayo, ou qualquer outro bastante estreito, a fim de impedir o regresso dos navios inimigos” (CENTURIÓN, 1897, p. 18). A força de cavalaria que observava as embarcações durante toda a digressão da Esquadilha se compunha, provavelmente, de parte do regimento a mando do Major Montiel. Tal atividade servia para gerar uma cadeia de informações sobre a posição e as atividades dos navios durante a expedição. Nuñez relatou que:

Em abril, (o marechal) teve conhecimento que três monitores brasileiros subiram o Yhaguí, até em frente à Caraguatay, e me despachou com meu batalhão para interceptar o passo em seu regresso. Marchamos até aquele ponto, perguntando aos moradores da região o lugar mais acessível para a passagem do rio, todos nos desenganavam ao dizer-nos que não conheciam, devido ao fato de o rio estar muito crescido e ter saído do seu

canal normal mais de uma légua (SAGUIER & MARSAL, 2008, p. 55).

Núñez acampou com suas tropas no local denominado “Compañía Alfonso”, enviando um alferes com dez soldados portando machados e cordas para verificarem a condição atual do rio. A exploração resultou na confirmação das notícias recebidas dos civis, o rio se encontrava com o nível das águas muito elevado e por se localizar em uma região praticamente plana, as águas se estendiam por uma grande extensão territorial fora de seu curso normal. Enquanto Nuñez planejava o que fazer, um ajudante de campo do marechal apareceu com ordens para que “transpusesse o rio em um ponto chamado Garayo, onde se achava o Major Montiel, da Cavalaria, com instruções idênticas às minhas” (SAGUIER & MARSAL, 2008).

O Batalhão de Marinha então se deslocou para a posição ordenada, chegando ao local, “explorei o lugar, encontrando na margem do rio um córrego com pedras soltas, que com facilidade poderiam ser atiradas (ao canal) para interceptar o passo dos monitores” (SAGUIER & MARSAL, 2008). Contudo, o Major Montiel não levou em consideração essa ideia e agiu do seu modo: “recorre às carretas (carros de boi) dos moradores da zona e as atira ao canal, que era estreito; acreditando assim fechar o passo as naves inimigas, dando conta ao Marechal que eu nada fazia e que os encouraçados “*estaban ya encerrados*”” (SAGUIER & MARSAL, 2008).

Pela madrugada do dia 29, a Esquadilha, composta pelos três monitores, três lanchas a vapor e o *Voluntário da Pátria*, começou novamente a descer o rio em direção às defesas de Guarayo. A Lancha *Jansen Müller* servia de exploradora.

Antes da Esquadilha chegar à bateria, os paraguaios fizeram esforços para lançar dois torpedos (minas navais) na Lancha *Jansen Müller*, em que ia o 2º

Tenente Vasconcellos reconhecer a flutuação de uma viga; este percebe os torpedos, dá sinal ao *Ceará*, que lhe vinha nas águas, e, descobrindo a bateria sobre o rio, sobe a dar aviso à Flotilha, que investe com rapidez todos estes obstáculos (COSTA, 1870, p. 240).

O primeiro obstáculo encontrado pela lancha foi uma possante viga de madeira atravessada no canal. No momento em que foi verificar sua flutuabilidade, foram lançados dois torpedos (minas navais) em sua direção, através de cabos amarrados nas margens, mas não explodiram. Após o combate, um terceiro torpedo foi encontrado em terra, provavelmente não foi colocado no canal por falta de tempo. No *Jornal do Commercio* (13/05/1869) foi registrada a descrição dos mesmos: “torpedos em número de três, dos quais um com cinco arrobas de pólvora e uma bala oca enorme”.

Pereira da Costa (1870, p. 240) descreveu que “a Esquadilha teve de forçar esse passo, já fortificado com uma bateria à barbete de duas peças de campanha, boas trincheiras para fuzilaria em ambas as margens, guarnecidas de 1.100 homens, 900 na margem esquerda e cerca de 200 na outra”. Fora isso, havia abaixo do ponto fortificado “de margem a margem, sobre o rio, três cabos de manilha de grossa bitola, dando volta em grossas árvores, uma grande árvore estendida de lado a lado e várias carretas cheias de pedras no leito do rio” (GONÇALVES, 1942, p. 477).

Gonçalves corrobora o número de soldados inimigos. Sobre as defesas abaixo da bateria: “o rio estava obstruído com grandes árvores, uma amarreta (corrente?¹⁰), três cabos de manilha, cinco carretas atravessadas, vigas por cima delas, pedras, galhos, cipós, etc.” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). O objetivo de lançar ao rio tamanha quantidade de cipós e ramalhada era deter o movimento das hélices das embarcações, sendo os materiais tragados pelo movimento circular.

Sobre o primeiro choque da Esquadriha com a posição fortificada:

O navio chefe, o *Santa Catarina*, atravessou-se no rio e os dois outros continuaram a descer. Foi iniciado o fogo: os canhões despejavam lanternetas (tipo de metralha alojada em recipiente metálico cilíndrico) e a fuzilaria certaíra atirava sobre os inimigos, produzindo o pânico e a derrota entre os adversários (GONÇALVES, 1942, p. 477).

A Esquadriha se aproximou cautelosa “ancorando em frente à Guarayo, lançando bombas e metralhas sobre nossas forças, conseguindo ferir e matar a vários” (SAGUIER & MARSAL, 2008). O Monitor *Ceará* tomou a dianteira, os outros navios guardaram distância conveniente para não embarçar o monitor que deveria romper os obstáculos dispostos à frente. Bormann (1897, p. 17) escreveu: “os canhões e a fuzilaria do inimigo, os seus alaridos, e vivas como saudando a vitória que julgam infalível, formam um verdadeiro contraste com a mudez da Esquadriha”. O monitor avançou para romper as defesas:

Ainda é o *Ceará* que abre caminho; avança a todo vapor, estaca por momentos pela resistência dos cabos, rompe-os, porém, corta com seu choque as ramas enredadas e mais abaixo espera sobre rodas seus companheiros de penosa viagem. Esses, debaixo de fuzilaria, não se fazem esperados (TAUNAY, 1926, p. 38-39).

As partes oficiais da Armada aludem a maiores dificuldades: “ao *Ceará* coube a fortuna de ir na frente e ser o primeiro que esbarra-se nas correntes e outros daqueles embarços, sofrendo todavia o desgosto de ver estacado pelos viradores (cabos gros-

sos) que lhe obstam o trabalho dos hélices; tenta cortá-los e o consegue” (JORNAL DO COMMERCIO, 26/05/1869).

Silveira (1900, p. 74), como testemunha ocular, escreveu que “o *Ceará* arreventou o cabo de manilha e cahio aguas abaixo meio desgovernado por terem-se enrolado em suas hélices pedaços desse cabo”. Segundo o relato de Figueiredo (1981, p. 407), o corte dos cabos foi efetuado pela Marinhagem do monitor sob “vivo fogo, desfechado não só das baterias e trincheiras como dos galhos das árvores”.

Após o *Ceará* investir às defesas, “aproximam-se os demais barcos e graças aos esforços de todos, combatendo uns, trabalhando outros, removidos os estorvos, é transposto o terrível passo” (FIGUEIREDO, 1981). O segundo monitor sofreu danos no forçamento: “o *Piauí* chocou a grande árvore; partiu uma pá da hélice de boreste, um macho do leme, cuja canna ficou torta” (SILVEIRA, 1900, p. 74). Silveira ainda mencionou que o *Ceará* e o *Piauí* forçaram as defesas, logo em seguida retornaram e ancoraram defronte às trincheiras. Na sequência, “desceu o *Santa Catharina* e fundeou pela nossa proa” (SILVEIRA, 1900). Importante reiterar que tanto o *Ceará* quanto o *Piauí* forçaram as obstruções navegando de popa.

O General paraguaio Francisco Isidoro Resquín citou em sua obra que Nuñez fez todo o possível para deter o passo da Esquadriha, “mas veio uma forte e contínua chuva, crescendo o nível do rio, deixando livre o passo aos encouraçados, que sem perda de tempo empreenderam marcha, baixo os fogos que de terra faziam nossas tropas, sem que lhes causassem dano algum” (RESQUIN, 1942, p. 106). Tal versão é corroborada por Centurión (1897, p. 18), que mencionou que a forte chuva “permitiu aos monitores descer sem dificuldades”.

O *Diário do Exército* informou que durante o dia 28 caía uma incessante chuva. Muito provavelmente tal chuva tenha elevado o nível do rio, facilitando, em parte, o trabalho dos monitores

com o aumento da velocidade da correnteza, impelindo rio abaixo parte da obstrução.

Nuñez não estava presente no momento do combate, mas teve contato com sua tropa de marinheiros posteriormente. Sobre o forçamento das defesas descreveu que os monitores “levantaram com aparelho algumas carretas que estavam submersas no canal, e o deixaram expedito” (SAGUIER & MARSAL, 2008). O que é confirmado, em parte, por Gonçalves: “mandei suspender as carretas e meter o machado em uma delas” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Tal procedimento ocorreu após o desembarque das forças brasileiras e o recuo das forças paraguaias.

Fato curiosamente não mencionado no *Diário do Exército* e pouco relatado sobre as ações no Manduvirá foi a abordagem tentada pela quarta vez durante a guerra a navios encouraçados da Marinha Imperial Brasileira.¹¹ O próprio Diário do Conde D’Eu fornece apenas o relato da chegada das informações no dia 1º de maio, nos seguintes termos: “os vapores de López estão definitivamente encalhados. Um deles tentou cortar o passo dos nossos, mas somente conquistou a perda de cinco prisioneiros e, provavelmente, muitos mortos; enquanto nós só tivemos um vapor encalhado” (SOARES, 2017, p. 90). Tal relato é destoante da historiografia do combate, pois em nenhum momento nos demais escritos foi mencionado que os navios paraguaios estavam operativos, tampouco poderiam oferecer combate.

Bormann (1897, p. 16) escreveu que “em nenhuma outra ocasião o Marechal López alimentou tão robustas esperanças de apoderar-se de navios nossos como então”. George Thompson (1968) relatou em seu livro que a maior ambição do marechal era tomar um ou mais encouraçados. As tentativas de abordagem ocorridas em volta do teatro de operações de Humaitá no ano de 1868 comprovam essa assertiva. Jorge Frederico Masterman (1870, p. 309), em sua obra, escreveu sobre a Flotilha brasileira no Manduvirá:

“nada teria sido mais fácil do que a sua captura ou destruição”.

Figueiredo (1981, p. 407) citou que no meio do combate “dos galhos das árvores, em que se colocaram os inimigos, tão ousados, que dali, deixando-se cair procuravam saltar sobre o convés”. Corroborando, Silveira (1900, p. 74) mencionou que além das defesas físicas de Guarayo “o mais importante era o grande número de Paraguayos semi-nús e de espada em punho trepados nos galhos das arvores a espera que passassem os monitores para cahirem dentro (dos conveses) e toma-los”. Sobre esses soldados e a tentativa de abordagem, o relato deste autor é de fundamental importância para se resgatar aqueles momentos:

Ou fosse o troar dos nossos canhões de 120 (libras) raiados, lançando cada um duas lanternetas sobrepostas e bem assim a nossa certa fuzilaria que os caçava nas árvores; ou fosse o terror que lhes infundiam os encouraçados, o certo é que apareceu o pânico entre eles e começaram a cair dentro d’água e a refugiarem-se na margem esquerda [...].

Parece incrível, mas a verdade é esta: matou-se muitos paraguayos com remos dos escaleres, empunhados e manejados por marinheiros postados nas bordas dos monitores, que desfechavam as pancadas quando por perto passavam, nadando em direção a margem (SILVEIRA, 1900, p. 74-75).

Fora os soldados no meio da ramalhada das frondosas árvores, ao que algumas fontes indicam, uma leva de nadadores investiu sobre os navios. Sobre o combate de abordagem: “o quadro é terrível, porque a cada lufada de metralha os corpos dos nadadores se despedaçam e as águas se enrubescem,

mas os que sobrevivem avançam, avançam sempre, nadando com a faca presa aos dentes, para encontrar mais adiante a morte” (BORMANN, 1879, p. 18). A presença de canoas no local do combate indica a preparação dos obstáculos a serem dispostos no canal, quiçá tenham sido utilizadas na tentativa de abordagem aos navios no momento da descida da Flotilha. Menciona-se que cem soldados paraguaios foram mortos no combate, essa informação foi colhida segundo a “declaração de alguns prisioneiros tomados em uma canoa e que fugiam de um para outro lado do rio, entre esses prisioneiros achavam-se oficiais e um sargento” (GONÇALVES, 1942, p. 477).

Efraim Cardozo (1970, p. 7) abre o relato sobre o mês de maio de 1869 em sua famosa obra *Hace Cien Años* com o título: “*A nado se intenta abordar los monitores que se habian internado em el Manduvira*”. O mesmo lamenta a não conservação do periódico *Estrella*, pois poderia servir de base de dados sobre o fato. O autor cita Juan Emiliano O’Leary, o qual em uma de suas obras deixou escrito que “quando os paraguaios viram frustrados seus sacrifícios (se refere as obstruções no rio), intentam uma louca abordagem, lançando-se a nado sobre os navios imperiais, perecendo quase todos, fulminados pela metralha antes de chegar a eles” (CARDOZO, 1970, p. 7). Também menciona a correspondência do Cônsul Francês M. de Cuverville relatando à sua nação a nova abordagem, a nado, contra navios encouraçados.

Depois de uma luta porfiada, segundo as fontes brasileiras, nenhum paraguaio chegou a subir nos conveses. Os assaltantes restantes se retiraram “aos mergulhos para evitar as pontarias, deixando mais de 100 cadáveres naquele rio estreito, e em superfície muito limitada” (BORMANN, 1879, p. 18). Costa (1870, p. 241) escreveu sobre o fato: “200 homens valentes tentaram abordar os nossos monitores” a nado, “traziam facas afiadíssimas para degolar os brasilei-

ros” (COSTA, 1870). Sobre a derrota sofrida, escreveu Bormann (1879, p. 18): “o Marechal López, em vez de receber em seu quartel-general as cabeças ensanguentadas de nossos valentes marinheiros, teve mais uma vez de ouvir a narração dos detalhes de uma derrota em que perdera mais de 100 dos seus valentes”. Gonçalves calculou que a perda das tropas paraguaias foi de 50 a 100 homens.

No *Diário do Exército* foi relatado que os prisioneiros paraguaios mencionaram a perda do Capitão López (provavelmente o Capitão de Corveta Aniceto López, outrora responsável pelo envio da Frota paraguaia ao Manduvirá, segundo o historiador César L. C. Dominguez.¹² Jourdan (1890) citou, por sua vez, que dentre as perdas inimigas figurou o comandante da força, sem citar maiores informações. Na parte oficial do Chefe de Divisão Lomba, consta que “o capitão (Aniceto López?) foi morto pelo Imperial Marinheiro Belchior dos Reis Mello, como informa o comandante do *Piauí*” (JORNAL DO COMMERCIO, 26/05/1869). Gonçalves citou a “perda do Capitão Lopes, e talvez do Tenente Pereira” (Aniceto López e o Primeiro Tenente de Marinha Toribio Pereira?) (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869).¹³

Após Romualdo Nuñez deixar Guarayo, provavelmente o Major Montiel assumiu o comando de todas as forças, devido ao corpo de marinheiros permanecer no local. Talvez o comando dessa unidade passou ao Capitão de Corveta Aniceto López. Segundo investigação do historiador César L. C. Dominguez, é inexata a informação de que Aniceto López foi morto em Guarayo, devido a sua atuação em batalha ainda na guerra e suas ocupações políticas no pós-guerra na cidade de San Lorenzo em 1870.¹⁴

O CF Nuñez não estava presente no momento do combate por ter sido ordenado que voltasse ao quartel-general. Partiu ao amanhecer do dia 29 “quando iniciaram o bombardeio, eu e meu segundo (em comando), o Tenente González, tínhamos cami-

nhado cerca de meia légua do lugar, rumo a Ascurra, acompanhados de um assessor do Marechal” (SAGUIER & MARSAL, 2008).

Logo que foi “desobstruído o passo sobem de novo os navios e abrem intenso fogo contra as trincheiras” (GONÇALVES, 1942, p. 477). Gonçalves havia ordenado aos navios “seguirem águas acima, e demos fundo mesmo em frente à bateria, fizemos então ao inimigo fogo mortífero de fuzilaria e artilharia que o obrigou a ocultar-se nas suas trincheiras do outro lado do monte” (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869). Costa (1870, p. 240), corroborando, informa que os monitores “ancoraram mesmo defronte do inimigo e principiaram a metralhar ambas as margens”.

Bormann (1879, p. 17) comenta sobre a defesa paraguaia: “os paraguaios respondem com seus dois canhões e cobrem de balas de fuzil aqueles que aparecem no convés”. O correspondente do *Jornal do Commercio* (13/05/1869) menciona o modo que se desenrolou o combate: “os monitores ancoraram mesmo em frente do inimigo a queima-roupa e enquanto um metralhava uma das margens, os dois outros metralhava a outra [...]. O *Piauí* ancorou mesmo em frente da artilharia inimiga e ocupava o centro do combate”.

Um desembarque de 80 praças começou a ser efetuado por meio dos escaleres e lanchas, quando os marinheiros estavam “a meio caminho da bateria tinham cortado alguns paraguaios” (JORNAL DO COMERCIO, 26/05/1869). Ao interrogá-los, soube-se do número de inimigos presentes (1.100 homens)¹⁵, assim, Gonçalves ordena o reembarque imediato de suas tropas e “por ser mui difícil as lanchas vencer um grande banhado para chegar pelos flancos, como pela frente da bateria inimiga, e ainda mais porque o inimigo estava de posse de um pequeno monte, onde se ocultara em sua retaguarda” (JORNAL DO PARÁ, 1869). Sobre o desembarque, Balthazar da Silveira relata o ocorrido logo após recrudescer o tiroteio:

Depois desta victoria quiz Gonçalves dar um assalto as trincheiras e para esse fim reunio 80 praças, e em lanchas, escaleres e chalanas aprisionadas dirigiu-se para a entrada de uma pequena lagoa a retaguarda das trincheiras.

Ali chegando aprisionou uma chalana oculta entre a ramagem, dentro da qual estava o Tenente Lopez, comandante de um dos vapores e ajudante de ordens do Dictador, que lhe disse haver 1.200 homens de infantaria de prontidão e ser uma temeridade inexplicável esse assalto (SILVEIRA, 1900, p. 75).

Com o objetivo de ilustrar o local e parte das ações efetuadas durante o combate do Passo Guarayo, a Figura 1 foi elaborada seguindo os relatos encontrados nas fontes pesquisadas¹⁶, referentes às informações colhidas dos atores participantes do combate e dos escritos secundários sobre o feito.

As forças brasileiras “conseguem aprisionar dois oficiais e três praças¹⁷, cujos nomes são os seguintes: Tenente de Marinha Angelo Fernandes, Alferes Victorino Escato, Sargento Victorino Vasques, Marinheiro Agostinho Ortiz e Soldado de cavalaria Juan Flores” (TAUNAY, 1926, p. 39). Duas canoas também foram apreendidas, segundo Gonçalves. Após o combate, a Esquadilha:

Desceu o rio até sua foz sem mais acidente. A perda que sofreu foi de um único homem¹⁸, tendo somente seis feridos, entre os quais o bravo maquinista Júlio Raposo de Mello merece particular atenção por ter sido tocado duas vezes por bala, extraíndo com a própria mão o primeiro projétil que o ofendera (TAUNAY, 1926, p. 39).

Silveira (1900, p. 75), corroborando, expõe que “grande foi a mortandade e nós só

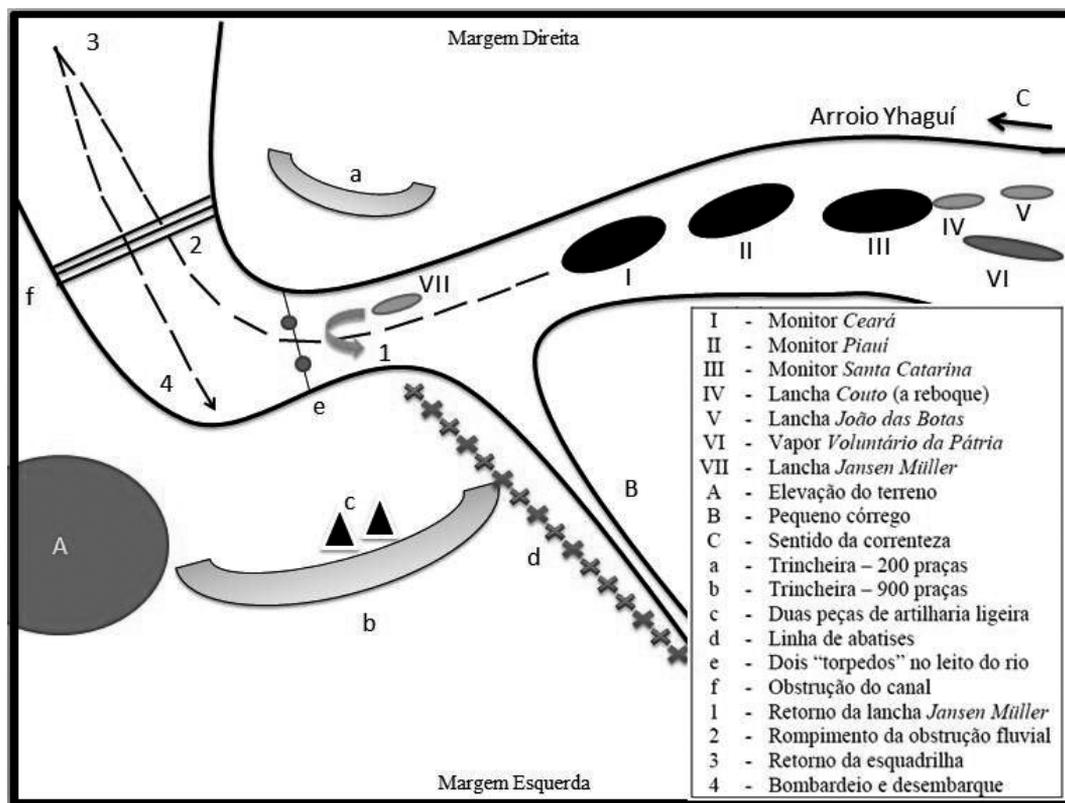


Figura 1 – Esboço esquemático do cenário do combate do Passo Guarayo¹⁹Fonte: Elaborado pelo autor com base na documentação pesquisada

tivemos uma meia dúzia de feridos”. Provavelmente Balthazar da Silveira não incluiu os dois homens mortos durante a subida da expedição, contabilizando apenas as baixas sofridas durante os forçamentos (comboio e no combate propriamente dito). No entanto, o quadro oficial dos ferimentos foi o seguinte:

Relação das praças feridas no forçamento do passo do Porto Guarayo:

Lancha *João das Botas* – Guarnição pertencente ao Encouraçado *Colombo*.

Maquinista Julio Raposo de Mello.

Imperial de 2ª classe José Correia.

Lancha *Jansen Müller* – Guarnição pertencente à Canhoneira *Belmonte*.

Imperial de 1ª classe João Fernandes Vieira.

Lancha *Couto* – Guarnição pertencente ao Encouraçado *Colombo*.

Imperial de 3ª classe Gregorio Cesario.

Bordo da Canhoneira *Araguary*, no Rio Manduvirá 30 de abril de 1869 – Victorio José Barbosa da Lomba, comandante da 1ª Divisão (JORNAL DO PARÁ, 02/06/1869, p. 1).

Posteriormente ao combate, os navios começaram a descer o rio às 13h, navegaram até as 18h, quando fundearam. No dia 30 começaram a navegar às 07h. Foi relatado por Gonçalves que o *Santa Catarina* se atracou com a canhoneira *Araguari* às “7 horas 30 minutos”, posta da no Manduvirá acima, ponto que Gonçalves chama de Rio São Francisco. Na *Araguari*, o Chefe de Divisão (Lomba) ostentava sua insígnia e, logo após, “às 10 horas”, o monitor fundeou abaixo dessa canhoneira.

Na parte oficial do Chefe de Divisão, datada de 30 de abril, foi relatado que o Vo-

luntário da Pátria desceu o Rio Paraguai para Assunção levando os prisioneiros e a relação dos marinheiros feridos (acima transcrita). Estes não necessitavam de maiores cuidados por seus ferimentos serem de caráter leve. A chegada do *Voluntário da Pátria* foi acusada em ofício datado de 1º de maio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando não foi mais possível a Esquadilha avançar e se iniciou o movimento de retirada, a princípio parcial e depois total (devido ser notado a intenção das forças paraguaias em impedir a livre descida dos navios), surgiram os pontos de fortificações anteriores a Guarayo. Pelo *modus operandi*, é crível que partidas de soldados paraguaios subiram o rio, desde passo Guarayo, com a missão de retardar a navegação dos navios. Pelo fato dessas tropas não iniciarem combate com as guarnições quando a Flotilha se aproximava, presume-se que eram poucos homens a que foram atribuídas essas tarefas, corroborando a hipótese de que tais manobras foram realizadas com o intuito de ganhar tempo, para reforçarem as defesas em Guarayo.

Diante desses fatos, possivelmente, assim que a Esquadilha iniciou o retorno, as forças de cavalaria buscaram um ponto para obstruir o canal, já que o Marechal López informou a Nuñez que o Major Montiel estava nas margens do Rio Yhagúí “com o mesmo fim” (impedir a passagem dos navios) a que lhe havia ordenado. Só depois da chegada das tropas de cavalaria foi que o Batalhão de Marinha chegou ao ponto, após ter sido ordenado a marcha para o local (estavam estacionados em Capilla Alfonso). Provavelmente chegaram em Passo Guarayo no dia 26 ou 27 de abril.

Já em Guarayo, Nuñez observou a oportunidade de utilizar pedras para interceptar o passo dos navios, provavelmente com a construção de uma muralha no canal navegável, o que lhe foi negado por Montiel, que devia deter o total comando das forças naquelas paragens. Montiel ainda informou ao Marechal López que Nuñez ali nada fazia, sendo ordenado que deixasse o comando de suas tropas e rumasse para o acampamento do grosso das forças paraguaias (isto no dia 29, antes do combate de Guarayo). Montiel ordenou lançar ao canal entulhos de toda a espécie que arrecadou nas vizinhanças e subestimou a Esquadilha de monitores, informando ao marechal que os navios estavam “encerrados”.

Com a subida das duas lanchas e do *Voluntário da Pátria*, e devido aos pontos de defesas já ultrapassados, o efeito surpresa por parte das tropas paraguaias foi perdido, tendo provavelmente, os oficiais da Esquadilha, tomado todas as precauções para a batalha que iria se desempenhar.

Possivelmente no momento em que as tropas paraguaias observaram que os monitores iriam passar pelas defesas, a abordagem foi ordenada. Infelizmente não foi possível encontrar muitas informações quanto ao que se pode nomear como o ápice do combate, mas o que é certo é que tal manobra redundou em grande fracasso. Os monitores disparavam metralha a curta distância, dispunham de seteiras e suas guarnições estavam munidas de armas de curto e longo alcances. Em contrapartida, as forças paraguaias dispunham de duas peças de artilharia ligeira e débeis armas de chispa, em um ambiente provavelmente molhado e com chuva. Os abordantes só poderiam estar armados com facas e sabres, além de terem que nadar até os navios ou se lançarem dos galhos das árvores. A chance de sucesso em uma abordagem com estas características a navios encouraçados, do tipo monitor, era quase nula.

Depois deste episódio, dois navios passaram pela obstrução, sendo logo em seguida ordenado o seu retorno para rivalizar novamente com as tropas inimigas. Os monitores subiram e metralharam as forças paraguaias, estas se abrigaram na trincheira e na parte traseira de

uma elevação do terreno. Os navios desembarcaram tropas, sendo as mesmas rapidamente reembarcadas após aprisionarem alguns soldados e oficiais e descobrirem o número real de forças inimigas no local. Após isso, os monitores desceram o rio sem mais obstruções.

Diante da análise dos documentos obtidos, o fracasso da operação de tomada dos monitores por parte das tropas paraguaias se deu em grande parte devido ao não aproveitamento da ideia do CF Romualdo Nuñez, que poderia ter impedido a descida dos navios. Após o término da segunda expedição, a muralha de pedras proposta por Nuñez fora ali levantada (sendo a mesma citada nos documentos ligados à terceira expedição ao Manduvirá e descrita pormenorizadamente na expedição efetuada após o término das operações naquele rio pelo oficial de Marinha Júlio César de Noronha, *vide* o periódico *O Despertador* (01/01/1870 e 04/01/1870), com o objetivo de impedir novas incursões navais, obra que provavelmente poderia ter sido executada com o auxílio dos cerca de mil soldados disponíveis no local.

Caso a muralha tivesse sido construída, os monitores não poderiam desembarcar marinheiros sem oposição para retirar as obstruções, e mesmo que os navios informassem ao restante da frota, com sinais de foguetes, o auxílio tardaria a chegar, pois os demais monitores se encontravam em outras operações, no Cerrito, Tebiquary, etc., o que colocaria em sérios apuros a Esquadilha comandada por Gonçalves. Com base na descrição do combate, pode-se aferir que em Guarayo, caso o plano de Nuñez fosse levado a cabo, as tropas paraguaias teriam a maior probabilidade de êxito em abordar naves encouraçadas durante a guerra, devido às características desta e das demais tentativas de abordagem ocorridas.

REFERÊNCIAS

Periódicos

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital Brasileira (<http://memoria.bn.br>):

Diario de Pernambuco, Pernambuco, 1868-1870.

Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 1868-1870.

O Despertador, Desterro (Santa Catarina), 1860-1889.

Jornal do Pará, Belem, 1860-879.

Bibliografia

BORMANN, José Bernardino. *História da Guerra do Paraguay*. Volume III. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897.

BRASIL. *Annaes do Senado Imperial do Brazil*, Livro 1, 1879.

CARDOZO, Efraim. *Hace cien años: crônicas de la guerra de 1864 – 1870*. Tomo XI, Asunción: Ediciones EMASA, 1970.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra Del Paraguay*. (Tradução nossa). Tomo IV. Buenos Aires: Imprenta de Obras, de J. A. Berra-Bolívar, 455 pg., 1897.

COSTA, Francisco Felix Pereira da. *História da Guerra do Brasil Contra as Republicas do Uruguay e Paraguay*. Vol. IV. Rio de Janeiro: Livraria de A. G. Guimarães e Cia. 1870.

DOMÍNGUEZ, César Luciano Cristaldo. *Las Batallas Navales* (guerra de la triple alianza). Colección 150 años de la Guerra Grande, n. 10. Asunción: Ed. El Lector, 2013.

FIGUEIREDO, Afonso Celso de Assis. (Visconde de Ouro Preto). *A Marinha D'outrora*: (subsídios para a história). Coleção Jaceguay, 3ª edição. Rio de Janeiro: SDGM, 1981.

GONÇALVES, Alberto Augusto. Traços biográficos do Almirante Gerônimo Francisco Gonçalves. In: *Subsídios para a História Marítima Brasileira*. Volume IV. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1942.

JOURDAN, Emílio Carlos. *Guerra do Paraguay*. Rio de Janeiro: Laemmert & C. 1890.

MASTERMAN, Jorge Frederico. *Siete años de aventuras en el Paraguay*. Traducido por David Lewis. Buenos Aires: Imprenta Americana, 1870.

NUÑEZ, Romualdo. Memórias Militares. In: SAGUIER, Bareiro; MARSAL, Villagra. *Testimonios de la Guerra Grande: muerte del Mariscal López*. Tomo II. Edición 1, Paraguay, 2008.

RESQUÍN, Francisco Isidoro. (General). *Datos Históricos de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. E. M. G. Imprenta Militar, 1942.

SILVA, Theotonio Meirelles da. *História Naval Brasileira*. Rio de Janeiro: B. L. Garnnier, 1884.

SILVEIRA, Carlos Balthazar da. *Campanha do Paraguay à Marinha Brasileira*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1900.

SOARES, Rodrigo Goyena. *Diário do Conde D'Eu*: comandante em chefe das tropas brasileiras em operação na República do Paraguai. Paz e Terra, 2017.

TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle. (Visconde de Taunay). *Diário do Exército*: campanha das cordilheiras. São Paulo: Melhoramentos, 1926.

THOMPSON, George. *A Guerra do Paraguai*: com um esboço histórico do país e do povo paraguaio, e notas sobre a engenharia militar durante a guerra. Traduzida do Inglês e anotada por Homero de Castro Jobim. Coleção Temas Brasileiros, vol. 8. Rio de Janeiro: Ed. Conquista, 1968.

NOTAS

¹ O Primeiro-Tenente Carlos Balthazar da Silveira nomeia o Yhaguí de Manduvirá e este de São Francisco, ao que tudo indica, Gerônimo Gonçalves também assim procede.

² Localidade em que o leito do rio permite o trânsito de pessoas e/ou veículos de uma margem à outra, sem a necessidade de construções como pontes ou aterros.

³ Para Theotonio Meirelles da Silva (em: *História Naval Brasileira*, p. 366) as lanchas saíram no dia 22, o que segundo os documentos oficiais é inexato.

⁴ Para Balthazar da Silveira, a distância entre as duas Esquadrilhas era de 1.500 metros em linha reta. Já para Emílio Carlos Jourdan, os monitores ficaram mais de meia-légua do ponto onde estavam os navios paraguaios.

⁵ Como esperava os outros monitores se o *Santa Catarina* obrigatoriamente, pela estreiteza do canal, devia estar na retaguarda? Provavelmente Gonçalves estava a bordo da Lancha *Couto* ou mesmo no Monitor *Ceará*.

⁶ Gonçalves mencionou que no segundo ponto defensivo havia apenas uma única trincheira, construída na margem esquerda do rio. Jourdan assevera que havia uma trincheira em cada margem.

⁷ Segundo o *Diário do Exército*, e conforme a Ordem do Dia nº 57, as lanchas chegaram à foz no dia 25 à noite. O *Diário* também menciona que uma terceira lancha (a *Couto*) foi remetida um dia após a saída das duas primeiras, fato não citado em nenhum outro documento analisado.

⁸ Na parte oficial, o referido navio é citado apenas como "*Voluntário*", sendo provavelmente o Aviso de Guerra *Voluntário da Pátria*.

⁹ Resquín chama o ponto de passo Jecayó; o *Diário do Exército* – Quarayó; Centurión e Balthazar da Silveira – Garayo; Bormann – Gurajo.

¹⁰ Balthazar da Silveira mencionou que uma corrente estava em terra. Provavelmente as tropas paraguaias não tiveram tempo de colocá-la em posição, sendo que depois do combate foi apreendida pela Esquadilha.

¹¹ A primeira tentativa de abordagem ocorreu contra o Monitor *Alagoas* em frente ao Timbó, logo após a primeira Passagem de Humaitá; a segunda foi em 2 de março contra os encouraçados alocados entre Curupaity e Humaitá; a terceira ocorreu próximo a Tagy, na noite de 9 para 10 de julho. As três ocorreram no ano de 1868. A quarta foi durante o combate do Passo Guarayo em 29 de abril de 1869.

¹² DOMÍNGUEZ, César Luciano Cristaldo. *Las Batallas Navales* (guerra de la triple alianza). Colección 150 años de la Guerra Grande, n. 10. Ed. El Lector. Asunción, Paraguay, 2013. Sobre a fonte de tal informação, o autor cita que foi encontrada em "fonte brasileiras", sem citar a mesma. A informação também é citada em outra obra do mesmo autor: *Biografía de los comandantes de la Marina de Guerra de 1865*.

¹³ Ver DOMÍNGUEZ, César Luciano Cristaldo. *Biografía de los comandantes de la Marina de Guerra de 1865*.

¹⁴ Ver: Benigno Riquelme García. El Ejército de la Epopeya. Onde fica assinalado a incorporação de Aniceto López as forças do General Bernardino Caballero, onde teve o papel de comandar tropas durante a batalha de Campo Grande ou "Acosta Ñu".

¹⁵ Carlos Balthazar da Silveira mencionou 1.200 homens.

¹⁶ Cabe, porém, ressaltar que existem importantes documentos que poderiam trazer mais luz a esse combate, os Diários de Bordo dos monitores que se encontram depositados no Fundo Marinha, de posse do Arquivo Nacional – RJ, os quais infelizmente não puderam ser pesquisados por questões logísticas e financeiras.

¹⁷ O Visconde de Ouro Preto elevou o número de prisioneiros a 80, provavelmente confundindo com o número de tropas desembarcadas.

¹⁸ Morto por afogamento acidental ainda na subida da expedição, ocupava o cargo de maquinista do Monitor *Piauí*. Outro marinheiro, Hilário Pereira, morreu, segundo relatado nas partes oficiais, por acidente ao carregar uma arma de fogo a bordo do Monitor *Ceará*. Na correspondência do *Jornal do Comércio*, de 13 de maio de 1869., p. 1, o ato combativo do médico da Esquadilha Dr. Oliveira Coutinho é enaltecido, sendo mesmo relatado que foi atingido por duas vezes em pleno combate e extraindo com a própria mão um dos projéteis. O suposto ferido não consta na relação de baixas. Provavelmente o verdadeiro personagem a que foi atribuída tal ação é o maquinista Júlio Raposo de Mello, louvado pelo Chefe Lomba por idêntica atitude em combate.

¹⁹ Balthazar da Silveira escreveu sobre a existência de uma lagoa, a qual não foi inserida no esboço por ser, provavelmente, o pequeno riacho que se encontrava com suas águas extravasadas.

Operaciones Navales en la Campaña de Cordilleras: Expediciones fluviales del Manduvirá - Yhagüy*

Operações navais na Campanha das Cordilheiras: expedições fluviais do Manduvirá - Yhagüy

Luis Fernando Furlan

Magíster en Defensa Nacional. Licenciado y profesor en Historia. Profesor del Liceo Naval Militar "Almirante Guillermo Brown" y de la Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES). Docente e investigador de la Dirección de Estudios Históricos de la Fuerza Aérea Argentina. Teniente de corbeta de la Reserva Naval (egresado del Liceo Naval Militar "Almirante Guillermo Brown"). Autor de trabajos en Argentina y el exterior. Expositor en encuentros nacionales e internacionales. Miembro de instituciones nacionales y extranjeras de historia militar. Secretario del Instituto Nacional Browniano y Director de la Revista Del Mar.

Agradecimientos al Capitán-Teniente (T) Sergio Oliveira (editor de la Revista Navigator), por facilitar referencias de accesos a bibliotecas y hemerotecas digitales; y al General de Brigada (R) del Ejército del Paraguay Hugo Ramón Mendoza, quien contribuyó con información y acompañó al autor de este trabajo a visitar el Parque Nacional "Vapor Cue", donde se conservan los cascos, las calderas y demás elementos de los seis vapores de guerra de la Armada paraguaya hundidos por su guarnición en el río Yhagüy.

RESUMEN

En el contexto de la Campaña de Cordilleras, se describen las últimas maniobras de la Marina de Guerra del Paraguay y las tres expediciones fluviales que realizó la Marina del Imperio del Brasil, las cuales se desplegaron en un teatro de operaciones prácticamente desconocido y muy complicado para las actividades navales y terrestres. El propósito de este artículo es analizar las referidas operaciones navales de 1869.

PALABRAS-CLAVE: Guerra de la Triple Alianza; Campaña de Cordilleras; acciones fluviales

RESUMO

No contexto da Campanha das Cordilheiras, ocorreram as últimas manobras da Marinha do Paraguai e as três expedições fluviais realizadas pela Marinha do Império do Brasil, que foram realizadas em um teatro de operações praticamente desconhecido e muito complicado para atividades navais e terrestres. o presente artigo tem por objetivo analisar as referidas operações navais de 1869.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Aliança Tripla; Campanha Cordilheira; ações fluviais

En los últimos días de diciembre de 1868, ante la inminente caída de Asunción, el Capitán de Fragata Romualdo Núñez, por orden del Mariscal Francisco Solano López, desarmó los vapores que todavía conservaba la Marina de Guerra paraguaya (que se habían replegado desde Villeta hacia Asunción), montó la artillería naval en cureñas móviles (la cual se integró al Ejército y fue utilizada durante el resto de la guerra) y formó un batallón con las dotaciones de aquellos buques; se organizó, además, un batallón de Maestranza al mando del

*Artigo recebido em 27 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 25-36 – 2020.

Mayor Franco. Finalmente, con las fuerzas terrestres y navales aliadas prácticamente a las puertas de la Capital, la escuadra naval paraguaya abandonó Asunción y se dirigió hacia el Norte, por el río Paraguay, rumbo a uno de sus afluentes, el río Manduvirá.

El 1º de enero de 1869 las fuerzas brasileñas ocuparon Asunción. En esos momentos, el Mariscal López ya se encontraba instalado en la región de Cordilleras; allí estableció la Capital del país en Piribebuy y reorganizó sus fuerzas (unos 13.000 hombres con alrededor de 36 piezas de artillería) en Cerro León, Azcurra, Caacupé e Ibicuy, que se constituyeron en sus centros operativos y de apoyo logístico.

Luego de la toma de Asunción, la iniciativa militar de la Triple Alianza, la continuación de la guerra y la conducción militar superior quedaron a cargo del Imperio del Brasil. El mando militar aliado quedó a cargo del General Luis Alves de Lima (Marqués de Caxias), en tanto que el comando supremo de las fuerzas navales en operaciones en Paraguay lo desempeñó el Vicealmirante Joaquim José Ignacio (Vizconde de Inhaúma).

La guerra se convertía en una suerte de persecución o “cacería” al Mariscal López y a su Ejército. Las operaciones se habrían de desplegar en Cordilleras, una región prácticamente desconocida, montañosa, accidentada, boscosa y con escasos y deficientes caminos. Los aliados deberían ejecutar maniobras envolventes y rápidas sobre los flancos y la retaguardia, con columnas móviles, para desalojar al enemigo de sus reductos y cerrarle todas sus vías de escape. Para el Mariscal Francisco Solano López, la clave consistía en mantenerse en sus fuertes posiciones (sobre todo en torno a Azcurra) y prolongar las operaciones a través de una guerra de resistencia a fin de desgastar a la Triple Alianza y quedar en mejores condiciones para negociar la paz.

En el contexto de las nuevas y particulares operaciones que se presentaban a la

Triple Alianza en la complicada región de Cordilleras, el río Paraguay, y especialmente las vías fluviales que surcaban aquella zona, como los ríos Manduvirá y Yhagüy, adquirirían importancia para las acciones conjuntas y combinadas de los aliados y como vías de apoyo y sostén logístico a las fuerzas del Ejército imperial.

Los ríos Manduvirá y Yhagüy poseían una hidrografía prácticamente desconocida y presentaban varias dificultades a la navegación: continuas bajantes de sus aguas; corrientes rápidas; caudal caprichoso y variable; curso irregular, estrecho, sinuoso y tortuoso; marcados meandros; y permanente acumulación en el lecho de árboles y demás elementos de la naturaleza circundante. Los frondosos bosques y las barrancas de las riberas eran sitios ideales para ejecutar emboscadas, golpes de mano y ataques sorpresa. La guerra costa vs. buque adquiría en ese escenario las condiciones ideales.



Figura 1: Campaña de Cordilleras. Gentileza: General Hugo Mendoza

Antes de concretarse la toma de Asunción el 1º de enero de 1869, el Capitán de Fragata Romualdo Núñez, con 180 hombres (entre oficiales y marineros) y unos 18 cañones navales montados en cureñas móviles, se dirigió a los bosques de

la zona y luego a Azcurra y Caraguatay para incorporarse a las fuerzas del Mariscal López y continuar la lucha en Cordilleras; por su parte, los desmantelados vapores zarparon de Asunción y pusieron rumbo Norte.

Para operar eficazmente en aquel escenario fluvial, los brasileños deberían capturar, inutilizar o destruir los ya desarmados y disminuidos vapores de la Marina de Guerra paraguaya que se retiraban hacia el Norte del país; de esa manera, se lograría limpiar los ríos y abrir y asegurar la navegación. Para el cumplimiento de esos objetivos, la Marina imperial brasileña realizó tres expediciones a los ríos Manduvirá y Yhagüy.

Los vapores paraguayos mencionados, que poseían entonces una reducida dotación a bordo, eran los siguientes: Pirabebe, Ypora, Salto del Guairá, Paraná, Río Apa, Anhambay y Paraguarí; estos buques, tras navegar por el Paraguay, se refugiaron en el Manduvirá y quedaron allí custodiados por el Teniente Nicasio Viera (o Vera), 1 maquinista y 30 hombres.

PRIMERA EXPEDICIÓN AL MANDUVIRÁ - YHAGÜY (5 - 9 DE ENERO DE 1869)

Como el alto mando militar brasileño sabía que los vapores de guerra paraguayos se hallaban refugiados en el Manduvirá, el Comandante en Jefe de la Escuadra en Operaciones en Paraguay Vicealmirante Joaquim José Ignacio (Vizconde de Inhaúma) designó para la primera expedición a los ríos de Cordilleras al Capitán de Mar y Guerra Delphim Carlos de Carvalho (Barón del Pasaje), quien se desempeñaba como Jefe de la 1ª División de la Escuadra brasileña. Dicha expedición se integró con el Encorazado *Bahía*; las Cañoneras *Mearim* y *Avahy* (o *Ivaí*); y los Monitores *Pará*, *Piauí*, *Ceará*, *Alagoas* y *Santa Catarina*.

La escuadrilla imperial zarpó de Asunción el 5 de enero de 1869. Navegó hacia el Norte por el río Paraguay y el mismo

día fondeó en la boca del río Manduvirá, afluente del Paraguay. Como la complicada hidrografía del Manduvirá sólo permitía la navegación a los monitores, se dejaron en la desembocadura de ese río al encorazado y a las dos cañoneras.

El 6 de enero los cinco monitores se hallaban en plena y difícil navegación por el Manduvirá, luchando con la escasa profundidad del río¹, y avistaron a gran distancia a los vapores de guerra paraguayos que estaban buscando (que a su vez remolcaban otros buques). Los monitores se lanzaron en su persecución con gran esfuerzo, dadas las dificultades para maniobrar en el río, y en su huída los paraguayos comenzaron a hundir embarcaciones menores (botes, chalanas), a la vez que soltaron y también echaron a pique los remolques que llevaban: el Vapor *Coitetey* (o *Coitetei*), convertido en pontón, y el Patacho *Rosario*; así, los paraguayos buscaban obstaculizar y cerrar la navegación del Manduvirá a la escuadrilla imperial para asegurar su escape y refugiarse aguas adentro. Los brasileños lograron pasar aquellos obstáculos e incorporaron a la guarnición del Patacho *Rosario*.

Los vapores paraguayos, perseguidos por los monitores brasileños, continuaron la navegación por el Manduvirá y en la noche del 6 de enero se internaron en un afluente de este río, el Yhagüy. Con los mismos fines, en torno a la boca del río Yhagüy los paraguayos también hundieron el Vapor *Paraguarí* y acumularon troncos para reforzar las defensas fluviales. La fuerza de monitores fondeó en la desembocadura del Yhagüy.

El 7 de enero los monitores penetraron en el Yhagüy pero las dificultades para superar la barrera que representaba el casco hundido del *Paraguarí*, que atravesaba el cauce de costa a costa en un punto muy estrecho del río, obligaron al Barón del Pasaje a emprender la retirada, pues, en su opinión, continuar la navegación significaría

sacrificar los monitores, con riesgo de partir las hélices; además:

o inimigo estava revelando a disposiçao desesperada de ir mettendo a pique cada um do per si os seus vapores, com o fim de obstruir o rio (...). Nestas circunstancias, achando-se o inimigo desmoralizado, aterrado e perseguido 24 leguas por um rio que interna-se pelo seu territorio, e com os movimentos limitados pelos seus proprios obstaculos, resolví retroceder os monitores cahindo a ré da melhor forma possível (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29 de enero de 1869).

Los monitores se retiraron del Yhagüy, y emprendieron una travesía igualmente complicada, navegando incluso marcha atrás. En su regreso, los brasileños intentaron remolcar el casco del Vapor *Coitete* pero por su pésimo estado y por el hecho de encallar dos veces en las operaciones de remolque (que efectuaron los Monitores *Piauí* y *Ceará*), al final lo dejaron abandonado. El 8 de enero los monitores llegaron a la boca del Manduvirá, se unieron al encorazado y a las dos cañoneras y emprendieron la vuelta a Asunción.

El 9 de enero las escuadrilla imperial brasileña ya se encontraba de nuevo en su apostadero de Asunción. Por su parte, los seis vapores de guerra paraguayos que quedaron, lograron escapar y navegaron por el Yhagüy hasta que finalmente fondearon frente a la localidad de Caraguatay.

Según el Barón del Pasaje, esta primera expedición al Manduvirá - Yhagüy logró "levar ao desespero os vapores inimigos até ás proximidades da nascente de um rio, onde introduziram-se a todo o transe fechando a sua retaguarda, afim de evitar o aprisionamento ou destruição completa" (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 29 de enero de 1869). Sin embargo, la navegación por los ríos de Cordilleras se mantuvo indefinida

para la Marina imperial, ya que los marinos paraguayos lograron establecer una suerte de barrera que entorpecía la penetración en aquellas de por sí ya complejas vías fluviales.

El 5 de febrero de 1869 el Vicealmirante Vizconde de Inhaúma fue reemplazado como Comandante en Jefe de la Escuadra en Operaciones en Paraguay por el Jefe de Escuadra Capitán de Mar y Guerra Elisário Antônio dos Santos (Barón de Angra), quien ejercerá aquel cargo hasta el final de la guerra.

SEGUNDA EXPEDICIÓN AL MANDUVIRÁ - YHAGÜY (18 - 30 DE ABRIL DE 1869)

A partir de marzo de 1869 los aliados comenzaron a enviar patrullas y columnas móviles a Cordilleras, con el fin de preparar el teatro de operaciones para ejecutar maniobras envolventes sobre Piribebuy, la nueva Capital del Paraguay, y las demás posiciones del Mariscal López (Azcurra, Caacupé, Cerro León, Ibicuy). Como se señaló, dichas operaciones buscaban sacar a los paraguayos de sus reductos y cortarles todas sus vías de escape. En la planificación del cerco sobre el mariscal López y sus fuerzas, se evaluó la participación de la escuadra naval del Imperio del Brasil:

haciendo remontar en buques de la escuadra un destacamento de 2.000 hombres por el río Paraguay hasta entrar al río Manduvirá, a fin de desembarcar más tarde sobre las espaldas de la posición de Caacupé, cortando así la retirada a las fuerzas del mariscal López (BEVERINA, 1973, p. 276).

A fin de concretar la definitiva apertura de la navegación fluvial para la Triple Alianza en el contexto de la campaña de Cordilleras, era imprescindible limpiar de obstáculos los ríos de esa región y terminar con la escuadrilla naval paraguaya refugiada astutamente por sus marinos en las sinuosidades del

río Yhagüy, frente a Caraguatay². Es así que se solicitó al nuevo Jefe de la 1ª División de la Escuadra imperial Capitán de Mar y Guerra Victorio José Barbosa de Lomba, organizar una segunda expedición al Manduvirá - Yhagüy; la misma se integró con el Encorazado *Colombo*; las Cañoneras *Belmonte* y *Araguaí*; los Monitores *Santa Catarina*, *Piauí* y *Ceará*; y las Lanchas a Vapor *João das Botas*, *Jansen Muller* y *Couto*.

El capitán Barbosa de Lomba bloqueó la desembocadura del Manduvirá con el Encorazado *Colombo* y Cañonera *Belmonte*, y designó al Capitán de Fragata Jerónimo Francisco Gonçalves como comandante de la expedición que debía operar en los ríos Manduvirá y Yhagüy.

El 18 de abril de 1869 el Capitán de Fragata Gonçalves remontó el Manduvirá con los Monitores *Santa Catarina* (buque insignia del comandante de la expedición), *Piauí* y *Ceará*, y las Lanchas a Vapor *João das Botas*, *Jansen Muller* y *Couto*. La navegación fue difícil por la escasa profundidad de las aguas y porque el casco del *Paraguari* bloqueaba el río entre ambas márgenes; aún así, con mucho esfuerzo y complejas maniobras, el capitán Gonçalves pudo continuar con la expedición.

Ya en aguas del Yhagüy, el capitán Gonçalves, luego de siete días de ardua travesía, suspendió la expedición (25 de abril de 1869), pues las condiciones del río hacían muy complicada la marcha para los monitores y las lanchas a vapor (poca profundidad, bruscos meandros). Desde el punto alcanzado, los marinos brasileños alcanzaron a avistar la villa de Caraguatay y los mástiles de los vapores paraguayos allí fondeados.

No resultaba prudente efectuar desembarcos en la zona para atacar a los vapores paraguayos, pues estaban rodeados de campos anegados y protegidos por sus propios efectivos de guarnición y por fuerzas de caballería e infantería, y tampoco el jefe naval imperial disponía de suficientes

tropas de desembarco. Según el Vizconde de Ouro Preto, ministro de Marina del Imperio en los primeros años de la guerra de la Triple Alianza, los vapores paraguayos se hallaban:

encalhados em pontos a que não puderam chegar as menores embarcações da esquadilha (imperial), e que eram inacessíveis ás forças de terra, enquanto não desalojassem o ditador das cordilheiras interiores, onde se acolhera para reorganizar o Exército (OURO PRETO, 1981, p. 213).

En aquel lugar, se dejaron anclados los tres monitores, y el capitán Gonçalves siguió la navegación con la lancha a vapor *Couto*, a la vez que mandó las otras dos lanchas para comunicar al capitán Barbosa de Lomba lo que había observado y solicitarle carbón y otros recursos que necesitaba. Sin embargo, la pronunciada bajante de las aguas impidió continuar navegando aún con la lancha *Couto*; temiendo no poder regresar, inició el descenso y se unió a los monitores.

Mientras se aguardaban allí aquellos auxilios, se analizó la situación, y en la noche del 26 de abril de 1869 se optó por abandonar el hostil río Yhagüy y emprender el regreso. Esa decisión se terminó de definir cuando los brasileños escucharon esas noches los golpes de hacha y machete que provocaban las tropas paraguayas por sus trabajos para derribar árboles de los frondosos bosques de las costas "sem duvida para obstrucção do estreito rio. Era preciso inutilisar os esforços do inimigo, nao se deixando cortar pela retaguarda. A situação tornara-se grave" (RELATÓRIO, 1869, p. 18). En la noche de ese día, los tres monitores hicieron fuego de artillería y fusilería sobre tropas paraguayas que los vigilaban desde las riberas.

Los Monitores *Santa Catarina*, *Piauí* y *Ceará* y la Lancha a Vapor *Couto* iniciaron el regreso en la mañana del 27 de abril de 1869.

Tuvieron que navegar marcha atrás, ya que lo angosto del Yhagüy no les permitía dar la vuelta y poner la proa aguas abajo.

En la retaguardia de la fuerza naval imperial, los marinos y soldados paraguayos habían acumulado en el río, de costa a costa, todo tipo de obstáculos para cortar la navegación a los buques brasileños, detener su navegación, encerrarlos en el estrecho y sinuoso cauce del Yhagüy y finalmente ejecutar ataques al abordaje para capturarlos. Así formaron una barrera con troncos, vigas, piedras, estacas de madera y una amplia red de cipós desplegada hábilmente para envolver e inutilizar las hélices de las naves imperiales; dichos elementos se reforzaron con trincheras en las riberas guarnecidas por tropas. La táctica para tomar al abordaje buques de guerra brasileños fue utilizada por los paraguayos en Riachuelo, Tayí y otras acciones fluviales.

El audaz plan de los paraguayos fue “bem calculado; mas falhou pela resolução rapida do chefe da expedição em descer prontamente” (RELATÓRIO, 1869, p. 18). Los marinos imperiales lograron arrasar aquellos obstáculos y limpiar el río para continuar la navegación. Superada la barrera emplazada por los paraguayos, la escuadrilla brasileña finalmente fondeó hacia las 19 hs.

El 28 de abril de 1869 la fuerza naval brasileña continuó la navegación con gran prisa, pues necesitaba llegar de día a Puerto Garay, donde los paraguayos ya habían hostilizado a las lanchas imperiales *João das Botas* y *Jansen Muller*, enviadas a la boca del Manduvirá para solicitar auxilios y recursos. Las dos embarcaciones sufrieron viva descarga de fusilería de los paraguayos ocultos en los bosques de ambas márgenes del río, quienes también intentaron tomarlas al abordaje con botes y chalanas. Ambas lanchas a vapor se incorporaron a la escuadrilla del capitán Gonçalves hacia las 14 hs. de aquel día, e informaron de los ataques que se producirían en la zona de

Puerto Garay.

En la mañana del 29 de abril de 1869, la escuadrilla imperial se preparaba para forzar Paso Garay. Los paraguayos fortificaron ese punto con una batería a barbata de dos piezas de artillería; construyeron una gran trinchera que alojaba entre 1000 y 1100 fusileros; organizaron tropas para asaltos al abordaje³; acumularon todo tipo de elementos para obstaculizar el río (troncos, vigas, carretas cargadas con piedras, estacas de madera, redes de cipós, etc.); y hasta colocaron dos *torpedos* (seguramente minas). En esos trabajos tuvieron una activa participación el Capitán de Fragata Romualdo Núñez, sus marinos y tropas de caballería. La Lancha a Vapor *Jansen Muller* fue atacada con dichos *torpedos* pero los mismos no explotaron⁴; por su parte, el Monitor *Ceará* tuvo problemas con las corrientes y otras dificultades que le entorpecieron la navegación, y además se le enroscaron redes de cipós en las hélices, que fueron cortadas con mucho trabajo en medio de un vivo fuego de artillería y fusilería y de los asaltos de los paraguayos desde las copas de los árboles, “tão ousados, que dali, deixando-se cair, procuravam saltar sobre o convés” (OURO PRETO, 1981, p. 215).

La escuadrilla imperial logró forzar Paso Garay. Enseguida de atravesar esa posición, el capitán Gonçalves ordenó a sus buques poner proa aguas arriba y subir nuevamente el Yhagüy para atacar a los paraguayos con fuegos de artillería y fusilería, a la vez que también se desembarcó una fuerza de 80 hombres. En esa acción, murió el Capitán López, jefe de las defensas de Paso Garay; se tomaron prisioneros; y más de 100 paraguayos perdieron la vida en el combate. Según un prisionero paraguayo, el Teniente García: “O ataque dos encouraçados teve logar em consequencia de um ordem expressa de Lopez, de encurrular e prender nossa flotilha dentro de 24 horas” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 22 de mayo de 1869).

Luego de aquel hecho, la flotilla brasileña no sufrió más hostilidades, y el 30 de abril de 1869 llegó finalmente a la boca del Manduvirá, donde se unió a las fuerzas del capitán Barbosa de Lomba. En su informe al ministro de Marina del Imperio barón de Cotegipe, el Jefe de Escuadra Capitán de Mar y Guerra Elisiário Antônio dos Santos comentó que:

não realizou o fim principal a que tinha ido, porque o inimigo internou antes os navios de maneira a não ser possível chegarem aos nossos monitores, e dispoz de forças de terra para defender-se, e tornar summamente perigoso por nossa parte abordal-os, em lugar tão longe de poderem ser soccorridos. (...). O inimigo estrategicamente isto fez, mandando obstruir o rio, em diferentes pontos, e oppondo-se com força das tres armas á descida dos monitores (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 15 de mayo de 1869).

Paralelamente, a mediados de abril de 1869, Gastón de Orleans (Conde D' Eu) asumió el comando supremo de las fuerzas de la Triple Alianza en Paraguay, en reemplazo del Marqués de Caxias. Durante el desarrollo de la campaña de Cordilleras, en mayo de 1869 los aliados tomaron la fábrica de Ibicuy (que abastecía con diverso armamento a las fuerzas del Mariscal López) y tomaron Pirayú; justamente aquí, el Conde D' Eu estableció su cuartel general (mayo-julio de 1869). En el contexto de aquella campaña, la participación de la Marina imperial resultó de gran importancia:

Sob o comando-em-chefe de todas as forças brasileiras do Príncipe Conde d' Eu a cooperação da Esquadra, posto que mais modesta, foi sempre ativa, eficaz e do maior proveito.

Quando o Exército se dirigiu às cordilheiras, em perseguição do ditador, ela garantiu-lhe a base de operações e fornecimento, privando o inimigo de todas as vantagens e recursos, que poderia tirar dos rios (...), explorando-os e sobre eles exercendo rigorosa polícia e vigilância, executando o transporte de artilharia, cavalaria, feridos, famílias paraguaias, libertadas pelas nossas forças, conduzindo provimentos e exportando-se a perigos inerentes a navegação de pequenos canais completamente desconhecidos aos próprios filhos dos país (OURO PRETO, 1981, pp. 215-216).

TERCERA EXPEDICIÓN AL MANDUVIRÁ - YHAGÜY (AGOSTO DE 1869)

El 12 de agosto de 1869 el Ejército aliado derrotó a los paraguayos en la batalla de Piribebuy y tomó la localidad de este nombre, convertida en Capital del Paraguay. El Mariscal López y sus fuerzas se retiraron de sus posiciones de Azcurra y se dirigieron hacia el Norte, con destino a Caraguatay, población que será designada como nueva Capital del país.

En los días siguientes a la toma de Piribebuy, las fuerzas imperiales capturaron Caacupé y emprendieron una tenaz persecución sobre el Mariscal López y su Ejército. A los pocos días, el 16 de agosto de 1869, el Ejército brasileño volvió a vencer a los paraguayos en la batalla de Acosta Ñu. Esta derrota obligó al Presidente paraguayo a abandonar Caraguatay y continuar su retirada hacia el Norte, rumbo a San Estanislao, a donde llegó a fines de agosto de 1869, y que también declaró Capital del Paraguay.

Desde enero de 1869 permanecían fondeados y resguardados en el interior del río Yhagüy, cerca de Caraguatay, los siguientes vapores de guerra paraguayos: *Anhambay, Pirabebe, Salto del Guairá, Ypora,*

Paraná y Río Apa. Dichos buques habían soportado, con éxito, dos expediciones de la Marina imperial brasileña compuestas por monitores y lanchas a vapor (enero y abril de 1869). Las derrotas de Piribebuy y Acosta Ñu y el abandono de Azcurra y Caraguatay, dejaron a aquellos vapores y a la reducida guarnición que los custodiaba en el más completo aislamiento y a merced de nuevas incursiones de las fuerzas brasileñas.

En agosto de 1869 se concretó la tercera y última expedición de la Marina brasileña hacia la zona de los caprichosos y hostiles ríos Manduvirá y Yhagüy. Se buscaba, de una vez por todas, terminar con el obstáculo que representaban aquellos seis vapores de guerra para despejar las vías fluviales y continuar con las operaciones en el Norte de Cordilleras.

Los vapores paraguayos se encontraban refugiados en una zona de difícil acceso, rodeada de esteros y en un río, como el Yhagüy, de muy complicada navegación. Una escasa dotación de marinos, compuesta por el Teniente Nicasio Viera (o Vera), 1 maquinista y 30 marineros, era responsable de su protección. Eran los últimos restos de la Marina de Guerra del Paraguay.

La nueva expedición al Manduvirá - Yhagüy fue conducida por el Capitán de Fragata Alves Nogueira y el Capitán-Teniente

Eduardo Wandenkolk. La integraron una cañonera, el vapor *Lindóia* y las lanchas *Tebicuari*, *Inhaúma* y *Jejuí*. Su misión consistía en capturar o destruir los seis vapores paraguayos que se encontraban en el Yhagüy, dificultar la retirada de las fuerzas del Mariscal López hacia el Norte y apoyar las operaciones del Ejército imperial.

La cañonera no pudo seguir con la navegación a causa de la complicada hidrografía. El vapor y las tres lanchas continuaron con la expedición y llegaron al Paso Garay, al cual encontraron nuevamente cerrado por los paraguayos, esta vez, con una muralla de piedra. La flotilla imperial, al mando de los capitanes Alves Nogueira y Wandenkolk, destruyó esa defensa y atravesó el Paso Garay en busca de los vapores enemigos. Paralelamente, el Ejército brasileño también avanzaba desde Caraguatay, tomada dos días antes.

El 18 de agosto de 1869 los marinos paraguayos que custodiaban aquellos buques efectuaron una breve resistencia, incendiaron y hundieron los seis vapores para que no cayeran en poder de los marinos y soldados del Imperio, y finalmente se retiraron para incorporarse a las fuerzas del mariscal López que marchaban hacia San Estanislao.

Buque	Dimensões	Características	Referências
<i>Anhambay</i>	<i>Eslora: 41 m. Manga: 8 m. Puntal: 2,44 m. Calado: 1,20 m.</i>	<i>Vapor fluvial armado en guerra. Casco de hierro. Impulsado por ruedas laterales.</i>	<i>Ex buque de guerra brasileño. Capturado por los paraguayos el 6 de enero de 1865 (campaña de Mato Grosso).</i>
<i>Pirabebe</i>	<i>Eslora: 32 m. Manga: 5 m. Puntal: 3 m. Calado: 2 m.</i>	<i>Vapor mercante con casco de hierro. Impulsado a hélice.</i>	<i>Construido en Gran Bretaña (ex Ranger). Adquirido el 12 de abril de 1865. Participó en el combate naval del Riachuelo (11 de junio de 1865).</i>
<i>Salto del Guairá</i>	<i>Eslora: 30 m. - 40 m. Manga: 7 m. Puntal: 2,50 m. Calado: 1,50 m.</i>	<i>Vapor fluvial mercante con casco de madera. Impulsado por ruedas laterales.</i>	<i>Construido en Asunción. Botado el 17 de julio de 1857.</i>

<i>Ypora</i>	<i>Eslora: 30 m. - 40 m. Manga: 7 m. Puntal: 2,50 m. Calado: 1,50 m.</i>	<i>Vapor fluvial mercante con casco de madera. Impulsado por ruedas laterales.</i>	<i>Construido en Asunción. Botado el 2 de julio de 1856. Participó en: - Captura del Anhambay (6 de enero de 1865, campaña de Mato Grosso). - Toma de los vapores de guerra argentinos Gualeguay y 25 de Mayo en Corrientes (13 de abril de 1865). - Combate naval del Riachuelo (11 de junio de 1865). - Acción de Tayí.</i>
<i>Paraná</i>	<i>Eslora: 25 m. Manga: 5,50 m. Puntal: 2,80 m. Calado: 1,50 m.</i>	<i>Vapor de ultramar con casco de madera. Impulsado a hélice.</i>	<i>Construido en Gran Bretaña. Adquirido en abril de 1859. Utilizado para transporte de carga y pasajeros.</i>
<i>Río Apa</i>	<i>Eslora: 20 m. Manga: 7 m. Puntal: 2,50m. - 5,50m. Calado: 1,20 m.</i>	<i>Vapor fluvial mercante con casco de madera. Impulsado por ruedas laterales.</i>	<i>Construido en Asunción. Botado en noviembre de 1858. Participó en la captura del Anhambay el 6 de enero de 1865 (campaña de Mato Grosso).</i>

Tabla 1: Vapores de guerra paraguayos refugiados en el Yhagüy⁵



Figura 2: Monumento a los Marineros Paraguayos Héroes de Yhagüy. Parque Nacional "Vapor Cue", Paraguay. Las figuras de los 7 marineros recuerdan a los 7 vapores hundidos en la zona: *Paraguarí* (hundido en torno a la boca del Yhagüy en enero de 1869); y *Pirabebe*, *Ypora*, *Salto del Guairá*, *Paraná*, *Río Apa*, *Anhambay* (hundidos en el Yhagüy en la jornada decisiva del 18 de agosto de 1869). En el centro está el Pabellón Nacional al tope del mástil, sostenido por un marino y custodiado por los 6 restantes para que nadie y nada llegue a mancillarlo. Los restos de esos 6 últimos vapores son los que se han recuperado y se preservan en el Parque Nacional "Vapor Cue". Colección: Archivo Personal.

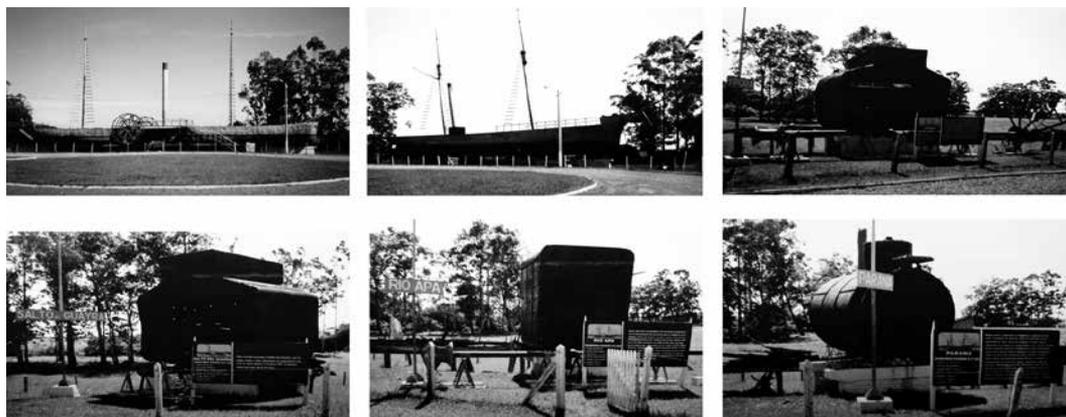


Figura 3: Vapor *Anhambay*, Vapor *Pirabebe*, Caldera del vapor *Ypora*, Caldera del vapor *Salto del Guairá*, Caldera del vapor *Río Apa*, Caldera del vapor *Paraná*. Colección: Archivo Personal.

PALABRAS FINALES

Las tres expediciones que efectuó la Marina imperial brasileña a los ríos Manduvirá y Yhagüy (enero, abril y agosto de 1869) se realizaron en condiciones muy adversas, por las dificultades que presentaba la hidrografía de ambas vías fluviales y por las duras exigencias operativas y logísticas que se imponían en aquel particular escenario naval.

Los marinos paraguayos presentaron una resistencia admirable ya que, aún en amplia desventaja militar pero combinando astucia, valor y creatividad, emplearon todo tipo de recursos y ejecutaron diversas acciones para enfrentar y contener a las fuerzas navales imperiales y hasta para intentar audaces golpes ofensivos, como por ejemplo, la captura de alguno de los monitores brasileños.

La compleja guerra costa vs. buque que se planteó en los ríos Manduvirá y Yhagüy finalizó con un digno empate. Los marinos del Paraguay, luego de una prolongada resistencia de ocho meses, consiguieron que los últimos restos de su flota de guerra no se convirtieran en presas o trofeos del Imperio del Brasil y se retiraron para continuar la lucha con las fuerzas del Mariscal López en Cordilleras. Por su parte, la Marina imperial brasileña, luego de tres difíciles intentos, finalmente logró, con gran esfuerzo, despejar toda amenaza en los ríos y abrir la navegación para contribuir con las acciones del Ejército brasileño en la hostil y casi desconocida región de Cordilleras, hasta la culminación de la guerra en Cerro Corá el 1º de marzo de 1870.

BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES

ARMADA NACIONAL, Dirección de Publicaciones y Registro Naval. *Destacamento Naval "Vapor Cue"* (Yhagüy - Caraguatay), 1990. Asunción.

BEVERINA, Juan. *La Guerra del Paraguay (1865-1870)*, segunda edición. Biblioteca del Oficial volumen 652-653. Buenos Aires, Círculo Militar, 1973.

CARDOZO, Efraím. *Breve Historia del Paraguay*. Buenos Aires, EUDEBA, 1965.

"Carta do nosso correspondente". En: *Diário do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 253, 16 de septiembre de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24389&Pesq=Manduvir%c3%a1 (consultado el 19/4/2020).

COMANDO DE LA ARMADA, Comunicación Social. *Vapor Cue. Una historia. Una leyenda. Yhagüy 18 - Agosto - 1869* (folleto sin fecha). Asunción.

"Correspondencia I". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 140, 22 de mayo de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24363&Pesq=Manduvir%3%a1 (consultado el 19/4/2020).

ELETA, Fermín. "Guerra de la Triple Alianza con el Paraguay de 1866 a 1870". En: *Historia Marítima Argentina*, capítulo XV, tomo VII. Buenos Aires, Departamento de Estudios Históricos Navales, 1989.

"Exterior. Noticias da Guerra". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 239, 1 de septiembre de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24389&Pesq=Manduvir%3%a1 (consultado el 19/4/2020).

"Exterior. Noticias da Guerra". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 253, 16 de septiembre de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24389&Pesq=Manduvir%3%a1 (consultado el 19/4/2020).

FFAA. de la Nación. 150 Años. Revista Militar, Edición Extraordinaria, Nº 427, 1995. Asunción.

MENDOZA, Hugo. *La Guerra contra la Triple Alianza 1864-1870*, 2ª Parte. Colección Historia General del Paraguay 7. Asunción, El Lector - ABC Color, s/f.

"Ministerio da Marinha. Noticias da esquadra". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 133, 15 de mayo de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Guerra%20do%20Paraguay (consultado el 19/4/2020).

OURO PRETO, Vizconde de. *A marinha d´outrora*, 3ª edición revisada e atualizada. Coleção Jaceguay, Volume 1. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1981.

"Parte Oficial. Ministerio da Marinha". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 144, 26 de mayo de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24363&Pesq=Manduvir%3%a1 (consultado el 19/4/2020).

"Parte Oficial. Ministerio da Marinha. Noticias da esquadra". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 29, 29 de enero de 1869. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24403&Pesq=Manduvir%3%a1 (consultado el 19/4/2020).

Relatorio (1869) apresentado a Assambléa Geral Legislativa na Segunda Sessao da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Barão de Cotegipe. Rio de Janeiro, Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1870. Disponible en: <http://ddsnxt.crl.edu/titles/142#?c=0&m=66&s=0&cv=1&r=0&xywh=-171%2C-3%2C2427%2C1332> (consultado el 18/4/2020).

Reseña de la recuperación y restauración histórica de los barcos "Río Apa" - "Paraná" - "Yporá" - "Salto del Guairá" - "Pirave" y "Anhambay" (publicación sin fecha). Asunción.

"Teatro da guerra". En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 241, 3 de septiembre de 1869. Disponible en: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24389&Pesq=Manduvir%
c3%a1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24389&Pesq=Manduvir%c3%a1) (consultado el 19/4/2020).

NOTAS

¹ El Barón del Pasaje señaló sobre el Manduvirá que: "Esse rio é um dos confluente do Paraguay, e a sua navegação torna-se arriscada, mormente para os monitores, em consequencia das voltas rapidas e successivas que apresenta em todo o curso". In. Informe del Jefe de la 1º División de la Escuadra brasileña barón del Pasaje al Comandante en Jefe de la Escuadra en Operaciones en Paraguay vicealmirante vizconde de Inhaúma, Asunción, a bordo del encorazado *Bahía*, 9 de enero de 1869. En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 29, 29 de enero de 1869, p. 1. Disponible en: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24403&Pesq=Manduvir%
c3%a1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24403&Pesq=Manduvir%c3%a1) (consultado el 19/4/2020).

² "A nossa flotilha ia agora tentar destrui-los completamente, e arrancar no coração do Paraguay estes valiosos recursos ao astuto inimigo, que poderia utilizar se delles para fazer-nos algum danmo". In. Relatorio (1869) apresentado a Assembléa Geral Legislativa na Segunda Sessão da Decima Quarta Legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha Barão de Cotegipe, p. 18. Disponible en: <http://ddsnext.crl.edu/titles/142#?c=0&m=66&s=0&cv=1&r=0&xywh=-171%2C-3%2C2427%2C1332> (consultado el 18/4/2020).

³ "os soldados de Lopez desaparecieron por um momento, mas só por um momento, porque logo voltaram (...) se atiraram a nado, e a nado vieram atacar os nossos encouraçados!" Correspondencia I. Buenos Aires, 12 de mayo de 1869. En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 140, 22 de mayo de 1869, p. 3. Disponible en: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24363&Pesq=Manduvir%
c3%a1](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=094170_02&PagFis=24363&Pesq=Manduvir%c3%a1) (consultado el 19/4/2020).

⁴ El capitán Gonçalves observó que "em terra ainda havia um torpedo de 5 arrobas de polvora, o qual nao foi collocado por falta de tempo" In. Parte del Comandante de la expedición al Manduvirá capitán de fragata Jerónimo Francisco Gonçalves al Jefe de la 1º División de la Escuadra capitán de mar y guerra Victorio José Barbosa de Lomba, a bordo del monitor *Santa Catarina*, 30 de abril de 1869. En: *Diario do Rio de Janeiro*, año 52, Nº 133, 15 de mayo de 1869, p. 1. Disponible en: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=094170_02&pasta=ano%20186&pesq=Guerra%20do%20Paraguay (consultado el 19/4/2020).

⁵ Véanse las siguientes publicaciones: *Reseña de la recuperación y restauración histórica de los barcos "Río Apa" - "Paraná" - "Yporá" - "Salto del Guairá" - "Piraveve" y "Anhambay"*; Armada Nacional, Dirección de Publicaciones y Registro Naval. *Destacamento Naval "Vapor Cue"*; Comando de la Armada, Comunicación Social. *Vapor Cue. Una historia. Una leyenda. Yhagüy 18 - Agosto - 1869*.

Últimas operaciones fluviales: Fin de la antigua Marina Paraguaya*

Últimas operações fluviais: O fim da antiga Marinha Paraguuaia

Jaime Enrique Grau Paolini

Capitán de Navío (R). Perito y Constructor Naval, egresó de la Escuela Militar en diciembre de 1950, fue profesor de Electricidad en el Curso de Oficiales, Colegio Militar, Escuela de Sub Oficiales y con numerosas conferencias navales en la Facultad de Filosofía de la Universidad Nacional. A lo largo de su prolífica vida académica, ha escrito 28 obras sobre la Marina Paraguaya, un Diccionario Náutico y sobre la Guerra de la Triple Alianza publicados en varios países. Es miembro de número de la Academia Paraguaya de la Historia y de otras academias afines a nivel internacional.

Eduardo Hirohito Nakayama Rojas

Abogado por la Universidad Nacional de Asunción, diplomado del CLE/IAEE (ex Colegio de Guerra), posgraduado en Dirección Estratégica por la Universidad de Belgrano (Buenos Aires, Argentina) y máster en Historia por la Universidade de Passo Fundo (RS, Brasil). Escribió diversas obras sobre la historia del Paraguay y la cuenca del Plata, es miembro correspondiente de la Academia Paraguaya de la Historia, del Instituto Argentino de Historia Militar, del Instituto de Geografía e História Militar do Brasil y de otras academias afines a nivel internacional.

RESUMEN

Después de la batalla naval del Riachuelo (11/06/1865) y durante todo el transcurso de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870), la Armada Paraguaya no llegaría a librar otro duelo de esas proporciones con la Escuadra Imperial, sin embargo, fue crucial en las operaciones defensivas buscando evitar el desembarco aliado en la zona de confluencia de los ríos Paraná y Paraguay, en toda la logística de la Campaña de Humaitá (1866-1868) y por último, hacia la finalización del conflicto durante el año 1869, cuyas últimas operaciones sobre el Paraguay, el Manduvirá y el Yhagüy se analizan en el presente trabajo hasta su definitiva autodestrucción cerca de Caraguatay (actual Vapor Cué).

PALABRAS-CLAVE: Armada Paraguaya; Guerra de la Triple Alianza; Campaña de las Cordilleras

RESUMO

Após a Batalha Naval do Riachuelo (11/06/1865) e durante todo o decurso da Guerra da Tríplíce Aliança (1864-1870), a Marinha do Paraguai não conseguiria travar outro duelo dessas proporções com a Esquadra Imperial, no entanto, ela foi crucial nas operações defensivas que procuravam evitar o desembarque dos Aliados na confluência dos rios Paraná e Paraguai, em toda a logística da Campanha de Humaitá (1866-1868) e, finalmente, no final do conflito durante ano de 1869, cujas últimas operações nos rios Paraguai, Manduvirá e Yhagüy são analisadas neste trabalho até sua autodestruição final perto de Caraguatay (atual Vapor Cué).

PALAVRAS-CHAVE: Marinha do Paraguai; Guerra da Aliança Tripla; Campanha das Cordilheiras

“Enuncia tu verdad de una manera serena y clara, escucha a los demás, también ellos tienen su propia historia” **Max Ehrmann (1872-1945)**

*Artigo recebido em 09 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 37-51 – 2020.

PRESENTACIÓN

El segundo semestre del año 2019 ha sido especial no sólo para los interesados en la Guerra contra la Triple Alianza (1864-1870) en el marco de las conmemoraciones por el sesquicentenario del conflicto, sino muy particularmente en lo relacionado a la Marina de Guerra y la arqueología subacuática. La pronunciada bajante del río Paraguay y sus afluentes a fines de octubre y principios de noviembre de 2019 dejó ver primeramente los restos del buque *Paraguarí* y a inicios de diciembre, desde la Cordillera se informaba del hallazgo de una chata de 12 Tn. sin poder identificarla enterrada en la vera del río Yhagüy.

El *Paraguarí* fue el buque más lujoso de la marina paraguaya; adquirido en 1862 en Inglaterra, tenía casco de hierro y contaba con 28 camarotes cerrados, reuniendo todo el confort de los paquetes europeos y con capacidad hasta 150 pasajeros. Iniciada la guerra, fue armado con 4 cañones de diversos calibres, uniéndose a las fuerzas que atacaron el Mato Grosso, estando presente en las tomas de Coimbra, puertos de Albuquerque y Corumbá; durante la batalla del Riachuelo (11 de junio 1865) fue embestido por el *Parnahiba* y fue varado en un banco de arena y muy dañado, no pudo ser tomado por la Armada Imperial, que luego de la batalla retrocedió de la embocadura del Riachuelo, permitiendo que luego de 5 meses fuese puesto nuevamente reflotado por los paraguayos, llevado a Humaitá y de ahí a Asunción remolcado por el buque *25 de Mayo*.

Casi al final de la guerra, ante la inminente ocupación de la capital paraguaya, la flota entera sobreviviente de la Armada Paraguaya se retiró a la boca del río Manduvirá con el fin de escapar, pero como los monitores brasileños los seguían, se obligó a hundir el *Paraguarí* transversalmente en uno de los pasos más angostos del Manduvirá con la finalidad de impedir el avance de las naves brasileñas de

mayor porte, objetivo que fue conseguido en ese momento aunque tiempo después, una crecida del río allanaría el paso.

Muchos años después, un español de apellido Montanía y otro extranjero de apellido Pittapol consiguieron reflotar el casco de las adyacencias del Manduvirá para traerlo a Asunción, pero por una mala maniobra en el Paso de Remanso Castillo en el río Paraguay, quedó definitivamente encallado en la vera izquierda del lugar, donde podía contemplarse en las épocas de bajante del río.

El *Paraguarí*, en su última ubicación cerca de Remanso Castillo, ya había sido visualizado en bajantes anteriores del río Paraguay, pero en 2019 fue la primera vez en que intentó rescatarse del lecho, pero sin seguir ningún tipo de protocolo para el efecto, acto atentatorio contra el patrimonio cultural nacional¹ perpetrado por distintas instituciones del Estado y cuya ejecución fue presenciada por el mismo presidente de la República Mario Abdo Benítez, el ministro de Obras Públicas Arnoldo Wiens con el acompañamiento de la Secretaría de Cultura, el Ministerio de Defensa y la Armada Paraguaya².

No fueron suficientes las advertencias realizadas por diversos historiadores y actores culturales: la operación se llevó adelante sin que las instituciones involucradas siguieran las indicaciones de profesionales expertos ni realizaran las más mínimas reflexiones sobre la improcedencia del atentado. Antes de haber transcurrido un mes de estos sucesos, el 3 de diciembre de 2019 se realizó el hallazgo del pecio de otra embarcación mercante paraguaya en la vera del río Yhagüy en la compañía Caagüy Cupé³.

A raíz de este nuevo descubrimiento, los autores del presente artículo se trasladaron hasta la zona en compañía de dos lugareños, los señores Alberto Delvalle y Valentín Duarte, quienes los condujeron

al lugar para reunirse con el señor Hugo Fleitas, gobernador del departamento de la Cordillera, quien se hallaba acompañado de varias autoridades locales residentes de la zona y componentes del sector cultural. En el sitio pudimos constatar que los trabajos realizados hasta el momento se habían hecho utilizando maquinaria pesada, por lo que sugerimos detener los mismos en ese punto para una mejor evaluación⁴.

Debido a las críticas recibidas en torno al irregular rescate del *Paraguari*, es probable que las autoridades involucradas hayan preferido no exponerse de nuevo y desde la gobernación de la Cordillera informaron que recibieron instrucciones de enterrar nuevamente la embarcación, en la inteligencia de dejarla en condiciones similares anteriores al hallazgo⁵.

Como consecuencia de estas dos situaciones ocurridas en tan corto período de tiempo, buscando evitar eventuales confusiones históricas, cronológicas y técnicas, hemos decidido escribir este breve artículo que recrea, según distintas fuentes, lo que fueron las últimas operaciones fluviales de la Vieja Armada Paraguaya, desde enero de 1869 cuando se produce la ocupación y saqueo de la ciudad de Asunción por las fuerzas de la Triple Alianza cuando ya no se hallaban allí las embarcaciones paraguayas que habían zarpado al norte, hasta la incineración por sus tripulantes los últimos vapores paraguayos en la capilla de Caragutatay (actual Parque Nacional Vapor Cué) el 18 de agosto de 1869, días después que el ejército y la población paraguaya vivieran los negros episodios de Piribebuy y en el campo más conocido hoy como Acosta Ñu.

Luego de la desastrosa Batalla de los Siete Días en Lomas Valentinas, en diciembre de 1868, el ejército paraguayo se había deshecho, siendo precariamente reorganizado en Cerro León en los meses siguientes para luego marchar por el paso de Azcurra a establecerse en Peribebuy,

que fue atacada el 12 de agosto de 1869, mientras en persecución a las tropas de López en su retirada al norte, su retaguardia compuesta por veteranos e integrada por niños, presentó batalla en el Campo Grande (hoy Acosta Ñu) cuatro días después, el 16.

Ya desde el día 29 de noviembre de 1868, el Paraguay no disponía de una flotilla que pudiera en lo más mínimo mantener la navegación en sus aguas territoriales dando cumplimiento a la orden emanada del Comandante en Jefe, mariscal Francisco Solano López. Conservaba sin embargo unos pocos buques sobrevivientes, ya que desde la batalla de Riachuelo y los famosos duelos que lanchones artillados paraguayos tuvieron con la escuadra imperial frente a Itapirú, en los Arsenales y Varaderos la Marina de Guerra paraguaya se dedicó principalmente a la construcción y mantenimiento de embarcaciones, terminación de la artillería fabricada en bruto en Minas Cué, comenta Juan Crisóstomo Centurión que:

Estos buques, fueron desarmados antes de marchar de Asunción, siendo el capitán Romualdo Núñez el encargado de la operación y quien organizó un batallón con sus tripulantes montando en cureñas portátiles los cañones desembarcados. Dicho batallón, junto con el de Maestranza y el que mandaba el mayor Franco, constituían la guarnición de la capital en aquella época, de modo que sólo quedaron 30 hombres al mando del teniente Viera para conducir aguas arriba a los demás buques y cuidarlos hasta nueva determinación (CENTURIÓN, 2013, p. 20).

En la Asunción ocupada llegó la información de que los buques que disponía el Paraguay se habrían refugiado en el río Manduvirá, por lo que el comandante de la

Escuadra Imperial, vizconde de Inhaúma, dispuso que varios de sus embarcaciones salieran en persecución de las unidades de la flotilla paraguaya con la misión de capturarlas.

La capital paraguaya y su inmediata sucesora, Luque, habían sido sometidas a brutales saqueos por parte de los invasores, sobre todo la primera, donde existían objetos y mercaderías de considerable valor, no respetándose siquiera las sedes diplomáticas, lo que motivó una formal protesta por parte del cónsul francés en Asunción, Louis-Paul Cavellier de Cuverville⁶, quien se dirigió al marqués de Caxías denunciando que su propio consulado fue, en distintas ocasiones, saqueado; sus muebles tirados y rotos, sus libros despedazados y diseminados por todas partes así como el archivo del consulado general del Brasil en el Paraguay, que lo guardaba con mayor cuidado que el suyo (DECOUD, 1925, pp. 27-28).

La soldadesca, que había recibido mínimas provisiones de alimentos desde el sur, respondió dando rienda suelta a sus peores inclinaciones con la aprobación de los oficiales. No sólo entraron a legaciones extranjeras, sino que lo hicieron en iglesias, hogares privados y almacenes en busca de algo para comer o vender; un testigo alemán reportó que los soldados del imperio pillaron “completamente la ciudad, sin dejar ni un pan de pasto, ni un cerrojo intacto, aunque la guerra era supuestamente contra el tirano López y no contra el pueblo del Paraguay” (WHIGHAM, 2012, pp. 304-305).

A tal punto llegó el entusiasmo por el saqueo que en pocos días desapareció por completo el movimiento fluvial en el puerto de Asunción compuesto por innumerables buques que hasta ese momento seguían a la escuadra imperial abasteciéndola de forrajes por cuenta de la proveeduría y los vivanderos; el acarreo de los frutos del saqueo se realizó de manera continua de día y de noche, pues la oscuridad era vencida

con el incendio de casas aledañas al puerto de fácil combustión, que macabramente sustituían la falta de alumbrado público de la ciudad (DECOUD, 1925, p. 19).

PRIMERA EXPEDICIÓN DE LA MARINA IMPERIAL BRASILEIRA

El 5 de enero de 1869 a la 05:00 hs. zarpó de Asunción una fuerza naval al comando del barón del Pasaje⁷, compuesto del buque acorazado *Bahía*, de los monitores *Pará*, *Alagoas*, *Ceará*, *Piauí* y *Santa Catarina*, y de las cañoneras *Ivaí* y *Mearim*; esa misma tarde, la flota fondeó en la desembocadura del río Manduvirá procediendo al reconocimiento del lugar y del río, al no tener personal práctico que pudiese dirigirlos. Según el barón del Pasaje, “habiendo verificado” no ser prudente navegar por el río con el *Bahía*, se determinó que el monitor *Santa Catarina* fuese el que se internara en el río Manduvirá en persecución de los barcos paraguayos, advirtiendo la poca profundidad del río en casi todo el curso recorrido y lo estrecho del canal con sinuosidades pronunciadas que solo permitía el acceso a los monitores (FRAGOSO, 2012, p. 137).

El barón del Pasaje prosiguió la expedición el día 6 de enero de 1869; el *Santa Catarina* “navegó con mucha dificultad por más de 20 leguas hasta oscurecer”⁸ embistiendo árboles y las barrancas hasta que a las 16:00 hs. avistó a gran distancia los vapores paraguayos: que eran ocho, con un pontón⁹, un vapor viejo¹⁰ y el patacho *Rosario*¹¹ siendo perseguidos para cazarlos, pero que “huyeron a toda fuerza, abandonando chalanas y chatas, que metían a pique, como los tres navíos que llevaban a remolque [...]” hasta que a las 19:00 hs. se detuvo la persecución (FRAGOSO, 2012, p. 137).

En la mañana siguiente (7 de enero) el barón del Pasaje penetró el referido brazo (del Yhaguy); el historiador Augusto Tasso Fragoso escribe que los paraguayos “siempre en fuga” crearon nuevos obstáculos a la navegación, que luego de tres horas de

avance o recorridas más de cuatro leguas, se encontraron con un vapor paraguayo hundido normalmente a la corriente para represar el río y les hizo imposible continuar la persecución.

No sabemos a qué vapor o embarcación pueda referirse en este relato, ya que no contamos con las coordenadas o referencias que nos ayuden a identificar el lugar exacto, siendo probable que también se confundan los tiempos y al mismo río Manduvirá con su tributario el río Yhaguy, como su continuación. Según nuestros registros, cinco embarcaciones fueron hundidas en el Manduvirá: el *Paraguari*, el *Paraguay*, el *Tebicuary*; una chata en el Km. 25 (Puerto Bello), el vapor *Yberá* en Tobatí Tuyá, el *Mbototey* en el Km. 35 y otra chata en el Km. 44¹².

Debido a la estrechez del canal que no le permitía maniobrar, el barón del Pasaje se retiró en reversa y en su camino de regreso intentó remolcar el *Mbototey*¹³ pero viendo que el mismo se encontraba inservible, renunció a la empresa y recién para a las 17:00 hs. del día 8 de enero alcanzó la desembocadura del Manduvirá para regresar a la mañana siguiente y juntarse al resto de la escuadra en Asunción (FRAGOSO, 2012, pp. 137-138).

Por su parte, el veterano paraguayo coronel Juan Crisóstomo Centurión refiere en sus Memorias que una división de la escuadra imperial compuesta del acorazado *Bahía* y los monitores *Alagoas*, *Ceará*, *Pará*, *Piahy* y *Santa Catharina*, los cañoneros *Ybahy* y *Mearim* al mando del Barón del Pasaje, partió de la Asunción aguas arriba en el mes de enero, con el propósito de perseguir y apoderarse del resto de la escuadra paraguaya, consistente en unos seis vapores [y] cuando estuvieron a la vista apresuraron su marcha para dar caza a los buques paraguayos, que se internaron en el Manduvirá y para librarse de su persecución, echaron a pique al *Paraguari* en una de las partes más estrechas de la desembocadura del Yhaguy¹⁴; debido a esta operación, los

monitores brasileños se vieron obligados a retroceder y los buques paraguayos continuaron navegando tranquilamente hasta llegar por el Yhaguy frente a capilla de Caraguatay (CENTURIÓN, 2013, pp. 19-20).

Aunque es posible que los buques visibles en ese momento hayan sido seis como coinciden por pasajes los trabajos de Centurión y Tasso Fragoso, en enero de 1869, además de un número indeterminado de chatas, la vieja escuadra paraguaya estaba integrada por once vapores: el *Paraguari*, el *Tebicuary* y el *Paraguay* (ex *Jacobina*), hundidos desde la boca del Manduvirá hasta Tobatí Tuyá; el *Yberá* hundido en el puerto de Tobatí Tuyá; el *Mbototey* hundido en el Km. 35; y finalmente el *Ypóra*, el *Salto del Guayrá*, el *Río Apa*, el *Pirabebé*, el *Paraná* y el *Anhambaí*, estos seis últimos, expuestos en el Parque Nacional de Vapor Cué.

A los efectos de marcar los acontecimientos relacionados a estas expediciones de manera sucinta y cronológica, podemos decir que los hechos anteriormente relatados de enero de 1869 corresponden al primer intento fallido de la Marina Imperial brasilera por capturar al resto de la flotilla paraguaya, aclarando que el lugar donde anclaron los buques brasileños es la desembocadura del río Yhaguy al río Manduvirá, del cual es su afluente y tributario.

SEGUNDA EXPEDICIÓN DE LA MARINA IMPERIAL BRASILEIRA

El segundo intento de la escuadra imperial por capturar la flotilla paraguaya data de abril de 1869, cuando el marqués de Caxías ya se había retirado a Río de Janeiro, habiendo asumido el comando de las fuerzas aliadas el Conde D'Eu, quien en acuerdo con el nuevo comandante de la escuadra, capitán Elizario Antonio dos Santos, impartió las instrucciones necesarias al Comandante de la 1ª división, Capitán de Mar y Guerra Vitorio José Barbosa de

Lomba, que estaba bloqueando con el buque acorazado *Colombo* y la corbeta *Belmonte*, los afluentes del Manduvirá que finalmente desemboca en el río Paraguay.

En horas de la madrugada del 18 de abril partió de Asunción una escuadrilla brasileña, nuevamente con la misión de destruir los últimos navíos paraguayos que se habían refugiado en el río Yhaguy, afluente del Manduvirá; la escuadrilla encargada de la misión estuvo compuesta por los monitores *Santa Catarina* al mando del teniente 1º Severiano Nunes, navío jefe; *Piauhý* al mando el teniente 1º Balthasar da Silveira y el *Ceará* al mando del teniente 1º Antonio Machado Dutra; las lanchas con máquinas a vapor *Joao de Botas* bajo la dirección del teniente 1º Gregorio Ferreira de Paiva, *Jansen Muller* bajo la dirección del teniente 2º Alfonso Rodríguez de Vasconcellos y la *Couto* (sin mención de responsable a cargo) (COSTA, 1871, pp. 238-239).

Los buques acorazados quedaron en la boca del río Manduvirá frente a la capilla de Olivares¹⁵. Según refiere Pereira da Costa en su importante obra, los prácticos de los ríos Paraná y Paraguay declararon no conocer estos ríos interiores y por tanto, la escuadrilla tuvo que internarse sabiendo que debía realizar además la tarea de exploración; ingresó al Manduvirá pasando por lo que llamaron la gran laguna de Aguaracaty (de envergadura sólo en épocas de creciente) “entrando en el arroyo Hondo y de ahí en el Mbutuy” llegando luego de seis días y muchas dificultades cerca de la capilla de Caraguatay (COSTA, 1871, pp. 238-239).

El mariscal López, a su vez, apenas tuvo conocimiento en Azcurra del envío de una escuadrilla brasileña en procura de las naves paraguayas refugiadas en el arroyo Yhaguy, despachó al capitán de navío Romualdo Núñez con la misión de apoderarse de los barcos brasileños, aprovechando la circunstancia de que el río Manduvirá estaba bajando. Núñez incorporó a su expedición al

Regimiento de Caballería *Acá Morotí* que a las órdenes del mayor Montiel exploraba la costa del Yhaguy, con el fin de obstruir el Paso Garayo o cualquier otro bastante estrecho, buscando encerrar a los buques brasileños e impedir que pudiesen regresar (CENTURIÓN, 2013, p. 20).

Los partes del comandante Lomba consignados en el *Diário do Exército* registran en fecha 26 de abril que la expedición tuvo en los primeros días el siguiente desarrollo: “Quedando en las bocas de aquel río (Manduvirá) bloqueadas por la corbeta *Belmonte* y el buque acorazado *Colombo*¹⁶ penetró la escuadrilla, bajo el comando del capitán de fragata Jerónimo Gonçalves en el Manduvirá, dejó el confluente Manduvirá-Jhú¹⁷ y entró en el lagui [Yhaguy] a 60 o 70 leguas¹⁸ de la desembocadura [del río Manduvirá?], cerca del puerto de la Villa [capilla] de Caraguatay,¹⁹ en que comenzaba a haber falta de agua para el calado de los navíos” (CAMPANHA DO PARAGUAY, 1870, p. 24).

Sigue relatando el *Diario* que durante el viaje -del 19 al 25- observaron siempre gran movimiento de ganado hacia la margen izquierda del río en dirección a la zona de las barrancas, afirmando que toda la marcha de los vapores fue acompañada de cerca por la caballería paraguaya. En cuanto a los navíos paraguayos, en cuya demanda se internó la expedición, afirma que unos se hallaban hundidos y otros metidos en las vueltas sinuosas a que no podían llegar los buques brasileños por la dificultad de la navegación no conocida; además, en los navíos comenzaba a manifestarse grandes faltas tales como aceite, carbón, grasa y mantenimientos, de modo que el comandante se vio en la necesidad de despachar dos de sus lanchas a vapor a pedir recursos llegado ellas (las lanchas) a la boca del Manduvirá el día 25.

Ni las Memorias de Resquín ni las de Centurión (quien en este punto copia las anotaciones de aquel) ahondan en muchos

detalles del suceso y según confirma Cardozo en su magistral obra *Hace 100 Años*, el número del periódico paraguayo *Estrella* donde presumiblemente habría aparecido la crónica oficial, no se conserva en los archivos paraguayos ni en otros repositorios en el Río de la Plata, razón por la cual hemos analizado principalmente fuentes brasileñas, que coinciden en señalar que la escuadrilla brasileña que remontó el Manduvirá en este segundo intento por destruir la flotilla paraguaya, avanzando lentamente aguas arriba con el sistema de sirga hasta unas leguas antes de la capilla de Caraguatay²⁰ donde el nivel del cauce en descenso las obligó a retroceder.²¹

Independientemente de la velocidad del descenso en el nivel de las aguas, es probable que hasta ese momento, la expedición brasileña mantuviese la idea de cumplir su misión, aunque indudablemente, la disminución del nivel del río favorecía los planes paraguayos complicando las chances de que las naves brasileñas regresaran al fondeadero en la boca del Manduvirá o al menos, que lo hicieran sin graves daños. El 25 de abril, el capitán Jerónimo Francisco Gonçalves, comandante de la expedición, decidió retroceder aguas abajo hasta un Paso que atravesó en la mañana de este día y por donde cruzaba gente y ganado de una margen a otra (FRAGOSO, 2012, p. 171).

Confiado en que una lluvia podría propiciar el ascenso de las aguas en los próximos días, antes de continuar su cometido, Gonçalves había enviado las lanchas para solicitar los elementos que necesitaba y llevar las informaciones recogidas a Lomba, comandante de la División de buques acorazados que bloqueaban la desembocadura del río Manduvirá. El historiador Bormann relata que antes de retroceder, Gonçalves también quiso incendiar tres navíos paraguayos que se encontraban a seco en la playa, pero que el agua ni siquiera era suficiente para llegar a ellas con las lanchas (BORMANN, 1897, p. 15).

Integrantes de la expedición de Gonçalves afirmaron haber escuchado en la noche del 26 de abril golpes de machetes, caída estrepitosa de árboles y otros indicios claros de que los paraguayos tenían por objetivo impedir el regreso de la flotilla imperial, por lo que considerando una imprudencia permanecer más tiempo en el lugar por más tiempo, el comandante decidió regresar al día siguiente 27, haciéndolo de la única manera en que podría, de reversa navegando de popa, debido a la estrechez del río que le impedía maniobrar.

En efecto, internados los buques brasileños en el Yhaguy con una bajante en el nivel del río, en cumplimiento de su comisión y en concordancia con el relato de los marinos brasileños, la noche del 26 el capitán Núñez había mandado echar carretas encadenadas y gran cantidad de piedras en el Paso Garayo²² arrancadas de un cerrito cercano al mismo punto, así como gruesos trozos de ramas de madera fresca cortados en los bosques vecinos; pero “una fuerte y continuada lluvia que cayó hizo crecer el río extraordinariamente”²³ permitiendo a los monitores descender sin dificultad, burlándose de los obstáculos que con tanto trabajo el capitán Núñez había mandado colocar (CENTURIÓN, 2013, p. 21).

Aún así, al poco de iniciar su retroceso, la escuadrilla brasileña²⁴ pasó el 27 de abril de 1869 uno de sus peores momentos al ver comprobadas sus sospechas: a las 11:00 de la mañana encontraron el río atravesado con vigas y muchos árboles, todos bien enlazados con lianas y malezas para trabar las hélices. Al *Ceará*, que iba al frente le cupo el trabajo de limpiar el río apartando los obstáculos, lo que pudo realizarse porque logró interrumpir los trabajos (de los paraguayos) fondeando a salvo, todavía antes de atravesar el Paso Garayo, a las 19:00 (COSTA, 1871, p. 240).

El 28 de abril de 1869 la situación se tornó todavía más dramática: la flotilla imperial

parecía irremediablemente bloqueada por el Paso Garayo, tanto por los obstáculos lanzados en el curso del río Yhaguy²⁵ como por las trincheras que los paraguayos habían cavado en ambos márgenes del río donde por su escasa profundidad, resultó más fácil obstruir el río²⁶ con las carretas cargadas de piedras, grandes vigas, árboles enteros lanzados al agua, todo formando una maraña impenetrable (CARDOZO, 1980, p 352).

No queriendo forzar la marcha durante la noche, decidieron realizar el pasaje el día 29 a prima hora: en espera de los refuerzos solicitados al Capitán Lomba, la escuadrilla de monitores y las lanchas a vapor se había detenido aguas arriba del Paso Garayo, al transponerlo, sufrieron vivas descargas de fusilería paraguaya, cuyos tiradores se hallaban ocultos tras las trincheras levantadas en las dos márgenes del río en las florestas, los cuales también intentaron abordar con una canoa y una chalana;²⁷ en el conflicto fueron heridos un maquinista y algunos marinos, pero prosiguieron su viaje y a las dos de la tarde se reunían con la flotilla, dándole la noticia de las hostilidades que les aguardaban, siendo que lo que más les pesaba era la posible pérdida de las embarcaciones (CARDOZO, 1980, p 352).

Indudablemente la copiosa lluvia²⁸ que cayó toda la noche del 27 y el 28 salvó a la flotilla brasilera que ya se encontraba atrapada entre la selva y los obstáculos que las fuerzas paraguayas habían amontonado en el Paso Garayo. El informe oficial brasileño, inserto en las Memorias del Ministerio de Marina del Imperio afirma que “la marcha del día siguiente 29, fue a todo vapor” no habiendo otra opción más que afrontarlo: a las 7:00 de la mañana los marinos imperiales, resueltos a la retirada, teniendo en frente a los paraguayos. El Paso se hallaba fortificado con una batería a barbata, dos piezas de campaña, una gran trinchera para fusilería guarnecida por 1.000 a 1.100 hombres, siendo 900 en la margen

izquierda y cerca de 200 en la otra. Antes, a poca distancia, habían dos torpedos que no hicieron explosión, a pesar de los esfuerzos empleados para conseguirlo cuando la lancha *Jansen Muller* embistió el pasaje (CARDOZO, 1980, p. 355).

Aguas abajo de esta batería, el río igualmente se hallaba obstruido con amarras, cabos, árboles, vigas y carretas atravesadas, cargadas con piedras. Aquella lancha después de reconocer estos obstáculos dio la señal al *Ceará* para que le siguiera en las aguas, para descender a toda fuerza, subiendo después para transmitir a los otros navíos igual información; este monitor se trabó en las cadenas y se vio completamente contenido por las lianas que se enroscaban en las hélices y obstruían su movimiento intentando cortarlas, lo que consiguió con mucha dificultad soportando el vivo fuego de fusilería paraguaya, los otros monitores le acompañaron forzando baterías, trincheras, estacadas y torpedos.

El capitán Núñez sabía que el éxito de su misión se había visto comprometido con las copiosas lluvias que elevaron el nivel del Yhaguy, y salvo que la suerte lo acompañara haciendo detonar alguna mina flotante, no cifraba muchas esperanzas en los efectos de la artillería o la fusilería, que no podían causar daños severos a los monitores o impedir su paso²⁹. El comandante paraguayo no se resignó a volver con las manos vacías y ordenó el abordaje de monitores y lanchas, realizado por 200 hombres armados con cuchillos lanzando feroces gritos de guerra, pero las balas de fusilería de los monitores les llueven en torrentes (BORMANN, 1897, p. 17).

Luego de efectuado el pasaje, Gonçalves retornó y volvió aguas arriba atravesando nuevamente el Paso Garayo ya aparejado para el combate, avanzando por la brecha que había abierto el *Ceará* para colocarse delante de la principal trinchera apostada en la costa, donde abre fuego; los paraguayos responden con sus dos cañones y rociando

la cubierta con sus balas de fusil hasta que, luego del abordaje fallido, las esperanzas de los paraguayos de tomar los monitores se desvanecieran por completo.

Un cuadro dantesco de cuerpos despedazados teñían de sangre las aguas del Yhaguy sin detener a los asaltantes, pero cada camada que se acercaba a los monitores era nuevamente eliminada por el fuego de la metralla, hasta que los paraguayos comprendieron que el esfuerzo era en vano, retirándose los que se mantenían con vida en el agua y dejando más de 100 cadáveres en los alrededores (BORMANN, 1897, p. 18); Bormann menciona como muerto a Núñez³⁰, en un claro error confundiéndolo con Aniceto López, quien sí resultó fallecido.

Una relación escueta escrita por el cónsul francés Cuverville hace referencia de que hubo “una nueva tentativa de abordaje” de los buques acorazados brasileños; el diplomático comenta que la operación fue llevada a cabo por 500 paraguayos que abordaron las naves a nado; Juan E. O’Leary en su obra *La Guerra de la Triple Alianza* inserta en el Álbum Grafico del Paraguay dice que: “cuando los paraguayos vieron frustrados sus sacrificios [refiriéndose a las tentativas para obstruir el paso de los buques acorazados] intentaron un loco abordaje, lanzándose a nado sobre los buques imperiales, pereciendo casi todos, fulminados por la metralla, antes de llegar a ellos”³¹.

Este hecho fue considerado un gran triunfo según el relato brasileño por “burlar los esfuerzos del enemigo” pero el comandante de la expedición, aprovechando el entusiasmo y ardor de sus compañeros de armas, mandó a la flotilla subir otra vez el río para combatir e intentando un desembarco con 80 plazas, logró cercar un grupo de paraguayos que cayeron prisioneros³² entre ellos dos oficiales “uno de los cuales era ayudante del ex dictador (sic)” (CARDOZO, 1980, pp. 355-356).

Más allá del escape de la escuadrilla imperial y de las bajas paraguayas, lo cierto

es que ni los paraguayos lograron su objetivo de capturar los monitores, ni los brasileños lograron el suyo de destruir la flotilla paraguaya, quedando desechada la idea de llegar hasta el Paso de Itacurubí, que fue utilizado por el Mariscal López en su desplazamiento hasta Cerro Corá y desde donde los brasileños tendrían abierta las puertas para llegar a la capilla de Caraguatay donde se encontraban fondeados los buques paraguayos.

TERCERA EXPEDICIÓN DE LA MARINA IMPERIAL BRASILEIRA

Desde hacía más de medio año, la capital paraguaya se había trasladado desde Luque a Peribebuy en la Cordillera, ciudad que fue escenario de la cruenta batalla del mismo nombre, desarrollada el 12 de agosto de 1869 y luego de la cual el 13 por vía de Caacupé el mariscal López se retiró a Caraguatay, donde pernoctó el 15 de agosto, a la mañana siguiente 16 oyó misa en la capilla antes de continuar su retirada, desconociendo, al menos en ese momento, de la sangrienta batalla que se desarrollaría a pocos kilómetros (BORMANN, 1897, p. 74).

Cuando al mariscal le llegó la información por parte del enviado del general Caballero, de que era perseguido en retirada por el campo de Barrero Grande “con su habitual calma, recibió esta noticia y enseguida despachó al oficial mandando decir al general Caballero que hiciera toda la resistencia posible” para luego llamar al jefe político del departamento, teniente José del Rosario Miranda, recién ascendido a capitán, a quien le dijo: “quédese usted aquí porque ya no conviene llevar tras del ejército a mujeres, niños y heridos; no le dejo a usted de carnada, sino para prestar un importante servicio a la Patria en el sentido de evitar que el ejército invasor haga mayores cosas [daños]” (CENTURIÓN, 2013, pp. 79-80).

También dio orden el mariscal al cura párroco, José Núñez, para que notificara a las numerosas familias que iban acompañando

al ejército que volvieran a sus hogares y que el jefe Miranda quedaba encargado de darles protección necesaria contra los posibles avances de los aliados, disposición que fue parcialmente acatada, ya que algunas familias prefirieron acompañar la suerte del ejército, Luego de impartir las órdenes faltantes, el mariscal López abandonó Caraguatay con el Primer Cuerpo de Ejército por el pasaje de Paso de Patria sobre la carretera a San Estanislao, quedando en el punto de salida un Escuadrón de Caballería al mando del Ministro de Guerra don Luis Caminos (CENTURIÓN, 2013, pp. 80-81).

Cuando el jefe de la escuadra Eliziário Antônio dos Santos constató que los paraguayos se retiraban hacia las cabeceras del Manduvirá, decidió mandar algunos elementos navales para internarse por este río con la esperanza de cerrarles el paso; el 17 de agosto la cañonera *Iguatemi* y las lanchas *Inhaúma*, *Juqyerí* y *Tebicuarí* entran en el Manduvirá hasta un poco arriba del paso Horqueta³³, donde queda el *Iguatemi*, en vista de la configuración del terreno que permite que se observen los campos de ambas márgenes del río (FRAGOSO, 2012, p. 299).

Las lanchas con máquinas a vapor continúan, dirigidas por el capitán de fragata João Antônio Alves Nogueira y por el capitán teniente Eduardo Wandenkolk alcanzando el lugar en que fuera a pique el vapor *Paraguarí* a 14 leguas³⁴ de la desembocadura del Manduvirá.³⁵ Al caer la noche regresaron por cautela hasta donde se encontraba la cañonera *Iguatemi* y al día siguiente 18 de agosto, volvieron a remontar el río llegando a un punto donde este se bifurca [la boca del Yhaguy] (FRAGOSO, 2012, p. 300).

Siguiendo el cauce del Yhaguy tomaron rumbo hacia la capilla de Caraguatay hasta llegar al Paso Garayo, que lo encuentran obstruido por un muro de piedra de tres metros de ancho y cuya altura sobrepasaba en un metro sobre el nivel del agua. Solo habían dejado un canal estrecho en una

de las márgenes, navegable por canoas; la tripulación de las lanchas abrió un pasaje mayor, auxiliado por la guarnición del *Lindoia*, desde cuyos mástiles se percibía gente que se encaminaba hacia el Norte, se llegó hasta el Paso González³⁶; los vapores paraguayos no estaban lejos, pero nuevamente la insuficiencia de agua impidió que las embarcaciones avancen más (FRAGOSO, 2012, p. 300).

De acuerdo al plan aprobado el 7 de julio de 1869, el ejército aliado tenía pensado circunvalar las posiciones paraguayas en la Cordillera con el propósito de cercarlo y de esa manera, poner fin a la guerra. Sin embargo, tal como había ocurrido un año atrás con el sitio a Humaitá en el Cuadrilátero, también en este caso las intenciones de los aliados se vieron frustradas cuando percibieron que los paraguayos se habían escabullido por Caraguatay. La columna del general Victorino³⁷ se enfrentó con la retaguardia del mariscal en el camino de Caaguy Yurú (CARDOZO, 1980, p. 323).

Dada su superioridad numérica en el ejército de tierra, los aliados se habían dividido en tres columnas buscando cerrar la tenaza; el ministro Caminos visualizó la avanzada aliada determinada a acampar en Caraguatay, tomando la decisión de marcharse con su escolta a incorporarse a las fuerzas del mariscal. Ese mismo día fueron atacados los marinos que cuidaban los últimos vapores paraguayos que permanecían anclados o varados en uno de los pasos del Yhagüy, defendiendo la posición hasta donde les fue posible, pero en vista de la superioridad de las fuerzas de ataque, cumplieron las instrucciones que tenían de prender fuego a los buques *Ypora*, *Paraná*, *Río Apa*, *Salto del Guairá*, *Pirabebe* y *Anhambahy* (CENTURIÓN, 2013, p. 89).

En cuanto en el Manduvirá se había intentado alcanzar a los paraguayos cercándolos por tierra y agua, el buque acorazado *Bahía*, la cañonera *Araguary* y la

lancha *Couto* continuaron navegando por el río Paraguay con rumbo Norte hacia Puerto Rosario y el Jejuí, fondeando en la boca del río Cuarepotí internándose sus comandantes con la lancha con máquinas vapor, llamando también por allí la atención de los paraguayos pero sin hallar nada, a excepción de dos espías que lograron escaparse ganando el bosque (FRAGOSO, 2012, p. 300).

El 20 de agosto la retaguardia paraguaya tuvo un encuentro con las avanzadas aliadas en el paraje de Valle-í, a distancia de una legua aproximadamente del arroyo Hondo; el 21 el mariscal fue intimado a rendirse dejando a los aliados sin contestación y continuando su marcha al norte hasta que el 22 los aliados finalmente abandonan la persecución al perder todo contacto con el ejército paraguayo en retirada; entre los altos jefes aliados nuevamente cundió la idea de que la guerra estaba terminada y el Conde D`Eu elaboró un nuevo plan de operaciones para ocupar los principales puntos de la República abandonados por López y a la vez, tratar nuevamente un cerco en su nueva ubicación en San Estanislao (CARDOZO, 1980, pp. 332-339).

Como es recurrente en su obra, Bormann culpa del fracaso de la operación a los argentinos, en este caso dirige sus dardos directamente al general Emilio Mitre a quien acusa de retardo [pues] arribando por el camino de Altos "tomó ahí una insignificante trinchera al amanecer del día 12, realizó insignificantes tiroteos en picadas próximas a aquel punto, perdiendo todavía más del precioso tiempo en exploraciones innecesarias de manera que sólo el 15 llegó a Altos para reunirse a nuestro ejército el 17, después de una marcha forzada" (BORMANN, 1897, p. 72).

Finalizadas estas batallas y escaramuzas de agosto de 1869, las más desiguales de toda la contienda, donde se registraron los peores crímenes de guerra evidenciando la extenuación de las tropas, desde la

más alta oficialidad hasta los atropellos desenfrenados de la soldadesca, que una vez más debía resignarse a continuar la ya prolongada guerra, los aliados regresarían a Asunción sin haber alcanzado ni el paso por donde López se retiró con sus tropas, ni siquiera destruido sus últimos navíos que fueron quemados por los propios paraguayos.

Todos los autores coinciden en que una vez más, la guerra pudo haber terminado en agosto de 1869; el mismo Conde D`Eu reflexiona con autocrítica que "de esta manera terminó lo que se puede llamar la Campaña de las Cordilleras, la cual nos dio la posesión de la parte más fértil y poblada del territorio paraguayo [pero] nuestros esfuerzos no consiguieron todo lo que la nación esperaba de nosotros y esta vez el astuto dictador burló nuestras acciones poniéndose nuevamente a salvo" (CARDOZO, 1980, pp. 300-301).

Valga este pequeño resumen de las últimas operaciones fluviales realizadas en torno a la antigua Armada Paraguaya en el período de enero a agosto de 1869 a los efectos de conocer mejor las mismas, dividir las cronológicamente para ubicarlas en el tiempo y contextualizarlas a las acciones bélicas emprendidas por los ejércitos beligerantes, ya que materia pendiente en el estudio de la Guerra de la Triple Alianza (1864-1870) sin lugar a dudas sigue siendo lo relacionado a lo ocurrido en los grandes cursos de agua que surcan la región, que constituyen escenarios vivos que claman por su rescate histórico y valoración patrimonial.

La Secretaría Nacional de Cultura, el Ministerio de Defensa Nacional, el Ministerio de Obras Públicas, la Gobernación del departamento de Cordillera, los municipios involucrados y otras instituciones tienen la brillante oportunidad de recuperar estos sitios históricos sin la necesidad de contar con muchos recursos, apelando a la gestión pero sobre todo a la ciudadanía, que debe

empoderarse y tomar conciencia del valor incalculable de su patrimonio cultural, algunos de ellos aún enterrados o bajo agua que esperan ser descubiertos y expuestos, siguiendo los protocolos de rescate.

En ambas márgenes del Yhaguy en el Paso Garayo indefectiblemente existen vestigios de los elementos utilizados por las fuerzas, el entorno del pecio hallado donde debe haber cadenas y otros objetos que fueron colocados en ese lugar tanto frente al casco como en forma posterior conforme la bibliografía conteste; todos estos elementos podrían formar parte de un Museo Histórico en la ciudad de Primero de Marzo. El muro existente en el Paso Garayo debe ubicarse e identificarse en sus extremos colocando señaladores fijos en ambos extremos; el acceso al lugar puede realizarse desde la antigua carretera que está a poca distancia del mismo y se mantendrán perfectamente.

En cuanto al desguazado *Paraguarí* que ha sufrido una brutal agresión patrimonial por la forma en que fue arrancado del lecho, cortado y elevado en grúas perdiéndose

importantes vestigios del entorno, lo ideal sería intentar ensamblarlo nuevamente conforme a sus planos y dejarlo lo más parecido posible a como estaba antes de su “rescate” ya que no existen ninguna alternativa. De igual manera, en el futuro se debería estudiar un proyecto de rescate nacional, binacional o multilateral de los demás buques hundidos para su valoración y puesta en valor, considerando el millonario costo que pueda tener; para el efecto previamente deben señalarse los lugares exactos y condiciones para evaluar la factibilidad de su recuperación a costes razonables.

Un ejemplo de lo que puede hacerse con voluntad, conocimientos técnicos y aún sin muchos recursos es Vapor Cué en 1978: iniciada a instancia de una comisión de vecinos de la ciudad de Caraguatay y luego llevada adelante con el escultor Faustino Adorno y el ingeniero español de origen catalán Juan Miró Silvestrini, bajo la dirección del Departamento Técnico de la Dirección del Material Naval y Astilleros (D.M.N.Y.A).

Parque Nacional de Vapor Cué



Ilustración 1: Plano elaborado pelo capitao Jaime Grau sobre a ubicacao original dos buques paraguaios que logo foram exibidos no Parque Nacional de Vapor Cué (Caraguatay, Cordillera).

BIBLIOGRAFÍA Y FUENTES

BORMANN, Bernardino. *História de Guerra do Paraguay, III Volume*. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1897.

CAMPANHA DO PARAGUAY. *Diario do Exército*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

CARDOZO, Efraim. *Hace 100 años: crónicas de la Guerra de 1864-1870. Tomo XI*. Asunción: Emasa, 1980.

CENTURIÓN, Juan Crisóstomo. *Memorias o reminiscencias históricas sobre la Guerra del Paraguay. Tomo 4*. Corrientes: Amerindia, 2013.

COSTA, Francisco Félix Pereira da. *Historia da Guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay. Volume IV*. Rio de Janeiro: Livraria de A. G. Guimaraes, 1871.

DECOUD, Héctor Francisco. *Sobre los escombros de la guerra: una década de vida nacional (1869-1880). Tomo Primero*. Asunción, 1925.

‘Diario Última Hora (Asunción), edición del 17 de noviembre de 2019.

Diario Última Hora (Asunción), edición del 5 de diciembre de 2019.

Diario Última Hora (Asunción), edición del 6 de diciembre de 2019.

Diario ABC Color (Asunción), edición del 16 de diciembre de 2019.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra da Tríplíce Aliança e o Paraguay. Volume 4*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.

O`LEARY, Juan E. *El libro de los Héroes: páginas históricas de la Guerra del Paraguay*. Asunción: Librería La Mundial, 1922.

WHIGHAM, Thomas. *La Guerra de la Triple Alianza. Volumen III: danza de muerte y destrucción*. Asunción: Taurus, 2012.

NOTAS

¹ Paraguay es signatario de la Convención sobre la protección del patrimonio cultural subacuático y anexo por Ley N° 2886 de 2006.

² Diario Última Hora (Asunción), edición del 17 de noviembre de 2019: “*Restos de buque Paraguairí salen del agua y emergen críticas por el procedimiento*”

³ Diario Última Hora (Asunción), edición del 5 de diciembre de 2019: “*Hallan embarcación que sería de época de la Guerra Grande*”

⁴ Diario Última Hora (Asunción), edición del 6 de diciembre de 2019: “*Perito naval asegura que barco hallado es de época de Guerra*”

⁵ Diario ABC Color (Asunción), edición del 16 de diciembre de 2019: “*En MOPC analizarán hallazgo en río Yhaguy*”

⁶ Del cónsul francés Louis-Paul Cavalier de Cuverville al marqués de Caxías (Asunción, 13 de enero de 1869).

⁷ En “*El libro de los Héroes: páginas históricas de la Guerra del Paraguay*” publicado en Asunción por Librería La Mundial en el año 1922 (p. 282), sin citar fuentes su autor, Juan E. O`leary, acusa al barón del Pasaje de haber “*llenado sus barcos con pianos y muebles finos*”

⁸ Muy probablemente aquí existe un error, ya que de ser correcto el cálculo de 20 leguas, correspondería a 111 Km. y 454 m., recorrido imposible de hacer, aunque se calcule el viaje de ida y vuelta.

⁹ Era un buque en construcción con casco de madera que se llamaría *Tebicuary*.

¹⁰ Claramente se referían al *Paraguari* recuperado por los paraguayos después de la Batalla de Riachuelo, aún bajo el bloqueo del río Paraná por la Escuadra Imperial.

¹¹ No se trataba del *Rosario* sino del *Paragua* 'y (ex *Jacobina*), capturado por la Armada Paraguaya en la campaña de Mato Grosso; este error y otros similares pudieron ser cometidos de manera accidental o también, de *ex profeso* a fin de no mencionar las consideradas deshonras militares.

¹² Distancias en kilómetros desde la desembocadura del río Manduvirá en el río Paraguay.

¹³ Parte de la historiografía brasileña confunde el *Mbototey* (hundido en el Km. 35) llamándolo impropriamente *Coititey* (nombre inexistente en la Armada Paraguaya).

¹⁴ En este punto Centurión comete un error, ya que el *Paraguari* fue hundido en la desembocadura del Manduvirá en el río Paraguay (ubicación original).

¹⁵ Ubicada a unos 500 metros de la desembocadura del Manduvirá en el río Paraguay, la capilla de San Carlos de Olivares fue diseñada por el arquitecto italiano Alessandro Ravizza e inaugurada en diciembre de 1862, estaba enclavada en una estancia de la familia López, saqueada al final de la guerra.

¹⁶ Con estas palabras dicho *Diario do Exército* corrige su error anterior al referirse correctamente que las bocas son del río Manduvirá y la del riacho Asunción, no de sus afluentes.

¹⁷ El nombre correcto es el río o arroyo Tobatiry.

¹⁸ Sin lugar a dudas, lo consignado en el *Diario* y reproducido por Cardozo es otro error, ya que 60 o 70 leguas equivale entre 275 y 387 kilómetros, mientras que desde la desembocadura del Manduvirá hasta donde llegaron los monitores brasileños tenemos 80 kilómetros, aproximadamente.

¹⁹ El *Diario* consigna como fecha de llegada a Caraguatay el 19 de abril, pero evidentemente existió allí un error que puede entenderse en que Lomba pudo haber informado que en esa fecha la expedición se internó a los ríos Manduvirá e Yhagüy, llegando seis días después (el 25), coincidente con los demás registros.

²⁰ No se especifica lugar exacto, posiblemente haya sido el paso Itacurubi (no confundir con Itacurubí de la Cordillera, también sobre el Yhagüy, pero más al Este).

²¹ Pereira da Costa en su obra (1871) habla de un descenso del nivel de "casi dos palmos" (40 cm. aprox.); Bernardino Bormann (1897) habla de disminución del nivel sin dar cifras, en tanto que Tasso Fragosso (1934) afirma exageradamente que el río bajaba "diariamente de uno a dos pies" (30 a 60 cm. / día).

²² Lo que Centurión consigna con el nombre de "Garayo", el general Francisco Isidoro Resquín denomina "Jecayó" y en algunos documentos brasileños aparece como "Quarajó".

²³ Esta referencia de Centurión de la lluvia debe corresponder al 27 o 28 de abril.

²⁴ Tres monitores y la lancha *Couto*.

²⁵ Probable lugar de hallazgo del pecio en diciembre de 2019.

²⁶ Cardozo aquí confunde al río Manduvirá con el río Yhagüy, siendo este último el correcto.

²⁷ Posiblemente, alguna de ellas sea la hallada el 3 de diciembre de 2019

²⁸ Resquín también manifiesta en sus Memorias que por "una lluvia fuerte y continuada el río creció dejando paso a los acorazados" (debemos aclarar que los que pasaron fueron los monitores y no los acorazados)

- ²⁹ Conociendo los intentos anteriores de abordaje durante la Campaña de Humaitá, lo más probable es que Núñez haya seguido instrucciones verbales precisas de López para emplear todos los medios a su alcance para apoderarse de los monitores.
- ³⁰ Romualdo Núñez Jara (1836-1909) luego de tomar parte del combate de Paso Garayo, sería el encargado de inmolar los restos de la flotilla de guerra paraguaya en el río Yhaguy en agosto de 1869, desertando casi al fin de la guerra en enero de 1870. Tuvo una activa vida política en la posguerra en filas de la ANR.
- ³¹ El *Diario do Exército* (p. 36) afirma que la pérdida de los expedicionarios fue de “un único hombre registrándose solamente seis heridos” entre ellos el maquinista Julio Raposo de Mello, quien recibió dos impactos de bala
- ³² El *Diario do Exército* consigna que en el desembarque fueron aprisionados dos oficiales y tres plazas, cuyos nombres proporciona: teniente de marina Ángel Fernández, alférez Víctor Escato, sargento Víctor Vázquez, marinero Agustín Ortiz y el soldado de caballería Juan Flores
- ³³ Este paso no está registrado en los mapas que se dispone, no existe una forma de poder individualizarlo y por la poca información existente, tampoco un Paso que se pueda deducir por aproximación de cual se trataba
- ³⁴ Aquí advertimos otro error, ya que a 14 leguas (unos 78 kilómetros) no existe ninguna embarcación hundida y mucho menos el *Paraguarí*, hundido a escasos 5 kilómetros de la desembocadura del río Manduvirá.
- ³⁵ Por aproximación, el último buque hundido fue el *Mbotetey* en el lugar llamado Salinares, cerca de la actual ciudad de Arroyos y Esteros, que entonces llevaba el nombre de Capilla o Estancia Duarte, a escasos kilómetros de la desembocadura del Manduvirá.
- ³⁶ Posiblemente su denominación de entonces respondía a que allí desembocaba la Cañada González (posteriormente se llamó Paso Toro, hoy ubicado dentro de una estancia privada).
- ³⁷ Centurión acusa a Victorino de crímenes de guerra por el degollamiento de dos jefes y dieciséis oficiales afirmando que “no existe ningún fundamento racional en que apoyar el pretendido derecho de matar a un enemigo desarmado y rendido.”

A guerra que “não acabou”: as tensões para a manutenção das tropas imperiais em Assunção (1869-1871)*

The war that “didn’t end”: tensions for maintenance of Imperial troops in Asunción (1869-1871)

Fabio da Silva Pereira

Doutorando em História pela Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), mestre em Administração Pública (FGV), licenciado em História (UNIRIO) e bacharel em Ciências Militares (AMAN).

Florence Alencar Moreira

Graduanda em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e pesquisadora do Grupo História Militar e Fronteiras (UNIVERSO).

Gustavo de Freitas Araújo

Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), licenciado em História (UNOPAR) e bacharel em Ciências Militares (AMAN).

RESUMO

O artigo analisou as consequências da Guerra da Tríplice Aliança entre 1869 e 1871, em que vários aspectos contribuíram para a manutenção de uma Divisão do Exército Imperial em Assunção após o término do conflito. A análise documental contemplou os relatórios dos Ministérios da Guerra, do Império e das Relações Exteriores. O discurso encaminhou a questão como um “assunto extraordinário”, evidenciando a camuflagem institucional na qual constava, de um lado, a ação diplomática, a desmobilização das tropas e, em sentido oposto, a destinação dos recursos para prover a subsistência dos militares. Em consequência a essa queda de braço entre orçamento versus diplomacia, o Império do Brasil articulou movimentos de memória e esquecimento dos seus feitos no maior conflito bélico em solo sul-americano.

PALAVRAS-CHAVE: Consequências da Guerra da Tríplice Aliança; Diplomacia Imperial; Economia do Brasil Império

ABSTRACT

This article analyzed the consequences of the Triple Alliance War between 1869 and 1871, in which several aspects contributed to the maintenance of an imperial army division in Asunción after the end of the conflict. The documental analysis included reports from the ministries of War, Empire and Foreign Affairs. The governor’s speech addressed as an “extraordinary issue”, highlighting the institutional camouflage that included, on the one hand, diplomatic action, the demobilization of troops and, in the opposite sense, the allocation of resources to provide for the military subsistence. As a consequence of this struggle between budgets versus diplomacy, the Empire of Brazil articulated movements of memory and forget achievements in the greatest war conflict in South America.

KEYWORDS: Triple Alliance War consequences; Imperial Diplomacy; Brazil Empire Economy

*Artigo recebido em 28 de março de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 52-64 – 2020.

INTRODUÇÃO

“O passado está cheio de ervas e o futuro prenhe de calamidades”
(A REFORMA, 9 de julho de 1870).

A proposta deste estudo foi apresentar um panorama documental sobre o desfecho da Guerra da Tríplice Aliança (GTA), compreendendo a condução política imperial após a derrota do Exército paraguaio (1869), a morte de Francisco Solano López (1870) e o ano seguinte da manutenção da presença militar brasileira. A retirada do Duque de Caxias em 1869 e a assunção do Príncipe Gastão de Orleans (Conde D'Eu) ganharam vozes dos jornais¹ e da atenção popular com as orientações dos dois partidos² que se buscavam na direção efetiva do parlamento imperial. O Partido Conservador, liderado por Caxias, passou a ditar as regras no parlamento a partir do ano de 1868³, onde o Barão de Muritiba ficou como responsável pelo Ministério da Guerra. O Partido Liberal, representado pelo General Osório e contando com a simpatia do Conde D'Eu, buscou potencializar o prestígio monárquico e a hegemonia nas câmaras legislativas.

O fio da balança ficou por conta dos destinos financeiros e dos esforços diplomáticos para equilibrar as demandas, a saber: de um lado estavam a consolidação das fronteiras e a condução inicial dos destinos do Paraguai após o 1º de março de 1870. Apesar das intensas discussões que culminaram no acordo da retirada de militares entre brasileiros e argentinos, em 24 de novembro de 1869 (RODRIGUES, 2009, p. 27), o Governo imperial decidiu manter uma Divisão de Exército, com mais de 3000 homens, estacionada na capital Assunção (DORATIOTO, 2004).

Estava em jogo, também, a imagem da monarquia como condutora dos esforços militares sem a presença direta de Caxias. Após ter alegado a sua saída por motivo de doença, em janeiro de 1869, o Duque reco-

lheu-se em seu sítio na Tijuca, dispensando comemorações por seus feitos na longa campanha. Esse fato proporcionou a oportunidade esperada pelo Príncipe Gastão de Orleans que, com 27 anos, tornou-se o comandante em chefe das tropas na Campanha da Cordilheira (1869-1870). Embora a guerra tenha sido dada por terminada, a Campanha da Cordilheira encontrou vários sítios de resistência. De acordo com os registros do Ministério da Guerra, o Marechal Francisco Solano López e o restante do seu Exército permaneceram por tempo considerável nas cercanias de Assunção, onde montou bases estratégicas em Luque, em junho, em Caacupé até 15 de agosto e em San Estanislao em 13 de outubro (AHEx, 1870). Cabe destacar que essas bases lopistas estavam distantes, respectivamente, apenas a dez, 60 e 145 quilômetros da capital paraguaia. Em consequência, qualquer movimento de retirada aliada naquele momento poderia ser acompanhado pela rápida retomada ao poder por parte de López.

Nesse período, depois de encarniçados combates e uma troca de correspondências entre o príncipe e o marechal paraguaio (29 de maio), novas investidas aliadas tiveram como finalidade encontrar importantes fontes para a manutenção do poder local, como, o Arquivo Público do Paraguai até 1868 e farta munição e peças de artilharia apreendidos no combate de Pirebebuy, em 12 de agosto. Ademais, os combates nessa etapa do conflito custaram a vida de muitos aliados, como o Brigadeiro João Manoel de Menna Barreto (AHEx, 1970). Esses detalhes contribuíram para os políticos brasileiros e os folhetins de vertente liberal-progressista lançarem críticas à atuação do Duque de Caxias, acusando-o, inclusive, por ter deixado o Marechal Solano López escapar (RODRIGUES, 2009).

Terminada a última fase do conflito, o Conde D'Eu é recebido com muita festa na Corte e isso movimentava as casas legislativas

em torno da comemoração oficial da vitória em 10 de julho de 1870, também conhecida como a “festa do barracão”. Segundo Trevisan (1985), tal perspectiva só fora possível devido à pressão exercida pelo Conde D’Eu, já que a pompa do desfile da vitória tinha o objetivo de ser reduzida. As calamidades sofridas pelo Exército durante a guerra não poupavam os homens de armas, e as elites civis, de fato, corroboraram para aumentar essa desvalorização. O patriotismo passava a ser um “privilegio” do Exército, até mesmo porque sua opinião política era limitada frente às imposições das elites outrora citadas (TREVISAN, 1985, pp. 11-13). De outro lado estava o custo das promessas feitas durante a campanha para os Voluntários da Pátria e para os cativos e inválidos, além da enorme dívida contraída para vencer a guerra. Isso mobilizou os *Luzias* nas casas legislativas e os folhetins de cunho liberal. E também contribuiu para o “esquecimento” da campanha diante da incapacidade imperial na resolução todos os compromissos firmados durante a GTA.

Com a demonstração de bravura, mesmo que em defesa de uma pátria que não lhes pertenciam, os cativos esperavam retornar da guerra com a condecoração no peito e a carta de liberdade nas mãos. Encontraram sim, na volta ao Brasil, os velhos grilhões e a humilhação de serem detidos em meio às festividades, ainda vestidos com as fardas desbotadas pela prolongada campanha, depois da árdua tarefa cumprida (RODRIGUES, 2009, p. 15).

O objetivo, portanto, foi avaliar as tensões imperiais na condução dos destinos das tropas instaladas no Paraguai por mais de seis anos. Para isto, o artigo foi dividido em duas partes. Em um primeiro momento, verificamos a “Festa do Barracão” (1870) como o prenúncio dos movimentos de esquecimento seletivo e gradual dos feitos militares na re-

gião platina. No segundo instante, a permanência de tropas imperiais em Assunção e a avaliação sumária da destruição do Forte de Coimbra e da cidade de Corumbá pelas tropas paraguaias, com reflexos no cálculo da indenização a ser feita pelo Paraguai pelos custos imperiais do conflito. Assim, dispensando a teleologia, o artigo visa oferecer um prisma sobre como o conjunto das tensões motivou a permanência de uma divisão e de uma flotilha imperial por anos após a morte de Francisco Solano López.

A “FESTA DO BARRACÃO” COMO TERMÔMETRO INSTITUCIONAL

O lento processo de dissolução dos 13 batalhões de voluntários iniciou em janeiro de 1869, com Caxias ainda no comando das tropas. No entanto, apesar das ponderações sobre o grande efetivo instalado em Assunção, o novo comandante – o Conde D’Eu –, ao chegar em 14 de abril daquele ano (AHEx, 1870), acatou a ordem das unidades serem designadas para novas localidades, no intuito de localizar Solano López. A cidade de Assunção, além das tropas estacionadas e suas barracas de campanha, também representava um polo de atração para refugiados do interior do país, famintos e doentes, mas não dispunha de infraestrutura para recebê-los, tornando o quadro caótico (HOMEM DE MELLO, 1873, p. 31).

Mesmo diante das dificuldades, a diplomacia brasileira conseguiu instalar um governo provisório em 15 de agosto⁴ de 1869 em forma de triunvirato, composto por Carlos Loizaga, José Díaz de Bedoya e Juan Francisco Découd⁵. Este governo, porém, começara a enfrentar dificuldades na condução dos destinos políticos do Paraguai logo no início do ano de 1870:

No início de 1870 se deu, pela primeira vez, o uso de forças militares brasileiras para influenciar no quadro político

interno paraguaio. Foi quando ocorreram agitações, em torno da eleição de deputados constituintes, entre as duas correntes políticas: os “lopistas”, seguidores de Cândido Bareiro, e os “liberais”. Os “barreiristas” buscavam derrubar o Governo Provisório, mas tal não se deu, pois o comandante das forças imperiais, General Correa da Câmara, apoiou as autoridades provisórias (IHGB, 1870).

Segundo Harris Warren, o triunvirato paraguaio funcionou na teoria entre 15 de agosto de 1869 e 1º de setembro de 1870 (WARREN, 2015, p. 96). De qualquer modo, um acordo entre os aliados para por fim à guerra foi firmado em 20 de julho de 1870⁶, com a promessa imperial de não intervir na política paraguaia e a promessa argentina de evacuação da Villa Occidental. Ambas as promessas entre os aliados não seriam cumpridas até o final daquela década (WARREN, 2015, p. 92).

No Brasil, em paralelo à notícia de que Francisco Solano López estaria morto (18 de março de 1870) e a guerra tecnicamente terminada, começou a preparação dos festejos regionais para a recepção dos combatentes. A possibilidade de uma comemoração unificada na corte foi descartada inicialmente por questões logísticas e pela possibilidade de haver uma rebelião interna por conta do atraso no pagamento dos soldos e na desmobilização imediata com a baixa compulsória dos voluntários. Essa preocupação vinha de longe e ressoava há tempos nos ouvidos da Corte:

O Paraguai fica reduzido a mulheres e nós a mendigos. Outras questões virão após e quem sabe o que fará um Exército composto de voluntários altaneiros e indisciplinados. A questão da escravidão bate-nos à porta e desorganizará o

trabalho. Tudo isso impressiona e faz-me esmorecer⁷ (BIBLIOTECA NACIONAL, 1869).

Segundo o jornal gaúcho *A Reforma*, o Conselheiro Paranhos disse que os batalhões deveriam seguir diretamente do Paraguai para os seus destinos, não deveriam deslocar-se em grupamentos completos e sim cada um por sua vez. Além disso, esse transporte foi feito aos poucos, dentro da disponibilidade da malha regional sem a contratação de navios extras para tal fim. Segundo elucidada Souza (2018), pouco fora feito para recepcionar até mesmo os mutilados e doentes de campanha. Destaca-se a formação do Asilo de Inválidos da Pátria como uma iniciativa da Associação Comercial do Rio de Janeiro, pelo Decreto de 15 de novembro de 1867. A gestão estava a cargo do irmão do Duque de Caxias, o futuro Visconde de Tocantins, e ainda, contava com o paradoxo imperial: por mais que este alegasse falta de recursos, corroborava para o fundo com volumosa quantia. Após a guerra, pouco a pouco, os recursos se tornaram escassos, o que obrigava aos mutilados residirem fora de tal asilo. Os relatórios de 1871 e 1872 expressavam, então, a necessidade de ser criado um Museu Militar com caráter pedagógico para a exibição dos “troféus de guerra”. Assim, fora transferido para a localidade do asilo, em 1877, com a intenção de deixar de fazer parte do Arsenal de Guerra, ainda que, em 1886, o Império já não custeie mais as especificidades do asilo, mantendo apenas as funções do Museu. Adicionalmente, o folhetim rio-grandense atribui ao conselheiro a omissão na providência às comemorações: “nada de festejos públicos, de festas populares pelo seu regresso à Pátria”. A motivação aparente seria a falta de recursos:

Toda a falta de sensibilidade do governo em relação aos veteranos da guerra era justificada sempre pelas más condições financeiras – não era possível beneficiar da

mesma forma todos que livraram o Brasil da derrota no Paraguai. Em troca de suas próprias vidas alguns deram a paz e a felicidade ao País, enquanto outros gozavam do santo ócio e das delicias domésticas. Como indenizar alguém que participou da campanha por alguns meses e outros que fizeram toda a guerra? (RODRIGUES, 2009, p. 17).

A incerteza entre o clima de festa do retorno e a possibilidade de reembolso dos que lutaram retardou a decisão imperial em promover as comemorações. O “silêncio” constrangedor na Corte ficou por conta dos possíveis protestos que poderiam por em xeque a instituição monárquica. O *Jornal do Commercio* detalhou a angústia governamental para saldar dívidas com o próprio povo:

O tempo das festas já passou. As glórias que vem tarde já vêm frias. Fique sim a cada província o direito de saudar os batalhões de voluntários como quiser, e entender mais belo e mais glorioso. Mas não se acumule sobre o Tesouro despesas com transportes em flotilhas, com desembarque na Corte do Império, com embarque novos para cada província, ficando depois o Governo do Brasil devendo a cada voluntário, a quantia de 300:000\$ e umas braças de terra que lhes prometeu por um decreto publicado com data de 7 de janeiro de 1865 (JORNAL DO COMMERCIO, 1870).

Contudo, a possibilidade da realização do evento comemorativo contou com a mobilização do próprio imperador nas casas legislativas. A finalidade de promover um espetáculo público das festas oficiais seria uma clara demonstração do prestígio do imperador, pela sua capacidade de mobilização, pelo seu forte apelo emotivo e pela

sua visibilidade. Isso era o que pretendia o governo monárquico com a festa oficial (RODRIGUES, 2009, p. 124).

Dessa forma, impôs ao gabinete do Visconde de Itaboraí a vontade de realizar a festa oficial do encerramento da GTA no Campo de Santana, ordem que foi dada oficialmente em 12 de maio de 1870. A cerimônia a ser montada com estruturas temporárias – daí a alcunha de “barracão⁸ de sarrafos” – foi orçada em 200 contos de réis, deveria ser pago com créditos extraordinários e o monumento deveria ser em homenagem à paz, ao contrário do projeto inicial de reverenciar D. Pedro II e a monarquia. O projeto inicial tinha como prazo o dia 24 de maio, em alusão aos combates de Tuiuti (24 de maio de 1866). Contudo, devido às contingências da montagem e da espera pela aprovação extraordinária na Câmara dos Deputados e no Senado, a festa foi adiada para o dia 10 de julho de 1870, data comemorativa de cinco anos da saída do imperador da sede da Corte rumo a Uruguaiana para acompanhar a retomada da cidade (SOUZA, 2015, p. 421).

A aprovação extraordinária nas duas casas legislativas ocorreu em 20 de maio e em 30 de junho. Somente no dia 8 de julho⁹, dois dias antes do evento, o monarca teve a comunicação da aprovação do crédito pelo Barão de Muritiba. A festa ornada com estruturas efêmeras seria a demonstração de força e a pujança econômica imperial, ante aos protestos dos voluntários e dos mutilados em campanha que não receberam o prometido pelo decreto de 7 de janeiro de 1865.

No entanto, o que esteve em jogo foi a exploração política da monarquia pela vitória final aliada, com as despesas para custear o fausto compondo um *ethos* específico, segmentando o momento condicionado à pirotecnia, ao mágico. O rito a ser seguido com o fausto seria a fusão das festas militares com as religiosas. As festas militares foram planejadas com desfiles em circuitos predeterminados, onde as ruas estavam or-

nadas de bandeiras, flores, galhardetes e retratos do clã monárquico e dos generais de destaque da GTA, com foco no Conde D'Eu e no Marquês de Herval, ao som de “vivas ao imperador” do público envolvido indiretamente nas comemorações. Geralmente participavam dessa parte da comemoração os parentes dos voluntários e a população local. O término do itinerário escolhido foi o Campo da Aclamação, local designado pelo imperador para que fossem montadas as estruturas de madeira, como o templo, os monumentos à monarquia e aos generais e o monumento à paz, cercados por uma imensa arquibancada.

Na entrada do complexo festivo, foram cobradas as entradas para o evento em torno de cinquenta mil réis (50\$000) por pessoa. Estes ingressos estavam disponíveis no comércio. Adicionalmente, o componente religioso não poderia faltar. A cerimônia no templo contou com um *Te-déum*¹⁰ em ação de graças pela vitória suprema. Do ponto de vista religioso, o luxo é um valor estético presente em toda religião, crenças e práticas que não visam a fins estritamente utilitários: “(...) esse luxo é indispensável à vida religiosa; ele diz respeito à sua própria essência” (DURKHEIM, 1990, p.152).

Muitas vezes, o luxo das cerimônias reflete uma leitura muito comum ao povo santo que associa o espetáculo do fausto ao tema da realeza, nesse caso específico, uma monarquia abençoada pelos céus, senhora dos destinos da nação. Esta prática, comum desde a era absolutista de Luís XIV na Europa, seria apropriado para desviar o foco da opinião opositora perante o governo com os deveres “esquecidos” perante os militares, as famílias dos militares e os inválidos. Patrice Pavis oferece um panorama do *c/ose* planejado em relação ao impacto do espetáculo:

Em tese, qualquer aspecto da festa é passível de ser espetacularizado, desde que um

desses olhares defina o que está sendo visto como espetacular ou reconheça-o como tal – espetáculo musical, espetáculo estético, espetáculo do fausto e assim por diante. Portanto, na arte ou na religião, a categoria espetacular não pode ser abordada em termos absolutos, pois ela é “(...) função tanto do sujeito que vê quanto do objeto visto”, sendo preciso considerar igualmente seu caráter histórico já que ela “(...) depende da ideologia e da estética do momento as quais decidem o que pode ser mostrado e sob que forma” (PAVIS, 1999, p.141).

Ao término da festa, tudo seria desmontado, com o objetivo de deixar somente aos olhos dos presentes ao evento a imagem de prestígio (era o que se esperava) da instituição monárquica frente à crítica dos opositores e dos jornais. A cobrança de ingresso teria o objetivo de selecionar a plateia “convidada”, em uma clara demonstração de mobilização e cooptação da opinião pública envolvida na festa.

Dessa maneira, a pretensão do governo imperial com a festa foi posicionar o Imperador D. Pedro II no centro das atenções, secundados por seu genro, o Príncipe Gastão de Orléans, sob o atual conceito de representatividade política. Isso explica a emergência do monarca em um universo simbólico capaz de divinizar-lo e também revelar o lugar socialmente devido aos seus súditos. Esse conceito foi elaborado para precisar o sentido de público na Idade Média (RODRIGUES, 2009, p. 158).

Segundo Ana Beatriz de Souza, a tentativa de criação de uma data oficial pode ser entendida como uma necessidade de reafirmação de uma identidade nacional, pois a década de 1870 representou um período de inquietações, tanto no campo social quanto no intelectual (SOUZA, 2015, p. 420). Nesse caso, a representatividade não se referia à

esfera humana institucionalmente delimitada, mas a pura exaltação pública da dominação. O conceito idealizado por Jürgen Habermas fundamenta-se a partir de três pilares, a saber: povo, vontade e representatividade, onde o preenchimento das lacunas entre o povo e seus eleitores encontra o amálgama nas festividades:

Sustenta-se que na proposta habermasiana há um *gap* entre a formação da opinião na esfera pública geral e a formação da vontade política na esfera pública parlamentar. Considera-se que

este *gap* poderia ser preenchido se, na estrutura político-jurídica criada nas constituições de cada Estado, fossem instituídos canais formais (o cerimonial, grifo nosso) que ligassem, de modo vinculante, a opinião popular à formação da vontade política no poder legislativo (CONSANI, 2016, p. 84).

Assim, o simbolismo seria uma forma de materializar o carisma do imperador perante a opinião pública, dissuadindo a oposição crescente do legislativo e às críticas dos folhetins da época.



Imagem 1 – Festejos do dia 10 de julho de 1870. Fonte: Biblioteca Nacional

Porém, a expectativa de adesão popular à festa não se tornou realidade. Segundo os relatos de folhetins da época, a adesão inicial fora entre duzentos a trezentas pessoas¹⁸, incluindo parlamentares e o corpo diplomático, rodeado por um cordão de militares designados para prover a segurança do evento. As arquibancadas, construídas para o público pagante ficaram vazias. Para

minimizar o vexame público, o Imperador D. Pedro II ordenou a entrada franca de quem quisesse participar das festas no Campo da Aclamação, com ou sem ingresso.

A festa pelo fim da Guerra do Paraguai estaria inserida nesse contexto de criação/invenção de signos norteadores do imaginário coletivo, a fim de criar,

possivelmente, uma memória e uma identidade social, de acordo com os preceitos do Estado imperial. Mas ao contrário do que esperavam os homens públicos, a festa foi um fracasso (SOUZA, 2015, p. 420).

A experiência desastrosa do Império motivou a desconsideração por outras festas similares no futuro, produzindo um efeito de esquecimento gradual dos feitos e dos personagens no maior conflito bélico da América do Sul e colocando a questão orçamentária por cima das demandas que urgiam na pasta imperial, como o combate à dívida pública e o atendimento dos requerimentos (os que chegaram¹¹) de soldos e pensões atrasados.

A PERMANÊNCIA DAS TROPAS NO PARAGUAI E A “DESTRUIÇÃO” DA FORTALEZA DE COIMBRA (1870-1871).

Após a morte de Francisco Solano López, a maior parte das tropas¹² teve como destino as províncias do Império. No entanto, coube à Primeira Divisão de Infantaria, composta por corpos especiais e por duas brigadas mistas permanecer em Assunção, totalizando 3.722 homens (AHEx, 1871), conforme o quadro a seguir:

O Governo imperial passou a atuar com a 1ª Divisão a partir da premissa de que o Paraguai, destroçado pela guerra, não teria condições de, por si só, manter-se independente, podendo ser anexado pela Argentina.

		Officiais	Praças	TOTAL
Corpos especiais	Estado-maior general	2	2
	Estado-maior de 1ª classe	1	1
	Corpo de saúde	13	13
	Repartição ecclesiastica	5	5
SOMMA		25	25
1ª Brigada	4º Batalhão de artilharia	40	377	417
	2º Regimento de cavallaria ligeira	37	375	412
	7º Batalhão de infantaria	23	438	461
	17º Batalhão de infantaria	18	393	411
SOMMA		118	1.583	1.701
2ª Brigada	8º Batalhão de infantaria	27	624	651
	10º Batalhão de infantaria	25	459	484
	15º Batalhão de infantaria	28	390	418
	16º Batalhão de infantaria	46	397	443
SOMMA		126	1.870	1.996
TOTAL		269	3.453	3.722

Quadro 1 – Mapa da força do Exército Imperial existente na República do Paraguai. Fonte: AHEx, 1871.

Esse fato resultou em uma ação conservadora capitaneada pelo Ministério das Relações Exteriores e executada pelo comandante da 1ª Divisão, o General José Auto da Silva Guimarães.

O período inicial do pós-guerra, particularmente nos anos de 1870 e 1871, foi marcado por diversas discussões diplomáticas envolvendo o Governo brasileiro e a Argentina. Foram várias as acusações portenhas ao

Império, por exemplo, as críticas do plenipotenciário argentino, D. Manoel Quintana, a D. Pedro II, alegando desproporção das forças militares brasileiras existentes no Paraguai em relação aos outros países da Tríplice Aliança. Outro ponto nevrálgico foi a reclamação argentina pela demora na desocupação da Ilha de Atajo por parte das forças imperiais. Esta localidade, situada na foz do Rio Paraguai, foi empregada pelos aliados como um ponto logístico estratégico para o ressuprimento dos contingentes que estavam no território paraguaio durante os cercos de Tuiuti, Curupaiti e Humaitá. No entanto, cessada a guerra, o Governo argentino emitiu nota exigindo que fosse apressada a desocupação brasileira do local. Em resposta, o plenipotenciário brasileiro respondeu, por sucessivas vezes, negando quaisquer anseios imperialistas em relação ao território paraguaio, como trazido a seguir:

O governo imperial nunca abrigou a menor ideia de ganhar território do inimigo, nem mesmo levar suas pretensões de limites além do que em plena paz propusera ao Paraguai (...) dera o Brasil espontaneamente com seus aliados a segurança de que não entrava nessa guerra com o pensamento de conquista ou de engrandecimento material (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 1871).

Apesar da quantidade de militares empregados nas forças de ocupação, o Ministério da Guerra estava em dificuldade para mensurar as despesas da guarnição ali fixada. Como o conflito estava dado por terminado, a classificação financeira para os lançamentos contábeis entrou em caráter de “excepcionalidade”, em um primeiro momento, através da tentativa de normalização dos corpos regimentais¹³ ao efetivo de 17.607 praças, conforme o Decreto nº 782, de 19 de abril de 1851 (AHEx, 1870, p. 22), e de acordo com o extrato da Repartição Fiscal do Ministério:

Sujeitas às condições excepcionais do estado de guerra, impossível foi as repartições do Sul organizarem

toda a regularidade as suas escriturações a tempo de jogar com a do Tesouro Nacional, e pois, só agora esta última repartição [...] fica habilitada a apresentar com segurança um trabalho completo das despesas da guerra (AHEx, 1871).

Contudo, o novo mapa demonstrativo vai esvaziando o conceito de despesa corrente ao efetivo que ainda está em solo paraguaio. Os lançamentos de 1871 remontam às repartições da Fazenda no Rio da Prata e no Paraguai, totalizando 3.061:473\$086 até abril daquele ano (AHEx, 1872). Após esse lançamento, a movimentação financeira passou a ser tipificada como “despesa extraordinária”. Isso porque o efetivo existente em Assunção não reduziu significativamente¹⁴. Em consequência, os pedidos passaram a ser esporádicos conforme a demanda¹⁵ de tropas como podemos ver no pedido abaixo:

Senhora. – As quantias votadas no art. 6º da lei n. 1836, de 27 de setembro de 1870, não são suficientes para ocorrer às despesas extraordinárias com a divisão militar do Exército no Paraguai, e por isso é indispensável um crédito extraordinário de Rs. 1.949:375\$905, distribuído pelos parágrafos 6º — Arsenais de guerra; 7º — Corpo de saúde e hospitais; 8º — Quadro do Exército; e 15º — Eventuais, e repartições da Fazenda, conforme tabela junta.

A substituição daquela força pela Guarda nacional em diversas províncias cujos corpos de linha se acham em organização; os vencimentos de campanha; o aumento das rações de etapa e forragens, de oficiais do corpo de saúde, das despesas de custeio nas enfermarias, do movimento de transportes, de equipamentos, fardamentos, etc. justifica a necessidade do crédito¹⁶ (AHEx, 1872).

O Relatório do Ministério da Guerra contemplou, também, a destruição que o Exército paraguaio infringiu ao Forte de Coimbra e à Cidade de Corumbá. No início de 1870,

o Major Joaquim da Gama Lobo D'Eça fez uma exposição do estado em que se encontravam as localidades depois da invasão pa-

raguaia. Com o objetivo de apresentar as informações mais importantes deste relatório sumário, será mostrado o quadro a seguir:

Local	Estado encontrado
Forte de Coimbra	<ul style="list-style-type: none">• Semelhante a uma praça de guerra que sustentou um sítio por longo tempo;• Triste e desanimador o aspecto que apresenta o Forte, cuja destruição atingiu até a muralha que sustenta o terrapleno da obra, que também está estragada;• As partes que ofereceram maior resistência aos ataques foram os pontos que mais sofreram. Os dois meio-baluartes ficaram reduzidos aos alicerces;• Do portão principal existe apenas uma meia-folha que, achando-se ainda coberta de terra, mandei que fosse recolhida e conservada;• O sobrado do Forte está completamente estragado, e só uma reconstrução poderá restituir ao seu antigo estado.
Cidade de Corumbá	<ul style="list-style-type: none">• O depósito de artigos bélicos pouco sofreu, a não ser por ter sido exposto ao tempo;• A casa do largo do Carmo, que servia de quartel, está muito danificada. Não merece reparação porque além de ser má a sua construção, está em lugar impróprio;• Do armazém onde funcionava a Alfândega, apenas restam fragmentos de telhas e tocos para atestarem que outrora ali houve casa.

Quadro 2 – Exposição do estado das instalações do Forte de Coimbra e de Corumbá Fonte: AHEx, 1870, p. 3-8. Adaptação feita pelos autores.

O resultado da destruição e das despesas da guerra foi alvo dos cálculos da repartição dos Negócios da Guerra, onde o orçamento com a reparação através de obras militares foi de 661:252\$284. O orçamento total a ser indenizado pelo Paraguai estimado pelo Tesouro Nacional em 1871 foi de quase 273 mil contos de réis¹⁷ (AHEx, 1872).

Com o final de 1871, o saldo da longa jornada iniciada em 1864 foi de que o processo necessário para consolidar a vitória imperial na questão do Prata ainda teria um longo percurso a seguir. Com as negociações travadas com a Argentina e a sequência de reviravoltas políticas em Assunção, o Império do Brasil teria que equilibrar as despesas do “pós-guerra” com as necessidades de austeridade monetária imposta pelas dívidas no mercado internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho ora delineado analisou algum as situações particulares sobre o final da GTA, com ênfase no período compreendido entre os anos de 1869 a 1871. Nesse sentido, o artigo

concentrou o foco no panorama interno a os movimentos político-econômicos, com consequências militares na “festa do barracão”, onde a Monarquia teve a oportunidade de verificar o prestígio institucional em decadência. Além disso, o Império teve a oportunidade de reconstruir as localidades do interior afetadas por ataques invasores e pela ocupação do Forte Coimbra e da Cidade de Corumbá. No campo diplomático, constatou-se que foi necessário um grande empenho por parte do plenipotenciário brasileiro para aplinar os ânimos com o Governo da Argentina, que acusava o Imperador de possuir pretensões imperialistas com o término da guerra.

No que concerne aos aspectos político e militar, a política de definição das fronteiras e de um possível acordo de paz dependem da estabilidade política do Paraguai pós-López, onde o Império do Brasil e a República da Argentina acusam-se mutuamente de intenções expansionistas na área. Enquanto isso, os resultados na esfera econômica imperial apresentaram consideráveis ressalvas, cumprindo-se o vaticínio de Mauá, em novembro de 1860, como ele

profetizara ao ministro plenipotenciário Andrés Lamas do Uruguai no Rio de Janeiro: a “maldita guerra” seria a “ruína do vencedor e a destruição do vencido” (ALMEIDA, 2001, p. 217).

Assim, o conflito tecnicamente dado como encerrado ainda teve que aguardar por mais algum tempo até que fossem celebrados os acordos de paz. O jogo político buscou o equilíbrio entre o que deveria esquecer e o que deveria ser lembrado e exaltado. Nesse exercício de memória e esquecimento, a diplomacia imperial tentou atingir os interesses o mais rápido possível a partir do ano de 1872, resolvendo questões fronteiriças com o Estado do Mato Grosso e promovendo de forma limitada a autonomia do Paraguai como país.

REFERÊNCIAS

AHEX. *Relatório dos Negócios da Guerra (1870)*. Rio de Janeiro: AHEX, 1870.

AHEX. *Relatório dos Negócios da Guerra (1871)*. Rio de Janeiro: AHEX, 1871.

AHEX. *Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra*. Rio de Janeiro: AHEX, 1872.

ALETEIA. O “Te-Déum” não é só para o dia 31 de dezembro! Disponível em: <https://bit.ly/2TcaZZR>. Acesso em 23 jul. 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Formação da diplomacia econômica no Brasil: as relações econômicas internacionais no império*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo; Brasília: FUNAG, 2001. 675p.

Biblioteca Nacional (BN/RJ). *A Reforma*, Porto Alegre, 1870.

Biblioteca Nacional (BN/RJ). *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 1870.

BRASIL. *Relatório do ano de 1871 do Ministério das Relações Exteriores*. Disponível em: <https://bit.ly/2SSSrNJ>. Acesso em 04 set 2019.

CONSANI, C. F. A democracia deliberativa habermasiana e o déficit de representatividade. In: *Dois pontos v. 13, número 2*. Curitiba, São Carlos, outubro de 2016, p. 83-97, Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/download/43115/28897>. Acesso em: 8 ago. 2019.

DINIZNUMISMATICA. *Conversão hipotética do Réis para o atual Real (2015)*. Disponível em <https://bit.ly/2Wocbv6>. Acesso em 4 set. 2019.

DORATIOTO, F. F. M. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, 656p.

DURKHEIM, E. “Religião e Conhecimento”. In: RODRIGUES, José. *Émile Durkheim*. 5ª ed. São Paulo: Ática, 1990. Coleção Grandes Cientistas Sociais.

FERRAZ, S. E. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840-1889). In: *Revista de Sociologia e Política v. 25, n. 62*. Curitiba: UFPR, 2017, p. 63 - 91. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v25n62/0104-4478-rsocp-25-62-0063.pdf> Acesso em: 21 Jul. 2019.

FILHO, H. P. M. Câmbio de longo prazo do mil-réis: uma abordagem empírica referente às taxas contra a libra esterlina e o dólar (1795-1913). In: *Cadernos de História, v. 11, n. 15*. Belo Horizonte: PUC-MG, 2º semestre de 2010. p. 9 – 34. Disponível em <http://seer.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/P.2237-8871.2010v11n15p9/2411>. Acesso em 12 ago. 2019.

FILHO, J. C. E; MUAZE M; SALLES R. *História do Brasil II*. V. 1. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2011.

HOMEM DE MELLO, Francisco Ignácio. Viagem ao Paraguay. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Ethnográfico do Brasil*. Rio de Janeiro, t. XXXVI, Parte Segunda, 1873.

OURO HOJE. Cotação do grama de ouro 24 quilates. Disponível em <https://dolarhoje.com/>

ouro-hoje/. Acesso em 4 set. 2019.

PAVIS, Patrice. *Dicionário de teatro*. Tradução de J. Guinsburg e Maria L. Pereira. São Paulo: Perspectiva, 1999.

PEREIRA, F. S. *Aspectos econômicos na Guerra da Tríplice Aliança entre 1865 e 1876*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em História. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2014.

RODRIGUES, M. S. *Guerra do Paraguai: Os Caminhos da Memória entre a Comemoração e o Esquecimento (Tese de Doutorado)*. São Paulo: USP, 2009.

SOUZA, A. B. R. “Discursos, poesias, flores, bonita recepção [...] e as pensões nada!”.¹ Os acontecimentos no retorno dos voluntários da pátria”. In: *História: Debates e Tendências* – v. 15, n. 2. Passo Fundo: UPF, 2015, p. 411 – 426. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5524/552456384009.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

SOUZA, A. B. R. *Memória e Nação: O Museu Militar dos feitos da Guerra do Paraguai (1870-1922) História Militar: Entre o debate local e o nacional (Série Estudos Reunidos, Volume 51) Organização: Fernando Rodrigues e José Miguel Arias Neto – Jundiáí, Pac Editorial, 2018. p.57-81.*

TREVISAN, L. *O que todo cidadão precisa saber sobre o pensamento militar brasileiro*. São Paulo, Global, 1985.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay y la Triple Alianza: la década de posguerra, 1869-1878, 3ª edición*. Asunción: Intercontinental editora, 2015, 449p.

WARREN, Harris Gaylord. *Paraguay and the Triple Alliance: the postwar decade, 1869-1878*. Austin: University of Texas, 1978, 288p.

NOTAS

¹ A utilização dos jornais – sobretudo os de oposição ao governo, com destaque para *A Reforma* e *Opinião Liberal*, publicados no Rio de Janeiro; *A Reforma*, publicado no Rio Grande do Sul; *A Regeneração*, de Santa Catarina; e o jocoso *O Alabama*, que circulava na cidade de Salvador, na Bahia – trouxe à tona as questões relacionadas ao que, com frequência, denominava-se “ingratidão da pátria” para com os veteranos de guerra, os órfãos, as viúvas e os mutilados.

² Os partidos que representavam o Império do Brasil eram o Partido Conservador, chamado pejorativamente de “Saquaremas” e o Partido Liberal, também chamado pejorativamente de “Luzias”. “Luzias” é o termo pelo qual ficaram conhecidos os liberais, mas foi um termo cunhado pelos conservadores, com o intuito – bem-sucedido – de estigmatizar os liberais por uma eterna referência negativa. Com a ação do Barão de Caxias na liderança das forças do governo, os liberais foram logo derrotados, em especial na Batalha de Santa Luzia (1842), que pôs termo à revolta em Minas Gerais. Desde então, os liberais mineiros ficaram conhecidos como *luzias*, apelido logo estendido para todos os liberais do Império. Simultaneamente, pela ação contra a revolta e pelo discurso da ordem, os conservadores se autoproclamaram o “partido da ordem”, ou “partido ordeiro”, deixando no ar a impressão de que os adversários políticos constituíam o “partido da desordem”. Ansiosos por devolver o apelido e reverter a disputa simbólica, os liberais agiram e, desde então, o termo “saquaremas” passou a nomear os protegidos de seus opositores, logo se estendendo, num sentido pejorativo, indicando “favorecidos” indica a integração e subordinação dos conservadores de todo o Brasil ao projeto de maior poder do governo central perante as províncias, sob o controle direto da Corte estabelecida no Rio de Janeiro (FILHO, MUAZE e SALLES, 2011, pp.77 - 79).

³ A condicionante para que o Marechal e Duque Luís Alves de Lima e Silva assumisse o comando das tropas em território paraguaio foi a dissolução do parlamento, cujo mando, apesar de conservador, estava com uma ala moderada em torno dos liberais. Em consequência, a troca de gabinete pôs um termo à hegemonia da liga progressista e representou na mais traumática inversão partidária do Segundo Reinado (FERRAZ, 2017, p. 73).

⁴ Dia de Nossa Senhora da Assunção, data simbólica para registrar o início do Governo Provisório (WARREN, 2015, p. 83).

⁵ A lista tríplice desagradou ao conselheiro Paranhos porque um dos filhos de Francisco Découd, Juan José, escrevia artigos cáusticos em um jornal de Corrientes. Em consequência, este foi substituído por Cirilo Antonio Rivarola, presidente provisório, em 18 de agosto de 1869 (WARREN, 2015, p. 83 - 98).

⁶ *Preliminary Agreement of Peace between Argentine Republic and Brazil and Paraguay [...] June 20th 1870, state papers* (Londres, 1873).

⁷ Carta do Barão de Penedo em Londres ao Barão de Cotegipe, Ministro da Marinha, em 23 de outubro de 1869. Coleção Tobias Monteiro. Biblioteca Nacional.

⁸ FCRB. Discurso do Senador Silveira Motta na sessão do Senado de 20 de junho de 1870. *Anais do Senado do Império*, Rio de Janeiro, 1870, p. 209.

⁹ Lei nº 1766, de 8 de julho de 1870. Crédito extraordinário para as despesas de um solene *Te Deum* (AHEx, 1872).

¹⁰ “*Te Deum laudamus*”, em latim, quer dizer “*Nós Vos louvamos [como] Deus*”. Trata-se da primeira afirmação de um hino católico do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e entoado em eventos solenes de ação de graças. O hino ficou conhecido pelas duas primeiras palavras do primeiro verso: “*Te Deum*”, mantido como título inclusive na maioria das traduções para os diversos idiomas. A autoria do hino é atribuída tradicionalmente a Santo Ambrósio e a Santo Agostinho, por ocasião do batismo deste último pelo primeiro, em 387, na Catedral de Milão. É tradicional cantá-lo ou rezá-lo no último dia do ano, em agradecimento por todas as bênçãos recebidas de Deus (ALETEIA, 2019).

¹¹ De acordo com informações do Ministério da Guerra, até o fim do ano de 1870, “somente fizeram-se 129 concessões de terra, abrangendo uma área de 14.048,100 metros quadrados” (AHEx, 1871, p. 25). A remuneração seria realizada de forma mais lenta, remontando processos pelo final do século XIX até a década de 1970 do século XX (SOUZA, 2015).

¹² Segundo o Relatório do Ministério da Guerra, a soma das forças pouco excede a 83.941 praças (AHEx, 1872, p. 7) e que o número de mortos, feridos e extraviados em combate subiu a 23.910 pessoas (AHEx, 1870, pp. 21-22).

¹³ Lei nº 1765, de 28 de junho de 1871. Regulariza o efetivo dos corpos de Infantaria, Cavalaria e Artilharia do Exército Imperial após a Guerra da Tríplice Aliança (AHEx, 1871).

¹⁴ O efetivo sob o comando do General José Auto em 1872 foi de 2.865 homens (AHEx, 1872).

¹⁵ Porém, “o cumprimento desta (lei, grifo nosso) seria uma dura realidade” (WARREN, 1978:221). Isso por causa do clima de instabilidade causada pelas revoltas de sucessão e alternância no poder, a saber, em 1871 Salvador Jovellanos, vice-presidente aceitou o pedido de renúncia de Rivarola, e Juan Bautista Gill, ex-ministro da fazenda afastado por corrupção, alcança o senado. Duas revoltas foram sufocadas em 1871 e 1873-74 (Jovellanos solicitou ao congresso paraguaio a disponibilidade de 200.000 pesos fortes para debelar esse conflito iminente) com a ajuda das tropas e pela diplomacia Imperial (PEREIRA, 2014).

¹⁶ O crédito solicitado foi aprovado pela Princesa Regente Isabel, por meio do Decreto nº 4832, de 30 de novembro de 1871 (AHEx, 1872).

¹⁷ De acordo com um site especializado em numismática, em 1860, um conto de réis (1:000\$000) comprava um quilo de ouro (DINIZNUMISMATICA, 2015). Com desvalorização de 20% frente à libra esterlina, atrelado ao padrão-ouro, observada entre 1860 e 1870 (9,44 mil-réis e 11,79 mil réis por libra respectivamente) (FILHO, 2010, p. 33), pode fazer uma aproximação de que um conto de réis comprava aproximadamente 800 gramas de ouro. Considerando o grama do ouro está avaliado atualmente na faixa dos R\$ 205,08 (OURO HOJE, 2019), o valor estimado dos custos da GTA para o Império convertido de forma simples, sem adição de juros e correções atingiria o valor de R\$ 44.789.472.000.

¹⁸ Dos 8 mil convites expedidos, cerca de 7.800 foram rejeitados. As arquibancadas, que deveriam abrigar 4.385 pessoas, contava apenas com 25, a maioria composta por familiares dos empresários envolvidos na festa (SOUZA, 2015, p. 422).

Símbolos de memória: desfiles, festas e comemorações no retorno das tropas*

Memory Symbols: parades, festivities and celebrations honoring the return of combatants

Ana Beatriz Ramos de Souza

Doutora e Mestre em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em Geologia do Quaternário (ênfase em Arqueologia) pelo Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora Associada do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército).

Marcelo Vieira de Souza Filho

Mestre em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de oficiais do Exército (2000). Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2010). Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Associado aspirante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Maristela da Silva Ferreira

Doutora em Estudos da Linguagem pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2010). Especialista em História Militar pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018). Pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Associada titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

RESUMO

A invenção das tradições é um processo de formalização e ritualização, que se refere ao passado, pela imposição ou pela repetição. Seria ainda um conjunto de práticas reguladas por regras, tácitas ou aceitas, de natureza ritual ou simbólica que visam incutir valores e normas a fim de estabelecer uma espécie de continuidade com um passado histórico apropriado. O presente artigo busca examinar as comemorações ocorridas na Corte pelo retorno dos ex-combatentes da Tríplice Aliança, relacionando os movimentos de iniciativa popular e governamental com os atos de rememoração e esquecimento, destacando a dimensão de crise do Estado monárquico, bem como a tentativa de montagem de um novo repertório ritualístico e simbólico que compreendesse o momento advindo do contexto histórico-social a partir de 1870.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Tríplice Aliança; Comemorações; Memória

ABSTRACT

Traditions are invented in a process based on the formalization and ritualization of the past using both repetition and imposition. They can also be explained as a set of practices governed by inflicted or accepted rules that can be ritualistic or symbolic. These rules are created to instill values and norms with a view towards establishing a certain continuity with specific moments in history. This article intends to provide a review of various celebrations that took place at the Court to honor the return of combatants fighting during the War of the Triple Alliance. It correlates the various movements occurring in Brazil at the time, both grassroots and government-led, with acts of remembering but also of neglecting and forgetfulness. It also reflects on the extent of the crisis affecting the Monarchy, as well as the attempt to build a repertoire of ritualistic and symbolic narratives encompassing the social and historical context of Brazil in the years following the events of 1870.

KEYWORDS: War of the Triple Alliance; Celebrations; Memory

*Artigo recebido em 25 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 65-82 – 2020.

Para entender os acontecimentos posteriores à guerra, é importante situar os caminhos da política imperial nesse período. Segundo José Murilo de Carvalho, a década de 1860 foi a mais intensa em debates políticos, além de ter representado o fim da chamada “política da conciliação”, implantada durante a década de 1850 (CARVALHO e NEVES, 2009, pp. 23-24). Conforme Carvalho, “o domínio dos conservadores estendeu-se até 1853. Desse ano até 1862, predominou uma política chamada de conciliação partidária, seguida de um período liberal até 1868, quando os conservadores voltaram ao poder” (CARVALHO, 2010, p.103).

Entre 1864 e 1868, os anos mais duros da guerra, ocorreu o período de maior instabilidade ministerial do Segundo Reinado, com quatro ministérios se sucedendo, derubados sistematicamente por votações na Câmara. A inclusão, por influência do Imperador, da questão servil na fala do trono de 1867 provocou uma forte oposição dos liberais que apresentaram emenda contra a iniciativa, e, além disso, o desentendimento entre Caxias, comandante em chefe das tropas aliadas no Paraguai e velho membro do partido conservador, e Zacarias de Góis e Vasconcelos, liberal, que comandava seu terceiro gabinete, foi tão grave que acabou sendo levado ao Conselho de Estado. Caxias pediu demissão, pois se achava desprestigiado pelo governo liberal devido a críticas veiculadas nos jornais. Chegou-se a um arranjo político, visto que o próprio Conselho de Estado se dividiu entre Zacarias e Caxias, mas esse arranjo durou pouco tempo.

Aproveitando-se da escolha de um senador, feita pelo Imperador, da qual discordava, Zacarias pede demissão em julho de 1868, mesmo com os apelos de permanência feitos pelo Imperador, negando-se inclusive a indicar um sucessor. Preocupado com o andamento da guerra, D. Pedro II decidiu manter Caxias no comando e chamar seus correligionários, velhos conservadores, comanda-

dos pelo Visconde de Itaboraí (CARVALHO e NEVES, 2009, pp. 26-28). A reviravolta feita por D. Pedro II, com uso do poder conferido pela Constituição, nomeando gabinete e não levando em conta a votação da Câmara – neste momento os conservadores não contavam com maioria – provocou a “união” dos liberais e progressistas, que negaram confiança a Itaboraí, que, não tendo escolha, viu-se obrigado a dissolver a Câmara.

Nesse clima de tensão política, em janeiro de 1869, Caxias entra em Assunção; para o velho comandante estava terminada a guerra. Mas o conflito ainda não estava encerrado. Em agosto de 1868, Caxias já escrevia dizendo que não restaria outro recurso aos paraguaios senão a “pequena guerra”, a considerando mais mortífera do que até então estava sendo, obrigando o Exército Imperial a penetrar em um “país devastado e privado do mínimo recurso” e obrigando o Brasil a ter altos gastos com fornecedores. Caxias ainda afirmava que “como brasileiro e senador do Império, e com a consciência de general, tenho para mim que as injúrias irrogadas pelo tirano do Paraguai às potências aliadas estão mais do que suficientemente vingadas”, e continua: “essa irritante cláusula que exigia a retirada de López do país contida com a mais imperdoável imprevidência no Tratado fazia com que López, em seu orgulho descomunal, não pedisse a paz”. Apesar das justificativas, D. Pedro II mandou comunicar a Caxias que a guerra devia seguir e o Ministro da Guerra informou que a luta deveria terminar apenas com a expulsão de Solano López do Paraguai (DORATIOTO, 2002, pp. 338-339).

O Imperador, no intuito de cumprir com o que fora acordado no Tratado da Tríplice Aliança, segundo o qual a guerra somente acabaria com a retirada de Solano López do poder e seu conseqüente exílio, prolongou o conflito. Contrariando as expectativas do comando aliado, Solano López, apesar de todas as evidências de que sua causa esta-

va perdida, decidiu manter o conflito e eliminou praticamente todos os homens que poderiam sucedê-lo. Caxias, cansado dos combates, abandona o Paraguai em janeiro de 1869, declarando terminada a guerra. Sua partida e de seus principais assessores desanimou as tropas de ocupação do Paraguai, provocando um enorme pedido de dispensa de oficiais e voluntários, além de diversas especulações sobre a fuga de López.

As críticas mais severas feitas a Caxias partiram dos Senadores Teófilo Otoni e Zacarias (DORATIOTO, 2002, p. 390). Temendo ter que lutar contra um “Exército de guerrilha” de López, as lideranças políticas do Império decidiram optar pelo prosseguimento e, para tanto, o Conde d’Eu, genro do Imperador, foi nomeado para comandar o Exército na busca pelo ditador paraguaio. Em 20 de março de 1869, D. Pedro II recebera uma carta de José Maria Paranhos, representante brasileiro no Paraguai, afirmando a necessidade de o Conde d’Eu ir para o Paraguai. Então, em 22 de março, foi publicada, além da demissão de Caxias, a nomeação do Conde como comandante em chefe das forças brasileiras na guerra (RANGEL, 1935, p. 218).

A situação acabou sendo agravada pela disputa política no Rio de Janeiro e pelo fato de a guerra já ter se tornado impopular, ao contrário do que ocorreu no início do conflito. Nesse ínterim, entre a saída de Caxias e a chegada do Conde d’Eu, o Conselheiro Paranhos teve papel fundamental. Sua presença no Paraguai fez sentir a autoridade do governo (ou até melhor, a presença do governo), e novamente conseguiu mobilizar as tropas para retomarem as operações. A nomeação de um membro da família real poderia reerguer o moral da tropa no Paraguai. A opinião pública se animou com a nomeação do Conde d’Eu, julgando estar próximo o fim da guerra (TAUNAY, 1920, p. 10). Em 14 de abril, ele e sua comitiva chegavam a Assunção, e, em 16 de abril de 1869, o Conde d’Eu assume de uma vez por todas o comando das tropas

brasileiras. Até agosto desse ano, ocorrem algumas batalhas significativas mas, a partir desse mês, a guerra se transformou em uma verdadeira caçada a Solano López.

Antes mesmo do final do conflito, já era nítida a vontade do governo imperial no sentido de desmobilizar as tropas. Em novembro de 1869, era ordenada a retirada dos primeiros contingentes de voluntários da pátria. Desejava o príncipe enviar grande número de soldados para o Rio de Janeiro a fim de despertar o regozijo público, mas o governo de antemão já avisara que não teria transporte suficiente, muito menos alojamentos para receber grande quantidade de soldados¹. Na verdade, o governo temia desordens e agitações na capital e a utilização disso pelos liberais, além do Partido Conservador não pretender realizar homenagens aos generais brasileiros ligados ao Partido Liberal. Paranhos sugere então que, “contaminados de indisciplina e ideias perigosas”, os soldados não deveriam desembarcar no Rio de Janeiro, e sim seguir diretamente para suas províncias de origem, de preferência em frações². Ao Rio não deveriam chegar, por exemplo, mais do que 1600 voluntários de cada vez, e, mesmo assim, não podiam constituir batalhões inteiros, mas misturados metade a metade (GOYENA SOARES, 2017, pp. 285, 293).

Em 3 de fevereiro de 1870, retiraram-se do Paraguai os primeiros batalhões de voluntários. O Conde d’Eu exigira que os primeiros contingentes a se retirar fossem de voluntários da pátria, o que foi atendido. Havia ainda o horizonte de expectativa dos veteranos com a possibilidade de superação de sua condição socioeconômica, e, com isso, ascensão social, a partir da participação na guerra e com o recebimento das promessas feitas pelo governo. O não cumprimento ou as poucas promessas cumpridas trouxe frustrações no regresso que nem os festejos poderiam aplacar. Esses homens não seriam mais os mesmos. A dura campanha e a convivência

com diferentes trariam um novo olhar que poderia trazer problemas ao Império.

A habilidade de Paranhos tanto no fazer diplomático quanto nas “orientações” ao Príncipe foram de acordo com que esperava o governo. A retirada deveria ser aos poucos, a fim de afastar qualquer possibilidade de se pensar que ocorreu uma “debandada” e que ele – o Príncipe – não deveria se preocupar com as glórias do retorno, pois “o povo brasileiro não é belicoso, as festas militares não são as que mais exaltam” (GOYENA SOARES, 2017, p. 89). Feito isto, as tropas retornariam não em batalhões completos, mas em fragmentos destes, bem como não seria permitido aos oficiais seguirem à frente dos mesmos, para evitar a chamada politização das tropas.

Em fevereiro de 1870, ou seja, ainda antes da morte de Solano López, os veteranos (no caso específico os batalhões de voluntários da pátria de números 23º e 27º da Corte, o 30º de Pernambuco e os 40º e 46º da Bahia) começaram a regressar recebendo os vivas e tendo seus comandantes à frente (GOYENA SOARES, 2017, p. 96). Além disso, diversos veteranos passaram a encenar peças teatrais com narrativas sobre a guerra, basicamente relativas às vitórias dos “briosos filhos do Norte”, bem como louvações do Major Francisco Rodrigues Pessoa, do 30º de voluntários de Pernambuco, a figuras como Felipe Camarão, Henrique Dias, além de Pedro Ivo e Nunes Machado, líderes da Revolução Praieira (GOYENA SOARES, 2017, p. 95). Para evitar a tão temida politização da tropa, era necessário então que o governo tomasse as rédeas do processo, igualmente do processo comemorativo, a fim de estabelecer sua forma de construção de uma memória, para que ela se tornasse a memória oficial da guerra.

AS FESTAS

As iniciativas populares de comemoração já se iniciam mesmo antes do final da guerra, a partir de qualquer notícia que circulasse nos jornais sobre alguma vitória ou

avanço no conflito. Um exemplo disso são as comemorações realizadas na Corte pela “Passagem de Humaitá” em 1868. Bastaram os jornais divulgarem no início de março a transposição do bloqueio para as comemorações se iniciarem. O *Jornal das Famílias*, de julho de 1869, fez uma espécie de rememoração dos eventos.

Festejava-se a grata notícia da ocupação da famosa Humaitá pelas tropas brasileiras, notícia esta que se tornava muito mais grata por chegar à Corte na época em que algumas cartas e ofícios embusteiros dos nossos *fiéis* aliados argentinos haviam enlutado os corações brasileiros, anunciando desastres e discórdias entre nossos valentes generais. A mola que comprimia e contristara os peitos do povo, e ainda mais o do seu virtuoso soberano, se elastera vigorosamente com a nova da tomada do baluarte paraguaio, e de estar nossa briosa Esquadra dominando todo o Rio Paraguai; e cada qual queria desferrar-se da tristeza anterior, dando mais livre expansão do entusiasmo que o dominava. O povo, em ondas compactas, percorria satisfeito e alegre as ruas da Corte, adornadas de arcos de flores, festões e bandeiras de todas as nações; o estampido da artilharia de bordo, e o da multidão de foguetes que estalavam no ar, se misturava com os vivas entusiásticos que milhares de vozes elevaram à pátria e ao monarca; os grupos de formosas moças, ainda mais formosas pela alegria que irradiava de suas faces; o delicioso aroma dos ramos de flores e das essências perfumadas que embalsamavam a atmosfera; o som harmonioso das bandas de música que percorriam as ruas, entoando hinos de triunfo; a imensa profusão de globos e luzes que inundavam de claridade todo esse belo espetáculo; tudo isso se juntava para lisonjear os cinco sentidos de nosso patrícios e fazê-los exultar de ventura.

Nos documentos referentes aos pedidos de particulares à Câmara de Vereadores da Corte, encontramos um sem números de solicitações para festas em comemoração ao fato³. Acreditava-se, contudo, que a Passagem de Humaitá seria o indício do caminhar para o final do conflito, o que não ocorreu. Em 17 de março de 1868, foi recebida uma solicitação para festejos patrocinados pela Marinha Imperial na Rua Dom Manuel; a própria Câmara encabeçou uma dessas comemorações, divulgando, como era de costume, a programação oficial dos festejos que se realizariam no dia 9 de março. Era na verdade uma sequência de acontecimentos:

- I. Iluminar as frentes das casas por três noites;
- II. Que a Câmara deseje felicitar SMI;
- III. Que oito dias depois a Câmara manda solenizar um *Te Deum* em ação de graças na Capela Imperial, começando as grandes iluminações por cinco dias com a verba das comissões.

As iniciativas particulares também mereceram destaque. O documento “Notícias dos diferentes festejos e iluminações cujos processos foram submetidos à Câmara” mostra bem a diversidade dessas comemorações. Onde elas ocorreram?

- I. Praça da Constituição – do lado entre a Rua do Conde e Rua da Constituição (a cargo de uma comissão preestabelecida, e não se declarando a categoria dos festejos);
- II. Praça da Constituição – do lado entre as Ruas da Constituição e Sete de Setembro, onde uma fachada com escudos, troféus e bandeiras seriam expostos;
- III. Rua do Ouvidor – da Rua do Ouvires até a Rua da Quitanda;
- IV. Rua do Ouvidor – da Rua da Quitanda até a Rua da Direita;
- V. Rua do Ouvidor – da Rua do Ouvires, entre Rua do Ouvidor

e Sete de Setembro, colocando um arco no canto da Rua do Ouvidor, um arco no canto da Rua do Ouvidor e Sete de Setembro e mais 14 pequenos arcos no espaço;

VI. Na Rua da Direita, entre Rua de São Pedro e Teófilo Ottoni, com um arco ou adornos;

VII. Na Rua do Ouvidor, Rua do Rosário, Rua da Direita, para o mar, Rua do Mercado, Travessa do Comércio, Rua da Alfândega e Beco do Lopes, com arcos nas embocaduras de todas as ruas citadas e coreto;

VIII. Rua da Saúde, em frente à Rua do Livramento, lado do mar, com um templo e seis arcos triunfantes;

IX. Saco do Alferes e Largo da Gamboa, com um coreto, ornamentos pelas ruas e praia;

X. Freguesia da Lagoa – iluminação na Praia de Botafogo;

XI. Freguesia da Glória – *Te Deum*, iluminação nas circunvizinhanças da igreja;

XII. Largo e Rua da Providência – empregarão esforços para brilhantes festejos;

XIII. Academia de Belas Artes – iluminação de seus prédios;

XIV. Sociedade Tenentes do Diabo (Rua Sete de Setembro) – iluminação de seus prédios;

XV. A comissão da Rua do Senador Eusébio aguarda a organização para postar seu programa;

XVI. A sociedade Libertação na Freguesia de Santo Antônio dará liberdade a tantas crianças que lhe for possível;

XVII. A Comissão representante da classe tipográfica libertará seis crianças;

XVIII. Um grupo superior a 12 senhoras irá receber SAR;

XIX. Um grupo de senhoras pretende reunir-se no Paço Municipal para oferecer a SAR um bouquet.⁴

Dentro do programa dos festejos, havia a participação de diversos segmentos, das freguesias mais pobres da Corte às mais abastadas, a libertação de crianças escla-

vas e a participação na organização como forma de oportunidade política (como se percebe através dos diversos agradecimentos enviados à Câmara dos membros felizes pela escolha para as Comissões).

O RETORNO DAS TROPAS

Antes mesmo do final da guerra, alguns contingentes de ex-combatentes chegavam à Corte. A princípio deveriam vir os voluntários da pátria e os guardas nacionais designados. Em ofício de 10 de dezembro de 1869, endereçado ao Ministro da Guerra, o Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas brasileiras, argumentava sobre a desvantagem econômica de se manter um grande número de soldados no Paraguai, e por isso sugeria ao ministro que os voluntários da pátria e os guardas nacionais deveriam ser os primeiros a seguirem para o Brasil, afirmando ainda a necessidade de isto ocorrer com “certa solenidade, para que apareça como termo visível dos sacrifícios impostos ao Brasil e para que o acolhimento feito aos que tanto trabalharam pela honra nacional sirva aos vindouros de estímulo para imitá-los.”⁵

A ideia era de conduzir de uma só vez à Corte, a princípio, os 13 batalhões de voluntários para que se pudesse, em suas palavras, “fazer uma entrada solene nessa grande cidade”, e o Conde solicitava transportes para tal intento. O Barão de Muritiba, Ministro da Guerra, em resposta, informava sobre a inexistência de transportes na Corte capazes de conduzir, de uma só vez, cinco a seis mil praças, e também a insuficiência de acomodações, “guardadas as condições higiênicas e ainda mais porque não existem na Corte quartéis suficientes para o abrigo desta considerável massa de tropas.” O Conde d'Eu também pretendia vir à frente dos batalhões, algo que logo foi impedido pelo próprio Imperador por “achar inconveniente que se ausente do Exército e das outras forças que digna e honrosamente comanda, enquanto não cessarem de uma vez

as ditas operações”. O fato é que os jornais, sejam eles a favor ou contra o governo, tais como *A Reforma*, *Jornal do Comércio* e *Diário do Rio de Janeiro*, anunciavam o término do conflito e cobravam o retorno das tropas.

A ideia de não realizar festejos para receber os voluntários gerou muita polêmica na imprensa, e acabou ocasionando problemas do “Gabinete de 16 de julho”. Tanto os jornais liberais quanto os membros do partido aproveitaram o momento para contestar o descaso da monarquia e do Partido Conservador, então no poder⁶. Na Corte, segundo os jornais, como *A Reforma* e *A Semana Ilustrada*, a população imaginava a passagem dos soldados “pelas alas do povo, diante das sagradas insígnias da pátria” (*A Reforma*, 8 de fevereiro de 1870) e manifestava sua vontade de comemorar o regresso dos batalhões que, segundo o jornal *A Reforma*, de Porto Alegre (que não possuía somente o nome, mas também as mesmas tendências ideológicas de seu homônimo da Corte), “acabaram de escrever no campo inimigo páginas de eterna glória para nossa pátria”. Talvez a resposta viesse de um jornal de Santa Catarina que, explicando os motivos pelos quais o governo recomendou que os voluntários regressassem em pequenas frações partindo prontamente para suas províncias, resumiu de forma esclarecedora: “a modo que fiquem tão divididas e espalhadas que ninguém possa vê-las ou temê-las” (*A Regeneração*, 26 de janeiro de 1870). Ou seja, para o governo seria melhor que os voluntários passassem despercebidos, e o receio se explicava: “na Corte é que os voluntários deveriam ajustar as suas contas; e o governo lhes prepara um calote” (*A Reforma*, 18 de janeiro de 1870).

Desta forma, em 3 de fevereiro de 1870, partiram de Rosário, nos Vapores *Presidente*, *Galgo* e *São José*, os primeiros contingentes de voluntários da pátria, todos com destino ao Rio de Janeiro e sob o comando do Coronel Faria Rocha.

Mesmo com a campanha para que fossem remetidos diretamente para suas províncias, os voluntários seguiram rumo à Corte. Desde meados de 1869, a cada novo boato que chegava do Paraguai sobre a finalização da guerra, os moradores da Corte seguiam às ruas para comemorar. Desta vez não era boato: realmente, na visão de alguns, a guerra já estaria praticamente encerrada e eles retornariam ao Brasil. Nas folhas estrangeiras e em alguns jornais brasileiros chegavam as notícias da entrada triunfante das tropas em Montevideu e das recepções na Argentina. A população da Corte esperava uma comunicação oficial do governo com relação aos festejos, e nada.

A cada vapor que chegava do Sul, o telégrafo do Castelo se embandeirava, os ministros dirigiam-se a São Cristóvão para dar vivas ao monarca, as fortalezas salvavam com tiros de canhão, a polícia mandava tocar folguedos e o hino nacional e a própria redação do *Diário do Rio de Janeiro* mantinha uma banda de música pronta para percorrer as ruas da cidade. Esse era o cotidiano da cidade do Rio de Janeiro desde que Caxias desembarcou: sempre pronta a comemorar o fim da guerra. Mas tudo não passava de boatos.

Em inícios de 1870, porém, parecia real. As festas, segundo os jornais *A Regeneração* e o *Diário do Rio de Janeiro*, eram assuntos em qualquer roda na cidade. No Café Londres, na já bem frequentada Rua do Ouvidor, estudantes de direito e medicina discutiam quem eram os heróis a serem comemorados, moças eufóricas corriam às lojas a procura de tecidos coloridos para a confecção de bandeiras e flâmulas e os jornais publicavam as notícias sobre o retorno dos batalhões. A festa era pretendida pelo povo e os jornais anunciavam em suas folhas subscrições públicas a fim de arrecadar dinheiro para tal finalidade. As festas ocorreriam com ou sem a participação do governo. No coreto armado na Rua D. Manuel, na Corte, leiloavam-se galhardetes, bandeiras, lanças e escudos; no estabelecimento do Sr.

Moncada, na Rua do Ouvidor, o retrato de Osório estava exposto. A obra foi executada pelo artista Rocha Fragoso e realizada a partir de uma subscrição pública.

Finalmente, em 26 de janeiro de 1870, o governo publicou o programa para a recepção dos corpos de voluntários. Todo itinerário seria feito valorizando elementos cívicos do Império, refirmando assim seus interesses e retirando do controle da população os festejos e sua espontaneidade, e dando a ela a ressignificação que mais lhe interessava. O roteiro foi desenvolvido a fim de tentar transformar a recepção aos voluntários em um evento cívico e ressaltar algumas das áreas mais importantes da Corte: administrativas, como o Paço, a Câmara e o Senado; e simbólicas como o Largo de São Francisco de Paula e a Faculdade de Engenharia, o Campo da Aclamação – com a face voltada para a Cidade Nova recém-urbanizada e a Praça da Constituição.

No dia 3 de fevereiro, às 8 horas da manhã, ao som de músicas marciais, começou o embarque das tropas em Rosário. Os vapores *Vassimon*, *Galgo* e *São José* conduziam a primeira brigada de voluntários, compreendendo os seguintes batalhões: o 17º de Minas Gerais – com 32 oficiais e 460 praças; o 40º de Pernambuco – com 37 oficiais e 457 praças; o 53º da Bahia – com 36 oficiais e 435 praças; totalizando 107 oficiais e 1352 praças, ou seja, 1459 homens.

Em 15 de fevereiro, o Vapor *Galgo*, conduzindo o 40º de voluntários, e o *São José*, com o 53º de voluntários de Pernambuco, aportaram na Cidade do Desterro para que os batalhões se refrescassem e aguardassem as ordens do Governo Imperial para sua entrada na Corte. Foram saudados em terra com foguetes. Quando já passava das 22 horas daquele mesmo dia, chegava o último vapor transportando o 17º de voluntários mineiros. Na tarde do dia seguinte, iniciou-se o desembarque das tropas no Desterro, seguindo pelo cais da Rua do Príncipe, para acomodar-se na Praia de Fora, em um armazém à rua São Sebastião (*O Des-*

pertador, 19 de fevereiro de 1870). Os moradores improvisaram festas e a Câmara Municipal tomou a iniciativa de manifestar o regozijo pela presença dos voluntários, ressaltando sempre as provas de civismo nos campos paraguaios. Apesar da chuva, um grande número de pessoas seguiu para o Largo do Palácio e as janelas estavam ornadas com tecidos (*Diário do Rio de Janeiro*, 24 de fevereiro de 1870). Nos dias em que estiveram no Desterro, a Câmara decretou feriado e as notícias que seguiam era de que a cidade ficara iluminada durante três noites consecutivas, além de assistirem missa no altar levantado no pórtico da igreja Matriz, embarcando logo em seguida para o Rio de Janeiro.

O desembarque na Corte dos três primeiros batalhões de voluntários ocorreu no dia 24 de fevereiro de 1870, vinte e um dias após terem saído de Rosário. Os voluntários mineiros e baianos chegaram ao Rio de Janeiro às 4 horas da tarde do dia 23 de fevereiro de 1870, mas não desembarcaram, ficando à espera dos voluntários pernambucanos, que só chegaram à noite. Neste grupo estava presente a famosa Ana Nery e os seus dois filhos. Foi somente de noite que ocorreu finalmente o tão esperado desembarque.

A guerra continuaria sendo bela e heroica. Mas o governo teria sua explicação. Em ofício enviado à repartição do Ajudante-General, o Tenente Caldwell informou que o desembarque previsto para as 4 horas da tarde não se realizara, em virtude de a maior parte das embarcações responsáveis pelo transporte dos voluntários até o Arsenal de Marinha teria encalhado no curtume de São Cristóvão⁷.

De forma pacífica, seguiu-se o programa anunciado. No cais, ruas e praças, nas janelas e por toda parte as pessoas se aglomeravam, dando vivas aos voluntários. De dois coretos “esplendidamente decorados” o hino nacional foi tocado; os inválidos esperavam na saída do arsenal para saudá-los e os edifícios públicos foram enfeitados com bandeiras, colchas, flores e folhagens. A cidade se

iluminou na Praça do Comércio para destacar os quadros comemorativos das grandes batalhas e arcos levantados na Rua do Hospício. No Arsenal de Marinha foi erguido um arco do triunfo, onde havia um escudo com a seguinte inscrição: “a pátria agradecida – as falanges vitoriosas”, e na outra face os emblemas do Exército e da Marinha. Duas colunas foram erguidas em ala ao longo do mar e chegavam até o ponto do desembarque. A primeira representava 24 batalhas, de dezembro de 1864 até julho de 1869. A segunda comemorava os feitos que se seguiram até setembro de 1869 (*A REFORMA*, 24 de fevereiro de 1870). Somente nos quadros representativos das batalhas é que o governo tomou parte, fora isso praticamente todo o restante foi realizado a partir de subscrições públicas. Esses eventos tiveram um caráter político bem delineado, ao escolher quais batalhas e quais “heróis” deveriam ser homenageados. Nesse sentido, o Imperador praticamente orientou as comemorações.

Logo que desembarcaram os voluntários no Arsenal de Marinha, o Imperador tomou a palavra e em nome da “nação brasileira”, agradeceu aos comandantes e oficiais superiores os serviços prestados:

Senhores comandantes de brigada e comandantes de batalhões! Aceitem este abraço que transmitireis a vossos camaradas, em testemunho do meu júbilo ao ver-vos de volta com tanta glória à vossa pátria. Queira Deus que este sucesso seja o feliz prenúncio da breve terminação da guerra como tanto merecem os brasileiros, por seus constantes esforços em defesa da honra nacional. Viva os voluntários, o Exército e a Armada Nacional (*A Reforma*, 24 de fevereiro de 1870).

Após este discurso, D. Pedro II abraçou os três comandantes e pediu-lhes que transmitissem aos seus camaradas essa prova de afeto, e, logo em seguida, ergueu a voz exclamando: “Viva os voluntários da Pátria! Grito que foi repetido a um tempo por milhares de cidadãos como uma voz majestosa de um povo agradecido”.

Depois da passagem dos voluntários seguiam os inválidos da pátria e os artistas do Arsenal de Marinha, precedidos por banda de música e uma boa quantidade de público. O último batalhão, o 53º de voluntários, desfilou por volta das sete horas da noite, dirigindo-se já às altas horas para o Quartel do Campo da Aclamação, sendo ali recepcionado pelo presidente da Província, pelo chefe de polícia, oficiais da Guarda Nacional, corpos policiais e “cidadãos distintos” (*Jornal do Commercio*, 25 de fevereiro de 1870).

A ideia do governo em fazer retornar os voluntários em pequenos grupos, a fim de evitar desordens, realmente surtiu efeito, pois até esse momento realmente nada fora registrado. Mas essa prática trouxe outra realidade: a diminuição do entusiasmo público na recepção aos voluntários. As festas passaram a ser realizadas praticamente pelos conterrâneos dos combatentes dos batalhões que moravam na Corte, e sem mais nenhum incentivo do governo. Esse panorama só foi alterado com a chegada dos batalhões de voluntários da Corte e da Província do Rio de Janeiro, que estavam acompanhados do Conde d'Eu, como veremos adiante.

Os principais integrantes do governo afirmaram que doariam seus salários para a recepção dos voluntários. Mas pelo que foi lido nos jornais da época, e também nas fontes do Tesouro, realmente os gastos do governo foram mínimos e esses senhores não devem ter contribuído, já que a decoração e foguetes eram obtidos por subscrição pública. Em 19 de março de 1870, às três horas da tarde, achava-se no Arsenal de Marinha, para adentrar a Corte, o 23º de voluntários, pertencente a Província do Rio de Janeiro, juntamente com o 30º de Pernambuco. Além de ser o primeiro batalhão de voluntários do Rio de Janeiro a retornar, ele também foi o primeiro a desembarcar logo após a notícia da morte de Solano López e o fim da guerra. Os dois batalhões desfilaram tendo à frente o agora General Caldwell e seu ajudante de ordens. As ruas foram novamente ornadas

com bandeiras, as janelas com colchas adomadas e guarnecidas de senhoras que “faziam chover flores àqueles que na defesa da pátria tantas vezes haviam visto chover balas inimigas, formando alas vitoriando os bravos voluntários na sua chegada” (O CORREIO PAULISTANO, 29 de março de 1870).

O batalhão de inválidos, que estava na porta do Arsenal, acompanhou a marcha e ao encontro deles vieram os alunos da Faculdade de Medicina e da Central, com bandeiras e insígnias, seguidos por cidadãos de diversas classes sociais e músicos que entoavam hinos. Logo após o desembarque, o Coronel Bittencourt ofertou uma coroa de louros ao 23º de voluntários para adornar a bandeira que possuía furos dos combates, e o Capitão de Fragata Bittencourt Cotrim proferiu o primeiro discurso, concluído com estrondosa aclamação do povo. Diversos outros discursos se seguiram, inclusive da jovem Maria José Coimbra de Amaral, que foi dirigido ao Conde d'Eu, e, logo após, algumas senhoras entregaram ao Príncipe uma coroa⁸.

A iluminação feita nas primeiras recepções foi repetida. Arsenal de Marinha, Praça do Comércio e o prédio do *English Bank* estavam enfeitados. Na Praça da Constituição, foram colocados três retratos – do Imperador, do Marquês de Herval (General Osório) e do Conde d'Eu, com o Imperador muito iluminado e o General Osório ao centro (*A Reforma*, 22 de março de 1870).

Apesar dos cuidados das autoridades, foram frequentes os tumultos e as desordens na cidade. Entre essas ações, duas merecem destaque por terem assustado bastante as autoridades e fomentado ações punitivas contra os militares. A primeira aconteceu nas comemorações pela volta do Conde d'Eu, onde um grupo de cerca de cem oficiais do Exército foi responsável por inúmeros tumultos no decorrer dos festejos ocorridos no domingo, dia 2 de maio de 1870.

Foram praticamente cinco meses de festas e comemorações pelo retorno dos voluntários, mas, da forma planejada pelo governo, com contingente em pequeno número, ainda

faltavam alguns batalhões para retornarem ao Brasil. Os desembarques foram se arrastando e poucos foram os que conseguiram arripiar público. Após a chegada do Conde d'Eu e do primeiro batalhão de voluntários que saíram do Rio de Janeiro, o ânimo arrefeceu.

O FIM DA GUERRA

E boas semanas foram últimas para a crônica! Festas, Festas, Festas! E por que motivo! Todos os nobres sentimentos de uma grande nação e de seus amigos se reuniram para produzir essa imensa revoada de aplausos ao Príncipe, a todos os generais, a todos os oficiais, a todos os soldados de mar e terra que deste solo abençoado foram (oh filhos beneméritos da pátria) vingar – não o Brasil – mas a humanidade! [...] Certo, não venho agora repetir o que os jornais contaram, e o que todos puderam ver: as festas da rua, nem lhe direi quantas corporações, em massa, ou por meio de delegados, foram dar a Suas Majestades e Altezas o parabéns e o aplauso pela gloriosa terminação da guerra, e pelo feliz regresso do Príncipe vencedor. Tais demonstrações de regozijo, se não fossem inscritas no papel, não perderiam por isso nenhuma das suas promessas de eternidade; porque as gerações as hão de transmitir aos porvindouros. A guerra foi a grande epopeia do Brasil; as festas da paz são o seu epílogo (*Semana Illustrada*, 15 de maio de 1870).

Essa longa citação se faz necessária a fim de salientar o ambiente que se instalava na Corte – quiçá em todas as províncias – pela terminação do conflito. A euforia e o júbilo pela “glória da nação” fez o autor pensar que essas festas seriam gravadas na memória e para sempre lembradas. Ledo engano.

Logo que fora anunciada a morte de Solano López, e, desta forma, de acordo com o Tratado da Tríplice Aliança, o término do conflito, festas e mais festas foram realizadas na Corte. As primeiras manifestações

foram felicitações ao Imperador, como podemos ver na notícia publicada pelo *Diário do Rio de Janeiro*, de 20 de março de 1870:

Ilma. Câmara Municipal – ontem a Ilma. Câmara Municipal, em corporação, teve a honra de felicitar Sua Majestade o Imperador pela gloriosa terminação da Guerra com o Paraguai, e de pedir-lhe a graça de designar a igreja, e marcar dia e hora em que deve ser celebrado o *Te Deum* que a Ilma. Câmara, em ação de graças ao Todo Poderoso, resolve mandar solenizar. Sua Majestade dignou-se de responder que agradecia às felicitações da Ilma. Câmara Municipal da Corte e se associava às suas manifestações de júbilo; bem assim designava a Igreja de São Francisco de Paula, e marcava o dia 25 de março, às 6 horas da tarde, para o *Te deum*.

Claro que a primeira hipótese para esse anúncio é fazer a publicidade da Câmara, mas, logo após essa publicação, surgem diversas outras relativas a festas de iniciativa popular. Com o título *Regosijo público*, a matéria exalta uma comemoração feita de forma espontânea: quando – como de costume – o Imperador e a família foram no sábado assistir à missa na Igreja da Glória, ela estava cheia de famílias e alunas de diversos colégios, que lá foram exatamente para os cumprimentos relativos ao fim do conflito.

Além disso, estudantes da Escola de medicina percorreram as ruas, vestidos a rigor, precedidos de uma banda de música, levando todos um distintivo “oficial” na cor verde; eles sustentavam ainda bandeiras das nações pertencentes à Tríplice Aliança. Empregados públicos e comerciantes deram vivas aos “vultos” que mais se distinguiram na campanha do Paraguai, parando em frente à tipografia, onde o Capitão da Guarda Nacional Luis Ribeiro elevou vivas à nação brasileira e ao Imperador, ao Exército e à Armada, aos generais e em especial destaque ao Visconde de Pelotas, sendo pelo povo correspondido.

Os funcionários do comércio saíram ainda acompanhados de músicos do edifício da

Praça XI por volta das 2 horas da tarde, dirigindo-se ao Arsenal de Marinha, onde estava o Imperador. O próprio Imperador recebeu em São Cristóvão felicitações de várias classes, incluindo o Conselho Supremo Militar, Guarda Nacional incorporada e a Escola de Marinha.

Pesquisando nos arquivos da Câmara Municipal da Corte, é possível localizar inúmeros pedidos de autorização para a realização de festejos, constando seus roteiros e participantes ou coordenadores. Ainda, temos notícia de diferentes ocorrências que surgiram de forma espontânea e que não receberam o crivo da autoridade municipal, podendo então só serem vistas nas notícias publicadas nos jornais da época. O jornal *Vida Fluminense*, de 30 de abril de 1870, resume muito bem, e ironicamente, o momento de êxtase: “Toda a cidade se transformou em poucos dias n’um enorme arco do triunfo, que começa em Mata Porcos e acaba na Rua da Guanabara (atual Rua Pinheiro Machado), nas Laranjeiras. Tudo é festa, tudo é joia!”.

O relato mais minucioso de festejos pode ser encontrado em um pedido realizado pela Comissão do 2º Distrito de Santa Rita pelo fim da guerra e retorno do Conde D’Eu. A freguesia, situada em uma das regiões mais pobres da Corte e com população de negros bem elevada, talvez seja a campeã de solicitações para a Câmara no concernente à elaboração de festejos. Segundo o programa,

Faz-se levantar um templo sobre colunas que terá 40 palmos de altura, ricamente decorado e iluminado à gás, tendo no centro troféus de guerra e colocado na Rua da Saúde em frente a do Livramento, ladeira do mesmo; no fundo do templo haverá lugar para uma banda de música que deve tocar durante as noites dos festejos; Se SS MM I forem, um grupo de senhoras cantarão um hino dedicado ao Conde D’Eu; serão levantados mais seis arcos triunfais que serão colocados nos locais mais conveniente das Ruas da Saúde e do Livramento; serão levantados sobre colunas, susten-

tando trofeus com bandeiras nacionais e bem decorados, e ornados com festões de flores, iluminados com lustres e arandelas, e nas suas colunas serão circunscritas as datas dos feitos mais gloriosos. As distâncias entre os arcos serão preenchidas com postes sustentando escudos em troféus representando as provinciais e outros com as iniciais de SMI ornadas com galhardetes com as cores nacionais e mastros com bandeiras diversas. A banda de música percorrerá frequentes vezes o lugar dos festejos⁹.

No mesmo fundo documental, temos a notícia de outras ações, não tão bem descritas e possivelmente animadas como essa da Freguesia de Santa Rita, sendo a disposição de arcos triunfais uma constante. No dia 18 de abril, temos as seguintes solicitações:

- no Jockey Clube, na Academia de Belas Artes, no Outeiro da Glória, no Colégio Nossa Senhora da Saúde e no Cais Pharoux;
- na Rua dos Ourives entre Ouvidor e Sete de Setembro, colocado no canto da Rua do Ouvidor;
- na Rua Sete de Setembro: quatorze arcos pequenos formando de noite um “caramanchão” luminoso; em cada arco o nome das principais batalhas e no centro as iniciais de SAR o Conde D’Eu, sendo iluminado e embandeirado à capricho;
- já na Rua da Direita, o plano era um arco ou adorno entre a Rua de São Pedro e a Teófilo Otoni.

Além de arcos, adornos e festejos, ações de libertação de crianças cativas foram uma constante nesses momentos de festa. A Sociedade Libertação, presidida pelo Dr. Manoel Tomáz Coelho, pretendia libertar as escravas que lhe fossem possíveis no dia do desembarque do Conde D’Eu, bem como a Classe Tipográfica, que ia recebê-lo no Arsenal de Marinha, libertando uma ou mais crianças. Além dessa iniciativa, a Comissão da Praia do Saco mandou colocar um coreto no Largo

do Gambá (atual Praça do Santo Cristo), de grandes proporções: 30 palmos de comprimento, 45 de altura e 18 de largura, iluminado por arandelas e com música por três dias, finalizando os festejos naquela localidade. Escolas de meninas programaram a cantoria de Hinos à Vitória, bem como a declamação de textos e poesias em francês e português, a fim de receber o Conde D'Eu (*Diário do Rio de Janeiro*, 10 de maio de 1870).

Esses festejos não ocorreram somente na Corte mas, pela leitura dos jornais, podemos acreditar que pelo menos nas principais cidades e capitais das províncias esse tipo de comemoração foi uma constante. O *Diário do Rio de Janeiro*, de 10 de maio de 1870, traz uma descrição interessante sobre festejos realizados em Recife. Além dos famosos arcos triunfais, três detalhes chamaram bastante atenção:

I - Os nomes das ruas por onde ocorreram os festejos possuem relação direta com os envolvidos na guerra (Visconde de Pelotas, Praça e Rua do Conde D'Eu, Rua do Duque de Caxias, etc), o que revela um traço bem importante da memória do pós-guerra, que foi a renomeação de logradouros, como vamos ver posteriormente;

II - Fora inaugurado um monumento, acredito que provisório, pois não temos notícias da existência posterior dele, em cujas laterais foram esculpidas datas e acontecimentos, além de nomes marcantes do conflito, segundo os "financiadores" do projeto: 1864/ Declaração de Guerra – José Antônio Saraiva; 1870/ Tratado de Paz – José Maria Paranhos; Sobre os pórticos correspondentes à Corte e ao município neutro foram colocados os rostos de Osório, Barão do Amazonas (Barroso) e da Passagem (Delfim Carlos de Carvalho, que ganhou esse título devido à Passagem de Humaitá), e Visconde de Pelotas (Marechal Câmara); no centro figuravam os

nomes e uma espécie de característica de cada personagem ali descrito: Caxias – Conduz os Exércitos à vitória; Conde D'Eu – prepara os brasileiros à Glória; Herval – valente e audaz, cuja invicta espada abre o passa à marcial jornada; Amazonas – calmo e sereno, mas de ânimo forte, varre das águas a inimiga coorte; Pelotas – para a coroa de tanta heroicidade, abate o tirano, planta a liberdade; Passagem – contra a opinião do mundo espectante, ele vence o impossível e passa à vante. Talvez seja um dos primeiros exemplos da construção simbólica dos chamados "heróis" da guerra; III - Dentro da Cadeia do Recife (na Rua de mesmo nome), fora construído um monumento que, em formato de uma pirâmide em degraus, continha em seu topo uma urna que simbolizava uma "caixa de guerra", contendo o nome dos soldados do Exército e da Marinha que foram do Recife para o teatro da guerra, estando escritos em duas cores: azul para os vivos e preto para os mortos. Não encontrei manifestação parecida a esta na Corte.

De certo que a chegada do Conde D'Eu era ansiosamente esperada e as festas se seguiram até mais ou menos esta data. Jornais mais satíricos, como *Vida Fluminense*, já encaravam com deboche a manutenção das festividades. Em 30 de abril, ao descrever as decorações nas ruas, fica bem evidente o tom político utilizado, pois o texto nomeia de forma pejorativa os senhores que as fizeram ou patrocinaram, percebendo-se que dali deveriam tentar tirar algum proveito. A capa deste dia resume muito bem o estado de coisas: um poeta sobre o morro do Pão de Açúcar e sua poesia enorme (de 12 horas, segundo o jornal!) aguardando a entrada do vapor conduzindo o Conde D'Eu (*Vida Fluminense*, 30 de abril de 1870). A questão é que o governo precisava aproveitar a manifestação popular a fim de evocar uma festa em seu nome, e, des-

ta forma, criar mais um símbolo nacional, que neste caso se tornaria o epílogo do triunfo da civilização contra a barbárie e serviria de base para o Terceiro Reinado, da Princesa Isabel e de seu marido, o Conde D'Eu, vitorioso. Mas o plano não saiu conforme o esperado.

A FESTA DO BARRACÃO

Ao ter como objetivo apagar os problemas com o retorno e a impopularidade da “caçada a Solano López”, bem como do Tratado da Tríplice Aliança, o Imperador aprovou a criação de um festejo que marcasse oficialmente a vitória brasileira, além de fazer as chamadas exéquias: missas para “saudar” as almas dos mortos no combate. A princípio, a grande discussão era a data que marcaria de forma oficial o fim da guerra. Para tanto, o ministro da Guerra e o ministro da Justiça e presidente do Conselho de Ministros, Visconde de Itaboraí, aprovaram um crédito especial de 200 contos de réis para a festa. O detalhe interessante é que não consultaram a Câmara nem o Senado para a liberação da verba.

A tentativa de criação de uma data oficial pode ser entendida como uma necessidade de reafirmação de uma identidade nacional e do poder do próprio D. Pedro II. Para Lilia Moritz Schwarcz, a

festa é o lugar da memória, uma pausa para (co)memorar e gravar na memória coletiva fatos e datas importantes, mas as festas falam mais; retornam e repetem uma lenta ladainha que não se conforma exclusivamente à lógica do poder, já que no espaço da festa trocam-se dons e contradons, experiências, bens e símbolos (SCHWARCZ, 2001, p.15).

A ideia de uma festa comum, que encerrasse o sentimento nacional perante a guerra, pode ser explicada pelas palavras de Baczko, citando Rousseau, onde

a linguagem dos signos, que falam mostrando [...] seria, no âmbito

de um sistema de educação pública cuja pedra angular é constituída pelos ritos e pelas festas cívicas [...] propondo instalar, no coração da vida coletiva, um imaginário especificamente político, que traduziria os princípios legitimadores do poder justo do povo soberano e dos modelos formadores do cidadão virtuoso [...] a fim de impregnar as mentalidades com novos valores e fortalecer a sua legitimidade, o poder tem designadamente de institucionalizar um simbolismo e ritual novos (BACZKO, 1985, pp.301-302).

É através dos seus imaginários sociais que uma coletividade designa a sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais. A festa pelo fim da Guerra do Paraguai estaria inserida nesse contexto de criação/invenção de signos norteadores do imaginário coletivo, a fim de criar, possivelmente, uma memória e uma identidade social, de acordo com os preceitos do Estado Imperial. Mas ao contrário do que esperavam os homens públicos, a festa foi um fracasso como veremos a seguir.

Anúncios em jornais da Corte já ofereciam os bilhetes para as arquibancadas e camarotes. Em 19 de maio, a Empresa Brasileira e Portuguesa divulgava na seção “anúncios” do *Diário do Rio de Janeiro* o empreendimento como sendo “o melhor meio de assistir aos festejos do Campo da Aclamação”, “tem a satisfação de anunciar que obteve licença para mandar construir uma grande arquibancada coberta, próxima ao templo, situada no prolongamento da Rua do Hospício, em frente à Rua do Areal”. E continua: “a arquibancada terá 70 camarotes e vastíssimo espaço com cômodos assentos. Tanto os camarotes como a galeria têm entradas separadas” – este trecho demonstra o caráter não popular da festa. “A empresa tem resolvido vender camarotes e assentos para os dois festejos do dia 24 do corrente a um só preço, entregando aos senhores compradores dois cartões que ser-

vem: um para os festejos de manhã, outro para aqueles da tarde ou da noite” (*Diário do Rio de Janeiro*, 19 de maio de 1870).

Em 12 de maio de 1870, Muritiba apresentou na Câmara a proposta de abertura do crédito, que por sinal já havia sido liberado, e o orçamento para a festa. A princípio a mesma se realizaria entre os dias 24 e 26 de maio. Seriam 48 contos para os músicos, iluminação e decoração, 36 contos para a confecção de uma estátua “monumental” de D. Pedro II e 100 contos para a construção de um templo provisório. Isso mesmo, provisório!

Imediatamente, a oposição lançou críticas. Uma das mais enfáticas foi a do Deputado José de Alencar, que considerava a proposta inoportuna e incompatível com as circunstâncias vividas pelo País naquele momento. Questionava:

Já atendeu [o governo] a todos os encargos provenientes da guerra? (...) Já enxugou todas as lágrimas das viúvas desvalidas? (...) Já honrou principalmente a educação dos órfãos dos voluntários falecidos em campanha, dessas crianças que hoje são filhos da pátria? [...] tirar do povo a camisa do corpo para transformar em papelão, converter as lágrimas das viúvas desvalidas e dos órfãos em fumo de luminária e foguetes, não senhores, não será com meu voto (*Anais da Câmara do Império*, 1870, p. 44).

Alencar ainda perguntava qual seria a real intenção do governo em promover tais festejos depois de festas grandiosas de apelo popular vistas no retorno dos voluntários da pátria. Além disso, apesar da dita festa ser nacional, as outras províncias talvez não participassem, visto não ter tempo para o envio de representantes. Mesmo sob alguns protestos, como o de José de Alencar, os créditos foram aprovados em 20 de maio, com 58 votos favoráveis e apenas oito contra.

No Senado, as discussões foram mais acaloradas, arrastando-se por quatro ses-

sões. Até mesmo os senadores que eram favoráveis à festa criticavam a forma pela qual o dinheiro fora liberado. As discussões iniciaram dia 9 de junho, mas tomaram grandes proporções a partir do dia 15 do mesmo mês com o discurso do Senador Dantas, da Província de Alagoas, que se declarou contrário às despesas insinuando que “a ideia do barracão tinha partido do alto” (*Anais do Senado*, 1870, p. 208). As falas mais exaltadas foram do Senador Nabuco de Araújo, que afirmava ser o real motivo da festa a vontade do governo em fazer a população esquecer-se das reformas, referindo-se aos debates sobre a questão escravista: “Quer o governo entreter o espírito público com a glória que alcançamos no Paraguai para arredar as reformas que ardentemente a população pede?” (*Anais do Senado*, 1870, p. 208). Pensava também nas promessas de campanha da guerra que não teriam sido cumpridas pelo governo, bem como as necessidades mais urgentes das províncias:

duzentos contos de réis queimados clamam as viúvas e os órfãos dos nossos bravos: e nós morremos de fome! Duzentos contos queimados: gritam as províncias! E tanta necessidade por cá. Duzentos contos seria uma quantia muito importante para perfazer a quantia necessária para comprar terras a fim de cumprirem o compromisso que temos com os voluntários, porque foi este um compromisso para o fim da guerra.

E ainda questionava o Poder Moderador quando afirmava que “a prova é esse barracão: nós o vemos quase consumado, mas ali no Senado ainda se está discutindo a lei que o autoriza!”, e completa: “Ele governa com o parlamento, mas não governa o parlamento”, referindo-se ao Imperador. Apesar de tudo, o crédito no Senado também foi aprovado.

Com a verba oficialmente autorizada, visto que já havia sido liberada, pois não poderia depender do retorno do parlamento, segundo o próprio Ministro da Guerra, faltava acertar os detalhes. Muritiba planejava fazer

a festa no dia 24 de maio, a fim de “comemorar” a vitória na grande batalha ocorrida em Tuiuti, mas essa data foi logo descartada devido à demora do Senado na aprovação do orçamento. Ficou decidido então o dia 10 de julho, data da saída do Imperador rumo à Uruguaiana para acompanhar a retomada da cidade, ocorrida em dezembro de 1865, o que também gerou alguma discussão por não ser unanimidade considerar esta data um grande triunfo, mas, de qualquer forma, ela acabou sendo aceita.

Escolhida a data, faltava o local. O Imperador determinou que fosse feito no Campo da Aclamação, palco dos eventos mais importantes do Império, mas também um local cheio de capoeiras, lavadeiras e todo tipo de gente pobre¹⁰. Iniciou então um novo debate: com diversos prédios luxuosos sem uso, como a Casa da Moeda, atual Arquivo Nacional, por que o governo construiria um templo de madeira, papelão e tecido? Cogitou-se também utilizar as barracas militares que, além de poupar os 200 contos, dariam um caráter popular para a festa. Nada feito.

Resolvidos os impasses, instituiu-se a festa. As obras para a construção do templo ou barracão, como era chamada por populares, já haviam sido iniciadas antes mesmo da aprovação do orçamento. As críticas aumentaram, pois argumentavam que o Ministro Muritiba contratara somente italianos, desde o engenheiro até os músicos, para a construção do Templo/barracão, enquanto o Ministro da Fazenda obteve para seus genros a concessão de construir arquibancadas próximas ao Templo, com venda de bilhetes para que as pessoas acompanhassem os festejos.

O jornal *A Reforma* criticava esse favorecimento dos italianos e afirmava: “na festa nacional (...) os nacionais não servem nem para a engenharia, nem para arquitetura, nem para pintura: servem quando muito para pagar os impostos” (*A Reforma*, 24 de maio de 1870). Para piorar, denúncias de especuladores envolvidos no empreendimento, do não pagamento de trabalhadores

brasileiros empregados do templo, entre outras, fez com que até mesmo os jornais ditos de apoio ao governo, como o *Diário do Rio de Janeiro*, aconselhassem o povo a não comparecer à festa.

Os detalhes do Templo/barracão eram publicados quase que diariamente nos jornais. O entorno do Campo de Santana foi ornamentado com pequenos arcos, quatro maiores decoravam o grande pórtico, em frente ao portão principal. Todos os arcos possuíam iluminação simples, ornados com bandeiras, galhardetes e festões de folhas naturais. No interior do pórtico ficaria a *Alegoria à Paz* e em cada lado um obelisco retratando figuras importantes na guerra, mas cabe ressaltar que nenhum membro da Marinha foi lembrado. O templo foi construído em madeira e sarrafos, e estava erguido à frente da Casa da Moeda, ornado com colunas de estilo grego e escultura representando o anjo da vitória. No interior, fora erguida uma capela e um altar, tendo sua cúpula coberta de veludo vermelho, adornada com grinaldas e galões de ouro fino (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870). Só para não esquecer: era tudo temporário.

Nos dias anteriores à “festa do Barracão”, foram publicadas, além das críticas, anúncios da venda dos ingressos para a arquibancada e o programa oficial da festa, que proibia a entrada no templo de pessoas que não estivessem vestidas de paletó ou jaqueta e gravata branca. As portas do Templo/barracão também eram reservadas: a primeira era exclusiva da família imperial; a segunda dos deputados, senadores e conselheiros de Estado; a terceira para os “calças azuis”, grandes nomes militares; a quarta para os oficiais de linha e guardas nacionais e a quinta para o povo – só tinha um problema: não existia a quinta porta (*Jornal do Commercio*, 10 de julho de 1870).

Chegou o tão esperado 10 de julho. O início dos festejos foi marcado para as 6 horas da manhã com salvas e embandeiramento

de navios de guerra ancorados na Cidade do Rio de Janeiro (*Diário do Rio de Janeiro*, 11 de julho de 1870). Uma neblina cobriu o Campo da Aclamação até boa parte da manhã, e até às 9 horas o campo continuava praticamente vazio, mesmo com a chegada da Família Imperial. Dos oito mil convites expedidos, cerca de 7800 foram rejeitados; as arquibancadas que deveriam abrigar por volta de 4385 pessoas, contavam apenas com 25, sendo a maioria familiares dos empresários envolvidos na festa. O Campo era praticamente um deserto, só interrompido pela Guarda Nacional e alguns corpos militares formados de um lado da praça (*O Alabama*, 23 de julho de 1870; *Correio Paulistano*, 23 de julho de 1870). Acredita-se que o próprio Imperador franqueou a entrada do Templo a populares que ali estavam. Segundo os jornais, entraram os tipos mais diversos: pretos com cestos, sujeitos em mangas de camisa, muita gente sem gravata, descalços, além meninos que brincavam de cabra-cega nas dependências do Templo. À tarde foram distribuídos gratuitamente cartões para as arquibancadas, que mesmo assim ficaram solenemente vazias.

Não ocorreram desordens no “Barracão”, ao contrário do que previa o Ministro Muritiba, que ordenou a presença de batalhões para reprimir qualquer desacato que viesse o povo a praticar. O fato inclusive foi criticado pelo *A Reforma*: “Mas, ignora o ministério que os soldados são filhos do povo? Não sabe o governo de São Cristóvão que esses soldados são irmãos e filhos de órfãos e viúvas que ainda não receberam da nação as pensões que lhe são devidas?” (*A Reforma*, 10 de julho de 1870).

Quando o Imperador se encaminhava ao Teatro Lírico a fim de assistir ao restante das comemorações, a população o cercou aplaudindo e gritavam “Abaixo o ministério!”, “Fora o ladrão do Muritiba!” Além disso, um grupo de mais de cem oficiais, seguidos do povo, marchou para o Largo do Palácio, onde fizeram pronunciamentos contra os ministros (*Correio Paulistano*, 21 de julho de 1870). Depois da confusão, se-

guiram em direção à Rua da Constituição, chegando novamente ao Campo da Aclamação, onde, aproveitando os cenários construídos para a comemoração da passagem da tropa, entoaram melodias, e uma que chamou maior atenção dos policiais, *O Prazer da Glória*, música esta composta por uma sociedade particular.

À noite, quando se esperava um espetáculo de luz, a imagem foi bem diferente: os quatro aparelhos de luz elétrica não produziram nenhum efeito; a iluminação dos arcos que circundavam o Campo foi de triste aparência, pois era ampla a região a ser iluminada e copinho furta-cor, que deveriam produzir um efeito quase mágico, simplesmente não foram acesos, pois essa tarefa foi confiada a acrobatas e garotos de rua que até às nove da noite ainda não haviam aparecido.

As confusões continuaram no dia 11, quando se formou no mesmo templo um grupo onde havia oficiais e praças que pretendiam acender velas de sebo, dirigindo provocações ao engenheiro que construiu o cenário, alegando o alto custo pela obra que logo seria desmanchada e o descaso em relação aos veteranos; repelidos, foram em direção à Rua da Alfândega soltando foguetes e dando diversos vivas e foras às personalidades envolvidas na guerra. Consta ainda, nos relatos dos envolvidos no caso, que participavam de todas as confusões moças, ditas de educação e de famílias distintas¹¹.

Nos dias que se seguiram à “Festa do Barracão”, o templo construído em madeira, papelão e tecidos foi desmontado, sobrevivendo apenas em algumas fotografias. Suas madeiras acabaram por serem leiloadas, mas nada que suprisse os gastos com a festa. Até mesmo os jornais que apoiavam o governo concordavam que a festa não foi exatamente o que esperavam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para o Império restou uma certeza: não adiantou nada a tentativa de criar um patriotismo forçado, afinal o dia 10 de julho nunca figurou como data festiva nos calendários

brasileiros. Além disso, e talvez mais grave ainda, houve um notório desleixo com relação à Marinha, pois nenhum dos seus militares figurou nas comemorações de 10 de julho, o que trouxe à tona uma série de críticas que, com o passar dos anos, foram tomando corpo e ampliando o descontentamento com os rumos da monarquia.

As festas têm sempre uma função pedagógica e unificadora, reduzindo as diferenças existentes (OLIVEIRA, 1989, p. 175). As comemorações são formas coletivas de recordação, onde a comunidade assegura e reafirma sua identidade. Essas comemorações nacionais têm impacto sobre os sentimentos da nação; desta forma, como vontade política, influenciavam recordações e representações do passado. O fracasso dessa tentativa demonstrou a clara dificuldade em se forjar uma memória oficial do conflito, ainda com tantas nuances e questões por resolver.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACZKO, Bronislaw. "A imaginação social" In: Edmund Leach (org.). *Anthropos-Homem*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

CARVALHO, José Murilo de e NEVEZ, Lúcia Maria Bastos Pereira das (org). *Repensando o Brasil do Oitocentos – cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

_____. *Clamar e agitar sempre: os radicais da década de 1860*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2018.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

GOYENA SOARES, Rodrigo. *Expectativa e frustração. História dos veteranos da Guerra do Paraguai*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História. UNIRIO. Rio de Janeiro, 2017.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. "As festas que a República manda guardar." *Revista de Estudos Históricos*. v.2, n. 4, 1989. disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>.

RANGEL, Alberto. *Gastão de Orléans (o último Conde d'Eu)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão: ritos e símbolos do segundo reinado*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille. *Recordações de guerra e de viagem*. São Paulo: Weiszflog, 1920.

NOTAS

¹ Ofício do Conde d'Eu para o Ministro da Guerra. Vila do Rosário, 27/01/1870. Arquivo Nacional, códice 547, vol.20; Conde d'Eu para a Câmara. Quartel-General da Vila do Rosário, 06/02/1870 e Ofício particular de Paranhos para Cotegipe. Particular nº 51, Assunção, 27/02/1870. IHGB, lata 920, pasta 133.

² Ofício de Paranhos para Muritiba. Assunção, 01/10/1869, Arquivo Nacional, caixa 811, pasta 2.

³ Fundo Câmara Municipal/ Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai; Notações: 42.3.19 e 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁴ Coleção Conselho de Intendência. Série Guerra do Paraguai, notação 44.1.47. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

⁵ Ofícios endereçados ao Conde d'Eu. 10 de dezembro de 1869. Manuscritos. Localização 34,03,006 – nº 29. Biblioteca Nacional.

⁶ Nelson Werneck Sodré em *História da Imprensa no Brasil* fornece um panorama muito interessante sobre os jornais em circulação e suas tendências. Sobre esse contexto ele escreve: "Com a Guerra do

Paraguai ainda em curso, a imprensa começaria a refletir as inquietações”. Essas inquietações, segundo o autor, seriam da ordem social: o problema das ordens religiosas e a “campanha” pela dissolução delas; discutia-se a invasão do México pelos franceses, a disputa no teatro pelos autores nacionais, os “avanços” nas modas femininas. Destaca ainda o lançamento no ano de 1868 do jornal *Diário do Povo*, redigido por Tavares Bastos e Lafaiete Rodrigues Pereira, considerado “trincheira de combate dos liberais”; em 1869, Lafaiete Pereira passa a integrar o *Reforma* (um dos jornais base da pesquisa), dirigido por Francisco Otaviano, contando também com Saldanha Marinho, Tito Franco, Silveira Martins, Joaquim Manuel de Macedo, Teófilo Ottoni, Souza Franco, Homem de Melo, entre outros. É considerado o jornal mais prestigioso da época. Originário do chamado Clube da Reforma (anteriormente os liberais estavam divididos com relação às reformas que pretendiam no sistema monárquico. Com a demissão do Gabinete Liberal de Zacarias de Vasconcelos em 1868, eles se fundiram no chamado Clube da Reforma), “significando a necessidade de alterações na ordem política que correspondessem às que decorriam do desenvolvimento do País”. Mais tarde, colaboraram com *A Reforma* Afonso Celso, Rodrigo Otávio, Faria Alvim, Joaquim Serra, entre outros. (SODRÉ, 1977, pp. 242-243).

⁷ Série Guerra – Administração. IG2, 22, fundo 9k. Arquivo Nacional.

⁸ *A Reforma*, 22 de março de 1870; *Jornal do Commercio*, 3 de março de 1870. Biblioteca Nacional; Francisco Felix Pereira da Costa. História da guerra do Brasil contra as repúblicas do Uruguay e Paraguay (Volume 4). Rio de Janeiro: Livraria A. C. Guimaraes & C., 1871.

⁹ Coleção Conselho de Intendência; Série: Guerra do Paraguai; Notação 44.1.47. Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro.

¹⁰ Segundo Iara Lis Carvalho Souza, o Campo da Aclamação seria um lugar dedicado às comemorações cívicas. A ideia no Primeiro Reinado era de transformá-la em um centro, uma zona privilegiada para essas festas, circunscrevendo um corpo arquitetônico e escultórico que pudesse celebrar o soberano e o Brasil. O nome se refere à aclamação de D. Pedro I como imperador logo após a Independência, considerada uma festa de teor popular, na qual o súdito se manifestava e celebrava a ligação com o governante, evocando um sentimento cívico. Talvez, aos escolher o Campo como local para a festa, D. Pedro II queria transformá-la em algo mais popular e evocar os princípios fundadores do Império (SOUZA, 1999, pp. 299-300).

¹¹ Ministério dos Negócios da Guerra, averiguação sobre os tumultos de 10 de julho de 1870. Arquivo Nacional.

De General Câmara a Visconde de Pelotas: um militar na política após a Guerra do Paraguai*

From General Câmara to Visconde de Pelotas: a military man in politics after the Paraguayan War

André Fertig

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

RESUMO

Este artigo possui como tema a ascensão política de José Antônio Correia da Câmara, o General Câmara e Visconde de Pelotas, após seu retorno da Guerra do Paraguai. Com tal finalidade, selecionamos três conjunturas de atuação do General: a primeira, logo após seu retorno do Paraguai e a concessão de seu título de nobreza; a segunda, quando ele tornou-se liderança política importante na Província do Rio Grande do Sul e, a terceira conjuntura, quando, no início da década de 1880, o Visconde de Pelotas exerceu, no Rio de Janeiro, as funções de senador e ministro da Guerra do Império do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; Império do Brasil; História Política

ABSTRACT

This article has as its theme the political rise of José Antônio Correia da Câmara, General Câmara and Visconde de Pelotas, after his return from the Paraguayan War. To this end, we selected three conjunctures of the General's activity: the first, shortly after his return from Paraguay and the granting of his title of nobility; the second, when he became an important political leader in the Province of Rio Grande do Sul; and the third, when, in the early 1880s, Visconde de Pelotas assumed, in Rio de Janeiro, as senator and minister of war of the Empire of Brazil.

KEYWORDS: War of Paraguay; Empire of Brazil; Political History

José Antônio Correa da Câmara nasceu em Porto Alegre em 1824 e faleceu no Rio de Janeiro em 1893. Era filho do Comendador Antônio Fernandes de Lima e de D. Flora Correa da Câmara, filha do 1o Barão e 1o Visconde de Pelotas, Tenente-General Patrício José Correa da Câmara. Em 1851 casou com sua sobrinha, Maria Rita Fernandes Pinheiro, filha de José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo). De extensa carreira militar, Câmara foi legalista na Farrroupilha, quando participou no 3o Regimento de Cavalaria Ligeira e combateu também na Campanha do Uruguai (1851-1852). Ele também atuou com destaque na Guerra do Paraguai, quando esteve em campo de batalha desde a campanha no Uruguai em 1864 até a caçada final a Solano López. Ao retornar do Paraguai, recebeu o Título de Visconde de Pelotas. A partir da dé-

*Artigo recebido em 17 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 83-96 – 2020.

cada de 1870, além de ascender como liderança política na Província do Rio Grande do Sul, ele assumiu cargos destacados na Corte como, senador do império e ministro da Guerra (Gabinete Saraiva 1880-1881). Insere-se na turma de políticos do Rio Grande do Sul que, a partir dos anos 1870, foram representativos da força do Partido Liberal na Província, como Gaspar Silveira Martins, Manuel Luís Osório, Antonio Eleutério de Camargo, Henrique d'Ávila, Joaquim Pedro Salgado, Francisco Antunes Maciel, entre outros. Compreendemos nossa investigação acerca do General Câmara como uma possibilidade de resgatar historicamente a estreita relação entre poder e Forças Armadas ao longo da história do Brasil. No Império do Brasil, apesar da existência de uma Força Armada de caráter civil – a Guarda Nacional, a partir da segunda metade do século XIX –, os militares, mesmo com uma incipiente profissionalização e institucionalização, passaram a atuar na defesa de demandas tanto corporativas, reivindicando participação na vida política, como também protagonizando debates da pauta política no contexto de crise da monarquia (1870-1889). Tal ascensão dos militares na política nos leva a considerá-los como fundamentais na explicação da crise da monarquia e como protagonistas do “golpe republicano” de 1889. Ou seja, desde então, os militares passaram a ser, na história do Brasil, agentes históricos imprescindíveis para a explicação de nossa história, principalmente se enfocarmos a crise do Império do Brasil e a história política do Brasil republicano.

Quanto às inspirações teórico-metodológica que orientam essa pesquisa, necessitamos fazer algumas observações. As fontes primárias são, primordialmente, correspondências pessoais. Por intermédio delas conseguimos abordar tanto a história pública (política e militar) sob outra perspectiva quanto a história da vida privada (como sentimentos, valores, experiências e preocupações pessoais são narrados na esfera do privado). Além disso, consideramos as cartas

uma escrita autobiográfica, uma escrita de si, na qual o indivíduo, como sugere Teresa Malatian, “assume uma posição reflexiva em relação à sua história e ao mundo onde se movimenta” (MALATIAN, 2009, p. 195). E, mais ainda, defendemos que, através da análise das cartas do General Câmara, conseguimos compreender parte de sua trajetória individual e sua historicidade, ou seja, ao longo de um período e compreendendo suas transformações enquanto agente histórico (GOMES, 2004, p. 13).

No que diz respeito aos objetivos desse artigo, pretendemos caracterizar a atuação de Câmara como um militar na política, da defesa corporativa da instituição e também no quadro mais amplo da conjuntura de crise da monarquia do Brasil entre 1870-1889. Ou seja, por intermédio das missivas, verificar quais foram seus interlocutores mais frequentes na vida política pós-Guerra do Paraguai, quais os temas tratados nas cartas e, se possível, caracterizar a natureza das relações pessoais e políticas estabelecidas pelo General com os seus correspondentes. Como observa José Maria Imizcoz, “A descoberta dos laços que relacionavam as pessoas na vida econômica, social e política tem dado uma nova centralidade ao estudo das relações de família, parentesco, amizade ou clientelismo como articulações privilegiadas dos atores sociais e políticos do Antigo Regime” (IMIZCOZ, 2001, p. 20). Nos inspiramos ainda em Norbert Elias, que afirma a importância de compreender cada indivíduo a partir de suas relações sociais, que cada pessoa, em uma posição única, estabelece laços específicos por diversas razões como, por exemplo, afeto, trabalho, entre outros (ELIAS, 1994, pp. 22-27).

Assim, nosso objetivo é entender a atuação de Câmara ao enviar e receber correspondências em um sistema político clientelista, no qual as práticas políticas não distinguem as esferas pública e privada, e os indivíduos agiam preferencialmente

a partir da lógica do interesse pessoal, por amizade, parentesco ou outra relação de afetividade, utilizando-se das correspondências como um canal para suas demandas e troca de favores. Estabelecia-se, portanto, uma relação diádica, como definiu Carl Landé, cuja ênfase era o sentimento de confiança entre as duas partes (LANDÉ, 1977).

Na tentativa de responder a essas questões, selecionamos três conjunturas da atuação do General Câmara. A primeira, logo após seu retorno do Paraguai e a concessão do título de Visconde de Pelotas; a segunda, a partir de 1872 e anos seguintes, com a ascensão do Partido Liberal no Rio Grande do Sul; e finalmente, a terceira, no início da década de 1880, quando Câmara tornou-se Ministro da Guerra e Senador do Império.

Como hipótese de investigação, compreendemos que o General Câmara, após 1870, já como significativa liderança política da Província sul rio-grandense, atuava como mediador político, estabelecendo uma espécie de meio de campo das demandas dos poderosos locais com a Corte e, a partir da

década de 1880, sua capacidade de ação política aumentou expressivamente, pois ele passou a ocupar cargos no governo imperial. Nosso entendimento é que José Antônio Correa da Câmara, ao aliar e fortalecer seus atributos militares, políticos e nobiliárquicos, conseguiu acumular um poder que o lançou a um novo patamar, tornando-se então um mediador político privilegiado entre a Corte e a Província, ao conectar as localidades ao poder central, ouvindo e quase sempre satisfazendo as demandas daqueles que possuíam condições de serem seus interlocutores. Na perspectiva de uma história social da política, também é possível caracterizar esses missivistas que se comunicavam com o general como pessoas que, cotidianamente, atuavam de maneira política, pedindo favores, solicitando demandas, criticando ou elogiando alguma questão do contexto ou da pauta do momento, enfim, fazendo política. Neste sentido, vamos apresentar no quadro abaixo os mais frequentes interlocutores do General Câmara entre os anos 1869-1879:

Remetente	Número de cartas	Porcentagem
Manuel Luís Osório (Marquês do Herval)	84	27,9%
José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco)	41	13,9%
Gaspar Silveira Martins	28	9,3%
Luís Alves de Lima e Silva (Duque de Caxias)	7	2,4%
Outros	139	46,5%
Total de cartas	299	100%

Observação: Os números são aproximados, pois correspondem às cartas do Fundo Documental General Câmara, do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. Como são fontes do século XIX, muitas podem ter se perdido ou extraviado ao longo do tempo.

Em cartas recebidas por Câmara durante a Guerra do Paraguai, alguns correspondentes eram mais frequentes em razão do papel militar de destaque que ele havia obtido nos últimos anos do conflito. A tabela acima

comprova isso, pois três dos principais correspondentes ao final da guerra e na década seguinte foram militares ilustres, como Osório e Caxias, ou um político fundamental na conjuntura final do conflito, no caso, Pa-

ranhos. As cartas trocadas com o Ministro plenipotenciário no Paraguai, José Maria da Silva Paranhos (Visconde do Rio Branco), tornam-se cada vez mais frequentes e ilustram a dimensão de importância da atuação de Câmara na guerra. Em carta de 8 de novembro de 1869, enviada de Assunção, Paranhos fazia o seguinte comentário: “Creio que a V. Exa. está reservada a glória de acabar com López”¹ (IHGRS, Fundo General Câmara, 08/11/1869). A maior proximidade de Câmara com Paranhos foi possível de ser comprovada pela troca cada vez mais usual de correspondências desde a guerra e que se manteve após o término do conflito. Do Rio de Janeiro, em 4 de abril de 1871, o Visconde do Rio Branco, que recém havia assumido em março daquele ano a Presidência do Conselho de Ministros do Império, cargo político mais importante do sistema político imperial, hierarquicamente inferior apenas ao Poder Moderador de D. Pedro II, dizia o seguinte em correspondência à Câmara:

Ilmo e Exmo Senhor Visconde de Pelotas, Recebi a carta de V. Exa de 14 do passado e com muito prazer li esse testemunho de que sua amizade, que tanto aprecio, conserva a mesma animação e benevolência. Recordo-me sempre da vida que passamos no Paraguai e da perfeita inteligência e estímulo recíproco que servimos a nossa pátria. Aqui me tem V. Exa em posição muito mais espinhosa e que me tocou quando já cansado de três anos de trabalho continuo, mas Deus levará em conta as minhas intenções, e V. Exa encontrará sempre em mim o melhor homem. Com muita consideração assino-me De V. Exa afetuoso amigo e obediente servo Visconde do Rio Branco. (IHGRS, Fundo General Câmara, 04/04/1871).

Além da proximidade com o chefe de gabinete do Império, Visconde do Rio Branco, o pertencimento de Câmara às altas instâncias de poder da Corte e sua ascensão política logo após seu retorno do Paraguai pode ser

comprovada também, por exemplo, pelo convite que o Duque de Caxias fez, no dia 28 de outubro de 1870, para um jantar na sua casa, quando o Duque salientou o convívio e o companheirismo entre eles durante a guerra:

Espero que no domingo próximo 30 do corrente seja o dia que V. Exa. destine para jantar comigo. Não pretendo convidar se não 3 dos nossos companheiros da última campanha que pertenceram ao meu Quartel General a fim de podermos em família nos recordar de nossos passados trabalhos. A hora é a mesma que no campo, as 4 horas da tarde. Seu amigo e camarada. Andará, 28 de outubro de 1870. Duque de Caxias. (IHGRS, Fundo General Câmara, 28/10/1870).

No convite acima de Caxias à Câmara para um jantar, percebemos que as práticas sociais da política e da vida pessoal se confundiam. Como observou Maria Fernanda Martins, “a vida social misturava-se à política”, visto que esses homens – “com crenças, objetivos e valores comuns” –, assim como se encontravam em casas parlamentares, universidades e ambientes formais da política, também frequentavam saraus, bailes e jantares, entre outros eventos de uma sociabilidade de caráter mais privado, compartilhando relações de amizade, parentesco e compadrio (MARTINS, 2007, p. 168).

Esta elevação de *status* político de Câmara culmina também com a concessão do título de nobreza de 2º Visconde de Pelotas, um reconhecimento pelos seus serviços militares prestados no Paraguai, afinal Câmara esteve em ação nos campos de batalha desde a campanha no Uruguai em dezembro de 1864 até meses depois do conflito, pois retornou somente em outubro de 1870 ao Brasil. Como era usual no Brasil imperial e conforme a Constituição de 1824, em troca de serviços prestados ao Estado, membros da elite recebiam títulos nobiliárquicos. O título não era hereditário e conferia poder

simbólico e efetivo ao seu portador, marcando hierarquias sociais e, portanto, definindo posições em uma sociedade marcadamente de Corte, nos moldes do Antigo Regime. Muitos militares que combateram no Paraguai se nobilitaram. Da Província do Rio Grande do Sul, além de Câmara, podemos citar, por exemplo, Vitorino José Carneiro Monteiro (Barão de São Borja), Vasco Alves Pereira (Barão de Santana do Livramento), João Nunes da Silva Tavares (Barão de Itaquí), Joaquim de Andrade Neves (Barão de Triunfo), entre outros que, em sua maioria, receberam títulos em troca de serviços militares prestados ao Império do Brasil.

Do ponto de vista do contexto político em meio a Guerra do Paraguai, devemos lembrar que as críticas e cisões políticas foram se intensificando no decorrer do conflito. Os conservadores e liberais históricos atacavam o gabinete da Liga Progressista. O acirramento da crise aconteceu quando, em 1868, o Imperador escolheu um conservador, Sales Torres Homem, para senador pelo Rio Grande do Norte. O Presidente do Conselho de Ministros do Império, Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentou a demissão do gabinete, aceita por D. Pedro II, mas não sugeriu nome para a sua sucessão. Para surpresa, principalmente de uma Câmara majoritariamente liberal progressista, D. Pedro II chamou para a chefia de gabinete um conservador ortodoxo, Joaquim José Rodrigues Torres, o Visconde de Itaboraá, oferecendo o poder a uma política “vencida nas urnas”, segundo discurso de um dos principais líderes progressistas, Nabuco de Araújo, que passou a questionar a legitimidade do novo governo. O mais importante a se ressaltar é que, a partir desta crise, reorganizou-se o sistema partidário. A partir da liderança de Nabuco de Araújo, os progressistas se articularam com os liberais históricos, formando um novo Partido Liberal. Os liberais, em seus discursos, defendiam maior descentralização política, eleições diretas, extinção do Poder Moderador e da Guarda Nacional, reforma do

judiciário, abolição da escravidão. Ou seja, eles buscavam reformar a monarquia com medidas de cunho liberal, como a recorrente questão da defesa do federalismo.

No Rio Grande do Sul, um dos reflexos da queda do Gabinete Zacarias, foi a reorganização do Partido Conservador, com o ingresso de muitos liberais-progressistas no partido. Como afirma Helga Piccolo, a entrada desse grupo de progressistas provocou “desavenças internas que se traduziram na formação de dois “blocos” dentro do partido: os “lobos”, conservadores “puros” e os “cordeiros”, ex-progressistas (PICCOLO, 1991, p. 57). Essa divisão interna do Partido Conservador o enfraqueceu, aprofundou-se mais ainda em razão da Lei do Ventre Livre (1871), aprovada no Gabinete conservador de Rio Branco e que desagradou grande parte dos conservadores, principalmente os denominados “lobos”. E, por outro lado, permitiu que o Partido Liberal, que havia se reorganizado ao longo da década de 1860, num processo liderado por Manuel Luís Osório e Félix da Cunha, vencesse, em 1872, as eleições para a Assembleia Provincial no Rio Grande do Sul, tornando-se o partido hegemônico na província até o final do período monárquico.

A vitória liberal nas eleições de 1872 foi saudada pelos correligionários do Visconde de Pelotas em diversas cartas recebidas naqueles meses logo após ao pleito. O ex-Presidente da Província e naquele período senador do Império, Antônio Fernandes Braga, no dia 30 de setembro de 1872, escrevia o seguinte:

Exmo Amigo Sr. Visconde de Pelotas, Tendo ido ao Rio de Janeiro em Agosto, (...) tive o prazer de encontrar a estimada carta de V. Exa. de 30 de Julho cujo conteúdo aprecio muito e agradeço, **felicitando V. Exa pelo bom êxito que tiveram os seus esforços nas eleições.** [grifo nosso] Acabo de receber carta de nosso amigo Marquês do Herval, dando-me os nomes da deputação liberal dessa Província, com a qual será dignamente representada. **Achava-me na Corte quando lá chegou a notícia pelo telégrafo do**

triumfo do partido liberal, e particularmente de V. Exa nessa Capital, [grifo nosso] a respeito do que ouvi e vi o despeito de um Sr. Souza que segundo mostrou, achasse contrariadíssimo, até nervoso com tal resultado. O gabinete com que casualmente nos encontramos obriga-me a calar o resto. (...) Que V. Exa com sua apreciável família gozem saúde, (...) Amigo muito afeto e venerador (...). (IHGRS, Fundo General Câmara, 30/09/1872).

Com este predomínio liberal houve a emergência de lideranças políticas como Manuel Luís Osório, Gaspar Silveira Martins, Henrique D'Ávila e o próprio Visconde de Pelotas que, despontaram já nesses anos iniciais de 1870 na Província e, mais para o final da década, com o Gabinete Liberal de 1878, assumiram cargos na Corte. A trajetória, por exemplo, do advogado de Jaguarão, Henrique D'Ávila, é ilustrativa da ascensão política dos liberais rio-grandenses. Conforme Amanda Both, D'Ávila foi eleito deputado provincial em 1863, se destacando ao longo da mesma década na Assembleia Provincial, ocupando inclusive em várias legislaturas a mesa diretora. Em 1880, por indicação do Visconde de Pelotas, tornou-se Presidente da Província do Rio Grande do Sul. A partir de 1882 o bacharel de Jaguarão tornou-se senador e em 1883 assumiu o Ministério da Agricultura (BOTH, 2018). Outra trajetória exemplar da ascensão liberal foi o bacharel Gaspar Silveira Martins, que fez carreira em diversos cargos da burocracia imperial, desde Juiz Municipal, Deputado Geral e Provincial, Senador do Império, Conselheiro do Estado e Ministro da Fazenda (1878). Silveira Martins, da mesma forma que Câmara e Osório, teve sua promoção política nas duas últimas décadas do Império do Brasil.

No caso de Câmara, já após retornar do Paraguai, ele poderia ter assumido cargo do poder central, visto que fora convidado para ocupar a pasta da Guerra em outubro de 1870 pelo Gabinete Rio Branco, mas acabou recusando. Tal fato evidencia dois aspectos.

O primeiro, a importância militar e política adquirida pelo Visconde de Pelotas, pois tratava-se de um liberal que havia sido chamado para ocupar um posto no ministério conservador. O segundo aspecto que inferimos desse convite a Câmara, era a habilidade política que possuía José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, que conseguia circular e obter apoio nos quadros da oposição, demonstrando capacidade de diálogo e negociação com os liberais.

No que diz respeito ao âmbito provincial, talvez o expoente principal, naquele momento, entre os políticos liberais, tenha sido Manuel Luís Osório. Se compreendermos a política em sentido amplo, para além dos personagens e canais da política institucional, a atuação política do Marquês do Herval, principalmente na esfera paroquial, ao realizar uma prática política cotidiana, enviando circulares e correspondências, estabelecendo contatos pessoais, comprovam sua relevância para os quadros do Partido Liberal e para a sociedade rio-grandense. Como foi possível perceber nas cartas enviadas por ele ao General Câmara. Osório, conforme contabilizamos no quadro anterior, entre 1869 e 1879, foi o mais frequente remetente de cartas à Câmara. Guilherme Grundling, que pesquisou a relação pessoal e política entre Câmara e Osório através de correspondências, identificou que a prática de missivas entre eles vinha desde o pós-Guerra Farrroupilha (GRUNDLING, 2019). Inferimos que era assim que ele fazia política, muito mais do que atuando em cargos eletivos ou burocráticos, para os quais, sabemos, tinha resistência em assumir. Ilustramos sua ação política em trecho da carta abaixo, que comprovam sua acurada capacidade de análise do contexto, suas articulações com outras lideranças como Gaspar Silveira Martins e Manuel Lucas de Oliveira, Henrique D'Ávila, Luís da Silva Flores, bem como sua preocupação com possíveis conflitos internos no Partido Liberal no futuro próximo:

(...) Tenho presente a sua de 7 de dezembro último. Vou escrever ao Gaspar sobre o Lucas. Recebi a nota da votação de Porto Alegre, Rio Pardo e Cachoeira. O colégio conservador de Bagé não fez eleição, creio portanto que triunfará a chapa liberal. Vejo que nesse circuito está o partido sem direção, o que creio se poderá remediar reunindo-se os eleitores da capital e as principais notabilidades do partido e nomearem (...) um diretor ou chefe enquanto não chegar por ali o Sr. Porto Alegre. (...) É muito possível que tenhamos uma assembleia provincial unânime e eu e alguns amigos receamos discordância pessoal entre os eleitos que venha enfraquecer o partido, derrotá-lo mesmo para o futuro. Por essa razão escrevi aos Srs. Ávila, Ribas e Flores pedindo-lhes todo o empenho com os deputados nossos amigos, **para que não haja entre nós o que houve entre lobos e cordeiros, pois não há desculpa para quem despreza a experiência**, [grifo nosso] (...). (AHRS, Fundo General Câmara, 11/01/1873).

A atuação de Osório na política paroquial não quer dizer que ele não soubesse atuar na “grande política” de cargos e funções burocráticos do Estado imperial. Apesar de ter dito, segundo seu filho Fernando Luís Osório, que o “parlamento era para doutores e não para ele que o que sabia era de certo que não sabia nada” (OSÓRIO, 1894, p. 646), o senhor guerreiro e de estância Marquês do Herval, em 1877, depois de muita resistência, assumiu uma vaga no Senado. E, no ano seguinte, em fevereiro de 1878, dois líderes do Partido Liberal da província, Osório e Gaspar Silveira Martins, assumiam cargos no ministério. Como salientou Jonas Vargas, “pela primeira e única vez ao longo de toda a Monarquia, dois rio-grandenses eram alçados a um mesmo gabinete ministerial” (VARGAS, 2010, p. 18).

Tal acontecimento não passou despercebido por Câmara, que fez questão de parabe-

nizar Osório pela sua nomeação de Ministro da Guerra em carta de 10 de janeiro de 1878:

Ex. Sr. Marques do Herval. Não é a V. Ex. a quem vou felicitar, mas ao país, e sobretudo ao Exército, por vê-lo nomeado Ministro dos Negócios da Guerra. Para V. Ex, compreendo bem, deve ser grande o sacrifício, não pelo que tem de árdua a missão, mas pelas contrariedades que há de sofrer. Muitas vezes, no decorrer de seu alto cargo, e que partindo de cima deixam de externar melhor resultados. Que Deus lhe dê forças para levar ao fim o bem que pode fazer, são os desejos de quem é com a maior consideração de V. Ex. Amigo e atencioso obrigado criado Visconde de Pelotas. (Carta de José Antônio Corrêa da Câmara a Manoel Luís Osório. 10.01.1878, IHGB, Coleção General Osório - L.233^a, citada em GRUNDLING, 2019, p. 101).

Enquanto esteve à frente da pasta ministerial da Guerra, durante o Gabinete Sinimbu (05/01/1878 a 28/03/1880), cargo que ocupou até sua morte em outubro de 1879, Osório continuou a trocar cartas com o General Câmara e outros amigos da sua vida política e dos campos de batalha. Ele, logo no segundo mês de governo, já respondia afirmativamente às demandas enviadas pelo General Câmara:

O seu recomendado Capitão Teixeira Junior foi empregado no Arsenal, e o seu parente da Secretaria de Guerra mandou-me a sua carta [grifo nosso] (...). Não pode fazer ideia do mal estado das finanças do nosso país e da desordem que encontramos na administração. Todos os nossos colegas dizem que acham as cousas pior do que pensavam, e o desperdício criou interesses que nos criaram adversários, além da dificuldade em satisfazer aos amigos que querem substituir os desmamados. [grifo nosso] (...). (IHRS, Fundo General Câmara, 24/2/1878).

Pelo trecho da mensagem acima, mesmo que Osório tenha se queixado “da dificuldade

em satisfazer aos amigos”, percebemos que ele cumpria efetivamente seu papel como mediador político entre a Corte e a província/paróquia ao atender os pedidos do General Câmara. Mesmo tendo sido muito mais um estancieiro e militar, o Marquês do Herval, no cargo de Ministro da Guerra, atuava como um típico mediador político, aquele indivíduo que conseguia transpor os limites de atuação da sua comunidade e ser responsável por realizar a conexão dos poderes regionais e locais ao poder central. Carl Landé, que enfatizou a presença da afetividade na relação diádica, em um contexto político clientelista, apontou as seguintes características:

(...) totalmente voluntária ou pode ser obrigatória apenas para um de seus membros. Pode ser difusa e vincular simplesmente uma promessa mútua de ajuda a cada um, ou pode envolver obrigações claramente definidas para cada membro. Pode existir entre duas pessoas do mesmo status socioeconômico ou entre pessoas de status desigual. Pode ser de pequena duração, manter-se durante toda a vida e até ser legada de geração em geração pelos descendentes daqueles que criaram a relação diádica original. O único elemento essencial a essa definição é que a relação deve ligar dois indivíduos entre si por um vínculo pessoal direto (LANDÉ, 1977, p. XIV).

As correspondências enviadas pelo General Osório ao General Câmara, nos tempos de ministro da Guerra, comprovam que o Marquês do Herval, mesmo na Corte, preocupava-se com a situação política na província e interferia das decisões internas da agremiação. Além disso, a frequência das cartas trocadas entre eles evidencia que Osório contava com Câmara para resolver as questões políticas na província, principalmente quanto a assuntos internos do Partido Liberal. Quando o Senador Araújo Ribeiro faleceu, no mesmo dia 26 de julho de 1879, Osório, em atitude que comprova sua deter-

minação e agilidade política, enviou um telegrama à Câmara informando a ocorrência e salientando que Câmara não deveria assumir a vice-presidência da província, pois isto poderia inviabilizar a sua candidatura ao Senado. No dia seguinte, em correspondência ao General Câmara, Osório determinava:

Você deve fazer parte da lista senatorial com o Flores e o Martins. V. Exa me conhece e por isso não se surpreenderá que eu lhe indique o Martins para candidato, depois de alguns carcóvos [sic] que seu gênio violento o tem feito ser dominado pela adulação da nossa amável e juvenil assembleia provincial (salvo honrosas exceções) disciplinada pelos ligueiros de nossa pátria – Camargo e Florêncio. (IHGRS, Fundo General Câmara, 27/07/1979)

Osório, mais adiante no texto, afirmava que permanecia no ministério para garantir a união e continuidade do gabinete liberal e concluía que uma parcela dos liberais rio-grandenses estavam perseguindo politicamente seu filho Fernando Luis Osório ao excluí-lo das eleições daquele ano. Tais conflitos internos no Partido Liberal, segundo as explicações usuais da historiografia que abordou o tema, teve origem, durante o Gabinete Sinimbu, nos debates da reforma eleitoral. Entre as medidas propostas pela reforma, aprovada, posteriormente, em 1881, como Lei Saraiva, estavam o direito de elegibilidade dos acatólicos, assunto que teria provocado a discórdia entre Gaspar Silveira Martins e Manuel Luís Osório (ROSSATO, 2014, p. 123).

No decorrer desta crise interna do gabinete Sinimbu, que levou à saída de Gaspar Silveira Martins do ministério, foi possível comprovar o quanto Osório estava conectado com as pautas da política da província e como ele atuou, com agilidade e frequência na questão, bem como destacou o General Câmara para ser seu interlocutor e braço político no Rio Grande do Sul. Há uma sequência de cartas de Osório sobre o tema.

Em 9 de julho de 1879, Osório comentava com Câmara que Silveira Martins, Florêncio Carlos de Abreu e Silva e Antônio Eleutério Camargo “atiraram-se na oposição contra o governo”. O mais interessante é que Osório aliviava com Silveira Martins, afirmando que tinha “expressões de benevolência” para com ele. Todavia, quanto aos outros dois colegas liberais, avaliava que eram “autores de más consequências para o nosso partido”. Concluía a mensagem dizendo que sairia do governo se a sua retirada desse “ganho de causa aos acatólicos”. Enquanto ele não estivesse convencido disso, ficaria no Gabinete Sinimbu, inspirado “nos interesses reais e sérios do país e do meu partido” (IHGRS, Fundo General Câmara, 09/07/1879).

Em 24 de agosto de 1879, Osório informava que Gaspar Silveira Martins iria à província “com ânimo para acabar com a discórdia do partido”. As palavras do General indicavam – ou pelo menos era o que ele desejava sugerir – que o conflito era muito mais entre os liberais rio-grandenses do que entre ele e Silveira Martins, pois finalizava a missiva dizendo o seguinte: “Estimarei que ele resista ao mal gênio dos que a promoveram, e que com negra calúnia projetaram desacreditar-me” (IHGRS, Fundo General Câmara, 24/08/1879). Uma semana depois, em 1º de setembro de 1879, Osório voltava ao mesmo tema afirmando que estava “de acordo em fazer parar a discórdia no Partido Liberal, ideia que tem também o Gaspar, segundo me disse”. E complementava o Marquês:

Devo porém dizer-lhe: que a oposição que por ai se tem feito ao governo não tem razão de ser, e pode comprometer o nosso empenho se continuar; V. Exa melhor apreciará as causas e resolverá com seu costumado tino (IHGRS, Fundo General Câmara, 01/09/1879).

Neste trecho acima, além da promessa de Osório em terminar com os atritos com Silveira Martins, percebemos que ele atribuía

à Câmara o papel de pacificador dos liberais da província, alguém que teria a capacidade de unir os membros do partido. Também o Deputado geral liberal Antônio Eleutério de Camargo, que estava na Corte, escrevia à Câmara para comentar as dissensões internas no partido. Pelas palavras de Camargo, confirmamos os limites das correspondências como fonte histórica, algo inerente a qualquer testemunho, quando Camargo, em determinado trecho, faz questão de dizer que falaria pessoalmente com Câmara sobre o conflito entre Osório e Silveira Martins, pois havia “cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas”:

Infeliz partido o nosso. Vejo tudo um horrível desmantê-lo (sic), estamos desnordeados e não se confia em mais nada. Para coroar a obra o Martins saiu do ministério e ficou o General Osório! Ei de dar a V. Exa as razões porque ficou o General Osório; não o faço hoje porque há cousas que não se podem, nem se devem dizer em telegramas e cartas. [grifo nosso] Por hoje posso apenas dizer que o próprio Fernando declarou-me que havia pedido, como filho, que seu pai continuasse! (IHGRS, Fundo General Câmara, 23/02/1879).

Ou seja, ao longo da década de 1870, a maior expressão política dos liberais rio-grandenses fez com que houvesse, cada vez mais, uma aproximação e um diálogo entre políticos da Corte e lideranças liberais da Província. Além de conterrâneos, como os colegas de farda e partido, Antônio Eleutério de Camargo e Manuel Luís Osório, outros políticos experientes, como João Vieira Lins Cansansão Sinimbu, se correspondiam com frequência com o Visconde de Pelotas e o reconhecia como liderança política. Da Corte, em 28 de novembro de 1876, Sinimbu saudava Pelotas pela vitória liberal nas eleições daquele ano: “Ilmo e Exmo Sr. Visconde de Pelotas, Lendo no coração de V. Exa os (...) sentimentos, cada qual mais nobre, o

triufo do partido, e o orgulho do Rio-Grandense, por ver desafrontados os brios de sua honrosa Província, (...)” (IHGRS, Fundo General Câmara, 03/11/1876).

Jonas Vargas observou essa maior representatividade da elite rio-grandense no poder central nas décadas finais do Império:

O papel significativo dos rio-grandenses no Paraguai e o seu crescente recrutamento para os gabinetes possibilitaram um melhor acesso aos diversos recursos materiais e simbólicos que emanavam do mundo da Corte. Em consequência disso, as elites da província conquistaram muitos dos tão cobiçados cargos na burocracia, vários títulos nobiliárquicos, diversos contratos públicos, além de uma rede social de maior importância. Portanto, ao comporem a elite política central, estes homens, que já eram bastante conhecidos e respeitados na sua província, viram as suas clientelas crescerem cada vez mais. A sua capacidade de fazer e encaminhar pedidos e conceder favores aumentou muito o seu poder e prestígio social. Neste sentido, dentro do mundo da política, os ministros, os senadores e os deputados gerais ocupavam um papel central (VARGAS, 2010, pp. 20-21).

Compor a elite política central foi o que fez o General Câmara ou Visconde de Pelotas, a partir de 1880, quando chegou ao Rio de Janeiro para ser ministro da Guerra do Império no Gabinete Saraiva. Já uns dias antes dele ser nomeado para o Senado e o Ministério, João Antônio Mendes Totta, que também havia sido cônsul do Brasil no Paraguai, atualizava a situação política na Corte, agradecia uma carta de recomendação que Câmara havia enviado a Silveira Martins e antecipava as mudanças no gabinete imperial:

Como V Exa saberá, o Rei obrigou o V Sinimbu a deixar a chefança (sic), e asseveram pessoas importantes que as causas principais são: a escolha de V Exa e do Conselheiro Gaspar para o Senado e a projetada dissolu-

ção da Câmara. Sua Majestade ainda foi velhaca, chamando o Visconde do Abaeté para organizar Ministério, pois ele bem sabia que o Limpo está sujo – quero dizer que o homem já foi homem (...) (IHGRS, Fundo General Câmara, 11/03/1880).

Além da crítica ao bacharel mineiro Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), um dos mais ilustres saquaremas e “Estadistas do Império”, para usarmos expressão de Joaquim Nabuco, já que Limpo de Abreu ocupara diversos cargos durante o Império, fora juiz, ministro, chefe do Gabinete de 1859, conselheiro de Estado (1848-1883) e um dos mais longevos senadores (1847-1883), Mendes Totta informava ainda que Saraiva iria assumir a chefia do gabinete e que corriam “em todos os círculos” que Câmara seria o ministro da Guerra. A expectativa de Mendes Totta se confirmou em 28 de março de 1880, quando José Antonio Saraiva passou a chefiar o gabinete imperial e Câmara tornou-se senador e ministro. Ao chegar ao Senado, nomeado por Carta Imperial de 31 de março de 1880, e uma pasta ministerial, cargo que ocupou de 5 de abril do mesmo ano até 15 de maio de 1881, o General Câmara alavancou sua capacidade de atuação e mediação política. Como observou José Maria Imizcoz, uma das características principais do mediador político é transitar por diferentes núcleos sociais e estabelecer a conexão entre os interesses locais e nacionais. Assim como havia ocorrido com o General Osório, era exatamente essa a expectativa agora na Corte em relação à Câmara, já que, ao ocupar postos chave do sistema político, ele aumentava significativamente sua capacidade de atuação como mediador político. Nos dias seguintes às duas nomeações, chegavam correspondências parabenizando-o pelos novos cargos na Corte. Na formalidade que a ocasião exigia, João Francisco Vieira Braga, Visconde de Piratini, de Pelotas, também em nome da Viscondessa, saudava assim:

Congratulo-me como devo com V. Exa por havê-lo sua Majestade O Imperador, meu Augusto Amo, mui acertadamente, escolhido Senador, devido à seu mérito pessoal, e reconhecidos serviços, sendo-me também satisfatório ser-lhe confiada a direção dos Negócios da Guerra, tarefa espinhosa mas que é forçoso desempenhar a bem da Nação (IHGRS, Fundo General Câmara, 05/04/1880).

Os pedidos de favores através das cartas a partir de então se multiplicaram. Eram colegas de farda, correligionários do Partido Liberal, parentes e amigos que passaram a enviar as mais diversas demandas. As mais frequentes missivas recebidas a partir da década de 1880 relacionavam-se a solicitação de postos no governo imperial. As pessoas pediam, por exemplo, empregos, nomeações ou promoções de amigos ou afilhados. Seu parceiro político de longa data, o bacharel Henrique D'Ávila, escrevia a seguinte mensagem ao agora senador e ministro da Guerra:

Porto Alegre, 11 de setembro de 1880. Sem aspirações na política, desconhecido fora dessa província, só tenho apoio em que me honra o Governo, a pessoa de V. E. [grifo nosso] O Coronel Mariante pede ao governo a sua exoneração do comando superior, e eu informo seu requerimento do modo pelo qual verá nos papeis que vão junto a este. (...) Penso que nessa ocasião em que o governo deve galardoar o velho servidor da pátria e do Partido Liberal com algum título ou condecoração, e se assim pensar V. E. [grifo nosso] rogo-lhe que promova esse ato de justiça que muito satisfará ao nosso velho amigo e companheiro. Agradeço a promoção do Cadete Pereira, com o reconhecimento de um pai que se dirige ao benfeitor ou protetor de seu filho [grifo nosso] (IHGRS, Fundo General Câmara, 11/09/1880).

As palavras de D'Ávila, naquele momento Presidente da Província do Rio Grande do

Sul, cargo que ocupou de 19 de abril de 1880 até 4 de março de 1881, são representativas da cultura política clientelística em que estava inserida a prática das missivas. Desde a postura humilde de Ávila, que se colocava como um “desconhecido” fora do Rio Grande do Sul, passando pelo papel de mediador da demanda do Coronel Mariante, com a sugestão que o mesmo recebesse também alguma homenagem, e finalizando com o agradecimento por um favor obtido, a promoção do cadete Pereira, se comparando a um pai que agradeceria ao benfeitor de seu filho. A mensagem, portanto, exemplifica bem esse novo patamar alcançado pelo Visconde de Pelotas de mediador político na Corte imperial.

O filho de Osório, Fernando Luís Osório, depois da morte de seu pai, passou a ser um frequente remetente de cartas à Câmara e continuou a tratar de um dos assuntos mais caros a seu pai, os atritos entre os liberais rio-grandenses. Em uma longa mensagem de 25 de novembro de 1880, Fernando Luís se queixava do Presidente da Província D'Ávila pela abstenções dos eleitores na recente eleição para deputados provinciais. Todavia, o alvo principal das críticas era mesmo Gaspar Silveira Martins, considerado o elemento da discórdia, que estaria dando “amostra de seu caráter ricocho (sic), de sua vontade de tudo deprimir e amesquinhar em proveito próprio”, conforme palavras de Fernando Luís Osório. Seguia a carta dizendo que Silveira Martins “abusava da amizade”, era “desleal e hipócrita” entre outros adjetivos mencionados, recomendava que Câmara escolhesse um presidente de Província para o Rio Grande “mais conciliador” e observava o seguinte: Não se esqueça V. Exa do que esse fingido amigo dizia, referindo-se de longe a meu pai que era o seu protetor: □ é preciso acabar com o domínio da espada no Rio Grande do Sul”. No final da mensagem, ele atribuía à Câmara, assim como seu pai e outros já haviam feito, a tarefa de conciliar os liberais: “Que gloriosa tarefa está reservada

a V. Exa, Sr. Visconde, a de promover a conciliação, a harmonia nas fileiras liberais!" (IHGRS, Fundo General Câmara, 25/11/1880). Esse comentário de Fernando Luís Osório parece indicar que, mesmo a elite rio-grandense, constituída nesses Oitocentos principalmente pela junção de militares e advogados, basta lembrar os personagens aqui destacados – Câmara e Osório (militares), Gaspar Silveira Martins e Henrique d'Ávila (bacharéis) – sofriam as fortes tensões que, nestes anos finais da Monarquia, passaram a existir entre os de "farda" e os de "casaca".

Enquanto exerceu o cargo de ministro da Guerra, Câmara recebia correspondências das mais diversas autoridades políticas, por exemplo, do Imperador D. Pedro II, que remeteu algumas cartas tratando de assuntos como o pedido de créditos suplementares para a pasta da Guerra, o que o monarca indeferiu, ou recomendando à Câmara, em 8 de maio de 1880, que se fizesse para Caxias as mesmas honras fúnebres que haviam dado a Osório (IHGRS, Fundo General Câmara, 08/05/1880). Porém, mais usual eram as correspondências de seus colegas de gabinete, de presidentes de província, senadores, deputados gerais, correligionários do Partido Liberal, parentes e amigos. Grande parte delas possuía um objetivo comum: eram pedidos de favores que chegavam ao ministro da Guerra. Como foram muitas mensagens enviadas ao longo de seu tempo de ministro da Guerra, vou citar algumas que considero representativas:

O militar e Deputado Provincial Joaquim Pedro Salgado, liderança liberal importante no Rio Grande do Sul, agradecia a sua nomeação para Comandante Superior da Guarda Nacional de Porto Alegre e afirmava que se esforçaria para "não deixar mal os meus distintos chefes e amigos que assim o quiseram" (IHGRS, Fundo General Câmara, 04/12/1880). Em muitas situações, alguém da província pedia que Câmara atuasse em seu favor ou de seus recomendados. Câma-

ra seria uma espécie de ponte para se chegar a outra autoridade do governo imperial;

Esse foi o proceder de Ramiro Barcelos que, por intermédio de seu tio Hilário José de Barcelos, fez chegar à Câmara sua carta escrita em Porto Alegre no dia 28 de maio de 1880. Na mensagem, o Doutor Barcelos, que naquele momento ainda pertencia as fileiras liberais, mas que mais adiante se tornaria uma importante liderança do movimento republicano no Rio Grande do Sul e, a partir de 1884, ativo redator do jornal *A Federação*, do Partido Republicano Rio-grandense, atualizava as informações sobre a vitória dos liberais nas eleições na Província. Entretanto, a missiva possuía um objetivo maior, que era pedir ao Visconde de Pelotas que intercedesse junto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para que este garantisse "os interesses nacionais no Rio da Prata" na questão dos súditos brasileiros que haviam tido prejuízos de guerra e eram credores do Governo Oriental (Uruguai) (IHGRS, Fundo General Câmara, 28/05/1880).

Até mesmo autoridades religiosas interpellavam Câmara para solicitar favores para terceiros. O Bispo de Cuiabá, que assinava a carta apenas como "Dom Carlos" e dizia que não conhecia pessoalmente Câmara, pedia a transferência do Capitão do 8º Batalhão de Infantaria, Antônio de Castro e Silva, para o Corpo de Estado-Maior de 2ª Classe (IHGRS, Fundo General Câmara, 30/09/1880).

Outros frequentes interlocutores de Câmara eram seus correligionários liberais, como Martim Francisco Ribeiro de Andrada Filho, da segunda geração da família Andrada, irmão de José Bonifácio (o moço) e de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que esteve à frente de significativas instâncias de poder como deputado provincial e geral pela Província de São Paulo, ministro dos Negócios Estrangeiros (1886), ministro da Justiça (1866-1868), conselheiro de Estado (1879-1886). Em carta de 24 de dezembro de 1880, Martim Francisco solicitava um pedido

de promoção a alferes de um afilhado seu. Ilustramos essa correspondência abaixo, pois ela é representativa da maioria dos pedidos de favores enviados à Câmara no seu tempo de ministro da Guerra:

Tomou a liberdade de interceder perante V. Exa. em favor do 2º Cadete Manoel Lúcio dos Santos Lima, do 1º Batalhão de Infantaria. Este moço é pobre, tem mãe e uma irmã solteira, que carecem de seu auxilio para isso; é ele bom filho e merecedor de toda a proteção de V. Exa. (...) **para o meu afilhado que está na proposta desejo a promoção a alferes.** [grifo nosso] Muito prazer terei eu se for atendido o meu pedido e em ser devedor de V. Exa. de mais um valioso obséquio (...) (IHGRS, Fundo General Câmara, 24/12/1880).

Para concluir, espero que tenhamos demonstrado a potencialidade heurística das correspondência para a produção do conhecimento histórico. Como afirmou José Maria Imizcoz, a informação que contém uma correspondência é de grande riqueza qualitativa, pois mostra como as relações entre as pessoas “funcionam realmente na prática” enquanto interações efetivas, não apenas relações nominais. Conforme Imizcoz:

Se observa el capital relacional y su uso, las funciones de mediación, el desarrollo de la acción, la movilización de los actores implicados en ella, la transmisión de la información, los intercambios de bienes y servicios, la circulación de favores, el poder de influencia efectivo, las conexiones con las instituciones, etc. Las cartas revelan también el significado que los propios actores dan a sus relaciones, su “economía moral”. Expresan los valores, normas o ideas con las que éstos actúan y se relacionan entre si (IMÍZCOZ, 2011).

Na perspectiva da história política, nosso intuito foi focar – por intermédio de José Antônio Correa da Câmara - como atuavam alguns personagens da política rio-

-grandense na última conjuntura do Império do Brasil. Objetivamos mostrar que, a partir da ascensão, principalmente, de políticos liberais à Corte do Rio de Janeiro, houve, a partir da década de 1870, uma maior representatividade política do Rio Grande do Sul nas instâncias de poder central do Império do Brasil. Tal fenômeno – aqui analisado pelos estudo de caso do General Câmara – incrementou a capacidade de ação, a efetivação de relações pessoais e o atendimento de demandas de favores em outro patamar, com a promoção de um canal de mediação política entre o poder central e o provincial/local. A trajetória de ascensão política de Câmara, aqui abordada a partir de suas relações estabelecidas, nos fez compreender também as modificações que uma pessoa sofre ao longo do tempo. Consideramos imprescindível analisar as relações sociais construídas pelo sujeito como possibilidade de explicar a sua historicidade, ou seja, suas transformações no tempo, o que Norbert Elias conceituou como fenômeno reticular, a capacidade “de as pessoas mudarem em relação umas às outras e através de sua relação mútua, de se estarem continuamente moldando e remoldando em relação umas às outras” (ELIAS, 1994, p. 29).

Além disso, mesmo que preliminarmente, procuramos demonstrar alguns caminhos usuais da comunicação administrativa entre as autoridades do governo imperial com os poderes provinciais e locais. Ao destacar o General Câmara, o Visconde de Pelotas, desejamos ainda compreender uma transformação histórica significativa ocorrida na conjuntura pós-Guerra do Paraguai, que foi o expressivo ingresso de militares na vida política, processo matriz da militarização da política, elemento central se quisermos explicar a história política do Brasil desde então.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOTH, Amanda Chiamentti. *A trama que sustentava o Império: mediação entre as elites locais e o Estado imperial brasileiro* (Jaguarão, segunda metade do século XIX). Porto Alegre: Edipucrs, 2018.
- CÂMARA, Rinaldo Pereira da. *O Marechal Câmara, sua vida política*. v. 3. Porto Alegre, IEL, 1979.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GOMES, Ângela de Castro. "A Título de Prólogo". In: *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- GRUNDLING, Guilherme. *Política e sociabilidade no século XIX: a relação entre o Visconde de Pelotas e o Marquês do Herval*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.
- IMIZCOZ, José Maria. *Introducción Actores sociales y redes de relaciones: reflexiones para una historia global*. In: IMIZCOZ, José Maria (dir.). *Redes familiares y patronazgo. Aproximación al entranado social del País Vasco y Navarra em el Antiguo Regimen* (siglos XV-XIX). Bilbao: Universidad del País Vasco, 2001.
- _____. Parentesco, amistad y patronazgo. La economía de las relaciones familiares en la hora navarra del siglo XVIII, in C. Fernández y A. Moreno (ed.), *Familia y cambio social en Navarra y País Vasco. Siglos XIII al XX*. Pamplona: Instituto de Ciencias para la familia, 2003, p.165-216.
- IMIZCOZ, José Maria e RUIZ, Lara Arroyo. *Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes egocentradas*. *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*, v. 21, Diciembre 2011.
- LANDÉ, Carl H. *A base diádica do clientelismo*. In: SCHIMIDT, S; et al. *Friends, followers and factions*. Tradução de Luiz Alberto Grijó. Berkeley: University of Califórnia Press, 1977.
- MALATIAN, Tania. *Cartas: narrador, registro e arquivo*. In: PINSKY, Carla e LUCA, Tania (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MARTINS, Maria Fernanda. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.
- OSÓRIO, Fernando Luís. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Typografia Leuzinger e filhos, 1894.
- PICCOLO, Helga. *Vida política no século 19*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1991.
- ROSSATO, Mônica. *Relações de poder na região fronteira platina: família, trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Maria, 20
- VARGAS, Jonas Moreira. *Entre a paróquia e a corte: a elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010.

NOTAS

¹ A ortografia das fontes foi atualizada.

O fim, o início e o meio: o apresamento do Marquês de Olinda e o cativoiro dos primeiros prisioneiros de guerra brasileiros a partir das memórias dos sobreviventes*

The end, the beginning and the middle: the seizure of the Marquês de Olinda and the captivity of the first Brazilian prisoners of war from the memories of the survivors

Francisco José Corrêa-Martins

Professor do Departamento de Geociências da UFRRJ. Bacharel e Licenciado em História, Bacharel, Mestre e Doutor em Ciências – Geologia, lecionou na EsPCEX e chefiou a Divisão de História do AHEx, pesquisa a História Militar latino-americana dos séculos XVIII e XIX.

RESUMO

O apresamento do Vapor brasileiro *Marquês de Olinda* pela Canhoneira paraguaia *Tacuari* foi o episódio que marcou o início da guerra entre o Paraguai e o Brasil, e que arrastou a Argentina e o Uruguai para o conflito mais sangrento da América do Sul. Além de apresentar as razões que levaram o Presidente paraguaio Francisco Solano López a ordenar aquela ação, esta pesquisa reconstitui como ocorreu a captura dos oficiais brasileiros que viajavam como passageiros, e se tornaram os primeiros prisioneiros daquela guerra, fato esse pouco referido na historiografia. A partir das memórias de dois oficiais ex-prisioneiros sobreviventes daquele grupo, reconstruiu-se a dinâmica dos campos de prisioneiros paraguaios, constatando suas deficiências e o caráter rotineiro das execuções indiscriminadas, uma das facetas características daquele líder autoritário paraguaio de então, ao longo de quase cinco anos.

PALAVRAS-CHAVE: Prisioneiros de Guerra; Guerra do Paraguai; História Militar

ABSTRACT

The seizure of Brazilian steamer Marquês de Olinda by the Paraguayan gunboat Tacuari was the episode that marked the beginning of the war between Paraguay and Brazil, and that dragged Argentina and Uruguay into the bloodiest conflict in South America. This research presents the reasons the Paraguayan president Francisco Solano López to order this action and restored how the capture of Brazilian officers who traveled as passengers and who became the first prisoners of war took place, aspects that are rarely mentioned in the historiography of that conflict. Based on the narratives of two surviving former prisoner officers from that group, the dynamics of the Paraguayan prisoner camps were reconstructed, realizing their deficiencies and the routine of indiscriminate executions, one of the characteristic facets of that Paraguayan authoritarian leader over almost five years.

KEYWORDS: Prisoners of War, Paraguayan War, Military History

*Artigo recebido em 27 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.

Navigador: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 97-120 – 2020.

INTRODUÇÃO

Há consenso historiográfico em considerar o episódio do apresamento do Vapor brasileiro *Marquês de Olinda* pela belonave paraguaia *Tacuari*, em 12 de novembro de 1864, como o primeiro ato de beligerância de Francisco Solano López contra o Brasil. As discussões e análises sobre as causas que levaram o Paraguai a deixar uma posição de paz em novembro de 1864 para ter contra si a Argentina, o Brasil e o Uruguai coligados para enfrentá-lo na chamada Guerra da Trílice Aliança contra o governo da República do Paraguai, *Guerra Guazu*, ou Guerra do Paraguai são motivos de discussões há décadas.

Porém, as circunstâncias relativas à captura do navio brasileiro foram muito pouco pesquisadas, dando origem a uma série de afirmações errôneas. E são praticamente desconhecidos os primeiros prisioneiros brasileiros daquela guerra e o destino que tiveram. Isto porque em um conflito muitas vezes os vivos e os mortos são sempre mencionados, enquanto os prisioneiros em poder do inimigo são muitas vezes pouco lembrados.

Deste modo, esta pesquisa objetiva contribuir para uma melhor compreensão dos eventos que levaram ao apresamento do *Marquês de Olinda*, e reconstituir o destino que tiveram os oficiais brasileiros que estavam a bordo, e que se tornaram prisioneiros. Para tanto, foram pesquisadas a documentação brasileira e paraguaia, e os escritos de autores contemporâneos aos eventos, incluindo aqui as memórias dos dois sobreviventes, que são pela primeira vez analisadas de maneira conjunta.

SOBRE AS MEMÓRIAS: ESCRITAS DISTINTAS DOS MESMOS EVENTOS

Apesar de João Coelho de Almeida e João Clião Pereira Arouca, os ex-prisioneiros sobreviventes do *Marquês de Olinda*, terem compartilhado os acontecimentos que

relatam, a forma como os apresentaram foi distinta. A exposição de Coelho de Almeida tem, sobretudo, o caráter de um relatório. Trata-se de uma comunicação de caráter oficial, em que o sobrevivente “mais antigo” assume o encargo de enviar ao seu superior, uma descrição dos fatos, com a precisão e detalhes possíveis, que abrange desde o início da viagem, passando pelo apresamento do navio, e a vida como prisioneiro até o momento em que recobrou a liberdade. Tanto é que seu relato foi publicado em dois jornais do Rio de Janeiro em 1869¹, sendo republicado ao menos três vezes no Estado onde nasceu².

Cerca de 40 anos depois, as memórias do baiano Pereira Arouca serviram de fio condutor do livro que o jovem acadêmico conterrâneo José Gabriel Lemos Brito escreveu sobre a Guerra do Paraguai³. Para tanto, Lemos Brito fez uma pesquisa bibliográfica da qual, porém, poucas vezes mencionou quais obras consultou para escrever seu volume. O autor não deixou claro como conheceu o antigo prisioneiro, quantas vezes conversaram e nem tampouco quanto tempo levou na redação do referido tomo. Mas a principal dificuldade reside no fato de que Lemos Brito, ao escrever, não separou claramente o testemunho de Arouca daquilo que ele, como autor, reelaborara ou acrescentara. Desse modo, não surpreende que os testemunhos convirjam, mas também apresentem dissonâncias e mesmo omissões.

Deve-se acrescentar também que, diferente do que o jovem autor baiano pensara, parte da história dos prisioneiros do *Marquês de Olinda* já era conhecida, pelo menos no Rio de Janeiro, desde a publicação do relatório de um oficial superior que compartilhara parte do tempo de cárcere com eles (CUNHA MATTOS, 1869).

O NAVIO, A DERRADEIRA VIAGEM E SEUS PERSONAGENS

O navio *Marquês de Olinda* foi construído no final dos anos 1850 no Estabelecimento

de Fundição e Estaleiros da Ponta d'Areia, em Niterói, para a Companhia de Navegação do Alto Paraguay, e destinado a ser empregado na rota Montevidéu-Corumbá-Montevidéu. Com 189 toneladas e um sistema de propulsão misto, rodas laterais e mastros, partiu do Rio de Janeiro em 8 de novembro de 1859, tendo como comandante o Segundo-Tenente João Frederico Berrizo⁴. Em sua primeira viagem, principiada em 27 de novembro de 1859, na rota Montevidéu-Corumbá-Montevidéu, transportou mais de 70 passageiros de diversas nacionalidades⁵. Após ajustes na concessão, foi estabelecido o número de oito viagens anuais, cujo contrato venceria em 27 de novembro de 1864⁶.

Naquela fatídica viagem, a 8ª e última prevista no contrato, o Primeiro-Tenente reformado do Corpo da Armada Manoel Luiz da Silva Souto comandava o *Marquês de Olinda*. Natural do Rio de Janeiro, ele ingressara na Armada em 1839, com 16 anos incompletos, e ali permanecera até 1861, quando foi reformado por moléstia que o incapacitava para o serviço da Marinha⁷. Ao que tudo indica, foi contratado em setembro de 1864 e aquela era a segunda viagem dele, tendo como escrivão Antonio Fernando Póvoas, que fazia a sua terceira viagem desempenhando essa função⁸, além de 42 tripulantes⁹.

Entre os passageiros havia sete oficiais brasileiros, sendo dois do Exército e cinco da Marinha.

Um dos oficiais do Exército era o passageiro mais importante, o Coronel do Corpo de Engenheiros Frederico Carneiro de Campos. Natural de Salvador, contava então mais de 40 anos de serviço, tendo atuado em demarcações de limites e obras públicas, além de ter sido presidente da Província da Paraíba e deputado eleito várias vezes pelo Rio de Janeiro para a Assembleia do Império. Ele seguia para tomar posse de dois cargos, o de presidente e comandante de armas da Província do Mato Grosso, para os quais fora nomeado (ALMEIDA, 1966, pp. 302-310). O outro

oficial do Exército era o Capitão Primeiro-Cirurgião Dr. Antonio Antunes da Luz. Nascido também em Salvador, Bahia, sentara praça em 1848, e já havia estado em campanha, na Guerra contra Oribe e Rosas, entre 1851 e 1852. Ele deixava a guarnição da Província do Rio Grande do Sul para assumir o cargo de Primeiro-Cirurgião no Hospital Militar de Cuiabá (SOUZA, 1972, pp. 15, 19-20).

Todos os cinco oficiais da Armada que seguiam como passageiros estavam nomeados para diversas funções na Província do Mato Grosso. O Primeiro-Tenente do Corpo da Armada Agnelo de Faria Pinto Mangabeira era paraibano, contava 27 anos de serviço e já fora condecorado por integrar a Esquadra que atuou na já mencionada Guerra contra Oribe e Rosas na região do Rio da Prata. Ele deixava o comando do Transporte *Iguassu* para assumir o do Vapor *Cuiabá*, pertencente à Estação Naval do Mato Grosso. O Escrivão extranumerário do Corpo de Oficiais da Fazenda da Armada João Coelho de Almeida era mato-grossense, estava na força há cerca de três anos, e fora mandado servir no vapor que o Primeiro-Tenente Mangabeira iria comandar. Os baianos João Clíão Pereira Arouca e José Antonio Rodrigues Braga, ambos classificados como Sota Piloto pela aula de pilotagem da província da Bahia, haviam sido nomeados recentemente para a função de pilotos extranumerários da Armada, tendo como destino a Flotilha do Mato Grosso. E o Fiel de Segunda Classe do Corpo de Oficiais de Fazenda da Armada Antonio Joaquim de Paula Reis, que ingressara na força cerca de dois anos antes, e fora nomeado para servir como comissário a bordo do já mencionado Vapor *Cuiabá*¹⁰. E voltava para sua província o oficial de descarga da Alfândega de Cuiabá José Vicente Bueno de Sampaio¹¹. Para Assunção, seguiam o novo cônsul argentino, Adolfo Soler, e dois colonos italianos¹².

Parte dos oficiais brasileiros, como o Coronel Carneiro de Campos e o Escrivão Coelho de Almeida, viera do Rio de Janeiro

no mês anterior, o primeiro na Fragata *Amazonas*, e o segundo na Corveta *Beberibe* que, juntamente com a Canhoneira *Ivahy*, partiram em 23 de outubro com destino à região do Rio da Prata, aportando em Buenos Aires no dia 30 daquele mês¹³.

Em 3 de novembro¹⁴, o *Marques de Olinda* partiu da Baía de Montevideu, tocando em Buenos Aires no mesmo dia, e logo começou a remontar o Rio Paraná. A viagem parecia transcorrer sem incidentes, apesar das advertências feitas nos portos argentinos de Rosário, Paraná e Corrientes, que repetiam “– Cuidado com os paraguayos!” (BRITTO, 1907, p. 6). Logo avançavam pelo Rio Paraguai, chegando na noite do dia 10 em Humaitá, quando houve uma demora não prevista de duas horas, fazendo que ancorassem na Baía de Assunção somente na noite do dia 10 (BRITTO, 1907, pp. 6-9)¹⁵. Na manhã seguinte, o Ministro brasileiro Cezar Sauvian Vianna de Lima e seu secretário vieram a bordo para almoçar com Carneiro de Campos, enquanto era feita a faina de carregar o carvão. Às 13h45min do dia 11, tendo já os visitantes desembarcados, o vapor levantou ferros e retomou sua marcha para Corumbá, navegando normalmente sem paradas (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 9-10)¹⁶.

O APRESAMENTO

Por volta das 06h30min do dia 12, enquanto prosseguia subindo o rio, observou-se ao sul, a partir da embarcação brasileira, uma coluna de fumaça que aumentava gradativamente. Até que foi possível identificar que se tratava do Vapor de Guerra paraguaio *Tacuari*, o qual disparou um tiro de pólvora seca, indicando ao *Marquês de Olinda* que parasse e, ao mesmo tempo em que o ultrapassava, cortando sua proa. Isto ocorreu na altura de Curuzu Chica, no atual Puerto de Antequera, na margem esquerda do Rio Paraguai, cerca de 200 km ao norte de Assunção¹⁷. Um escalero foi enviado do *Tacuari* com um ofício para o comandante brasileiro, e logo retornou.

Nele se “ordenava o imediato regresso a Assumpção e, no caso de resistência, ser posto sob os fogos do corsário o navio apreendido”. O Comandante Souto reuniu os passageiros, expondo a situação. Era evidente a impossibilidade de resistência. Decidiu-se então lavrar um protesto e enviá-lo à belonave paraguaia, mas o mesmo não foi recebido, sendo respondido que “Não temos ordem de receber papeis! O capitão que cumpra as ordens do governo paraguayo!”. O *Marquês de Olinda* virou de bordo, descendo o rio, sendo escoltado pelo *Tacuari*, chegando à capital paraguaia na noite de 12 de novembro, sendo logo o navio brasileiro cercado por escaleres tripulados, impedindo qualquer comunicação com a terra. No dia seguinte atracaram dois escaleres com força de Marinha “e commandados por um official que procurou o comandante do paquete e lhe disse *vengo hacer companhia con usted*”, distribuindo sentinelas por todo o navio¹⁸.

A DEVASSA

Pouco depois, subiu a bordo uma comissão paraguaia, nomeada em 17 de novembro pelo Ministro da Guerra e Marinha paraguaio, formada pelo Coronel Francisco Wisner de Morgenstern e José Falcón, e acompanhado de um terceiro elemento desconhecido, para examinarem a correspondência oficial transportada porque era “*necesario tomar conocimiento de ellas, para lo que pueda convenir á la causa pública*”. Na verdade, como Almeida (1869) e Arouca testemunharam, a comissão não se ateu à correspondência oficial, pois revistou todo o navio, a carga e a bagagem dos passageiros, revirando inclusive o depósito de carvão, o que motivou o Primeiro-Tenente Mangabeira, que possuía então um pássaro em uma gaiola pendurado na gaiuta de sua câmara, a perguntar aos membros da comissão se eles não iriam revistá-la também (BRITTO, 1907, pp. 16-17), o que enervou o paraguaio José Falcón. Além das malas com a correspondência, foram retirados do navio os 400

contos de réis em papel-moeda que o governo imperial enviava para o governo da província do Mato Grosso, além de oito contos de réis em ouro, pertencentes à companhia de navegação e de outras importâncias de propriedade particular.

No dia 28, Wisner e Falcón apresentaram um relatório onde informavam sobre a quantia encontrada de papel-moeda, e dos “cinco contos de réis em onzas de ouro” que a correspondência examinada era composta basicamente por comunicações oficiais, relatórios impressos e jornais, além de correspondências particulares, que também foram violadas, e das quais foram feitos alguns resumos dos assuntos, entre os quais a desconfiança de que os paraguaios não deixariam o vapor chegar ao seu destino, e que a fronteira do Mato Grosso não estava “*guarnecida siquiera con dos mil hombres, para cuando aparezcan los Paraguayos*”¹⁹.

Em 7 de dezembro, o já mencionado ministro nomeou uma comissão presidida pelo Coronel Francisco Pereira, e tendo como vogais José Falcón, Zenon Rodriguez, Apolinario Chirife e José Vicente Urdapilleta, para que se pronunciasse “*sobre la legalidad de la presa de dicho vapor, en vista dela Protesta del 30 de Agosto*”, cujo previsível resultado foi de declarar o *Marquês de Olinda* como boa presa²⁰.

Enquanto isso, os oficiais foram desembarcados, um de cada vez, para serem interrogados em terra. Ali, perante uma comissão presidida por um coronel e após prestar juramento, respondiam às perguntas e, depois, eram conduzidos a um vapor paraguaio, sendo submetidos a reinterrogatório com os mesmos procedimentos. Perguntavam aos brasileiros “1º Se não sabia do protesto de 30 de Agosto daquele anno”; se “não sabia da entrada de forças brasileiras no Estado Oriental”; “Se levava alguma instrução particular de meu governo”; e por fim, como se “atrevia a passar pelas aguas do Paraguay, sabendo destas cousas”; e se “não temia da guerra que estava declarada

ao Brasil”. As respostas, após escritas, eram assinadas pelos interrogados, e foram semelhantes: tanto o protesto como a entrada das forças brasileiras no Uruguai eram fatos conhecidos através de notícias publicadas em jornais, que estavam sendo enviados para suas novas funções, e que desconheciam existir qualquer declaração de guerra (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 28-29), sendo que o único que poderia ter respondido de forma distinta era o Coronel Carneiro de Campos, em razão das funções para as quais estava nomeado. Contudo, não localizamos esses depoimentos.

POR QUE LÓPEZ ORDENOU O APRESAMENTO DO MARQUÊS DE OLINDA?

Através de uma nota diplomática apresentada em 30 de agosto de 1864, o Paraguai advertira o Brasil que qualquer ocupação do território uruguaio por suas forças atentaria contra o equilíbrio dos Estados do Prata, e que se desonerava das atitudes que pudessem ocorrer a partir daí. As atitudes brasileiras indicavam que a invasão ocorreria e López esperava isso para agir.

Em 16 de outubro de 1864, forças do Exército imperial invadiram e ocuparam a villa de Mello no Departamento de Cerro Largo, no norte do Uruguai. Embora temporária, estava dado o passo previsto do protesto mencionado. A notícia da invasão estava na correspondência enviadas pelo agente paraguaio em Montevideú Juan José Brizuela, em 29 de outubro de 1864²¹, seguia no Vapor paraguaio *Ygurey*, que partiu da capital uruguaia no dia 3 de novembro, ou seja, no mesmo dia que o *Marquês de Olinda* iniciou sua derradeira viagem como navio de passageiros (CARDOZO, 1967, pp. 17-18).

López, que já estava há alguns dias no acampamento militar de Cerro León, ao sudeste de Assunção, esperava tão ansiosamente essas comunicações que enviou um mensageiro para Villeta, na margem es-

querda do Rio Paraguai, para que, quando o navio ali chegasse, a correspondência fosse trazida diretamente para ele, o que ocorreu nas primeiras horas do dia 09. Ignorando essas informações, o Ministro da Guerra e Marinha Venâncio López atrasou a partida do trem que fazia a ligação entre Assunção com o já mencionado acampamento, partindo às 08h30min, pouco após a chegada do *Ygurey* em Assunção, levando Venâncio, o Ministro das Relações Exteriores José Berges e o comandante do vapor. A precipitação era tanta que esqueceram que a bordo vinha José de Caminos, emissário de Justo José Urquiza, caudilho da província argentina de Entre-Rios e possível aliado, com uma mensagem para o líder paraguaio (CARDOZO, 1967, pp. 17-18).

Quando Venâncio e os demais chegaram em Cerro León, López já havia lido a comunicação de Brizuela. E, tendo em vista a nota de protesto diplomático de 30 de agosto, na visão paraguaia, ou seja, de López, a invasão brasileira do território do Uruguai equivalia a uma declaração de guerra ao Paraguai (CARDOZO, 1967, p. 18). Contudo, o representante uruguaio José Vasquez Sagastume ainda não havia feito qualquer comunicação oficial a respeito.

No exame dos acervos arquivísticos, não se localizou quaisquer registros de documentos que relatem as circunstâncias nas quais Francisco Solano López ordenou o apresamento do *Marquês de Olinda*. A trama desse evento só é possível de ser reconstituída, mesmo que parcialmente, a partir do testemunho de personagens contemporâneos próximos do líder paraguaio.

Como já dito, Solano López estava no acampamento de Cerro León, distante cerca de 60 km ao sudeste da capital, quando o *Marquês de Olinda* fundeu em Assunção (THOMPSON, 1869, p. 25; WASHBURN, 1871, p. 558, CENTURIÓN, 1894, p. 193). E, como era costume, a correspondência chegada, e destinada ao governo paraguaio, foi para lá enviada no trem que saía todas as manhãs.

De acordo com o representante diplomático dos Estados Unidos da América no Paraguai, Charles Ames Washburn, um uruguaio chamado Juan José Soto, que havia sido comerciante em Assunção, e era amigo de López, enviou-lhe uma carta pelo *Marquês de Olinda*. Nessa correspondência, Soto dizia que o vapor brasileiro seria acompanhado pela Fragata *Amazonas*, que “*was surmised that the two were to take up a large quantity of arms*”, e “*was also known that a valuable cargo would be taken, besides a large sum of money*”, terminando por “*advised him by all means to seize the steamers*” (WASHBURN, 1871, pp. 557-558).

Contratado para servir como engenheiro no Exército paraguaio, o inglês George Thompson afirmou que o líder paraguaio hesitou muito em se “*whether he should break the peace or not*”, ordenando a captura do *Marquês de Olinda* (THOMPSON, 1869, p. 25). O também inglês George Frederick Masterman, veterano da Crimeia e farmacêutico contratado do Exército paraguaio confirmou essa indecisão, e afirmou que “*he had not declared war, and to seize the vessel now would of course be but an act of piracy*” (MASTERMAN, 1869, p. 91).

Ainda de acordo com o engenheiro inglês, o presidente paraguaio acreditava que os brasileiros gastariam muito tempo para reunir forças e que não estariam dispostos a sustentar uma guerra dura e prolongada. E que López afirmara que “*If we don't have a war now with Brazil, we shall have one at a less convenient time for ourselves*” (THOMPSON, 1869, p. 25).

Tanto o representante norte-americano como um paraguaio, que foi oficial no Exército de López, salientaram o papel do representante uruguaio, José Vasquez Sagastume no sentido de o Paraguai sair de sua condição neutral e apoiar o governo *blanco* uruguaio através da guerra. O oficial paraguaio afirmou que “*El primer acto de hostilización contra el Brasil y que fué la captura del paquete Marqués de Olinda, (...), fué debido, puede decirse, á la*

inspiración del Sr. Sagastume" (WASHBURN, 1871, p. 556; CENTRURION, 1894, p. 193).

Assim, no início da tarde de 11 de novembro de 1864, Francisco Solano López tomou a decisão de ir à guerra contra o Brasil, despachando no trem para Assunção seu ajudante de ordens, o Tenente-Coronel Antonio de la Cruz Estigarribia, com a ordem para a captura do navio brasileiro, chegando quinze minutos após a partida do mesmo. Ordenou-se então que a belonave *Tacuari*, o navio paraguaio mais rápido disponível, fosse em sua perseguição. Porém, o mesmo não tinha combustível, e assim se perderam várias horas em carregá-lo com carvão, sofrendo ainda, no final da tarde, o rompimento de um dos tubos da caldeira, decidindo-se que o conserto seria feito no caminho. Às 18h30min, sob comando do Primeiro-Tenente Remigio Cabral, o vapor paraguaio partiu na caça do navio brasileiro (CARDOZO, 1967, pp. 19-20)²².

E foi somente no dia 14 de novembro que José Vasquez Sagastume comunicou oficialmente ao governo paraguaio a entrada das forças brasileiras em território uruguaio, e pedindo "*su intervencion armada en la lucha que actualmente sostiene contra el Imperio del Brasil*"²³.

A hipótese de que o suposto carregamento de armas transportado pelo *Marquês de Olinda* motivou seu apresamento parece confirmada em uma correspondência assinada por Solano López e enviada ao Coronel Resquin em Concepción, datada de 23 de novembro de 1864, onde foi expressamente informado que o navio brasileiro "*no tiene armas*", mas que foram encontrados "*doscientos mil patacones*" em papel-moeda do Brasil²⁴.

OS PRISIONEIRO DE GUERRA NA VISÃO DOS QUATRO CONTENDORES

Durante o conflito, Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai tiveram procedimentos distintos em relação aos prisioneiros de guerra. No caso do Paraguai, esta pesquisa expõe

como foram os procedimentos com aqueles que foram seus prisioneiros. Os aliados estabeleceram que os paraguaios que fossem feitos prisioneiros seriam repartidos entre os três países, para fins de sua guarda e subsistência. Mas cada um dos integrantes da aliança geria os destinos daqueles que lhes cabia de maneira independente.

O comandante uruguaio, o Brigadeiro Venâncio Flores adotou o costume que vigorava em seu país, e que era o de incorporar às fileiras vencedoras os soldados da facção ou tropa derrotada. Seu objetivo era completar suas forças, substituindo os homens que perdera por combates ou moléstias²⁵. Como se pode imaginar isso poderia funcionar dentro do território nacional, mas não fora dele.

O Brigadeiro Bartolomé Mitre, presidente da Confederação e comandante em chefe, tinha uma visão distinta. Não achava adequado incorporar os paraguaios de forma compulsória às fileiras argentinas, mas apenas aqueles que fossem voluntários, e preferencialmente em funções não combatentes, como auxiliares de hospitais ou peões²⁶. Na opinião do Vice-Presidente Marcos Paz, os prisioneiros paraguaios que fossem entregues aos argentinos deveriam ir para a fronteira da Patagônia, porque "*han de ser muy útiles, ya sean presos, soldados ó peones; aumentarán la población*"²⁷.

No Brasil, as recomendações de D. Pedro II sobre "o bom tratamento" a ser dispensado aos prisioneiros de guerra capturados pelas forças brasileiras eram de conhecimento geral, publicadas nas ordens do dia e também nos jornais brasileiros. E sendo advertido que se procederia, "do modo mais rigoroso", contra autoridade, oficial ou praça que, "esquecido da própria dignidade e das leis da guerra entre povos civilizados", injuriasse, espoliasse, ou deixasse "de respeitar a infelicidade e a vida dos seus prisioneiros"²⁸. Ao que tudo indica, os primeiros prisioneiros de guerra paraguaios chegaram ao Rio de Janeiro em 29 de novembro de 1865²⁹.

Posteriormente, o Ministro da Guerra Angelo Moniz da Silva Ferraz, através de uma circular datada de 25 de dezembro de 1865, estabeleceu as formas de tratamento dispensadas aos prisioneiros de guerra. Nela se estabelecia, por exemplo, que os oficiais prisioneiros poderiam escolher em que local do Brasil queriam residir, para onde viajariam sem escolta, recebendo o soldo e etapa devido ao seu posto, e tendo que se apresentar uma vez por semana à mais alta autoridade do local em que residissem. Já os praças seriam escoltados para depósitos de prisioneiros, em que responderiam às revistas e chamadas conforme estabelecido pelas normas brasileiras, recebendo fardamento, soldo e etapa. E tinham autorização para se empregarem em serviços particulares ou dos ministérios, pelos quais seriam remunerados, sem deixar de receber o soldo. Salientava ainda que os “benefícios que o prisioneiro obtiver pelo seu trabalho e indústria serão sua propriedade, da qual poderá dispor livremente”³⁰.

O tratamento dos prisioneiros no Brasil foi tão distinto entre os aliados que foi elogiado pelos próprios prisioneiros. O General Francisco Isidoro Resquin escreveu que “*á todos los prisioneros de guerra que tuvieron la suerte de pertenecer á aquella nacion civilizada y humanitaria, reconoció los diferentes grados militares de sus prisioneros de guerra, y les asignaron un sueldo á todos ellos, con dinero efectivo de aquella generosa nacion*”³¹.

PRISIONEIROS DE GUERRA EM ASSUNÇÃO E SAN JOAQUÍN

Às 18h do dia 13 de dezembro o Comandante da Esquadra paraguaia, Pedro Inácio Meza subiu a bordo e determinou que todos fossem reunidos porque mandara “*desembarcar al Comandante, tripulacion y pasajeros del paquete brasileiro “Marques de Olin-da” que en virtud de dicha sentencia quedan prisioneros de guerra*”, arriando o pavilhão brasileiro, sendo então os oficiais levados para o Quartel da Ribeira³².

De acordo com o escrivão mato-grossense, em 31 de dezembro de 1864, foi posta em liberdade a tripulação do *Marquês de Olin-da*, da qual faziam parte o mestre e o maquinista, que iriam servir no *Cuiabá*, o mesmo navio em que ele, o Primeiro-Tenente Mangabeira, e o Fiel Paula Reis iam embarcar. Lembra que “*estes homens vimos de nossa prisão, embarcar numa escuna ir aguas abaixo*” (ALMEIDA, 1869).

Em 1º de janeiro de 1865, um oficial paraguaio veio à prisão e lhes comunicou que o governo desejando “*hacer, en cuanto sea posible menos penosa la situacion*” dos prisioneiros brasileiros, designara-lhes “*para lugar de residencia la Capilla de San Joaquin*”, mediante a palavra de honra de que não iriam fugir. Dizia ainda que o governo paraguaio queria saber quanto recebiam porque iria lhes pagar meio soldo. Os brasileiros aceitaram ir para S. Joaquín, se comprometendo, por escrito, que não abandonariam o local dado como residência, mas recusaram o dinheiro, porque era proibido pela constituição imperial. O Ministro da Guerra e Marina insistiu, dizendo que o meio soldo não importava em soldo nem emolumentos por parte de seu governo, “*sino una conformidad con las prácticas de las naciones mas civilizadas*”, e que esse recurso se destinava a que cada prisioneiro “*pueda mas cómodamente proveer á sus subsistências y comodidad*”. Mas, novamente os prisioneiros recusaram a receber o dinheiro (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 32-33)³³.

Em 9 de janeiro de 1865, os prisioneiros deixaram o Quartel da Ribeira com destino a San Joaquín, sendo escoltados até a estação de trem de Assunção³⁴, viajando até a estação de Pirayú, e dali continuaram a cavalo até seu destino³⁵. De acordo com Arouca, “*as capillas paraguayas recordam nossos arraiaes sertanejos*”³⁶. O comandante da escolta levava um ofício no qual o Ministro Venâncio López ordenava ao oficial responsável pela vigilância naquela localidade que, além de não permitir que os prisionei-

ros se afastassem muito, que os visitasse duas vezes por dia, de manhã e à noite, devendo “*observar todos sus movimientos, y las correspondencias que llegam á recibir de quienes y de que parte, dandome cuenta de lo que haya observado en ellos*”³⁷.

O tempo passado em San Joaquín parece ter decorrido sem sobressaltos, posto que Almeida e Arouca praticamente não fizeram menções ao mesmo. Aliás, Almeida (1869) declarou que o oficial responsável “mais tarde teve de ser sacrificado por nos tratar bem”, falecendo anos depois em Cerro León. Era apenas a calma antes da tempestade.

PRISÃO EM TERRA E N'ÁGUA: VILLETA, HUMAITÁ E PILAR – A PRIMEIRA VÍTIMA

Em fins de novembro de 1865, uma escolta³⁸ vem buscá-los para levá-los a um novo local de prisão, Villeta, ao sul, e na margem esquerda do Rio Paraguai aonde, de acordo com Coelho de Almeida, chegaram no dia 1º de dezembro. Nessa jornada a cavalo, da qual Arouca muito reclamou (BRITTO, 1907, p. 39)³⁹, Almeida (1869) observou que eles foram “então tratados com rigor”. Porém pouco tempo ali permaneceram⁴⁰, pois logo foram embarcados no Vapor *Iporá*, com destino à Humaitá, aonde chegaram no mesmo dia, não recebendo alimento algum. Além disso, ao subirem a bordo, os brasileiros tiveram seus pés amarrados com um grosso cabo, à exceção de Carneiro de Campos, a quem deram uma cadeira para sentar-se durante a viagem, sendo que ao chegar ao destino foram “aliviados deste castigo”⁴¹.

Contudo, os prisioneiros permaneceram embarcados, sofrendo muitas privações e fome, além de ficarem “expostos ao tempo” (ALMEIDA, 1869). Nesse período, entre meados de dezembro até 14 de março, quando remontaram o rio para a Vila do Pilar, ocorreu a 1ª morte, a de Bueno Sampaio, em 28 de janeiro de 1866. Almeida e Arouca divergem ao relatá-la. O primeiro disse que Sampaio foi desembarcado e morreu em terra. Relem-

brando o fato mais de 40 anos depois, Arouca descreve a agonia do fiscal de descarga da Alfândega de Cuiabá⁴². Diz que, em uma tarde, “um vomito de sangue coalhara, de súbito, sobre as águas do Paraguay; (...) expirava ... Uma febre maligna (...) delirando, morria ... E morreu ali, no passadiço, verde como os tremedaes da terra maldicta que pisára” (BRITTO, 1907, pp. 40-41). Muito provavelmente o que Arouca narrou foram possivelmente as primeiras manifestações de uma infecção bacteriana ou talvez mesmo de uma úlcera gástrica. Como os paraguaios não sabiam o que era, e talvez temendo que fosse contagioso, desembarcaram o prisioneiro doente. Desconhece-se que tipo de tratamento recebeu, se é que foi tratado⁴³.

Em 14 de março, o *Iporá* subiu o rio, desembarcando os oito brasileiros na Vila do Pilar, onde ficaram presos em uma sala⁴⁴. E aqui nova divergência. Almeida relatou que no dia 24 de maio de 1866, ouviu tiros e que naquele mesmo dia um oficial com uma escolta de soldados armados apressadamente fez os prisioneiros embarcarem em uma carroça para serem retirados dali, deixando toda a sua bagagem. Arouca declarou que naquela nevoenta manhã, ouviu um bombardeio longínquo. Mas que só foram evacuados no começo de junho. Sua nova prisão ficava na “Porta do Boqueirão”, segundo Almeida, ou “Posta do Boqueirão”, de acordo com Arouca⁴⁵. Com a derrota sofrida pelos paraguaios na 1ª Batalha do Tuyuti, cujo fragor do combate Almeida e Arouca ouviram ao longe, provavelmente o comando paraguaio decidiu por removê-los da margem do rio para o interior.

EM BOQUERON: SEDE, FOME E OUTRA MORTE

De acordo com Almeida e Arouca, os prisioneiros permaneceram em Boqueron por cerca de 10 meses, sendo que só receberam a bagagem que ficara para trás um mês depois, sendo constatado que estavam

faltando “muitos trastes e roupas de uso”⁴⁶. Pouco disse sobre o lugar, bastante diferente de Arouca. O piloto baiano novamente reclamou do transporte, pois que a carreta era puxada por muares, e a estrada era sinuosa e acidentada. Descreveu o lugar como uma pequena propriedade rural em um local ermo, com uma casa que servia de “improvisado posto militar” que, na frente, tinha “grandes charcos de águas estagnadas; mais ao longe, um banhado, marginado de árvores bravas; e ao lado – velho chiqueiro abandonado que servira de abrigo ao rebanho de magras ovelhas do antigo proprietário”, cujo telheiro ali existente lhes serviu de prisão, e que eles trataram de melhorar na medida do possível. Mas ambos concordaram que a alimentação se tornou progressivamente pior, posto que o alimento diminuísse, recebendo-o “de 24 em 24 horas”. A água potável também escasseava, levando-os assim, “nas horas torturantes da sede” a beber “o verde líquido do pântano, colando os lábios ao limo asqueroso das poças do banhado!” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 45-47). O resultado foi o agravamento do estado de saúde dos prisioneiros. Arouca diz que era reumatismo, porque “ataca músculos e articulações”. E então o 2º prisioneiro morreu. Tratava-se do Fiel de 2ª Classe Paula Reis⁴⁷.

Arouca relatou que ele foi “vitimado por febres perniciosas”, que estava “horrorosamente magro”, e que, “sob a pele amarelenta, destacava-se a ossaria encarquilhada; os maxilares avançavam como duas mandíbulas enormes naquele rosto esquelético, de uma lividez de cadáver”. Que seus olhos estavam fundos, “sem brilhos, amortecidos, e às vezes fixos nalguma visão longínqua, que o delírio desenhava na tela de seu cérebro doente”, e que em uma tarde “numa ânsia indefinível, as mãos crispadas, vidrento o olhar, morreu”, sendo o corpo enterrado por seus companheiros (BRITTO, 1907, p. 47).

O Piloto Arouca relatou que também ficou doente de febre, e que embora um solda-

do paraguaio, “mais compassivo que seus irmãos de armas”, lhes tenham proporcionado ervas medicinais, estas não deram resultado. E que eram baldados os esforços do médico do Exército, o Dr. Antunes da Luz, em procurar ao redor da prisão plantas ou raízes com fins terapêuticos. Até que um dia, remexendo, remexendo “num bolso de seu casacão azul ferrete, bolso de que se não lembrava, sentiu nele um volume quadrangular, a maneira de uma caixa, e, rapidamente, tirou-o da misteriosa algibeira”, que era um estojo com grânulos homeopáticos, que seriam de “febrilina”. Ainda que o medicamento estivesse talvez deteriorado, Arouca acreditava que tinha se curado por causa dele (BRITTO, 1907, pp. 48-49), o que nos parece pouco provável. Talvez a febre não fosse tão violenta como pensara, não se devendo descartar o efeito psicológico da “febrilina”.

Pouco depois, em março de 1867, os sete prisioneiros foram intempestivamente retirados de Boqueron, para serem levados para outro local. Almeida (1869) relatou que, embora tenham saído imediatamente, Carneiro de Campos “pela sua idade e moléstias (que então estava sofrendo)” se atrasou, e “o cabo da escolta, desembainhando a espada, fê-lo subir sem lhe dar tempo para vestir-se”. Seu destino era o acampamento de Paso Pucú.

PASO PUCÚ E A RONDA DA MORTE

O deslocamento para Paso Pucú, situado próximo à retaguarda da linha fortificada de Curupayty, foi feito pela última vez a cavalo, sendo que as bagagens deles foram entregues dias depois da chegada, quando os brasileiros notaram que, mais uma vez, elas haviam sido revistadas, e algumas coisas haviam sumido. O baiano Arouca recordou dessa passagem que os animais estavam muito magros, o que havia lacerado os membros inferiores dos brasileiros, ficando estes com chagas abertas, e por isso mal “podiam suster-se nas pernas”, e

que tinham a pele “tostada pelo sol”. Lembrou que Carneiro de Campos estava “deslombado pelo cansaço, os cabelos enormemente crescidos, seminu, as pernas dependuradas” sobre a montaria. E que, ao chegarem, os soldados paraguaios surriavam “*Cambahy! Cambahy!* (...)” designando pelo apelido de negros aos brasileiros⁴⁸.

O acampamento de Paso Pucú foi um dos quartéis-generais utilizados por Francisco Solano López durante a guerra. Existem poucas descrições dessas instalações, e que normalmente se restringem àquelas ocupadas por López e seus ajudantes mais diretos (CENTURIÓN, 1894, pp. 133-135), ou aos hospitais paraguaios (CUNHA MATTOS, 1869). Desta forma, as descrições fornecidas pelo piloto baiano são um raro registro dessas instalações e de seu funcionamento.

As prisões, às quais Arouca chama de “calabouços”, eram “cercados de couro, também de peles recobertos”. Em um deles ficaram os sete brasileiros recém-chegados⁴⁹. À esquerda desse “calabouço” ficava outro, “repleto de soldados brasileiros e paraguaios, estes condenados por qualquer ligeira falta, aqueles aprisionados nos últimos recontros”. As latrinas ficavam à parte. De acordo com o piloto baiano, os presos eram compelidos ao trabalho forçado, além de fazerem a faxina das prisões. Todos os dias cabia “a um prisioneiro varrer e vasculhar a prisão, conduzir as matérias imprestáveis para o campo”, atividade última essa a qual também eram submetidos os oficiais⁵⁰, inclusive o adoentado Carneiro de Campos, que era coronel. Lembra que, por vezes, procuraram tomar seu lugar nessa tarefa, tentando “arrancar-lhe das mãos tremulas a vassoura infamante; mas, as sentinelas proibam que o façam” (BRITTO, 1907, pp. 54-55).

Os soldados paraguaios “estavam na maioria descalços, [com] as vestes em farrapos”. Já os recrutas, “os recém-vindos das aldeias e cidades do Paraguai”, vestiam “blusas vermelhas, calças azuis, barretinas

pretas”. Os veteranos “usavam roupas várias, chapéus de palha grosseira, camisas de azulão; e aqui, e ali, e acolá, se destacavam fardamentos do glorioso Exército Brasileiro, dois cadáveres despojados nos campos de batalha”. Os soldados de López ficavam “de ventre para o solo jogando as cartas”, em meio ao “alarido de cães famélicos”, com as armas “ensarilhadas; de distancia em distancia, um canhão dormindo sobre a carreta”, enquanto os cavalos e muros pastavam pelos campos, com “toques de clarim rasgando os ares”. O baiano completava afirmando que “se não descortinava ao menos uma lona branca de uma barraca de campanha” (BRITTO, 1907, pp. 58-59)⁵¹.

De acordo com Arouca, diariamente ocorriam execuções, nas quais eram incluídos brasileiros, oficiais e soldados, sendo que, “a uma hora determinada, saíam dos respectivos calabouços os designados para a matança”. Eram então “postos em linha, os olhos vendados, nem lhes deixavam articular a prece derradeira; ouvia-se a voz de comando altear-se entre os soldados: – Fogo!”. A seguir “Retumbava uma descarga de fuzilaria; os condenados rolavam, estertorando – uns, mortos os outros”. Por vezes, “contemplando as contorções de algum infeliz mal alvejado, estrebuchando, numa agonia pavorosa e má, a boca desmesuradamente aberta”, então “ecoava uma gargalhada de gozo da soldadesca ébria e prenhe de vociferações”. Os “mortos e moribundos eram arremessados no fosso”, jogando-se sobre eles a “terra ensanguentada” (BRITTO, 1907, pp. 59-61).

Em certa ocasião, relatou Almeida (1869), quando Souto e Mangabeira estavam agrihoados separadamente, “o primeiro por ter oferecido mate ao cabo que nos vigiava e o segundo por ter perguntado ao dito cabo onde se achava o Exército Brasileiro e o que fazia a Esquadra”, apareceu um major paraguaio chamado Palacio⁵², prometendo libertar ambos, além de fornecer alguns alimentos, pedindo em troca, que eles assinas-

sem um documento em que os brasileiros afirmassem que eram “bem tratados” e que “nunca” tinha lhes faltado coisa alguma. Naturalmente eles acabaram por assinar o documento com tais inverdades, e os dois oficiais brasileiros foram soltos. Mas o cabo paraguaio foi fuzilado.

Apesar das condições em que se encontravam, um deles não se submetia passivamente. Mangabeira, irrequieto, “incapaz de suportar em silêncio uma repreensão insólita”, discutiu com o cabo que fiscalizava o serviço da faxina. Como resultado, passou a noite algemado, mas, de tal forma que, “quando, no dia seguinte, tiram-lhe os ferros, tem as mãos inchadas, que fazem dó” (BRITTO, 1907, p. 70).

Para além das execuções sumárias e indisciplinadas, à margem de todo o processo legal, e dos castigos intempestivos, a alimentação deixou de ser fornecida. Segundo Arouca, “Nenhum alimento lhes chegava ao calabouço; nutriam-se de couro e de hervas bravas”, sendo o couro citado aquele que servia de tarimba, paredes e tetos da prisão. Como resultado de tão “nociva alimentação resultou sem demora geral disenteria” (BRITTO, 1907, p. 59).

Buscando minorar seu sofrimento, os prisioneiros ofereciam suas poucas posses aos seus carcereiros em troca de alimentos. Almeida mencionou especificamente o “Major Palácio”, a quem o Primeiro-Tenente Souto, “pouco antes de morrer, entregou um par de botões de brilhantes no valor de 400 e tantos mil reis e dois relógios patentes de ouro, para ser o produto empregado em viveres, de cuja comissão o dito major nunca mais deu conta” (ALMEIDA, 1869).

Em uma manhã de janeiro de 1868, quando somente sobreviviam Almeida e Arouca e andavam à cata de “de migalhas; porque o estomago, em deplorável estado, já não aceita nem digere o couro entesado do calabouço”. Almeida, ao voltar da latrina, segreda ao faminto Arouca “Meu caro, temos hoje

uma petisqueira... (...) Anda, vai tu que ainda tens este esfarrapado sobretudo... Mete o que lá achares sob a capa, e... está feita a diligencia”. E lá foi o piloto baiano buscar o quitute, que eram “as viceras de um carneiro morto na vespera, que ali haviam arremesado por imprestáveis!” Mesmo cheirando mal, ele as apanhou e escondeu dentro do velho casaco, e com isso aplacaram a fome por três dias (BRITTO, 1907, pp. 99-100).

As condições enfrentadas pelos prisioneiros brasileiros levaram cinco deles à morte no espaço de 61 dias. Almeida reportou seus nomes e datas dos falecimentos, afirmando terem “sucumbido todos por inanição resultante da falta de alimentos”. E Arouca forneceu detalhes das mesmas.

O sexagenário Coronel Frederico Carneiro de Campos faleceu na tarde de 3 de novembro 1867, em consequência, segundo o piloto baiano, das notícias que davam conta de uma pretensa vitória paraguaia na 2ª Batalha do Tuiuti. Já para Almeida, o coronel morreu em razão do agravamento das moléstias das quais padecia. Cumprindo sua última vontade, seu cadáver foi enterrado sem o uniforme. Após o falecimento de Carneiro de Campos, uma comissão de paraguaios veio arrecadar o espólio do morto, de que faziam parte “um aparelho de prata para almoço, dois relógios, um cordão”, além de vários outros itens, bem como “seus livros e papeis, seus uniformes, roupas e dinheiro em ouro, que tudo foi entregue pelo Piloto Arouca”⁵³, espólio esse que nunca mais foi visto.

O próximo a morrer foi o Capitão Primeiro-Cirurgião do Exército Dr. Antonio Antunes da Cruz, em 4 de dezembro de 1867, aos 49 anos de idade. Arouca lembra que, “esgotados os seus específicos, em vão procuraria salvar-se (...) E veio a morrer de fome! ... Deram-lhe por mortalha um couro do calabouço... aquele mesmo couro que ele tantas vezes roera, faminto, bestializado pelas exigências do estômago...” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 61).

Em 31 do dezembro de 1867 falecia, com 43 anos de idade, o Primeiro-Tenente Reformado da Armada Manoel Luiz da Silva Souto. Atormentado pela fome, ele comeu impulsivamente algumas pimentas vermelhas que Braga encontrara e trouxera, ao retornar da faxina. Logo “vergam-se-lhe as pernas, estertora em convulsões e cai. Levantam-no, sacodem-no, aspergem-lhe o rosto de água frígida; é de balde – Silva Souto está morto! (...) Tem o corpo roxeado; as mãos hirtas; os olhos cristalizados nas órbitas” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 69).

No dia 4 de janeiro de 1868, o Piloto José Antonio Rodrigues Braga delira. “Ergue-se do chão que lhe serve de leito, abre os braços”. De repente, “começa a blasfemar. Uivos de cães brotam-lhe da garganta; geme, brada, pragueja. Dir-se-ia que está a dirigir um navio em meio a um temporal, sob o raivar dos elementos desencadeados... E expira vociferando” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, p. 71)⁵⁴.

O último a falecer foi o Primeiro-Tenente da Armada Agnelo de Faria Pinto Mangabeira, em 21 de janeiro de 1868, aos 47 anos de idade. Arouca o descreveu como “baixo, bigodes espessos, corporatura regular”, e que no dia de sua morte, como se a pressentisse, “conversou toda a manhã; narrou aos companheiros, com minudencias, sua vida passada; e disse, os olhos marejados de pranto, que era casado e deixava filhos”, e lembrou-se de seus pais. Pediu aos companheiros que “Se algum de vocês escapar, conte aos meus que morri pensando neles...”. A seguir deitou-se. “A principio forte era sua respiração; depois, o arquejar dos pulmões tornou-se compassado, imperceptível: Mangabeira dormia. Seriam duas horas [da tarde]”. Mais tarde, “Às 6 horas, como não despertasse, chamaram-no; não respondeu. Ergueram-no então: estava gelado, gelado que parecia uma baioneta dormida ao relento da noite... (...) Morreu como um cordeiro, sem um gemido, sem dar um ai!” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 70-71).

Almeida afirmou que, daí por diante, as coisas pioraram ainda mais, porque passaram a ser “obrigados a fazer serviços” para os quais não tinham forças. E logo nova mudança de prisão ocorreu. Em 16 de fevereiro de 1868, eles abandonaram Paso Pucú, marchando para seu novo cárcere, a Fortaleza de Humaitá, mais uma vez deixando suas bagagens para trás, nunca mais as encontrando (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 100-101).

EM HUMAITÁ, QUANDO OS ENCOURAÇADOS PASSAM

Apesar de apenas 10 km separarem Paso Pucú de Humaitá, os prisioneiros só chegaram no dia 18 à tarde, segundo Arouca, ou às 21h30min de acordo com Almeida, evidenciando o estado de fraqueza física em que se encontravam. Estavam eles presos, trancados⁵⁵, e já deitados quando ouviram ruídos de navios a vapor, e as explosões de muitas bombas, uma das quais arrebentou a porta do cárcere, empurrando-a para dentro. Era a divisão encouraçada brasileira que afrontava o poder de fogo e vencia o obstáculo representado pela fortificação paraguaia⁵⁶. A preparação dessa operação não deve ter passado despercebida aos espiões paraguaios, o que nos leva a conjecturar que a repentina mudança dos prisioneiros para aquele ponto da defesa paraguaia visava talvez usar os prisioneiros para constranger as operações da Armada brasileira.

Almeida (1869) e Arouca relatam terem encontrado em Humaitá o Cônsul brasileiro Amaro José dos Santos Barbosa “agonizando sobre um couro de boi”, além do Major Cunha Mattos e vários oficiais do 4º Regimento de Artilharia, que haviam sido capturados na 2ª Batalha do Tuiuti (BRITTO, 1907, pp. 102-109).

A HORA MAIS ESCURA: SAN FERNANDO – LOMAS VALENTINAS

Cerca de um mês depois, os prisioneiros foram evacuados de Humaitá para Timbó, situado pouco ao norte no Chaco, na mar-

gem direita do Rio Paraguai, sendo transportados pelo *Igurey*. Arouca relatou que daí seguiram atravessando banhados e alagadiços, sob sol e chuva, chegando a um lugar que ele chamou equivocadamente de San Antonio, e que provavelmente é Monte Lindo. Ali outro vapor, que não foi identificado, levou-os de volta à margem esquerda, onde estava o *Anhambahy*, vapor brasileiro capturado pelos paraguaios quando da invasão do Mato Grosso, agora “sem mastros; sem chaminé, coberto de trepadeiras”. E dali continuaram sua caminhada para San Fernando, uma *estancia de La Patria* localizada na margem direita do Rio Tebicuary, onde teriam ficado três meses, e de onde seguiram para às Lomas Valentinas (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 109-110). Note-se que as distâncias são de aproximadamente 50 km para o primeiro trecho, enquanto 100 km separam os dois últimos pontos.

As mortes se sucediam, porque os guardas tinham ordem de lancear os presos que não pudessem acompanhar a marcha. Almeida afirmou que “muitos soldados brasileiros, argentinos e diversos paisanos de diversas nações” foram mortos. E as ordens discricionárias de Francisco Solano López para execuções atingiam também paraguaios, como o Coronel Paulino Allén, morto nas cercanias de Villeta, ex-ministros, como José Berges e mesmo parentes do marechal presidente, como seu irmão Benigno, mortos na área das Lomas Valentinas. Além das marchas e trabalhos forçados, os prisioneiros podiam ser punidos por qualquer coisa. E uma das formas de castigo era prenderem os tornozelos dos prisioneiros com tiras de couro úmidas que, ao secarem retesavam-se, comprimindo os tecidos ao ponto de os rasgarem, sendo que só podiam ser retirados mediante o corte das referidas tiras⁵⁷.

A violência do governante paraguaio não poupava ninguém: “Vi até fuzilar-se uma pobre velha, incepar⁵⁸ crianças e açoitar atrocamente muitas mulheres” escreveu Almeida

(1869), registrando ainda o caso pouco conhecido de um traidor ao serviço do inimigo, justamente em um daqueles tribunais de exceção, “no qual era inquisidor o Cadete Simplício, do nosso Exército (hoje fuzilado), que mandava açoitar barbaramente, pela menor discrepância que notava nas declarações das vítimas, que lhe eram apresentadas”⁵⁹.

As memórias de Coelho de Almeida e Pereira Arouca sobre esse período do cativo não são precisas, posto que não haja uma clara definição do que ocorreu em cada prisão. Poder-se-ia argumentar que, no caso de Almeida, tratou-se do próprio estilo do relatório que fez. Já Arouca teria de recordar de fatos passados há quase 40 anos. Contudo, em razão das brutalidades a que estavam submetidos, aqueles eventos devem ter-lhes parecido ininterruptos, porque “A mortandade era considerável. Os fuzilamentos não cessavam: todos os dias; ao amanhecer, retiravam dos calabouços grande numero de cadáveres dos que sucumbiam à fome e às flagelações” (ALMEIDA, 1869).

E foi justamente em Lomas Valentinas que eles acreditaram que tivesse soado sua hora final. Isto porque Almeida e Arouca tiveram seus nomes lidos entre aqueles que seriam executados. Enquanto o primeiro escreveu, de maneira fatalista, “que recebi esta noticia com a maior indiferença e antes agradei a Deus o termo de meus sofrimentos”, o segundo, de uma forma muito humana, “acalenta o desejo ardente de fugir”. Era o dia 26 de dezembro de 1868, quando se preparava o ataque final das forças aliadas contra as posições paraguaias. Mas, no momento do desenlace, eis que são surpreendidos com a seguinte declaração de um soldado paraguaio: “*Usted tivero suerte; carahy Supremo les perdona*” (ALMEIDA, 1869; BRITTO, 1907, pp. 147-148).

Essa súbita mudança de atitude tem sido relacionada por alguns autores à fuga de López e seu séquito, após a derrota em Itá-Ivate (THOMPSON, 1869, p. 308; BRITTO, 1907,

pp. 148-155)⁶⁰. Porém, já em 25 de dezembro, López ordenara a libertação de alguns prisioneiros⁶¹. E no dia 26, enquanto o grupo de que faziam parte Almeida e Arouca tinham a sentença comutada, outros, como aquele em que estavam os Majores Cunha Mattos e Von Versen, também eram postos em liberdade por ordem direta do líder paraguaio. As razões para essa diferença de tratamento são desconhecidas, e só podemos conjecturar que talvez estivesse relacionada tanto à necessidade de liberar soldados do serviço de guarda para serem empregados em combate, como talvez de angariar alguma simpatia dos aliados para com o *Carai Guasú* (THOMPSON, 1869, p. 57) com esses seus gestos “de graça”.

Assim, enquanto alguns conseguiam a liberdade, e as forças aliadas tomavam Assunção, a capital abandonada pelo inimigo, outros, como Almeida e Arouca, permaneciam prisioneiros e, em 1º de Janeiro de 1869, marchavam para um novo local de cativo, desta vez em Cerro León. Quando saiam da área de Ita-Ivaté, passaram por locais onde a cavalaria brasileira estivera, encontrando ali “alguns saquitéis de milho apodrecido, caídos por certo das bocas dos nossos cavalos, e com os quais passamos, eu [Arouca] e Coelho de Almeida, regaladamente” (BRITTO, 1907, p. 154).

EM CERRO LEÓN E NAS CORDILLERAS: OS ÚLTIMOS CATIVEIROS

Os prisioneiros caminharam por quatro dias cerca de 40 km, passando por “banhados, sangas, alagadiços, que se fazia de mister passar com água pelos peitos, chuvas e sóis”, além de receberem açoites e outras agressões por parte da escolta. Para piorar, Arouca foi atacado por uma erisipela (BRITTO, 1907, p. 158). E, da mesma forma como ocorreu em relação a San Fernando e Lomas Valentinas, as lembranças de Almeida e Arouca também são algo confusas. Mas

revelam aspectos pouco referidos ou estudados pelos pesquisadores.

Ao lá chegarem, Almeida (1869) relatou que encontraram outros oficiais prisioneiros, como os brasileiros capturados em Corumbá, e argentinos, do Vapor *25 de Mayo*, aprisionados quando seu navio foi capturado em Corrientes, em 13 de abril de 1865 (CORRÊA-MARTINS, 2015, p. 18). A maioria morreu de fome, com exceção “do Primeiro-Tenente de artilharia Barboza, doutor do Exército Reis, Piloto Israel e um primeiro-tenente argentino, que foram fuzilados”.

Já o Piloto Arouca relatou que, ao chegarem ao Cerro León, foram “introduzidos numa vasta prisão cavada no rochedo. (...) Cerca de 500 homens, empilhados e agrilhoados, são enterrados vivos nesse tumulto sinistro e pavoroso”. E que “Durante a noite, a prisão parecia um inferno: havia blasfêmias, ais, gritos, maldições, gemidos... O suor era tanto que o lagedo amanheceu encharcado; os mais fracos alucinaram-se...” (BRITTO, 1907, pp. 158-159). Porém, Cerro León é uma elevação suave, sem rochas aflorantes. Na verdade, Arouca e seus companheiros de infortúnio foram confinados em uma das grutas existentes no sopé das chamadas *Cordilleras*, uma região ao leste de Assunção que, apesar do nome, tem uma altitude máxima por volta de 200 metros. Almeida não fez qualquer referência a esse lugar.

Pouco tempo ali ficaram, pois começam a seguir em direção à Ascurra, distante cerca de 10 km ao norte. A subida era perigosa, pois o caminho, talhado na rocha, era estreito, sentindo frio e sob o terror imposto pela escolta paraguaia (BRITTO, 1907, pp. 159-160), pois “os que cansavam eram lanceados” e “os alimentos tornaram-se tão escassos que vi-me obrigado a comer couro seco de boi, cascas de laranjas, ossos, etc.” (ALMEIDA, 1869).

Segundo Arouca, os prisioneiros ficaram cerca de três meses em Ascurra, empregados em preparar o terreno e plantar feijão e milho. Teria sido “o melhor tempo que se

lhes depara” desde a captura do *Marquês de Olinda* (BRITTO, 1907, p. 160). Isto porque seu trabalho como agricultores ali atendia ao esforço de guerra paraguaio, ao produzir alimentos para o Exército de López⁶², o que permitiu que os prisioneiros mitigassem sua crônica fome.

Em fins de março de 1869, os prisioneiros saem de Ascurra com destino a Piribebuy, perto de 15 km ao sudeste, na mesma região da *Cordillera*. No caminho, a fome volta a atingi-los. À noite, eles dormem enrolados em couros, com os pés amarrados. Na manhã seguinte a uma dessas ocasiões, Arouca “sente em baixo de si um volume singular, que a imensa fadiga o privava de perceber antes: – um gato, morto pela asfixia, conservava-se inteiriçado sob a pele que servia de cobertor e lençol”. Pelo menos, no dia seguinte, o alimento estava garantido (BRITTO, 1907, p. 161).

De acordo com o piloto baiano, os prisioneiros acamparam nas cercanias de Piribebuy, onde ficaram cerca de cinco meses. E foi ali, em fins de maio de 1869, que presenciou “a uma das mais terríveis matanças ordenadas por Solano Lopez” (BRITTO, 1907, p. 161), e que parece ter passado despercebida até agora.

Isto porque, em 29 de maio, o marechal presidente enviara uma nota de protesto ao Conde d’Eu, comandante das forças brasileiras, protestando contra a presença da bandeira paraguaia junto às bandeiras aliadas, que vira na manhã daquele dia, pedindo que a mesma lhe fosse entregue, bem como que não fosse mais usada, afirmando ainda que “*los desgraciados prisioneros [paraguayos] nunca fueron respetados*” pelos aliados e, lembrando as ameaças que fizera em 1865 caso não fosse atendido, porque “*la republica tiene un considerable numero de prisioneros*” aliados. O Conde d’Eu respondeu, no mesmo dia, que desconhecia a nota de 1865, que os aliados não faziam guerra à nacionalidade paraguaia, e que di-

ferente do que fora afirmado, os prisioneiros paraguaios têm sido tratados pelos aliados com humanidade, o que “contrasta com as crueldades exercidas nos súditos das nações aliadas, os quais tiveram a infelicidade de cair no poder do Marechal López, e que aos centenaes têm sofrido diferentes gêneros de morte”, fatos esses conhecidos por declarações daqueles que escaparam, bem como da documentação oficial paraguaia capturada. Esta resposta foi recebida por Francisco Solano López no dia 30, que respondeu em 3 de junho, transcrevendo a nota de 1865, a qual não teve resposta (TAUNAY, 1870, pp. 67-69, 78-81).

É necessário esclarecer que desde 1865 havia sido organizada por dissidentes que viviam na Argentina uma *Legión Paraguaya*, com as cores de seu país, e que atuou enquadrada no Exército argentino (AGUI-NAGA, 1959, p. 45). Ora, a presença dessa pequena força em território paraguaio e portando a bandeira tricolor foi vista por López como contestação ao seu supremo poder, o que ele não podia aceitar.

Assim, ele cumpriu sua ameaça. No dia 31 de maio, cerca de “400 homens caem lançados ou fuzilados”, ou seja, antes de Solano López enviar nova resposta ao comandante brasileiro. Naquele dia “formaram em linha os prisioneiros; havia-os de varias nacionalidades, inclusive italianos e portugueses”. Um oficial, tendo em mãos a lista com o nome dos condenados, indagava a cada um “o nome, o país, a data da prisão. E dizia a uns: – Siga! E a outros: Fique!”. Na vez de Almeida e Arouca, a resposta foi a mesma: fique. Pouco depois entenderam que faziam parte de um grupo inferior a vinte sobreviventes (BRITTO, 1907, pp. 162-164),

Com a aproximação dos aliados, os poucos prisioneiros seguem o Exército paraguaio em retirada, entre eles um tenente da Armada Argentina sobrevivente do *25 de Mayo* (BRITTO, 1907, p. 166), e que logramos identificar como sendo o Tenente Vicente D. Constantino. Após caminharem cerca de 30

km na direção sudeste, eles estavam, em 16 de agosto, próximos de Campo Grande, ou Acosta Ñu, onde presenciavam de longe uma batalha em que crianças paraguaias foram utilizadas massivamente como soldados, buscando retardar o avanço inimigo e possibilitar a fuga de López (CORRÊA-MARTINS, 2015, pp. 326-328).

ESTA NOITE, A LIBERDADE

No dia seguinte, a escolta conduzindo Almeida, Arouca e Constantino pôs-se a caminho buscando chegar à Caragatatay. Porém, o aumento das baixas paraguaias acabou por reduzir o número de guardas, e o avanço das forças aliadas prosseguia isolando partes do Exército de López, eles tiveram que fazer várias voltas, buscando escapar do inimigo. Assim, na noite de 18, o grupo parou nas imediações de um arroio afluente do Rio Piribebuy, ao reconhecer a presença de forças brasileiras. O major paraguaio que comandava a escolta, após algum tempo, decidiu dar-lhes a tão sonhada liberdade, partindo então com a maioria de seus homens. Esgotados, os três ex-prisioneiros decidiram então dormir para prosseguirem pela manhã em busca dos aliados (BRITTO, 1907, pp. 173-175)⁶³.

Ao amanhecer, colocaram-se a caminho, preocupados porque estavam em território inimigo, fracos e sem condições de se defender. Andaram buscando contornar os cursos d'água, já que não tinham forças para nadar. A certa altura, encontram soldados paraguaios, armados de lanças. Após momentos de tensão, descobrem que eles querem ir à Caragatatay para se render porque "o inimigo está tratando bem aos nossos". Juntos prosseguem e conseguem por fim encontrar uma ponte rústica que permite atravessar um afluente do Rio Manduvirá. No meio da tarde, o grupo encontra dois cavalarianos da Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, que ordenam que parem, lhes perguntando quem eram. Almeida e Arouca responderam

que eram "Prisioneiros de cinco [sic] anos, e vossos patrícios". Os soldados brasileiros responderam então "Sede bem vindos aos braços de vossos irmãos! Segui; ao voltardes àquela curva, encontrareis um destacamento que vos dará gasalhado [sic]". Podemos apenas conjecturar sobre o turbilhão de emoções que varreram suas mentes neste momento (BRITTO, 1907, pp. 175-180).

Os três oficiais aliados ex-prisioneiros e os nove paraguaios que os acompanhavam logo chegaram ao destacamento. Almeida, Arouca e Constantino são recebidos carinhosamente e logo, montados nas garupas das montarias dos cavalarianos, são levados para Caragatatay, onde chegaram ao cair da noite de 19 de agosto, quando ali reencontram o Major Cunha Mattos, libertado do cativo paraguaio em Lomas Valentinas. No dia seguinte, foram apresentados ao Conde d'Eu e seu estado-maior. O conde "interrogou-os longa e detidamente"⁶⁴. E, no dia 24, seguiram para a Assunção, em um comboio de carretas, mueres e peões, em que iam também enfermos e feridos, além de troféus de guerra "e a prata arrecadada nas bagagens do próprio Marechal [López]" (ALMEIDA, 1869; BRITO, 1907, pp. 186-187).

O RETORNO

Em Assunção, Almeida e Arouca deram conta ao Conselheiro José Maria da Silva Paranhos do que ocorrera com Carneiro de Campos. Foi nesse período que Almeida (1869) redigiu seu relatório, que finalizou em 26 de agosto. Receberam três meses de soldo para compra de uniformes e alimentos e, dentro em pouco, embarcavam no Transporte *Marcelio Dias* com destino ao Rio de Janeiro, onde chegaram em 15 de setembro de 1869 (BRITTO, 1907, p. 188)⁶⁵. O mencionado navio trazia, além de outros passageiros e militares, a "quantia de 226:000\$000 em notas que foram tomadas pelas forças de López em Mato Grosso", e 139 prisioneiros paraguaios, entre oficiais e praças, aos quais se soma-

vam “quatro mulheres prisioneiras”, provavelmente companheiras de alguns deles⁶⁶. Logo depois de chegarem, ambos tiveram uma licença de quatro meses “para tratar das enfermidades que adquirira durante o tempo em que esteve prisioneiro do inimigo”⁶⁷.

Enquanto convalesciam, Almeida e Arouca trataram de comunicar a morte do Major de Artilharia Antonio José Augusto Conrado, ocorrida em março daquele ano em Ascurra, o qual fora capturado em 5 de fevereiro de 1865, no Mato Grosso, sendo despojado dos objetos de valor que levava e sofrido “as maiores violências e inumano tratamento”⁶⁸. E em relação aos seus companheiros de infortúnio no *Marquês de Olinda*, mandaram rezar uma missa, na Igreja de São Francisco de Paula, às 9 horas do dia 29 de outubro de 1869, “pelo repouso eterno de suas almas”⁶⁹.

Após o término de suas licenças, os dois ex-prisioneiros retomaram suas carreiras na Armada e constituíram famílias, sendo ambos reformados compulsoriamente no posto de capitão de mar e guerra graduado, Pereira Arouca em 1º de maio de 1893 e Coelho de Almeida em 29 de junho de 1910.⁷⁰

CONCLUSÕES

Quando o *Marquês de Olinda* partiu de Montevideu, em 3 de novembro de 1864, seus tripulantes e passageiros muito provavelmente pensavam em seus afazeres ou nas missões que desempenhariam na Província do Mato Grosso. Nem de longe desconfiavam que seriam atores forçados de um drama do qual não desejavam participar.

Para Francisco Solano López, o apresamento do navio brasileiro significava dizer ao Brasil que não blefara em 30 de agosto de 1864. Mas a suspeita de que o *Marquês de Olinda* transportava armamento acabou falando mais alto e determinando a ação.

Após um processo eivado de vícios, em que a sentença já estava previamente determinada, os oficiais brasileiros foram considerados prisioneiros de guerra e levados para o interior do país, nem tanto por receio de uma fuga, mas provavelmente para obstar o recebimento de algum tipo de auxílio.

Ao longo da descrição do tempo passado em cativeiro, acompanhamos a piora progressiva no tratamento dos prisioneiros, com restrições de acomodações e nutrição, levando-os a se alimentarem do que pudessem obter, de pedaços de couro, ossos de animais, cascas de laranjas, vísceras em decomposição, até de frutos que podiam causar a morte.

A par disso, as constantes ameaças dos guardas, através de agressões e castigos físicos, debilitavam ainda mais aqueles que estavam prisioneiros de López. A fraqueza progressiva, o desconhecimento a respeito do país, além do próprio ambiente natural impediam a fuga dos prisioneiros porque, além de não saberem a que distância estavam das linhas aliadas, os esteiros funcionavam como armadilhas, por vezes fatais.

A presença da morte tornou-se uma constante, tanto pela fome como pelas marchas forçadas nas mudanças de acampamento, sem esquecer-se das execuções sumárias, ordenadas à margem de qualquer processo legal, inclusive aquela ordenada em 31 de maio de 1869, tão pouco conhecida.

Infelizmente, as narrativas de Coelho de Almeida e de Pereira Arouca não são exceções no que diz respeito ao tratamento desumano aos prisioneiros de guerra, brasileiros ou não, por parte dos paraguaios os quais, submetidos a um governante opressor e despótico, acabavam por reproduzir sobre aqueles a que submetiam todo o terror a que estavam expostos.

O contraste com o tratamento recebido pelos prisioneiros paraguaios no Brasil é tão grande que foi reputado como “excessivamente leniente”, a tal ponto que eles pediam para ficar,

embora José Falcón, o mesmo da comissão de devassa do *Marquês de Olinda*, e que fora enviado ao Rio de Janeiro como prisioneiro de guerra, reclamasse porque D. Pedro II não tinha atendido a um pedido dele (CASTRO, 2015, pp. 91-93).

Quando fez seu relatório, Cunha Mattos (1869) disse que o fato de o escrivão Almeida e do piloto Arouca terem chegado em Lomas Valentinas “debaixo do vergalho, sem comer, sem dormir, sarnentos, magros, como a própria magreza” era “um facto miraculoso”, que “Minha pena não dispõe de cores para pintar esses brasileiros, na miséria em que os vi ultimamente”, e que naquelas condições, acreditava que era “bem natural que já não existam”.

Mas, contrariando todos os prognósticos, eles viveram para contar as suas histórias e as de seus companheiros desaparecidos nos campos de prisioneiros de guerra no Paraguai.

AGRADECIMENTOS

Ao Arquivo da Marinha e ao Arquivo Histórico do Exército pelo inestimável apoio prestado, mesmo nestes tempos de pandemia. Ao Dr Adler Homero Fonseca de Castro (IPHAN/RJ) e ao Professor Alberto del Pino Menck, do Instituto de Historia y Cultura Militar del Uruguay “Coronel Rolando Laguarda Trías” (Uruguai), pelas discussões sobre prisioneiros de guerra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Fernando Miguel Pinho de. Fé de Ofício do Coronel Frederico Carneiro de Campos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Vol. 272, 1966, p. 301-310.

ALMEIDA, João Coelho de. Parte Oficial – Ministério da Marinha. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 259, 22 de setembro de 1869, p. 2.

BRITTO, José Gabriel de Lemos. *Guerra do Paraguay: narrativa histórica dos prisioneiros do Vapor Marquez de Olinda*. Bahia [Salvador]: Litho-Typ. e Encadernação Reis & C., 1907.

CARDOZO, Efraím. *Hace cien años: cronicas de la Guerra de 1864-1870*. Vol. I. Asunción: Ediciones EMASA, 1967.

CARVALHO, Alexandre Manoel Albino de. *Relatorio do Presidente da Provincia do Mato Grosso o Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho apresentado á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da Sessão Ordinária de 3 de maio de 1864*. Cuiabá: Typ. de Souza Neves e Comp.^a, 1864.

CASTRO, Adler Homero Fonseca de. Os campos de concentração do imperador: prisioneiros de guerra paraguaios no Brasil. *A Defesa Nacional*, 829 (1): 82-96.

CENTURIÓN, Juan Crisostomo. *Memorias del Coronel Juan Crisostomo Centurión ó sean Reminiscencias Historicas sobre la Guerra del Paraguay*, Vol. I. Buenos Aires: Imprenta de Obras, de J. A. Berra, 1894.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Nas águas do Prata: operações da Marinha brasileira entre 1854 e 1865. *Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil*. Rio de Janeiro, Vol. 11, nº 22, 2015, p. 09-26.

CORRÊA-MARTINS, Francisco José. Jogos nada infantis: A participação de crianças e adolescentes na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. In: RODRIGUES, Fernando da Silva, PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes (eds.) *Uma tragédia americana: A Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2015, p. 285-335.

CUNHA MATTOS, Ernesto Augusto da. Parte Oficial – Ministério da Guerra. *Diario do Rio de Janeiro*, nºs 119 e 120, 1º e 2 de maio de 1869, p. 1 e 1-2.

CUNHA MATTOS, Raimundo José da. *Repertorio da Legislação Militar, actualmente em vigor no Exercito e Armada do Império do Brazil*. Vol. I. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher e Comp., 1834.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. [1. ed.], São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GILL AGUINAGA, Juan Bautista. *La Asociación Paraguaya en la Guerra de la Triple Alianza*. [Buenos Aires]: Edición del Autor, 1959.

JACEGUAY, Artur Silveira da Motta, Barão de; OLIVEIRA [FREITAS], [Carlos] Vidal de. *Quatro séculos de actividade marítima: Portugal e Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.

MASTERMAN, George Frederick. *Seven Eventful Years in Paraguay. a narrative of personal experience amongst the Paraguayans*. London: Sampson Low, son and Marston, 1869.

SOARES, Rodrigo Goyena (org.). *Diário do Conde d'Eu, comandante em chefe das tropas em operação [sic] na República do Paraguai*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2017.

SOUZA, Luiz de Castro. *A Medicina na Guerra do Paraguai*. [Rio de Janeiro]: [s.n.], [1972].

TAUNAY, A.[fredo] d'E.[scragno]lle. Campanha do Paraguai. Commando em Chefe de S. A. o Sr. Marechal do Exército Conde d'Eu. *Diário do Exército*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1870.

THOMPSON, George. *The War in Paraguay. With a historical sketch of the country and its people and notes upon the Military Engineering of the War*. London: Longmans, Green, and CO., 1869.

WASHBURN, Charles A.[mes]. *The History of Paraguay, with notes of personal observations, and reminiscences of diplomacy under difficulties*. Vol. I. Boston, New York: Lee and Shepard, Publishers, Lee, Shepard and Dillingham, 1871.

NOTAS

¹ Parte Oficial – Ministerio da Marinha. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 259, 22 de setembro de 1869, p. 2, e Parte Oficial – Ministerio da Marinha. *Jornal do Commercio*, nº 263. Rio de Janeiro, 22 de setembro de 1869, p. 1, colunas 1 e 2.

² Foi republicada na *Matto-Grosso – Revista Mensal de Ciências, Letras, Artes e Variedades*, nº 6, 1907, p. 148-152; na *Gazeta Oficial do Estado do Matto-Grosso*, em 3 de março de 1927, e na *Revista do Instituto Histórico de Matto-Grosso*, Vol. 29 e 30, 1933, p. 159-169.

³ José Gabriel Lemos Brito tinha 21 anos incompletos quando o livro foi publicado, em 1907. Foi feita uma segunda edição, publicada em 1927, com alguns acréscimos, mantendo essencialmente o conteúdo da edição anterior.

⁴ Registro do Porto. Sahidas no dia 8. *Correio Mercantil e Instructivo, Politico, Universal*, nº 307, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1859, p. 3.

⁵ Livro para Registro dos Passageiros do Vapor *Marquez de Olinda*, pertencente à Comp.^a de Navegação do Alto Paraguay, fls 1 a 3, PY ANA ANA-AHRP-PY-5127-1-135, Archivo Nacional de Asunción.

⁶ Além do *Marquês de Olinda*, a companhia de navegação dispunha ainda de outro navio menor, o *Visconde de Ypanema*. Mas havia reclamações sobre o serviço oferecido, o preço das passagens e o intervalo entre cada viagem. E a empresa era subvencionada pelo governo imperial (CARVALHO, 1864, pp.14-15).

⁷ Dados obtidos fornecidos a partir dos almanaques e livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

⁸ Livro para Registro dos Passageiros do Vapor *Marquez de Olinda*, pertencente à Comp.^a de Navegação do Alto Paraguay, fls 133 e 135. PY ANA ANA-AHRP-PY-5127-1-135, Archivo Nacional de Asunción.

⁹ *Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal*, nº 35, Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1865, p. 1.

¹⁰ Dados obtidos fornecidos a partir dos almanaques e livros de assentamentos do acervo do Ar-

quivo da Marinha. Tanto Almeida como Arouca haviam ingressado na Força Naval com 17 anos incompletos, o que nos permite supor que as idades do Piloto Braga e do Fiel Paula Reis fossem então inferiores a 20 anos.

¹¹ Dados estabelecidos a partir dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Coleção Rio Branco, (de ora em diante BNRJ, CRB), I-30,7,27, n^{os} 7, 8, 9, 10 e 12. PY ANA ANA-AHRP-3202-1-12, Archivo Nacional de Asunción. Na BNRJ há microfílm com a cópia completa do arquivo da Coleção Visconde de Rio Branco, devolvido ao Paraguai na década de 1980. Note-se que essa relação difere em alguns nomes daquela reportada por Pereira Arouca (BRITTO, 1907, p. 3), o que talvez indique lapsos de memória.

¹² De acordo com Cardozo (1967, p. 19), que se equivocou ao afirmar que todos os passageiros brasileiros eram militares, posto que o Oficial da Alfândega de Cuiabá Bueno de Sampaio era um empregado provincial.

¹³ Noticiário. *Diário do Rio de Janeiro*, n^o 293, 24 de outubro de 1864, p. 1, e dados obtidos nos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

¹⁴ ALMEIDA (1869). E não no dia 30 de outubro, como equivocadamente escreveu BRITTO (1907, p. 1).

¹⁵ Arouca disse que chegaram às 20h e que vários passageiros desembarcaram, o que não nos parece crível em função da natureza autocrática e policial do Governo paraguaio. Por outro lado, Almeida (1869) relatou que eles chegaram por volta das 23hs e não mencionou qualquer desembarque, nem o atraso em Humaitá. Cardozo (1967, p. 19) não fez menção ao incidente em Humaitá, e se equivocou ao afirmar que o navio chegara de madrugada.

¹⁶ Cardozo (1967, p. 19) se equivocou ao dizer que o *Marquês de Olinda* partira às 14h45min.

¹⁷ Thompson (1869, p. 26) escreveu que eram 200 milhas, informação repetida por Centurión (1894, p.193) sem indicação da fonte.

¹⁸ Arouca lembra que o *Tacuari* tinha a "amurada repleta de marinheiros e soldados [de onde] partiram sarcasmos e insultos", e que no retorno à Assunção, o navio paraguaio "por menos preço [sic], num desafio que baixava ao nível da covardia apadrinhada, mettia pela popa da nossa embarcação o esporão da bujarrona, dando-lhe pontações, entre gargalhadas e torpes allusões". E que chegaram à capital paraguaia, às 20h (BRITTO, 1907, pp. 11-15). Este último ou Arouca se equivocaram em relação às datas. ALMEIDA (1869) diz que chegaram às 21h "mais ou menos" e refere o embarque da tropa paraguaia na mesma noite. Cardozo (1967, p. 22) diz que chegaram às 22h45min, e nada registrou sobre a guarda ao vapor ou o cerco feito pelos escaleres.

¹⁹ Documentos n^{os} 1 e 3 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 n^{os} 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

²⁰ Documento n^o 4 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 n^{os} 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción. Não consta da pasta o documento com a decisão, a qual é mencionada documento de n^o 5.

²¹ De Juan José Brizuela al Ministro de Relaciones Exteriores [sic] de la República del Paraguay, D.^o José Berges, Mont.^o, octubre 29 1864. BNRJ, CRB, I-30,2,65, Documento n^o 2. PY ANA ANA-AHRP-PY-2403-1-5, Archivo Nacional de Asunción.

²² A informação desse autor de que um segundo navio, o *Rio Apa*, fora em perseguição do *Marquês de Olinda* não tem qualquer base porque ele tinha velocidade inferior e, portanto, não conseguiria acompanhar o *Tacuari*.

²³ De José Vasquez Sagastume, Ministro Residente de la Republica Oriental del Uruguay à S. E. el Señor Don José Berges, Ministro Secretario de Estado en el Depart^o de Relaciones Exteriores, Asunción, 14 de noviembre de 1864. BNRJ, CRB, I-29,33,26. PY ANA ANA-AHRP-PY-3196-1-4 Archivo Nacional de Asunción.

²⁴ [De Francisco Solano López] al Coronel [Francisco Isidoro] Resquin, Comandante Militar de la Villa de Concepcion, Cerro León, Noviembre, 23, 1864. BNRJ, CRB, I-30,12,2, nº 31. PY ANA ANA-AHRP-PY-2539-1-140, Archivo Nacional de Asunción.

²⁵ Do Brigadeiro Venancio Flores al General en jefe [Brigadier general] don Bartolomé Mitre, Cuartel general, Restauración, agosto 18 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. IV, p. 32.

²⁶ Do Brigadier general D. Bartolomé Mitre, Presidente da República Argentina al Señor Vicepresidente, Doctor don Marcos Paz. Cuartel general, Capihiquisé, octubre 4 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. V, p. 329-331.

²⁷ De Marcos Paz Vicepresidente al Presidente D. Bartolomé Mitre. Buenos Aires, septiembre 15 de 1865. In: *Archivo del General Mitre: Guerra del Paraguay*. Buenos Aires, Biblioteca de "La Nacion", 1911, Vol. V, p. 301.

²⁸ Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartição do Ajudante-General, Ordem do Dia nº 477, de 04 de outubro de 1865, p. 464-465; Notícias Diversas, *Correio Mercantil*, nº 246, Rio de Janeiro, 8 e 9 de setembro de 1865, p. 1.

²⁹ Registro do Porto, *Correio Mercantil*, nº 246, Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1865, p. 3.

³⁰ Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, Repartição do Ajudante-General, *Ordem do Dia* nº 493, de 10 de janeiro de 1866, p. 13-25; Parte Oficial, *Correio Mercantil*, nº 3, Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1866, p. 1.

³¹ [General] Francisco Isidoro Resquín. Breve[sic] relaciones históricas de la guerra, contra el gobierno de la República del Paraguay, por los gobiernos de la triple alianza, brasileiro, argentino y oriental. Extractado de documentos de la luz pública, y de los sucesos de armas, durante la guerra de mas de cinco años, que sostuve el gobierno de la Nacion paraguaya, contra los poderes de la triple alianza. Asunción, 1875, 87fls. Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, PY -ANA-SH-356n32-164-249.

³² Almeida (1869) recorda que Meza procurou fazê-los acreditar que estava contrariado com a situação, que "são cousas do governo, tenham paciência". Arouca diz que foi às 16h, e que os oficiais dormiram no chão de terra batida (BRITTO, 1907, p. 28-29). Documento nº 5 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

³³ Documentos nºs 7, 8,11 e 12 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción.

³⁴ De acordo com Arouca, eles partiram no dia 6, e a comitiva dos prisioneiros teve "uma numerosa escolta de cavallaria" até tomarem o trem (BRITTO, 1907, p 33). Almeida (1869) diz que foi no dia 8, e que a escolta que os levou até San Joaquín era constituída por "um official e tres praças desarmadas".

³⁵ As distâncias percorridas foram cerca de 50 km em ferrovia e 200 km a cavalo, diferente do que consta em Britto (1907, p. 34).

³⁶ Segundo Almeida (1869) eles chegaram em S. Joaquín em um domingo. Arouca afirma que chegaram no dia 11 de janeiro de 1865 (BRITTO, 1907, pp. 33-34), que foi uma quarta-feira.

³⁷ Documentos nº 14 dos *Papeles referentes a la presa del vapor brasileiro "Marques de Olinda"*. BNRJ, CRB, I-30,7,27 nºs 1-14. PY ANA ANA-AHRP-PY-3202-1-19, Archivo Nacional de Asunción. Este foi o último expediente encontrado sobre esses prisioneiros brasileiros nos arquivos paraguaios.

³⁸ Almeida (1869) diz que ela é formada pelo mesmo oficial e praças. Arouca diz que era "um pelotão de lanceiros" (BRITTO, 1907, p. 38).

- ³⁹ O percurso foi de cerca de 300 km.
- ⁴⁰ Almeida (1869) diz que ficaram oito dias, Arouca diz que foram apenas dois (BRITTO, 1907, p. 40).
- ⁴¹ De acordo com Arouca, eles “foram postos a ferros e amarrados às vergas” (BRITTO, 1907, p. 40). O trecho navegado foi de cerca de 200 km.
- ⁴² O qual ele confundiu como se fosse Póvoas, o escrivão do *Marquês de Olinda* (BRITTO, 1907, p. 40).
- ⁴³ Almeida (1869) relatou que o comandante do *Iporá* lhe perguntou, quando soube da morte de Sampaio, se ele “era *christiano*”, ao que ele respondeu que sim. E ficou nisso.
- ⁴⁴ Foi uma jornada curta, cerca de 40 km.
- ⁴⁵ Foi um deslocamento curto, inferior a 10 km.
- ⁴⁶ A palavra “traste” tinha um significado diferente no século XIX, sendo utilizada para designar tanto móveis como utensílios domésticos ou de uso pessoal.
- ⁴⁷ Almeida (1869) informou que o falecimento correu em 28 de setembro de 1867, mas nessa data eles estavam em Paso Pucú. Arouca disse que foi em janeiro de 1867 (BRITTO, 1907, p. 47). A documentação existente no Arquivo da Marinha não indica a idade, mas acreditamos ele teria por volta de 20 anos de idade.
- ⁴⁸ Arouca diz que lá chegaram em julho de 1867, o que parece demasiado, pois nessa cavalgada foram percorridos cerca de 30 km, principalmente em razão dos esteiros ou esteros ali existentes. Trata-se de um terreno onde ocorrem alagadiços, lagoas, ilhas e pantanais, sob influência de cheias sazonais de cursos d’água.
- ⁴⁹ De acordo com Cunha Mattos (1869), eles ficaram “em uma prisão, no Batalhão 21”.
- ⁵⁰ Cabe esclarecer que esse comentário tem relação com o fato de que, no século XIX, tanto no Exército como na Marinha, os oficiais em serviço tinham direito a ter um “camarada”, um praça dedicado ao serviço pessoal dos mesmos (CUNHA MATTOS, 1834, p. 64). Esclarecemos que esses auxiliares foram observados também no Exército argentino.
- ⁵¹ As casas que serviam a López e seus auxiliares mais diretos não ficavam perto de onde os prisioneiros estavam. Além disso, com a exceção daquela usada pelo governante paraguaio, todas as demais eram feitas inteiramente de palha, conforme descreveu Centurión (1894, pp. 133-135).
- ⁵² Pode se tratar do “Capitão Palácios”, que Cunha Mattos (1869) registrou como irmão do Bispo Palácios.
- ⁵³ Há divergência sobre a hora da morte. Arouca diz que foi no final da tarde, Almeida indica que foi na manhã. O registro relativo ao espólio do falecido só foi registrado pelo mato-grossense.
- ⁵⁴ Arouca equivocadamente o chamou de Alves Braga. Na documentação do Arquivo da Marinha não há indicação da idade, mas supomos que ele tinha cerca de 20 anos.
- ⁵⁵ Arouca fez menção a “um cárcere entalhado na rocha”, como se fosse uma prisão subterrânea (BRITTO, 1907, p. 102). Ocorre que as fortificações de Humaitá estavam instaladas sobre as barrancas da margem esquerda do Rio Paraguai, que são constituídas por materiais inconsolidados, como lama e areia.
- ⁵⁶ Para um melhor conhecimento a respeito desse episódio indicamos Jaceguay & Oliveira (1900, pp. 179-209).
- ⁵⁷ Pereira Arouca ainda tinha as marcas dessa tortura quando relatou seu período de cativo (BRITTO, 1907, pp. 118-119).

⁵⁸ Refere-se a um tipo de suplício utilizado pelos paraguaios (colocar no cepo, tronco). Eles o aplicavam de diversas formas para obter confissões ou para castigar os prisioneiros.

⁵⁹ Trata-se do Cadete Simplício Luiz, que seria de um dos corpos pernambucanos (CUNHA MATOS, 1869, p.1). E que foi morto pelos próprios paraguaios quando deixou de ser útil.

⁶⁰ De acordo com Britto (1907, pp. 152-152), Arouca afirmou que “Lopez esteve tres dias estacionario na floresta visinha”. Ocorre que já em 28 de dezembro, no dia seguinte à sua fuga, López se dirigiu aos paraguaios desde Cerro León, exortando-os a continuarem a lutar. Seccion Oficial – Proclama. *Estrella*, nº 1. Piribebuy, 24 de febrero de 1869, p. 1. Já Doratioto (2002, pp. 374-376), ao se referir ao episódio, não percebeu que a descrição de Britto (1907, p. 148-155) não se baseara nas palavras do baiano Arouca, mas sim na narrativa de um “Illustre official medico do Exercito”, o qual seria próximo do Brigadeiro João Manoel de Menna Barreto (BRITTO, 1907, pp. 150-151).

⁶¹ Testemunho de Alonzo Taylor, Buenos Aires, 20 de janeiro de 1869 (MASTERMAN, 1869, p. 330).

⁶² Um exemplo disto está no ofício enviado pelo Vice-Presidente Francisco Sanchez ao Ciudadano Gefe de milícias de Caraguatay, Piribebuy, Marzo 17 de 1869, onde constava, a certa altura, a necessidade de dar “*mas impulso á los trabajos agricolas*”, a fim de fornecer “*los médios de sostener con robustes nuestro Ejercito Nacional*”. Archivo Nacional de Asunción, Sección Historia, PY -ANA-SH-356n4-114-115. Almeida (1869) não fez qualquer menção sobre essas atividades.

⁶³ Arouca se enganou em relação ao dia, que disse ser 17, bem como em relação ao arroio, posto que o curso d’água que mencionou fica ao nordeste de Caraguatay.

⁶⁴ Mas esse encontro não mereceu nenhum registro nem no *Diário do Exército* (TAUNAY, 1870), nem no diário pessoal do Conde d’Eu (SOARES, 2017).

⁶⁵ O final da narrativa do piloto baiano Arouca se concentra no reencontro com sua mãe em Salvador (BRITTO, 1907, pp. 189-196).

⁶⁶ “Exterior – Noticias da Guerra” e “Movimento do Porto”. *Diário do Rio de Janeiro*, nº 253, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1869, p. 2 e 3.

⁶⁷ Dados obtidos a partir dos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

⁶⁸ “Guerra do Paraguay”. *Jornal do Commercio*, nº 265, Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1869, p.2.

⁶⁹ “Os Prisioneiros do Vapor *Marquez de Olinda*”, *Jornal do Commercio*, nº 299. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1869, p. 3.

⁷⁰ Almeida faleceu no Rio de Janeiro em 3 de dezembro de 1917, com 72 anos. Arouca faleceu em Salvador aos 75 anos, em 11 de dezembro de 1924. Dados obtidos a partir dos livros de assentamentos do acervo do Arquivo da Marinha.

O Brasil e o fim da Guerra do Paraguai: apontamentos sobre operações militares e diplomacia*

Brazil and the end of the Paraguayan War: notes on military operations and diplomacy

Braz Batista Vas

Doutor em História pela UNESP, Campus de Franca; Professor Associado do Curso de História da UFT (Universidade Federal do Tocantins), Campus de Araguaína; membro do GEDES (Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional da UNESP); do NUPEV (Núcleo de Pesquisa e Estudos da Violência da UFT); e do LEPOLIS (Laboratório de Estudos de Política e Sociedade da UFT).

RESUMO

Este artigo apresenta alguns apontamentos acerca das providências tomadas pelo Brasil em relação ao fim da campanha militar contra o Paraguai, entre 1868 e 1870. Este momento é marcado pela saída de Caxias, após a conquista de Assunção, e a necessidade do Império em fazer cumprir o Tratado da Tríplice Aliança quanto à deposição de Francisco Solano López; a chegada do Conde d'Eu para assumir o comando das operações militares; e a movimentação diplomática entre o Rio de Janeiro, Buenos Aires e Assunção para os procedimentos de finalização das ações militares e acordos posteriores. Neste sentido – e no contexto da época –, a preocupação com a manutenção da independência paraguaia ante as pretensões argentinas e do surgimento de correntes políticas pró-Argentina ou mesmo 'lopiztas' na configuração do novo governo paraguaio, demandou esforços diplomáticos e militares de modo que a guerra se encerrasse de maneira o mais vantajosa possível para a harmonização da geopolítica regional no Prata e ao Império brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra do Paraguai; Diplomacia; Fim da guerra

ABSTRACT

This article presents some notes on the measures taken by Brazil in relation to the end of the military campaign against Paraguay, between 1868 and 1870. This moment is marked by the departure of Caxias, after the conquest of Asunción, and the need for Empire to execute the Triple Alliance Treaty regarding the deposition of Francisco Solano López; an arrival by the Conde d'Eu to take command of military operations; and a diplomatic movement between Rio de Janeiro, Buenos Aires and Asunción for the finalization of military actions and subsequent agreements. In this sense – and in the context of the time – a concern with maintaining Paraguayan independence such as Argentine pretensions and surgeries of pro-Argentine policies or even 'lopiztas' in the configuration of the new Paraguayan government, demand diplomatic and military exercises so that the war ends the most advantageous way possible for the harmonization of regional geopolitics in the Prata River and the Brazilian Empire.

KEYWORDS: War of Paraguay; Diplomacy; The end of the war

*Artigo recebido em 27 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 121-134 – 2020.

INTRODUÇÃO

Sempre foram conturbadas, ao longo da história platina (REICHEL; GUTFREIND, 1995), as relações do Paraguai com os demais países da região. Ora prevaleciam as tensões sobre acordos comerciais e fronteiriços, ora o Paraguai submergiu em longo período de isolamento, com pouquíssimos contatos diplomáticos com os países vizinhos. Das contendas diplomáticas à guerra, ocorreram substanciais mudanças nas relações entre Brasil e Paraguai, com forte impacto no contorno de certos trechos de fronteira, na navegação fluvial, no comércio da região e na balança de poder da geopolítica regional na segunda metade do século XIX.

Após o início das hostilidades por parte dos paraguaios no final de 1864, em 1865, o Brasil firmou um tratado e estabeleceu aliados, Uruguai e Argentina, documento conhecido como Tratado da Tríplice Aliança. Um tratado secreto, ao menos até que representantes do governo uruguaio divulgassem seu conteúdo. De acordo com esse tratado, a guerra somente seria encerrada sob determinadas condições e ao atendimento de alguns pleitos, especialmente os relativos a questões fronteiriças e a navegação nos rios da região. Mas não somente isso, a guerra só se encerraria, por exemplo, com a deposição ou morte do Presidente paraguaio, Francisco Solano López. De acordo com o artigo 6º do Tratado da Tríplice Aliança:

Os aliados se comprometem solenemente a não deporem as armas senão de comum acordo, e somente depois de derribada a autoridade do atual Governo do Paraguai, bem como a não negociarem separadamente com o inimigo comum, nem celebrarem tratados de paz, trégua ou armistício, nem convenção alguma para suspender ou findar a guerra, se não de perfeito acordo entre todos (CHIAVENATTO, 1982, p. 169).

Foi uma guerra cruenta, longa e tremendamente dispendiosa para o Império do

Brasil. Paradoxalmente, o conflito promoveu inovações na dinâmica militar brasileira, algumas tecnológicas, outras organizacionais, mas ainda seguiu, basicamente, padrões semelhantes, em termos de estratégias, táticas e condições militares, da Guerra da Crimeia (1853-1856).

A Guerra do Paraguai afetou profundamente as finanças do Império, e diante do despreparo e da necessidade de financiar um Exército em luta, alguns ministérios passaram a ter um percentual muito maior do orçamento nacional. Inicialmente, acreditava-se numa guerra curta e sem muito dispêndio, entretanto, iniciadas as hostilidades, com a invasão paraguaia nas Províncias de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, as forças aliadas (Brasil, Argentina e Uruguai) só conseguiram entrar em território paraguaio quase dois anos depois de iniciados os combates e somente entre o final 1868 e início de 1869 que a capital paraguaia foi tomada pelas forças da Tríplice Aliança.

Com enorme esforço militar, o Império recrutou homens, ora voluntariamente ora a pau e corda (CASTRO; IZECKSOHN; KRAY, 2004, pp. 179-208; CARNEIRO, (s.d.), pp. 115-130; SALLES, 1990), juntou corpos militares terrestres distintos num mesmo fluxo e teatro de operações – caso do Exército de linha, da Guarda Nacional, de Voluntário da Pátria e milícias rio-grandenses. Entre o final de 1868 e início de 1869, após invadir e adentrar território paraguaio até sua capital, Assunção, o oficial brasileiro de maior prestígio junto ao Imperador e comandante das forças aliadas, Caxias, considerando cumprida sua tarefa militar, alegou problemas de saúde e retirou-se da guerra. Assumiu seu lugar o marido da Princesa Isabel, Luís Felipe Gastão de Orléans, o Conde D'Eu, que conduziu as operações militares até a morte do Presidente paraguaio, Francisco Solano Lopez, e finalização completa das ações militares.

Nesse contexto, o Rio Paraguai foi um canal primordial no abastecimento de gêneros

alimentícios, armas, munições e soldados para os acampamentos militares aliados. Era um rio que trazia em seus canais e portos muito mais que o potencial do liberalismo econômico, era o principal elemento estratégico da região platina, tanto pela sua disposição geográfica quanto pela sua representatividade política. A Província do Mato Grosso, por exemplo, dependia diretamente do Rio Paraguai para praticamente tudo, como escoadouro natural não só de bens e mercadorias, mas, essencialmente, como principal vínculo de comunicação com a Corte imperial. Pelo Rio Paraguai não chegavam somente as ordens do imperador, chegava também a cultura europeia, a “civilização”.

A distância tornava demorada a obtenção de informações, o recebimento e cumprimento dos pedidos e ampliava as possibilidades de desvios de mercadorias e verbas destinadas ao provimento das necessidades das forças em operação. Não só as questões materiais imediatas preocupavam a administração na condução da guerra. Havia muitas pendências quanto à gestão dos processos de abastecimento de gêneros alimentícios, fardamento, armas e munições e no retorno dos soldados que atuaram no Paraguai. Neste último caso, conforme previa o decreto 3371, de 7 de janeiro de 1865, que estabeleceu a criação dos corpos de Voluntários da Pátria, ao regresso destes depois de finda a guerra, havia ainda as pendências relativas às recompensas pelos serviços prestados, tais como pensões e doações de terras que enfrentavam uma intrincada rede burocrática para se consubstanciar.

A preocupação com o retorno das tropas e, por consequência, de armas e equipamentos utilizados no desenrolar do conflito começa a aparecer no Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, relatório este que remete às atividades e operações desenvolvidas em 1867. A propósito das obras realizadas na Fortaleza de São João, na Cidade do Rio de Janeiro, onde, a partir de 1866, foi criada e aquartelada a companhia de aprendizes artilheiros. Diz o relator:

No meu relatório passado vos patentei a necessidade da decretação de fundos para algumas obras nas imediações da fortaleza da Praia Vermelha, que sirvam para dar aquartelamento ao Batalhão de Engenheiros, e para depois de terminada a guerra, acomodar o importante material do nosso Exército. Insisto sobre a conveniência, não só da decretação de tais despesas, por me parecerem indispensáveis semelhantes obras, mas ainda por uma outra obra importante no Campo Grande, como seja um bom quartel para o 1º Batalhão a Pé (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 34).¹

Além da preocupação com as instalações, aparece também no relatório a destinação de verbas para desinfecção, nova caiação e limpeza dos quartéis em consequência do aparecimento de uma epidemia de *cholera-morbus* (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 35) entre os aprendizes. O relatório de 1868 alude brevemente a obras feitas em próprios nacionais do Morro do Castelo, e edifícios que serviram de residência a algumas viúvas de militares *morbus* (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1868, p. 37). Verifica-se, a partir desse relatório, toda uma série de obras em quartéis, fortalezas e próprios militares, especialmente no tocante à instalação e melhoria da estrutura sanitária e da ampliação dos espaços para acomodação de pessoal que retornaria da guerra.

O BRASIL NO CONTEXTO DA GUERRA

Devido à guerra e à geopolítica regional, o Brasil desenvolveu um potencial bélico artificial durante esse período. O Exército, principalmente, sofreu um grande aumento em suas fileiras. No entanto, esse aumento quantitativo não significou uma melhora qualitativa, ao contrário, representou um incremento das dificuldades de transporte, treinamento e armamento dos novos egresos. Significou um aumento da insatisfação

pública em relação ao Exército, devido às práticas violentas de recrutamento junto às classes mais pobres da população. O inchaço das fileiras também preocupou de certa forma, à política imperial, graças às promessas feitas durante o recrutamento de Voluntários da Pátria, resultado da grande necessidade de efetivos. O fim da guerra representava um problema considerável para o Império: como acomodar, dentro das conturbadas finanças imperiais, todas as promessas de recompensas financeiras e propriedades agrícolas sem colocar em risco a situação político-econômica que sustentava as elites? A guerra trazia em si muito mais complicações do que a expectativa geopolítica podia prever. O risco de descontrole de grandes massas armadas ou apenas militarmente instruídas sob o comando de oficiais descontentes, em contato com as ideias de republicanismo dos países vizinhos, também representava um risco a mais à estabilidade do Império.

Acompanhando as preocupações internas decorrentes do conflito, a geopolítica platina de meados do século XIX, ensejava preocupação por parte do Império quanto a uma “situação de inferioridade estratégica no contexto geográfico convizinhante das nações do Prata” (MELLO, 1980, p. 264), como elemento norteador das ações diplomática e militares brasileiras na região platina, ante as dificuldades de acesso por terra à Província do Mato Grosso, especialmente ao final da contenda. Desse modo, os entraves quanto a navegação pelo sistema fluvial do Prata seriam reduzidos tanto pela pressão militar quanto pela atuação diplomática.

As negociações para firmação de tratados de livre navegação sempre esbarraram nas pendências sobre fronteiras e dificuldades quanto a circulação, especialmente de mercadorias, pelo sistema fluvial platino, e pouco avançaram até o eclodir da guerra. De acordo com Dionísio Cerqueira, que esteve presente em um banquete ocorrido em

Assunção em janeiro de 1869, em honra ao plenipotenciário brasileiro e Conselheiro José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco:

Nesta festa, modesta pelos recursos de que dispúnhamos, mas sincera e altamente significativa, oferecida ao ilustre homem de Estado, que ali figurava não só como o mais alto representante da nossa Pátria, mas também como o mestre egrégio da escola superior onde aprendíamos a ciência e que, como nós, já tinha vestido o uniforme honroso de oficial do Exército; ouviu com verdadeira surpresa alguns discursos, felizmente poucos, em que se manifestou o desejo de não prosseguir na guerra, pois não passaria de uma inglória campanha de montoneras.

Outros contestaram, afirmando que a hidra paraguaia não estava com todas as cabeças decepadas, e preparava-se na cordilheira para novos botes. (CERQUEIRA, 1980, p. 312).

O momento era o de estagnação das forças, estacionadas em Assunção e na expectativa do que ocorreria após a saída Caxias. Da desilusão e cansaço com a longa guerra à necessidade de vencer efetivamente a “hidra paraguaia”, restava ainda muito trabalho pela frente. Trabalho que requereu ajustar não só a condução militar desta fase final, mas, em especial o processo de desmobilização dos efetivos brasileiros e os acordos, comerciais, territoriais e geopolíticos do pós-guerra. O planejamento da guerra em si seguiu o mesmo padrão de organização das forças militares brasileiras, com grande propensão à improvisação e à limitação estrutural-funcional das forças postas em operação.

A saída de Caxias e o período sem comando central forte levou ao esmorecimento de certos procedimentos administrativos, com repercussão nos contratos de abastecimento de forragens, gado e cavalaria, sentidos com mais intensidade posteriormente, a partir do período de comando do Conde d’Eu. Os pro-

blemas de abastecimento quanto ao fornecimento de rezes, mulas e cavalos se tornaram recorrentes na correspondência trocada entre Paranhos e d'Eu, o que demonstra ser essa questão mais grave do que se supunha.

A transição de comando de Caxias para d'Eu compreendeu um período de alto desgaste político interno para o Império em relação à guerra. O Conde, inicialmente disposto a tomar parte no conflito, viu seus esforços nesse sentido se esvaziarem nas decisões do Conselho de Estado. Só após a surpresa pela saída de Caxias, e com as tropas estacionadas na capital paraguaia já conquistada, o imperador solicitou a d'Eu que assumisse o comando das forças brasileiras. Este, ao assumir, enfrentou as tropas cansadas de uma guerra que parecia interminável e com graves problemas de fornecimento e abastecimento.

A guerra, então, teve uma dimensão diferente daquela vivida nos anos anteriores, com forte pressão por algum desfecho em relação a López, fato que se consumou só um ano após a retomada das operações militares pelo Conde. O desconhecimento do terreno, o clima e o próprio comportamento de López tornaram o conflito mais dramático, em especial quando este se afasta de suas vias preferenciais – os grandes rios – e a logística por terra se tornava mais complexa. A morte de López encerrou a guerra, mas deixou um rastro de problemas dela decorrentes que os beligerantes passaram a enfrentar.

O FIM DA GUERRA

O fim da guerra culminou num período de ocupação militar do Paraguai por tropas aliadas (brasileiras, na sua maioria) de 1870 a 1876, período no qual foi negociada e gestada a composição da nova estrutura que governaria o Estado paraguaio. A ocupação militar foi acompanhada da presença de um representante diplomático e plenipotenci-

ário brasileiro junto ao governo paraguaio. A esse plenipotenciário cabia garantir a prevalência dos interesses brasileiros no Paraguai, especialmente ante os interesses argentinos. O Brasil só estabeleceu uma legação diplomática oficial no Paraguai a partir de 1872, antes desse ano o plenipotenciário brasileiro geralmente ficava em Buenos Aires e transitava entre Assunção, Buenos Aires e Montevidéu tecendo as composições do novo panorama regional.

De acordo com Fragoso (1960), entre 1870 e 1873 um pequeno contingente militar, que nunca ultrapassou a quatro mil homens, ficou em território paraguaio. Entre 1872 e 1876 os efetivos totais do Exército Imperial variavam entre pouco menos de 18.000 a 15.000 homens, já contabilizado o contingente de ocupação no Paraguai. Além da força terrestre, a Marinha brasileira mantinha no mínimo seis navios no Porto de Assunção durante esse período de ocupação.

Os anos imediatamente posteriores à guerra, além de demandarem maior atenção quanto ao possível ressurgimento de 'lopiztas' e do estado de atenção em relação a tendências 'argentinas' (DORATIOTTO, 2004, p. 210), também ensejavam um contínuo esforço logístico para repatriar os contingentes que atuaram na guerra e grande parte do aparato bélico lá utilizado. Os efetivos no Paraguai só aumentaram pontualmente, quando foi necessário apoio ao Governo paraguaio para controlar os ânimos da oposição, a exemplo do que ocorreu em 1874, quando foi deslocado para Assunção o 2º Batalhão de Artilharia, com 398 homens vindos de Corumbá.

Entre 1870 e 1876, realizaram-se cinco conferências envolvendo Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai a fim de se combinar os devidos tratados de paz e resolver as demais questões quanto à ocupação, fronteiras, navegação e comércio na região. Em 9 de janeiro de 1872, o Império do Brasil já havia assinado, em separado, um tratado de paz com a República do Paraguai. A Argentina, en-

tretanto, por divergências em relação às reivindicações territoriais em sua fronteira com o Paraguai e considerando a pressão diplomática brasileira, somente após a mediação do Presidente norte-americano Rutherford Birchard Hayes, resolveu seus litígios fronteiriços. Pela arbitragem do presidente norte-americano, o Paraguai ganhou a causa quanto à definição do controle da área entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomayo. Em 1876, foi assinada a paz entre a República Argentina e a República do Paraguai.

Ainda em 1869, o governo imperial já começava a tomar providências diplomáticas em relação à fase final da guerra. Para tanto, o Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário Conselheiro Dr. José Maria da Silva Paranhos já se encontrava em Buenos Aires e, ao mesmo tempo em que recebia instruções do Barão de Cotegipe – João Maurício Wanderley –, fazia gestões no sentido de formar um governo provisório paraguaio. Tal governo provisório, no entender de Paranhos, obviamente, deveria atender aos dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e manter cautelosa atenção quanto aos interesses da Argentina e de outros países ditos neutros, caso, por exemplo, dos Estados Unidos.

No dia 1º de janeiro de 1869, as tropas brasileiras ocuparam a capital paraguaia, Assunção, lá se instalando. As tropas argentinas acamparam nos arredores da cidade. Antes do final da guerra e antes da morte de Solano López, em despacho a Paranhos, datado de 1º de fevereiro de 1869, o Barão de Cotegipe chamava a atenção da representação diplomática brasileira em Buenos Aires para o fato:

V. Exa. Conhece perfeitamente todos os compromissos da presente guerra e a gravidade da situação atual. Por um lado, o inimigo está inteiramente vencido, arrasadas as suas fortificações, aprisionado o seu material de guerra e dominado todo o seu litoral. Por outro lado, parece certo que o Ge-

neral López ainda permanece no território paraguaio e tenta manter-se no interior. Presume-se também, e com fundamento, que o General Mac-Mahon, Ministro dos Estados Unidos da América do Norte, se acha junto ao ditador e o anima com sua presença (Despacho do Barão de Cotegipe a José Maria da Silva Paranhos em 01/02/1869, apud FRAGOSO, 1960, pp. 281-282).

Havia considerável preocupação do governo imperial, ainda que mal terminada a guerra, com as pretensões argentinas. Entretanto, na mesma correspondência, o Barão de Cotegipe orienta Paranhos a respeitar integralmente o Tratado da Tríplice Aliança como forma de garantir os interesses brasileiros e ao mesmo tempo manter as boas relações com a Argentina, de forma que:

Do tratado da Tríplice Aliança umas disposições já estão de fato realizadas, outras o podem ser desde já e definitivamente.

As que tem sua execução no futuro e as que consistem somente em franquias de navegação e comércio, tão valiosas serão negociadas hoje, como se o forem depois que tenha cessado de todo a resistência do General López. Pelo contrário, mais tarde, quando o governo provisório se sinta inteiramente desassombrado do inimigo comum, pode ser muito difícil o seu assentimento às disposições de limites e outras que importam em ônus para o seu país.

Haveria algum perigo em encetar-se desde já essa negociação se pretendêssemos modificar o tratado da Tríplice Aliança no que toca a limites da República Argentina. Mas o Governo Imperial reconhece que a base dessa negociação deve ser o compromisso solene que estabeleceu o tratado de 1º de maio de 1865 (FRAGOSO, 1960, p. 283).

A esta altura da contenda, um grupo de paraguaios havia se organizado e encaminhado correspondência aos representantes diplomáticos dos Aliados em Buenos Aires, quais se-

jam: José Maria da Silva Paranhos, pelo Brasil, Mariano Varela, pela Argentina e Adolfo Rodriguez, pelo Uruguai, apoiando a formação de um governo provisório civil no Paraguai. Nesse mesmo sentido, Paranhos apresentou, em Buenos Aires, um “apontamento e bases para os ajustes preliminares com o governo provisório” (FRAGOSO, 1960, p. 281) no Paraguai.

Era essencial finalizar as hostilidades em território paraguaio, de forma que o afastamento de Caxias demandava uma imediata substituição sem gerar ou ampliar fissuras no comando das forças da aliança. Nesse momento entra em cena a figura do Conde d’Eu. No Relatório da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, o momento em que o Conde d’Eu assumiu o comando das forças aliadas é, assim, descrito:

Congratulo-me com a Representação Nacional pela gloriosa terminação da guerra, que por mais de cinco anos fomos obrigados a sustentar em desafrenta da honra nacional e dos altos interesses do País.

O ditador Francisco Solano López, levado de derrota em derrota desde Iatahy até Lomas Valentinas, onde o valente Exército aliado destruiu nos sempre memoráveis dias de Dezembro, as principais forças inimigas e as últimas fortificações que então lhe restavam, achando-se sem material de guerra, e tendo perdido quase toda sua artilharia, ainda assim, não obstante confessar-se vencido, foi com pertinácia embrenhar-se nas Cordilheiras, julgando-as talvez inexpugnáveis, para aí fortificar-se e continuar a resistir com o que pudesse reunir dos restos do seu numeroso Exército.

Era, pois, forçoso desalojá-lo, através de grandes obstáculos, d’essas agrestes e alcantiladas serranias, e aniquilar inteiramente os meios de resistência de que ainda dispusesse, obrigando-o por este modo a render-se ou abandonar para sempre o território paraguaio.

Foi nesta fase da guerra que o Augusto Príncipe o Sr Marechal de Exército, Conde d’Eu, chegando a Assumpção, a 14 de abril do ano próximo passado, seguiu sem demora para Luque, e assumiu a 16 o comando em chefe de todas as nossas forças em operações, para desempenhar a difícil, porém muito honrosa e gloriosíssima comissão que lhe fora confiada.

Desde logo, ocupou-se o general em chefe em preparar com atividade louvável os meios de ação, e prover do necessário as forças a cuja frente tinha de continuar as operações de guerra, fazendo ao mesmo tempo explorar os terrenos que devia percorrer, a fim de serem batidas, como com efeito o foram, quaisquer partidas inimigas que neles se encontrassem (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, pp. 7-8).

O relatório refere-se às atividades de 1869. A chegada do Conde realmente reanimou a tropa, mas, por mais diligente que fosse, este não conseguiu superar problemas que se arrastavam desde o princípio do conflito, como desabastecimento de víveres e mantimentos às forças no encalço de López em fins de 1869. Paranhos se tornou um importante interlocutor do Príncipe, especialmente quando este, após as Batalhas de Peribeby (12/08/1869) e Campo Grande ou Acosta Ñu (16/08/1869), se arvorou em planejar o retorno das tropas, com destaque aos Voluntários da Pátria, os quais pretendia acompanhar em retorno triunfal à Corte. Com paciência e sagacidade política, Paranhos demoveu-lhe da ideia e indicou providências para um retorno parcelado e reorganizado dos corpos militares. Mesmo após a morte de López, o retorno não se mostrou tão triunfal quanto queria o Conde.

Ao mesmo tempo em que lidava com d’Eu, Paranhos não descuidou do futuro Governo paraguaio. O representante argentino

questionou os apontamentos de Paranhos no tocante à adesão do governo provisório paraguaio ao Tratado da Tríplice Aliança e mesmo à formação de um governo provisório paraguaio sem que todo o território guarani estivesse livre das influências de López. O representante uruguaio concordou com o ponto de vista argentino. De modo a resolver a questão, o termo 'adesão' foi suprimido e substituído, sem prejuízo de seu claro entendimento e dos interesses aliados por 'tendo presentes às prescrições do referido tratado'. E assim seguiram-se os ajustes e arranjos diplomáticos quanto às providências para o término da guerra.

É interessante atentar ao fato de que, nas correspondências entre Cotegipe e Paranhos ou mesmo entre Paranhos e o representante argentino, quando se referem às providências quanto a López, falava-se em aprisioná-lo ou expulsá-lo do território paraguaio. Mesmo em relação à guerra, verificase que o discurso motivador do conflito era dirigido ao Governo paraguaio, consubstanciado na figura de Solano López, e não contra o povo paraguaio, tido nos documentos oficiais como vítima do "despótico governo de López". Essa disposição aparece, inclusive, em troca de notas entre Solano López e o Conde d'Eu, em plena perseguição empreendida pelos aliados ao que restou do Exército lopizta. Em nota de 29 de maio de 1869, enviada ao comando da Tríplice Aliança, López reclama ao comandante das forças aliadas:

[...] Mas esta mañana ha amanecida al frente de mi línea una descubierta de cuerpos de caballería e infantería del Ejército aliado, tremunlando la sagrada enseña de la patria que V. A. I. combate.

La profunda pena, que como magistrado y como soldado me ha causado esto será fácil a V. A. I. medir em La honorabilidad de sus sentimientos.

Ahora vengo a rogar a V. A. I. quiera tener la dignación de mandar entregar em mi línea, de aquí a mañana, esa bandera, y prohibir que em

adelante flamen los colores nacionales em las filas de su mando, ya que ni siquiera los desgraciados prisioneros nunca fueron respetados [...] (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, p. 10).

Nota-se que mesmo em meio à perseguição a López, e mesmo dada suas dificuldades e limitação de contingentes, este ainda manifesta preocupações em relação à utilização da bandeira paraguaia como se fosse um insulto à sua nacionalidade. Em outras palavras, a bandeira paraguaia hasteada nas fileiras aliadas, provavelmente junto à Legião Paraguaia, incorporada às forças argentinas, apontava para a existência de dois Estados paraguaios. Paranhos considerava problemático o fato de a Legião paraguaia estar acomodada junto às forças argentinas, todavia, considerando a redução dos efetivos argentinos, pelo menos ponderava que isso impedia uma dissipação maior das forças militares argentinas². D'Eu consultou Paranhos nesse episódio da bandeira e este lhe orientou:

[...] Que essa bandeira é conduzida por paraguaios e como símbolo de sua nacionalidade. Que os aliados não forçarão os paraguaios a cooperar contra o Marechal López, mas que também não impedirão que eles defendam o que julgam ser a causa da salvação e liberdade de sua pátria.

Enquanto a ameaça de vingança nas pessoas dos prisioneiros, não pode ela destes os Aliados em seus legítimos propósitos, como não o tem conseguido tantas crueldades já cometidas pelo inimigo nesta guerra. Que o Marechal López, se realizar tão bárbara ameaça, chamará sobre si toda a responsabilidade desse novo martírio imposto aos prisioneiros dos Aliados³.

Mais ainda, indicava que López deixara de personificar o único Estado paraguaio que realmente existia. Em resposta, o Conde d'Eu envia nota a López na qual replica que:

[...] Limitar-se-á por ora, a fazer observar que o aparecimento da bandeira paraguaia nas fileiras aliadas tem sua explicação no fato, publicamente mencionado em numerosos documentos oficiais, de que a presente guerra nunca teve fins hostis á existência da nacionalidade paraguaia, e que considerável número de paraguaios tem-se manifestado desejosos de cooperar com as forças aliadas a pacificação de sua pátria.

[...] Ao concluir, o abaixo assinado chama sobre o Sr. Marechal López a inteira responsabilidade de qualquer aumento de maus tratos com que porventura este julgue dever agravar a sorte dos prisioneiros de guerra sob o pretexto mencionado na nota que ora fica respondida. – Gastão de Orleans, Conde d'Eu. (RELATÓRIO DA REPARTIÇÃO DOS NEGÓCIOS DA GUERRA, 1870, pp. 11-12).

Assim, ao mesmo tempo em que a guerra era efetivamente finalizada no que tange às operações militares, política e diplomaticamente já estava em curso a construção de uma clara distinção entre um governo contra o qual se movia uma guerra e um Estado que existia e continuaria existindo após o fim da guerra, a despeito do funesto saldo de paraguaios mortos e qualquer outro ressentimento em relação aos aliados de modo geral. Tratava-se da enorme preocupação do governo e da diplomacia brasileira de que a Argentina se arrogasse restabelecer as antigas disposições territoriais do Vice-Reinado do Rio da Prata e também sobre como essa guerra era vista na Europa e nos EUA.

Em 2 de junho de 1869, em Buenos Aires, foi concluído e assinado pelos representantes da Tríplice Aliança a “formulação definitiva das condições para o reconhecimento do governo provisório paraguaio” (FRAGOSO, 1960, p. 295). Em 8 de junho de 1869, por meio de uma nota coletiva dos representantes aliados, a resolução final foi comunicada à comissão

paraguaia. Depois de formada uma comissão com cinco nomes, em 5 de agosto de 1869, antes de encerrada a guerra, foi escolhido um triunvirato que constituiria, na prática, o novo governo paraguaio. A posse deu-se em 15 de agosto e em seu discurso, Paranhos destacou:

Tem sido quase sempre uma desgraça para a América do Sul independente que suas grandes crises políticas não sejam desde o princípio bem compreendidas pelas potências chamadas a defender a civilização e a prestar por toda parte o seu apoio moral à causa do direito e do progresso.

Desta vez, senhores, nesta porfiada luta, que ainda dura porque o Marechal López abusou horrivelmente do seu poder despótico e de uma população ignorante de seus destinos, na Guerra do Paraguai, senhores, não só europeus, mas até americanos se iludiram em suas apreciações, contribuindo destarte, sem o quererem, para prolongarem o martírio do povo paraguaio e os sacrifícios enormes de três nações, que se aliaram em nome de sua honra audazmente ofendida e de direitos incontestáveis e essenciais à sua segurança e prosperidade (FRAGOSO, 1960, p. 297).

No campo diplomático repare-se que, muito sutilmente, a fala do representante diplomático brasileiro procura deslocar, naquele contexto de final de guerra, uma substancial parte da culpa pelo prolongamento e violências da guerra às potências europeias e aos Estados Unidos por não apoiarem de imediato a causa aliada e por manterem simpatias com o governo de Solano López. O despreparo e ineficiência das forças brasileiras passam a ser um componente reduzido de um todo que agora incorporava novos vetores da complexa relação causa e efeitos da guerra e colocava novos desafios no contexto regional e na conjuntura internacional.

Sobre as relações entre o Paraguai e a Europa, destacam-se as relações com a França

e com a Inglaterra. A diplomacia francesa, segundo as terminologias diplomáticas do período, 'acreditada' junto ao governo paraguaio se mostrou discreta, porém, sempre presente, especialmente após uma frustrada tentativa de se estabelecer uma colônia de imigrantes franceses em uma fazenda paraguaia na região do Chaco, por volta de 1853, algo que aumentou sensivelmente a presença de cidadãos franceses em território paraguaio. A partir dessa permanência, os representantes diplomáticos franceses procuraram consolidar sua presença e atuação junto ao Governo paraguaio. Isso foi possível até a eclosão da guerra na região. Assim,

Durante a guerra, as atividades do Cônsul Cochelet resumiram-se em proteger os interesses de seus compatriotas e por tal motivo foram destacados até o Quartel-General paraguaio vários secretários de legação para tratar pessoalmente com o Marechal Presidente; assim, em novembro de 1865, foi enviado Monsieur de Vernouillet. Em outubro de 1866, o Visconde de Beaumont e, em setembro de 1868, Monsieur de Kerjégú.

Em outubro de 1867, abandonaram o país o Cônsul Cochelet e sua família, assim como seu Chanceler consular Parcour. Uma troca de diplomatas destinada a Assunção tornou-se sumamente difícil, devido ao bloqueio do rio pelos brasileiros; assim foi que o sucessor de Cochelet, o Barão de Bourgueney, não pôde chegar até Assunção.

Finalmente, no mês de outubro, chegaram o Cônsul Paul de Cunerville e seu chanceler Gustave, Barão de Libertat, depois de atravessarem as linhas de combate dos aliados e dos paraguaios. Nessa mesma época, tomou posse de seu cargo, em Buenos Aires, Léon Noel (SCHMITT, 1961, p. 357).

A guerra em si, ao menos em seu início, não representou obstáculo intransponível a circulação francesa na região, todavia, o

livre trânsito ficou comprometido após um episódio de substituição dos representantes franceses designados para instalarem-se em Assunção em 1867-1868. Apesar da pretensão de neutralidade por parte dos representantes franceses, em 1868, verificou-se a impossibilidade de permanência destes em território paraguaio, pois:

O Barão de Libertat foi preso em 1868, sob suspeita de uma conspiração contra o Marechal Presidente, acontecimento que provocou sérias dificuldades com os representantes franceses. O Barão de Libertat, assim como Cuverville conseguiram abandonar o país naquele mesmo ano (SCHMITT, 1961, p. 358).

Este incidente minou quase que completamente a presença de franceses em território paraguaio até que as forças da Tríplice Aliança ocupassem Assunção, a partir de 1869. O governo paraguaio, entretanto, procurou manter uma legação em Paris com uma missão de caráter comercial e militar (SCHMITT, 1961, p. 365). Ao início da Guerra da Tríplice Aliança, o Paraguai teve muita simpatia de países como a Áustria, Alemanha e Bélgica, graças ao trabalho de divulgação, na imprensa, de matérias favoráveis ao Paraguai pelo representante paraguaio acreditado junto ao governo belga.

Quanto aos ingleses, estes tiveram um contato mais estreito e com maiores interesses em relação ao Paraguai, especialmente após uma série de dificuldades surgidas nas relações diplomáticas entre ambos, ocorridas a partir de 1859 e encerradas com um acordo assinado com a Inglaterra em 1862. Desta forma:

Durante a guerra, demonstrou a Inglaterra grande interesse pelos acontecimentos do Paraguai. Chamou, por exemplo, com intensidade a atenção do mundo inteiro para a publicação, no início do ano de 1866, do texto do Tratado da Tríplice

Aliança, redigido contra o Paraguai. O referido texto foi comunicado de forma reservada ao Encarregado dos Negócios Ingleses em Montevideú, Russell, pelo Ministro de Relações Exteriores do Uruguai Carlos de Castro (SCHMITT, 1961, p. 360).

Ao longo de 1867, os representantes ingleses que atuavam na região do Rio da Prata se ofereceram várias vezes, tanto aos aliados quanto ao Paraguai, para mediar possíveis negociações (SCHMITT, 1961, p. 361). Em relação ao Paraguai, foram negociadas as condições para a saída de súditos ingleses do território paraguaio, de forma que alguns navios de guerra ingleses circularam pela região ao longo de todo o período do conflito, contudo, além dos navios de guerra ingleses, também circularam embarcações militares de outros países. Há relatos da presença de navios italianos, franceses e norte-americanos, por exemplo⁴.

A preocupação quanto às repercussões da guerra no exterior pode ser percebida desde o início do conflito em alguns ofícios do Ministério da Guerra. Em ofício destinado aos Estados Unidos, datado de 25 de junho de 1866 (ARQUIVO Nacional, anotação IG1 436, código 547), o Ministério da Guerra encarrega à representação brasileira em Nova York de fazer circular notícia sobre a guerra na imprensa dos Estados Unidos – notícias estas favoráveis ao Brasil, uma vez que os norte-americanos se mostravam favoráveis ao Paraguai.

Tratava-se de um momento – o final da campanha – cuja preocupação do Império era esmaecer ao máximo possível quaisquer discussões ou questionamentos quanto à atuação brasileira. A preocupação da diplomacia brasileira reverberava na divulgação do Tratado da Tríplice Aliança e nas desconfianças de europeus e, especialmente, de norte-americanos, com relação à guerra. A atenção dirigida aos norte-americanos era necessária já que estes se apresentavam e vendiam seus produtos e serviços aos dois lados em conflito. Há relatos de represen-

tantes norte-americanos que venderam armas e munições aos paraguaios e nunca entregaram os produtos, como também de técnicos norte-americanos que atuaram nas forças aliadas, caso, por exemplo, do engenheiro e Capitão James Hamilton Tomb (COTNER, 2007, pp. 125-140), que serviu na Marinha confederada construindo torpedos e testando submarinos. Como contratado a serviço da Marinha brasileira, trabalhou no desarme de torpedos flutuantes que os paraguaios colocavam no Rio Paraguai.

Ao final do conflito, o Brasil já utilizava algumas das novas armas compradas dos norte-americanos. Alguns anos depois de terminada a guerra, em telegrama ao imperador em 1875, Paranhos relata: “[...] não me arrependo de ter concorrido para dar mais algum armamento ao Exército e a Armada, impondo assim respeito e prudência ao vizinho que se armava a todo o custo”⁵.

NO PÓS-GUERRA...

Contrariando certos interesses argentinos, manteve-se a independência paraguaia e a mediação do presidente norte-americano na resolução da questão fronteiriça entre Argentina e Paraguai, com ganho de causa ao Paraguai. Este desfecho ajudou a amainar certas inconveniências diplomáticas entre Brasil e Argentina causadas pela guerra.

O período de ocupação resultou para o Brasil, após o conflito, na assinatura com o Paraguai de um Tratado de Livre Navegação no Rio Paraguai, o que garantiu a principal via de acesso à Província do Mato Grosso, além das possibilidades comerciais decorrentes da livre navegação naquele rio. Juntamente com a navegação, o Império do Brasil garantiu também a incorporação de uma considerável porção de terras ao território nacional, especialmente nas áreas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, fixando limites geográficos mais precisos com o território paraguaio.

A ocupação do território paraguaio durou de 1870 a 1876, predominantemente por

tropas brasileiras e pouco se tem escrito sobre a atuação da diplomacia brasileira neste período de ocupação e suas rugas com os militares brasileiros (DORATIOTTO, 2004, pp. 209-236), que por vezes tomavam algumas atribuições da diplomacia para si, especialmente nalguns casos em que o objetivo era conseguir vantagens individuais, fossem estas financeiras ou comerciais.

No cenário interno brasileiro, mais precisamente na Corte, as preocupações com a assinatura de um acordo de paz com o Paraguai e a discussão em torno da abrangência e efeitos do Tratado da Tríplice Aliança eram colocados ao Conselho de Estado. É interessante notar que a preocupação quanto às ações e pretensões argentinas eram maiores do que propriamente com a dinâmica interna do Paraguai. As atas das reuniões de 26 de abril de 1870 e de 7 de dezembro de 1870, do Conselho de Estado registram o debate acerca das preocupações sobre as concessões territoriais a serem feitas pelo Paraguai à Argentina, em função do cumprimento de dispositivos do Tratado da Tríplice Aliança e da relutância do governo argentino em aceitar um governo provisório no Paraguai pós-guerra. Além disso, no panorama interno brasileiro, a guerra contra o Paraguai desenhava novos contornos para o Exército regular, de forma que:

Depois da guerra com o Paraguai, entretanto, o cenário fica mudado inteiramente. Na proporção do envolvimento de cada figura ilustre de chefe militar na vida política existia o fato ou a possibilidade de envolvimento do Exército. E o Exército, agora, tinha importância (SODRÉ, 1965, p. 141).

Os atritos entre os representantes plenipotenciários e os militares brasileiros ensejou algumas complicações políticas para o Império, especialmente com a Argentina, que questionava a excessiva ingerência brasileira na reestruturação das forças políticas paraguaias com vistas à organização de um

novo governo. Por outro lado, tanto militares quanto os homens de Estado do Império brasileiro procuravam, além de fazer prosperar suas iniciativas particulares visando lucrar com a situação do imediato pós-guerra, trabalhavam também para manter as boas relações com a Argentina e ao mesmo tempo limitar as influências daquele país em suas ambições territoriais e sobre a dinâmica política paraguaia.

Um ano antes de a Argentina assinar finalmente a paz com o Paraguai, percebemos a permanência, nos discursos das proeminentes figuras do Império, da preocupação em manter um constante estado de prontidão ante qualquer pretensão argentina em insistir na reconstituição do Vice-Reinado do Rio da Prata. Ainda em 1875:

[...] dizia o Barão do Rio Branco, citado por Nabuco, que a política internacional do Brasil “consistia, como ainda hoje (1875), em manter a independência dos dois Estados ameaçados pela ambição argentina, o Paraguai e o Uruguai” com o que se impediria a reconstituição do Vice-Reinado do Prata (MELLO, 1980, p. 262).

Como documento norteador na condução da guerra – que os estados aliados acreditavam inicialmente ser rapidamente resolvida – ou marco legal à formação de uma aliança defensiva, verificamos que o Tratado da Tríplice Aliança passou a ser, ao final do conflito, um sério elemento limitador para ações mais ousadas e vantajosas à diplomacia do Brasil em relação à Argentina. Em 1876, após a Argentina reconhecer de fato e de direito a independência e integridade territorial paraguaia, o Brasil já havia retirado seus últimos efetivos do território paraguaio. De acordo o Relatório do Ministério dos Negócios da Guerra de 1877:

A última fração de forças brasileiras deixou Assunção a 22 de junho de 1876, antes de expirar o prazo marcado na 5ª Conferência. Só a

11 de junho participou o Governo argentino à legação imperial que o Congresso havia aprovado o tratado de 3 de fevereiro (Barão de Cotejipe apud FRAGOSO, 1960, p. 227).

A retirada total das tropas brasileiras do território paraguaio foi marcada, antes de tudo, pelo cuidado que a diplomacia imperial dedicava às questões argentinas. Numa análise *a posteriori* do período, entretanto, verificamos que o posicionamento geopolítico brasileiro contribuiu sobremaneira, direta ou indiretamente, para a unificação e consolidação da República Argentina.

As definições quanto à política externa brasileira, haja vista que as discussões no parlamento eram, em geral, acaloradas e pouco consistentes, advinham de poucas cabeças, de forma que em pouco tempo

O centro do pensamento político brasileiro aplicado às relações externas girava em torno de José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, que aglutinava a maioria dos homens públicos em favor da "neutralidade limitada", uma formulação política moderada e enérgica ao mesmo tempo, sensível ao conceito de soberania e mais ainda ao do interesse nacional a defender. Correspondeu essa corrente à sustentação ideológica da política externa no período (CERVO; BUENO, 2002, p. 126).

Alguns anos após finalizada a guerra, Paranhos ainda se debruçava sobre seus acontecimentos. Em 23 de dezembro de 1882, o Visconde do Rio Branco remetia ao imperador, de Liverpool, as primeiras 23 folhas do 3º volume da 'Guerra da Tríplice Aliança' para apreciação⁶ deste. Quanto ao Conde d'Eu, ao retornar à Corte, este procurou reduzir suas atribuições militares. Em carta ao Imperador de 1º de junho de 1870, este reforçou pedido de ser exonerado do posto de comandante geral da artilharia, posto que exerceu de 20 de novembro de 1865 a 20 de janeiro de 1868, fora algumas intermitências até agosto de 1870. A carta faz supor que o

conde voltou bastante abalado de sua experiência no Paraguai e que necessitava de um tempo para recompor-se. Ele sustentava já haver encaminhado o pedido ao Barão de Muritiba, então ministro da Guerra⁷. Um mês depois, em nova carta ao imperador, o conde volta atrás na sua decisão de se exonerar do Comando Geral da Artilharia, todavia informa ao imperador que não exercerá plenamente as suas funções neste cargo em razão de outras atribuições⁸. Após estas correspondências, o conde viajou à Europa.

REFERÊNCIAS

ARQUIVO Nacional, anotação IG1 436, código 547.

CARNEIRO, Mário Tibúrcio Gomes. "As Tentativas para a Organização Militar do Brasil. As Leis do Recrutamento" in *Arquivo Militar*, v. 1, nº. 1, [s.d.] p. 115-130.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

CERQUEIRA, Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai, 1865-1870*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHIAVENATTO, José Júlio. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COTNER, Robert C. "As experiências do Capitão James H. Tomb na Marinha Brasileira – 1865-1870". In: *Revista Marítima Brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, v. 127, dez. 2007. Edição especial. p. 125-140.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

_____. "A ocupação político-militar brasileira do Paraguai (1869-1876)". In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik. *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 209-236.

FRAGOSO, Augusto Tasso. *História da Guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1960. Vol. 5.

MELLO, Alexandre; MELLO, Nilva R. *O Brasil e a bacia do Prata*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo-Sociedade Imprensa Pannartz, 1980.

POMER, Leon. *La guerra del Paraguai: gran negocio!* Buenos Aires: Coldén, 1968

REICHEL, Heloísa Jochins e GUTFREIND, Ieda. *Fronteiras e guerra no Prata*. São Paulo: Atual, 1995.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1868, Arquivo Histórico do Exército.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1870, Arquivo Histórico do Exército.

RELATÓRIO da Repartição dos Negócios da Guerra de 1877, Arquivo Histórico do Exército.

SALLES, Ricardo. *Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHMITT, Peter. "Começo e desenvolvimento das relações diplomáticas entre o Paraguai e as potências europeias (1811-1870)". In. *Revista de História*, nº 46, junho-julho, 1961, vol. XXII, ano XXII, pp. 345-367.

SODRÉ, Nelson W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965.

NOTAS

¹ A grafia foi corrigida para os padrões vigentes em 2020 no Brasil.

² Carta particular nº 18, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu, de Buenos Aires, em 6 de junho de 1869. Notação: maço 151 – doc. 7225 cont. 4; MFN: 12856, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

³ Carta particular nº 20, José Maria da Silva Paranhos ao conde d'Eu, de Buenos Aires, em 17 de junho de 1869. Notação: maço 151 – doc. 7225 cont. 4; MFN: 12856, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

⁴ Este artigo não tem como objetivo aprofundar o debate sobre o envolvimento da Inglaterra como fomentadora da guerra, tese defendida por autores da vertente revisionista da historiografia sobre a Guerra do Paraguai (CHIAVENATTO, 1982; POMER, 1968) e o contraponto em Francisco Doratioto (2002).

⁵ CARTA telegrafada ao imperador por Paranhos, em 15 de janeiro de 1875. Notação: maço 174 — doc. 7942; MFN: 12866, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

⁶ Carta ao imperador, por Paranhos, Liverpool, 23 de dezembro de 1882. Notação: maço 187 – doc. 8533; MFN: 12830, Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

⁷ Carta pessoal de d'Eu a Pedro II, Paço Isabel, 1ª de junho de 1870. Notação: XLII - 1 - 1870 (Coleção Arquivo Grão-Pará). Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

⁸ Carta pessoal de d'Eu a Pedro II, 1ª de julho de 1870. Notação: XLII - 1 - 1870 (Coleção Arquivo Grão-Pará). Museu Imperial, Petrópolis, RJ.

O Direito Internacional na Guerra da Tríplice Aliança: os tratados que selaram a paz*

International Law and the Paraguayan War: the treaties which sealed the peace

Barbara Dias Barbosa

Graduada em Direito pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), pós-graduada em Direito Militar e Direito Processual Civil pelo IBRA e pós-graduanda em Direito Internacional pelo Complexo Educacional Damásio de Jesus.

RESUMO

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito armado internacional que teve palco a América do Sul. As alianças que se estabeleceram no Prata, no período que antecede a guerra, foram decisivas para determinar tanto seu desfecho quanto o rearranjo geopolítico após o conflito. Nesse sentido, os tratados internacionais firmados antes e durante a Guerra da Tríplice Aliança também determinaram aqueles que os sucederam no pós-guerra. Desde os acordos internacionais de 1851 pelo Governo uruguaio, passando pelo Tratado da Tríplice Aliança e seu posterior descumprimento pelo Império do Brasil ao selar uma paz bilateral, até o derradeiro entendimento de fronteiras entre paraguaios e argentinos, em 1876, a diplomacia e o Direito Internacional foram os principais meios que redesenharam as relações políticas platinas e a própria geografia no porvir do Cone Sul.

PALAVRAS-CHAVE: Guerra da Tríplice Aliança; tratado internacional; Diplomacia

ABSTRACT

The Paraguayan War was the biggest international armed conflict staged in the South American region. The alliances that were sealed in the Rio de la Plata region before the conflict were decisive to determine not only the aftermath but also the geopolitical rearrangement after the war. In this light, the international treaties signed before and during the Triple Alliance War also settled those which were concluded in the post-war. Since the international treaties of 1851 signed by the Uruguayan government, the Triple Alliance Treaty and its bypass by the Brazilian Empire in sealing a bilateral peace, until the ultimate agreement on borders between Paraguayans and Argentinians, in 1876, diplomacy and International Law were the main tools in redesigning political relations and geography, influencing the coming years of the Southern Cone.

KEYWORDS: Triple Alliance War; International treaty; Diplomacy

*Artigo recebido em 17 de abril de 2020 e aprovado para publicação em 06 de maio de 2020.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 135-144 – 2020.

INTRODUÇÃO

“Tratado é todo acordo formal concluído entre pessoas jurídicas de direito internacional público, e destinado a produzir efeitos jurídicos” (REZEK, 2014, p. 24). Esse ato jurídico desencadeia efeitos, gera obrigações e prerrogativas, havendo um compromisso formal entre os Estados contratantes. A Guerra da Tríplice Aliança, por sua vez, é o produto “de uma complexa sequência de acontecimentos, que faziam parte do processo de consolidação dos Estados nacionais na região” (DORATIOTO, 2014, p. 41), e boa parte desses acontecimentos foram sacramentados em tratados, que repercutiram em cada momento que se seguiu, forjando o que, hodiernamente, tem-se como a história da guerra mais sangrenta do Prata.

As independências na região, durante as três primeiras décadas do século XIX, formaram, paulatinamente, os Estados da região do Rio da Prata, sendo o Império do Brasil uma exceção política que se contrastou à fragmentação das Repúblicas hispano-americanas. A independência uruguaia, que colocou, entre 1825 e 1828, na Guerra Cisplatina, em lados opostos Argentina e Brasil, foi uma série de fissuras que estimulou rivalidade latente entre as nações vizinhas ao longo do século em questão, algo que representou certa herança de suas antigas metrópoles, Espanha e Portugal. Em seguida, a situação da política externa imperial no Prata ficou em compasso de espera durante o Período Regencial (1831-1840).

A acefalia do trono, que aguardava a maioria de Pedro II para a assunção ao cargo máximo, somada à convulsão política e social das províncias que debelavam revoltas, em sua maioria inraelites, pela disputa do poder local, impediram a consecução de ações significativas na região. A própria extinção, via Ato Adicional, do Conselho de Estado, principal ambiente político condutor da política externa imperial, influenciou o imobilismo no Prata, nessa época. “Entre a independência do Uruguai, em 1828, e a fracassada aliança

com Rosas, em 1843, a política platina do Brasil pautou-se pela neutralidade, ou seja, a não intervenção em assuntos internos dos Estados do Prata” (CERVO, 2012, p. 66).

O governo conservador, que inaugura o ano de 1848 reprimindo a última revolta liberal do Império, a Revolta da Praia, em Pernambuco, inicia um período de consolidação do Estado monárquico brasileiro, como agente assertivo na implementação de sua autoridade imperial. Buscou “autonomia possível em relação às grandes potências, cooperando com elas, quando havia interesses em comum, e, se divergentes, defendendo incisivamente os interesses do Estado brasileiro, embora mantida a cautela diplomática” (VIDIGAL, 2014, p. 23). Nesse momento, a política externa brasileira adquire racionalidade crescente.

A volta do Conselho de Estado, em 1841, o fim da Revolução Farroupilha, em 1845 (dissipando qualquer possibilidade de apoio de Estados platinos à causa gaúcha), e a ascensão do Gabinete Saquarema, políticos conservadores “duros”, ligados à cafeicultura fluminense, em 1848, tornaram-se condicionantes favoráveis ao fim do imobilismo no Prata. Não obstante, foi, não por acaso, durante o absentismo brasileiro no Prata, que o ditador argentino Juan Manuel de Rosas ganhou terreno em influência política na região, apoiando o *blanco* Manuel Oribe na Guerra Civil que se desenrolava internamente no Uruguai. A intervenção brasileira na política uruguaia foi decisiva para findar a Guerra Grande, que opunha, há mais de uma década, o partido *Blanco* e o partido *Colorado*. Afinados aos interesses rosistas, os *blancos* aproximavam-se de um nacionalismo antiliberal, ao passo que os *colorados* assemelhavam-se ao liberalismo (DORATIOTO, 2014, p. 23).

Sobre a sucessão dos fatos, a historiografia recente aponta, portanto, que:

Há os que defendem que, desde o fim da Farroupilha (1845), o Rio Grande

do Sul sequestrara a política externa brasileira para o Prata. De fato, não era conveniente enfrentar um novo levante no Rio Grande do Sul, província *sui generis* onde os chefes políticos e latifundiários eram também chefes militares, e onde se concentravam a quase totalidade de nossa cavalaria e grande parte de nosso Exército. É mister defender o interesse gaúcho, que se tornara o interesse nacional. Foram feitas duas intervenções entre 1851 e 1852 na esteira dos conflitos de fronteira entre Uribe e os chefes gaúchos irritados com as califórnicas, que não respeitavam a fronteira meridional e o gado dos estancieiros. Na primeira, destituímos Uribe; na segunda, apoiamos a destituição de Rosas, vencido por Urquiza, que liderou a coalizão opositora formada por outros chefes, liberais e dissidentes federalistas na Batalha de Monte Caseros (1852), apoiados indiretamente por tropas brasileiras.

Havia aprendido o Brasil a atuar de modo bem-sucedido na região platina. Os fracassos da Cisplatina, na década de 1820, e dos ingleses e franceses, na década de 1840, demonstraram a conveniência de estabelecer alianças com as facções locais antes de intervir militarmente. A diplomacia vinha antes dos canhões, fazendo com que o Império fosse bem-sucedido onde as potências europeias haviam fracassado. Destituídos Oribe e Rosas, tinha início uma fase de hegemonia brasileira na região, favorecida por uma década de instabilidade e de fragmentação política argentina. O imobilismo regional brasileiro dos anos 1830 daria lugar ao imobilismo argentino dos anos 1850 (ALMEIDA, 2013, p. 182).

É bem verdade que o tratado de paz que encerrou a Guerra Cisplatina (1825-1828) e que criou a República Oriental do Uruguai tinha caráter provisório. Sendo assim, a indefinição dos limites fronteiriços, também provisoriamente traçados nesse acordo, lançavam suspeitas sobre as intenções de Rosas de abrir frente em um território que, aparentemente, não tinha dono de fato.

A intervenção brasileira no Uruguai, embora não fosse unanimidade, contou com o apoio do Imperador e do futuro Visconde do Uruguai, Paulino José Soares de Souza, então Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil. Seu desfecho favorável ao Brasil dependia de três objetivos claros: “fortalecer a Marinha e o Exército; impedir que Montevideu caísse em mãos de Oribe e, indiretamente, de Rosas; e aproveitar as divisões internas na Confederação Argentina para articular uma ampla aliança que incluísse os principais atores platinos” (RICUPERO, 2017, p. 191). Atingidos esses objetivos, em 1851, capitula Oribe e, em 1852, Rosas. Nesse sentido, as consequências da Guerra Grande uruguaia constituíram fissuras na relação interestatal platina que, mais tarde, contribuiriam na irrupção na Guerra do Paraguai:

Em menos de dois anos, as intervenções pareciam ter removido obstáculos que haviam resistido a duas décadas de esforços infrutíferos. Oribe e Rosas, os intratáveis adversários no Rio da Prata, não voltariam a ameaçar os interesses brasileiros. [...] Logo, contudo, o governo imperial descobriria que as soluções para alguns problemas geravam outros, às vezes mais graves. Treze anos depois do êxito da política do Visconde do Uruguai, o Brasil seria arrastado à destrutiva Guerra da Tríplice Aliança, em parte não desprezível devido aos desdobramentos das soluções impostas em 1851-1852 (RICUPERO, 2017, p. 195).

OS TRATADOS QUE (NÃO) SELARAM A PAZ NO URUGUAI

A intervenção brasileira em favor do Partido *Colorado* na Guerra Grande, ao final, com a vitória deste, redundou em cinco tratados assinados entre o Império do Brasil e a República do Uruguai. O “sistema de tratados” se assemelhava aos tratados impostos pela Grã-Bretanha a D. João VI, em 1810, trazendo, em seu bojo, dependência e desigualdade de condições.

O tratado de limites consagrava apenas a vontade brasileira em delimitar seu território na fronteira seca do Rio Jaguarão e na Lagoa Mirim, ficando, portanto, as duas margens sob a completa soberania brasileira. O tratado de comércio e navegação ajustou a livre exportação de gado para o Rio Grande, com isenção de taxas por dez anos, condições recíprocas garantidas aos uruguaios. O tratado de extradição, por sua vez, assegurava a devolução ao Império brasileiro todo escravo fugido. O tratado de subsídios postulava sobre empréstimos ao governo urguai sob a garantia hipotecada das rendas aduaneiras do país. O tratado de aliança consagrou “perpétua a aliança especial firmada contra Oribe. Comprometia também o Brasil, caso solicitado pelo governo de Montevidéu, a prestar-lhe apoio por meio de Forças Navais e Terrestres cuja presença poderia prolongar-se até cinco anos” (RICUPERO, 2017, pp. 195-196).

Ainda que os *colorados* estivessem no poder, quando da assinatura dos cinco tratados, não tardou a retomada dos *blancos* ao controle do Estado, minando a aprovação legislativa destes. A pressão brasileira instigou o governo *blanco* a, finalmente, anuir, embora sua aplicação tenha ficado aquém do que estava consolidado no papel. Ficou, assim, aceito muito amargamente pelos uruguaios o direito de intervenção brasileira em seus negócios internos. O Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, Paulino José Soares de Souza, ganhou título de nobreza depois de finda as tratativas com o país platino. “Curiosamente, o título escolhido foi Visconde do Uruguai, nome pelo qual passaria à história e que não deixa nenhuma margem de dúvidas sobre a hegemonia brasileira conquistada em sua gestão” (ALMEIDA, 2013, p.183).

Na Confederação Argentina, governada desde a queda de Rosas (1852) por Justo José de Urquiza, desenrolava-se uma disputa interna opondo Federalistas e Unitários, Urquiza e Bartolomé Mitre, respectivamente. Ainda que o Império tenha adotado o neutralismo sobre a

disputa interna, havia assinado com o líder de fato do país, Urquiza, entre 1856 e 1857, tratado de amizade, comércio, navegação, extradição e limites, o qual não fora aprovado pelo Congresso argentino. Não obstante, o acordo de aliança militar o foi. Este estipulava que a Confederação apoiaria o Império “em suas divergências relacionadas a fronteiras com o Paraguai e, como compensação, obteve mais um empréstimo do Tesouro brasileiro no valor de 300 mil patações” (VIDIGAL, 2014, p. 26). A reunificação argentina viria, finalmente, pelas mãos dos unitários buenaienses, em 1861, que foram, ademais, favorecidos pela recusa brasileira em continuar financiando Urquiza em suas incursões com novos empréstimos via o que ficou conhecido como “diplomacia do patacão”.

No Paraguai, em Assunção, José Maria da Silva Paranhos, futuro Visconde do Rio Branco, “assinou um tratado com o governo paraguaio, ratificando os termos de outro acordo, de 1856, pelo qual era assegurada a livre navegação dos Rios Paraguai e Paraná e congelada por seis anos a disputa pelo território entre os Rios Apa e Branco” (VIDIGAL, 2014, p. 26).

O FIM DA CONCÓRDIA NO PRATA

Em 1862, os liberais assumem o poder no Brasil; o Uruguai encontra-se novamente em uma guerra civil; o Presidente do Paraguai, Carlos Antonio López, morre, legando o poder ao filho completamente avesso a sua política tradicionalmente isolacionista; e a Argentina finalmente encerra seu processo de unificação com Bartolomé Mitre como líder máximo do país. As condições para um rearranjo de forças no Prata estavam dadas.

No Uruguai, o *colorado* Venâncio Flores abria frente para derrubar o Presidente *blanco* Bernardo Berro. Este era aliado do ex-líder argentino Urquiza que, por sua vez, encetava relações com o novo Presidente do Paraguai, Francisco Solano López.

Na guerra civil uruguia estavam presentes forças interessadas na organização dos Estados nacionais

na Argentina e no Uruguai e, durante a luta, articularam-se os blancos uruguaios, Francisco Solano López e Urquiza, enquanto os Governos argentino e brasileiro se aproximavam, interessados na vitória de Flores. O novo governo liberal brasileiro, pressionado pelos fazendeiros gaúchos com interesses no Uruguai e buscando equilibrar a influência de Mitre junto aos colorados, interveio a favor dos rebeldes colorados. A dinâmica dos acontecimentos e a convergência ideológica entre Mitre e os novos governantes brasileiros facilitaram a aproximação argentino-brasileira, enquanto Solano López via favoravelmente o governo blanco uruguaio, ainda mais por se apresentar Montevideu como porto alternativo ao de Buenos Aires para o comércio externo paraguaio. Os blancos uruguaios argumentaram junto ao governante paraguaio que, se os colorados fossem vitoriosos no Uruguai, o Império e a Argentina se voltariam contra o Paraguai. Convencido ou não por esse argumento, que não correspondia à realidade, o ditador paraguaio acreditou que poderia derrotar militarmente o Brasil e anular o governo argentino, que seria abatido por um levante federalista apoiado pelo Paraguai, enquanto, no Uruguai, os blancos se uniriam às tropas paraguaias que iriam em seu socorro e venceriam as forças do Exército imperial que invadiram o Uruguai em outubro de 1864 (VIDIGAL, 2014, p. 28).

A intervenção brasileira no Uruguai, dessa vez com o apoio argentino mitrista, serviu de pretexto para que o Paraguai viesse em socorro dos *blancos* uruguaios, recém-destituídos. É relevante ressaltar, contudo, que, anterior ao ultimato rendido pelo Império ao Uruguai, ocorreu, de fato, uma tentativa de mediação da crise, propondo o Brasil um acordo de pacificação entre as duas facções uruguaias. Atanásio Aguirre, então líder dos *blancos*, bem tentou negociar nesse sentido, mas a ala mais intransigente de seu partido não cedeu. Ainda, vale ressaltar que:

Quaisquer que tenham sido as imprudências ou desatenções da diplomacia imperial no Uruguai ou em relação às gestões paraguaias, o fato é que não existiu nenhum ataque ou ameaça direta ao Paraguai da parte do Brasil. Não há dúvida de que Solano López assumiu a responsabilidade de desencadear a guerra que custaria a vida de milhares de pessoas, inclusive a dele próprio, principal autor dessa dolorosa tragédia sul-americana (RICUPERO, 2017, pp. 203-204).

A atuação brasileira dentro do Uruguai “passaria às mãos de Tamandaré, que lhes imprimiu curso decididamente militar, aliando-se a Venâncio Flores e juntando aos rebeldes as forças brasileiras no bombardeio e assalto à cidade uruguaia de Paissandu” (RICUPERO, 2017, p. 204). Com a informação de que esta cidade havia sido rendida, o *blanco* Aguirre queima, publicamente, os tratados de 1851 com o Brasil, bem como praticando atentados contra a bandeira do Império.

No Brasil, Solano López invadiu o Mato Grosso, em dezembro de 1864, sequestrando o novo presidente desta província a bordo do Vapor *Marquês de Olinda*, ainda no mês anterior, o que acarretou o rompimento das relações diplomáticas. No território argentino, o ditador paraguaio invadiu as províncias de *Entre Ríos* e de *Corrientes*, em abril de 1865. Como consequência destas invasões, foi assinado o Tratado da Tríplice Aliança, entre Argentina, Brasil e Uruguai, este agora sob o mando do *colorado* Venâncio Flores.

O TRATADO DA TRÍPLICE ALIANÇA E A GUERRA DO PARAGUAI

Na data de 1º de maio de 1865, na cidade de Buenos Aires, é assinado, secretamente, o Tratado da Tríplice Aliança. Apesar disso, meses antes, já se desenhava a aliança entre esses Estados, de modo que o argentino Mitre tinha intenções de formar uma parceria com os brasileiros “que fosse além dos

aspectos conjunturais da guerra e tivessem em vista uma atuação em comum dos dois países no longo prazo” (VIDIGAL, 2014, p. 28). Isso, contudo, não se verificou, conforme será evidenciado adiante.

O tratado dispunha, entre outros pontos, que os aliados garantiriam “a independência paraguaia e a integridade de seu território, cujas futuras fronteiras com o Brasil e a Argentina já vinham assinaladas no texto” (RICUPE-RO, 2017, p. 207). Ademais, resolvia sobre o território litigioso onde era produzida a erva-mate, produto largamente utilizado no Prata na elaboração do chimarrão, palco da rivalidade brasileiro-paraguaia (DORATIOTO, 2012, p. 39).

A mencionada integridade, porém, se referia ao território posterior à aplicação do artigo 16^o do Tratado, pelo qual caberia à Argentina todo o Chaco Boreal – terras ao norte do Rio Pilcomaio até a Baía Negra, na fronteira com o Mato Grosso – e a margem esquerda do Paraná até o Rio Iguazu, ou seja, a área das Missões. Ao Império caberia o território pelo qual há anos mantinha disputa com Assunção, rico em campos de erva-mate, ficando estabelecido no documento da Aliança que a fronteira seria delimitada pela linha do Rio Igurey, Serra do Maracajú e pelos Rios Apa e Paraguai. [...] Também por sua iniciativa foi assinado um protocolo que determinava a demolição da Fortaleza de Humaitá, que controlava a navegação do Rio Paraguai. Estabeleceu-se, ainda, a proibição de Assunção construir, no futuro, quaisquer outras fortificações que pudessem ser um obstáculo ao livre trânsito dessa via navegável. Terminado o conflito, o Paraguai deveria, segundo o artigo 14 do Tratado da Tríplice Aliança, indenizar todos os gastos de guerra feitos pelos governos aliados, bem como os danos e prejuízos causados durante o conflito às propriedades públicas e particulares por suas tropas em território dos países vizinhos (DORATIOTO, 2014, pp. 44-45).

Ademais, os aliados acordaram que apenas encerrariam a guerra quando fosse deposto o ditador e, um dos termos mais importantes para o curso da história no Prata, que a paz não seria assinada em separado, bilateralmente, entre um dos aliados e o Paraguai.

A guerra, acreditava-se, seria célere, conforme explicita a clássica fala de Mitre: “Em 24 horas aos quartéis, em três semanas em Corrientes, em três meses em Assunção!”. Pelo contrário, arrastou-se por mais de cinco anos. Com a vitória naval aliada na Batalha do Riachuelo, em 11 de junho de 1865, e cortadas as possibilidades de contato paraguaio com o exterior pela via fluvial, o combate seguiu-se na transposição do país até Assunção, com destaque para a desafiadora fortaleza de Humaitá, finalmente ultrapassada em fevereiro de 1868:

a longa duração da guerra – cinco anos – causou desconfianças mútuas entre homens públicos argentinos e brasileiros. Cada parte suspeitava de um suposto interesse do aliado em enfraquecê-la por meio da prolongação da luta. Em 1868, ascenderam ao poder Domingo Faustino Sarmiento, na Argentina, e o Partido Conservador, no Brasil, ambos adversários da política de cooperação entre os dois países. A partir de então, a diplomacia imperial esforçou-se para evitar que a Argentina ficasse com a posse de todo o Chaco Boreal (DORATIOTO, 1994, pp. 62-63).

O momento derradeiro da guerra tem curso com a assunção de Caxias no comando dos aliados, vencendo a campanha da Dezembroada e, por fim, a tomada de Assunção, no primeiro dia do ano de 1869. O Imperador demandou a cabeça do ditador. Caxias, por outro lado, não via necessidade de adiantar o sofrimento paraguaio, uma vez que a capital estava tomada e as forças do ditador praticamente desmanteladas. Em 2 de junho de 1869, foi instalado pelos aliados um governo provisório, na forma de um triunvirato. A insistência de D. Pedro II em capturar López, no entanto, mantinha-se, o que causou a sa-

ida de Caxias do comando das tropas e a assunção do Conde d'Eu na perseguição final ao ditador. Em 1º de março de 1870, finda, oficialmente, a guerra, com a morte de Solano López, encurralado pelas armas brasileiras em Cerro Corá, nordeste do Paraguai.

Os dados estatísticos que encerram o conflito contabilizam um total de, aproximadamente, 140 mil brasileiros, dos quais uns 50 mil morreram. À contribuição de 30 mil homens ceifaram-se 18 mil vidas argentinas. O Uruguai contribuiu com 5.500 combatentes, perdendo 5 mil deles. Ainda que haja incerteza sobre a quantidade aproximada de paraguaios mortos, é certo que, nos momentos finais da guerra, crianças foram forçadas a pegar em armas, visto que relevante proporção da população masculina paraguaia havia perecido. Em termos financeiros, a guerra custou ao Império o equivalente a “onze anos do orçamento anual, gerando déficits nas décadas de 1870 e 1880; os empréstimos externos contribuíram bem menos para financiar esses gastos” (RICUPERO, 2017, p. 209).

“A VITÓRIA NÃO DÁ DIREITOS” – O TRATADO QUE DEVERIA TER SELADO A PAZ

Em 1865, quando da feitura do Tratado da Tríplice Aliança, este fora levado à apreciação do Conselho de Estado, órgão composto por liberais e conservadores e que assessorava o Imperador.

Os membros do Conselho que pertenciam ao Partido Conservador criticaram duramente o Tratado de 1º de maio, principalmente a concessão do Chaco Boreal à Argentina. Argumentaram que os termos do Tratado eram contrários à política tradicional do Brasil, que fora concebida no sentido de manter não só a independência do Paraguai, como também a parte do território desse país necessária para evitar o contato de Mato Grosso com território argentino (DORATIOTO, 2014, p. 46).

O entendimento dos conservadores era que, com a devida prudência, a fronteira entre a Argentina e o Paraguai fosse o Rio Pilcomaio, caso contrário, a expansão argentina cercaria o Paraguai a sul, leste e oeste.

Enquanto durou a guerra, as divergências permaneceram em estado relativamente adormecido. À medida que os combates se aproximavam do fim não tardaram a vir à tona, alimentando suspeitas recíprocas sobre desígnios expansionistas à custa do vencido. Entre 1869 e 1876, o Paraguai praticamente se convertera em “protetorado do Império”, cuja diplomacia orientou “a política externa dos débeis governos paraguaios para resistir à pretensão argentina sobre o Chaco” (RICUPERO, 2017, p. 211).

Quase paralelamente à assunção dos Conservadores ao poder no governo imperial, encerra-se, na Argentina, o mandato de Mitre, tendo como substituto Domingo Sarmiento. Não só os Conservadores, no Brasil, viam a aliança bilateral argentino-brasileira como prejudicial como o próprio Sarmiento não tinha intento de perseguir uma política coordenada com o Rio de Janeiro. Via ele, nesse sentido, as intenções do Império de “tornar-se potência continental no pós-guerra à custa de seus vizinhos” (DORATIOTO, 2014, p. 46). No início de 1869, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria da Silva Paranhos, foi em missão ao Paraguai estabelecer o governo provisório. O novo governo guarani aderiu ao Tratado da Tríplice Aliança e, sob a instrução de Paranhos, incluiu uma cláusula que estipulava a possibilidade de modificações no interesse do Paraguai e assentidas mutuamente pelos aliados.

Era o primeiro passo do governo imperial no sentido de reduzir as concessões de territórios feitos à Argentina no Tratado da Tríplice Aliança, para evitar que esse país tivesse fronteira com o Brasil em Mato Grosso e, ainda, que o território argentino

ficasse limítrofe com Assunção (DORATIOTO, 2014, p. 47).

O Ministro argentino, Mariano Varela, assinou “a vitória não dá direitos”, de modo a supostamente frear qualquer ação expansionista brasileira sobre o Paraguai. É notório que a assinatura de um tratado de paz antes do fim da guerra não poderia avaliar corretamente circunstâncias que não perfaziam o momento de sua feitura. Vale ressaltar, contudo, que o tratado sacramentou um denominador mínimo entre os aliados que, mais tarde, com a alternância de forças no Prata, se mostrou relativamente mitigado, devido a discordâncias políticas dentro de cada país. Sabiamente, o antigo líder argentino Bartolomé Mitre veio a aconselhar Sarmiento que “o Governo argentino não poderia manter o princípio de que a vitória não dava direitos quando, para reafirmá-los havia travado uma guerra” (DORATIOTO, 2014, p. 50).

O artigo 6º do tratado positivou que os signatários não negociariam a paz com o inimigo comum separadamente, senão em perfeito acordo entre todos (NAUD, s.d., p. 182). Tendo o representante argentino se retirado das negociações em Assunção, contrariado sobre o dissenso quanto aos limites, abriu-se caminho para o convite do Presidente constitucional paraguaio, Salvador Jovellanos, ao representante brasileiro, Barão de Cotegipe, para encetar negociações de paz em separado, em fevereiro de 1872.

No tratado assinado entre Brasil e Paraguai, a diplomacia brasileira sedimentou os interesses nacionais, assegurando-se “a liberdade de navegação no Rio Paraguai e a fronteira pelo Rio Apa, a mesma linha proposta, duas décadas antes, a Carlos Antonio López e por ele recusada. [...] que garantiria ao Brasil a zona produtora de erva-mate de Dourados” (RICUPERO, 2017, p. 212). O Brasil desistia de pretensão assinalada no próprio Tratado da Tríplice Aliança de poder estender-se mais ao sul do Rio Branco, até o Rio Igureí.

Por mais justificado que tenha parecido ao governo conservador a iniciativa de firmar paz em separado, ao arrepio do tratado, causou significativo estrago junto aos partidários portenhos da aliança com o Brasil, inspirando a alguns setores do país vizinho a classificação de “pérfida e desleal”. Houve dois momentos em que muito perto se chegou de um conflito armado; o primeiro, logo após o Brasil firmar o tratado em separado, e o outro, anos depois, por ocasião da fracassada missão do Ministro do Exterior da Argentina, Carlos Tejedor, ao Rio de Janeiro (RICUPERO, 2017, p. 212).

Quanto à República Oriental do Uruguai, esta seguiu o Império, ao assinar, em separado, a paz com o Paraguai. Em agosto de 1873,

o Presidente uruguaio Ellaurí enviou José Sienra y Carranza a Assunção, sendo o objetivo de sua missão “eliminar todo vínculo que possa ligar-nos às questões ulteriores do Paraguai”. A diplomacia uruguaia buscava se desvencilhar das divergências entre o Império e a Argentina, já que o país não tinha fronteiras com a República paraguaia e, ao mesmo tempo, buscava assinar um tratado de comércio, com a cláusula de nação favorecida, tendo em vista levar o Porto de Montevideú a substituir o de Buenos Aires no fornecimento de mercadorias à praça comercial de Assunção. Assim, o enviado uruguaio assinou os acordos de paz, ratificados pelo Congresso do seu país na década seguinte, pelos quais o Governo Jovellanos reconheceu a dívida de guerra, tanto pública, quanto privada, para com o Uruguai e, como ressaltou Carranza em carta a seu chanceler, sem constar qualquer referência a um compromisso uruguaio em defender a independência paraguaia (DORATIOTO, 2014, p. 55).

Em 1876, o governo de Nicolás Avellaneda, novo presidente da Argentina, assinou com o Paraguai os Tratados de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Esta-

beleceu-se que o Rio Paraguai seria o limite entre as duas repúblicas, “sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central foram declarados argentinos, enquanto a área entre o Rio Verde e o braço principal do Rio Pilcomaio seria submetida à arbitragem do presidente dos Estados Unidos que, em 1878, declarou-a pertencente ao Paraguai” (VIDIGAL, 2014, p. 33).

Embora o início das negociações de paz tenha ocorrido à revelia do governo brasileiro, este foi convidado e aceitou enviar um representante que, na realidade, atuou como observador. Ainda assim, esses tratados assinados entre a Argentina e o Paraguai atendiam ao que foi defendido pela diplomacia imperial a partir do retorno do Partido Conservador ao poder em 1868. Afinal, esses documentos estabeleceram a desocupação simultânea de tropas brasileiras e argentinas, respectivamente de Assunção e de Vila Ocidental, reconheceram a dívida de guerra e, ainda, encontraram solução equilibrada para a questão de limites (DORATIOTO, 2014, p. 58).

Com a solução do problema limítrofe, caiu por terra o maior motivo de desentendimento argentino-brasileiro, sendo substituída a disputa pela hegemonia no Rio da Prata por um “acompanhamento defensivo do outro na região” (VIDIGAL, 2014, p.34).

Em 1876, portanto, completara-se a retirada de tropas brasileiras da capital guarani, que havia iniciado em 1869, quando da tomada de Assunção. Essa ocupação garantiu, inicialmente, o não retorno de López ao local, de modo a tentar reorganizar alguma retomada de hostilidades na capital, bem como freou qualquer pretensão argentina de ocupar a cidade e intentar uma expansão de seus limites, seja por uma guerra contra o Império, seja pela persuasão de setores dirigentes da política paraguaia.

CONCLUSÃO

Um dos mais ilustres chanceleres da diplomacia brasileira, José Maria da Silva Paranhos Jr., o Barão do Rio Branco, em visita ao Paraguai, décadas mais tarde, comentou sobre a Guerra da Tríplice Aliança: “há vitórias que não se devem comemorar”. É notório, pois, que a Guerra não só redesenhou as relações internacionais entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, como também ressignificou a geopolítica da região, principalmente em termos de fronteiras.

O desejo do ex-Presidente Mitre de estabelecer uma aliança perpétua entre Brasil e Argentina, “no qual a ação conjunta para enfrentar o agressor comum, o ditador paraguaio Francisco Solano López, seria apenas o marco inicial de uma aliança estratégica argentino-brasileira”, esfacelou-se com o fim do líder guarani e com a pressão de setores pouco representativos dentro de Brasil e Argentina (DORATIOTO, 2014, p. 54).

A assinatura da paz em separado, violando taxativamente o tratado de 1865, levou Brasil e Argentina ao seu pior momento bilateral desde o conflito com Rosas. Falava-se em uma nova guerra, algo que, paulatinamente, amainou. Fato é que, após 1876, com sua definitiva pacificação, o Paraguai deixou de ser prioridade na agenda externa de Argentina e Brasil, ao passo que a política interna uruguaia encontrou mais estabilidade política com a sua ascensão a relevante fornecedor internacional de cereais e de carnes (DORATIOTO, 2014, p. 60).

Na década de 1880, o Presidente argentino Júlio Roca “retomou a orientação de política externa de Mitre, dando mais atenção à presença argentina no Atlântico e buscando aproximar-se do Império brasileiro. Os governantes do Império, por sua vez, já não tinham fortes prevenções contra Buenos Aires” (DORATIOTO, 2014, p. 60). Após a Guerra do Paraguai, aproximações e recuos marcaram a relação bilateral argentino-brasileira por mais um século, no mínimo até o

ano de 1979, com o acordo tripartite, entre Argentina, Brasil e Paraguai, para o aproveitamento hidrelétrico do Rio Paraná, na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em retrospectiva, percebe-se que o processo de formação dos Estados nacionais definiu os acontecimentos na região do Prata no século XIX. Desde o primeiro conflito, em 1825, com a guerra de independência uruguaia; o avanço de Rosas e seu projeto expansionista; a Guerra Grande no Uruguai, confronto civil opondo *blancos* e *colorados*; a guerra do Império contra Rosas e Oribe, e, posteriormente, os malfadados tratados de 1851; o processo de unificação argentino; a intervenção brasileira no Uruguai e, finalmente, o conflito derradeiro, a Guerra do Paraguai. Este último trazendo toda uma carga histórica de décadas de conflito, criando alianças, reascendendo desconfiças, reforçando diferenças e proporcionando novos arranjos. Nesse sentido, o Direito Internacional produzido pelos tratados, ora ignorados, ora observados, ora modificados, delineou, em última análise, ações e reações jurídicas e de *facto* dos Estados que jogaram o xadrez do Prata.

Citando uma das obras ímpares que respaldaram esse trabalho, as efemérides da Guerra do Paraguai “passaram quase em silêncio”, no Brasil. Vê-se a guerra das guerras no Prata em retrospecto pela lente brasileira de uma nota publicada pelo Ministério do Exército, em 1º de março de 1970, que afirmava, um século depois, que “o Brasil esperara até aquela hora para se manifestar porque preferiria comemorar cem anos de paz em vez de cem anos de guerra” (RICUPERO, 2017, p. 210).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, João Daniel Lima de. *Manual do Candidato – História do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2013.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UnB, 2012.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *Espaços nacionais na América Latina: da utopia bolivariana à fragmentação*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. *Maldita Guerra; nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*. 2ª Ed. Brasília: FUNAG, 2014.

NAUD, Leda Maria Cardoso (redatora). Limites Brasil-Paraguai, documento histórico (arquivo). In: *Revista de Informação Legislativa*. Brasília: Diretoria de Informação Legislativa, S.d., p.182. Disponível em: <<https://bit.ly/2Z1jU3Y>>. Acesso em: 13 abr. 2020;

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil, 1750-2016*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *História das relações internacionais do Brasil / Carlos Eduardo Vidigal, Francisco Fernando Monteoliva Doratioto; coordenado por Antonio Carlos Lessa, Henrique Altmani*. São Paulo: Saraiva, 2014.

Artigo

Benjamin Nicolaas Teensma

Arruinado, desgastado, corrompido. Os últimos meses do Forte Maurício no Brasil holandês (novembro de 1646-abril de 1647)*

Ruiné, usé, corrompu. Les derniers mois du fort Maurice au Brésil-Néerlandais (novembre 1646-avril 1647)

Benjamin Nicolaas Teensma

Pesquisador holandês; Professor Emérito da Universidade de Leiden.

RESUMO

Este artigo se debruça sobre as adversidades que constituíram a difícil experiência dos últimos meses do Forte Maurício no Brasil, entre 1646 e 1647. Está pautado na documentação holandesa, sobretudo cartas trocadas entre os agentes da Companhia das Índias Ocidentais, disponíveis no Arquivo Nacional em Haia. A partir de tal documentação, não apenas se refaz o cotidiano da guerra, como também se evidenciam as limitações para sua operacionalização.

PALAVRAS-CHAVE: Forte Maurício; WIC; Invasão holandesa em Pernambuco

RÉSUMÉ

Cet article traite des adversités qui ont constitué la difficile expérience des derniers mois du fort Maurice au Brésil, entre 1646 et 1647. Il est basé sur la documentation néerlandaise, notamment des lettres échangées entre les agents de la Compagnie des Indes occidentales, disponibles aux Archives Nationales de Haia. A partir de cette documentation, on refait non seulement le quotidien de la guerre, mais aussi les limites de sa opérationnalisation.

MOTS-CLÉS: Fort Maurits; WIC; Invasion hollandaise a Pernambuco

INTRODUÇÃO

O Forte Maurício em Penedo, sobre o Rio São Francisco, foi novamente ocupado pelos holandeses em novembro de 1646, e definitivamente abandonado por eles em abril de 1647. Penedo fica a cerca de 50 quilômetros rio acima numa zona periodicamente flagelada pelas secas do Nordeste do Brasil. O intenso calor e as secas mais prolongadas ocorrem na primavera do Hemisfério Sul, ou seja, no período entre fins de setembro até fins de março. As 13 cartas conservadas do Dossiê Forte Maurício, do Coronel James Henderson, foram escritas entre 29 de novembro de 1646 e 27 de fevereiro de 1647. Assim, o calor e as secas são aspectos repetidamente mencionados. Na carta de 8 de fevereiro de 1647, observou-se que já havia três meses que não chovia [J2].

*Artigo recebido em 08 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 20 de maio de 2020.

Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 16, nº 31, p. 146-160 – 2020.

As 13 cartas em questão estão guardadas no fundo da Velha Companhia das Índias Ocidentais, no Arquivo Nacional em Haia, código de entrada 1.05.01.01, número do inventário 63, números consecutivos 1, 3, 5, 7, 8, 11, 16, 17, 59 (WIESEBRON, 2005). Neste artigo, cada carta recebeu, por ordem cronológica, sua identificação individual por uma letra maiúscula, nas citações, seguido pelo número da folha dentro de cada epístola. A abreviação JH significa James Henderson, P+C significa Presidente e Conselheiros no Recife, e XIX significa Os Senhores Dezenove, ou seja, a Diretoria Suprema da Companhia na Holanda. Tal nomeação resulta no seguinte esquema:

		DATA	FLS.	DE	PARA
1	A	29 NOV 1646	8	JH	P+C
2	B	10 DEZ 1646	4	JH	P+C
3	C	11 DEZ 1646	1	JH	P+C
4	D	25 DEZ 1646	5	JH	P+C
5	E	1 JAN 1647	6	JH	P+C
6	F	15 JAN 1647	3	JH	XIX
7	G	16 JAN 1647	7	JH	P+C
8	H	29 JAN 1647	4	JH	P+C
9	I	1 FEV 1647	2	JH	P+C
10	J	8 FEV 1647	2	JH	P+C
11	K	18 FEV 1647	3	Daems	P+C
12	L	23 FEV 1647	2	JH	P+C
13	M	27 FEV 1647	5	JH	P+C

A maior parte dessas cartas foi arrebatada pela servil frase de despedida usual naquela época, muito embora essa mesma frase, ao fim da série, e em função da ampliação da mútua irritação dos correspondentes, tenha sido formulada com palavras mais frias. Para ilustrar esse ambiente, é relevante citar dois exemplos: “Provarei que sempre me ofereço para o humilde serviço de Vossas Nobres e Potentes Senhorias que, para terminar esta carta, recomendo à Proteção Divina, rogando que Ele abençoe Vossas Nobres e Potentes Senhorias e Governo cada vez mais com toda prosperidade” [A8]; e: “Com esta e para terminar esta

carta recomendo Vossas Nobres e Potentes Senhorias à Piedosa Proteção Divina, rogando-lhe etc.” [L2].

EXPERIÊNCIAS INICIAIS

Em junho de 1645, estalara a rebelião dos moradores portugueses contra o regime da Companhia Neerlandesa das Índias Ocidentais. Um após outro, os fortes externos foram conquistados pelos insurgentes. No sul da colônia, o Forte de Porto Calvo rendera-se a 17 de setembro; o Forte Maurício sobre o Rio São Francisco, a 18 de setembro; e o do Sergipe a 22 de setembro de 1645¹ (BOXER, 1957, p. 172). As guarnições deles foram levadas aprisionadas à Bahia. Mas, sobretudo em relação ao Forte Maurício, os holandeses concederam um grande valor simbólico. Apesar de todas as derrotas, eles seguiram considerando o Rio São Francisco como a fronteira sul de sua colônia, e com base nesse forte, esperavam poder controlar tal fronteira, impedir as infiltrações dos insurgentes, e provavelmente até empreender de novo um ataque contra a Bahia.

Assim, mandaram, no fim de outubro de 1646, uma Armada com um Exército de aproximadamente mil soldados, comandados pelo almirante Jan Cornelisz Lichthart e pelo coronel James Henderson, ao Rio São Francisco. Encontraram o forte em estado desmantelado, abandonado e arruinado, de modo que a reocupação pouca energia lhes custou, mas tanto mais trabalho a reconstrução desse forte, nos meses a seguir². Além disso, o abastecimento daquela possessão afastada e de difícil acesso resultou ser superior às possibilidades da capital Recife, por sua vez também sitiada e necessitada.

Por essa razão, já em abril de 1647, eles se viram forçados a abandonar novamente o forte. Assim, essa precipitada e inconsiderada reocupação não durou mais de meio ano, custando naquele ínterim centenas de vidas humanas e toneladas de materiais dissipados. Mas também ela produziu uma sé-

rie de cartas patéticas escritas pelo Coronel Henderson no Forte Maurício e dirigidas ao Presidente e Conselheiros no Recife, e que oferecem uma dramática imagem da vida diária de um forte ameaçado, com privações, escassez, fome, patrulhas fatais, crescente rebeldia entre os soldados, e o cinismo e um dissimulado desespero de seu comandante.

Tais cartas se encontram no Arquivo da Velha Companhia das Índias Ocidentais, no Arquivo Nacional em Haia, e foram enviadas semanalmente, entre novembro de 1646 e março de 1647, pelo Coronel James Henderson aos seus superiores no Recife. O dossiê não está completo, e as respostas vindas do Recife faltam na sua totalidade. Algumas cartas escritas em novembro de 1646, bem como todas as cartas escritas em março de 1647, desapareceram. Apesar dessas lacunas, esse pacote de 50 folhas manuscritas oferece uma incisiva descrição da dura existência militar num acampamento primitivo, numa zona inóspita, e num clima flagelado por secas e calores. Felizmente, alguns detalhes perdidos ainda podem ser encontrados na conhecida crônica seiscentista de Joan Nieuhof: *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil* (NIEUHOF, 1981, pp. 302-303).

Nas páginas desse livro encontramos essas descrições:

as nossas forças ficaram de tal forma reduzidas que não mais estavam em condições de tentar qualquer operação contra os portugueses perto do Recife. Tal fato levou o Conselho a decidir que se tentasse a reconquista do Rio São Francisco, plano esse cuja execução foi confiada ao Coronel Hinderson. Nessa empresa, as nossas armas foram mais afortunadas, pois encontraram fraca resistência na região. Consoante essa resolução, a 24 de outubro zarparam para o Sul, sob o comando do Almirante Lichthart e do Coronel Hinderson, os seguintes navios: como capitânia *Graef Enno*, como vice-capitânia *Loanda*, *Het Wapen van Dordrecht Schout bij Nacht*, *De Blauwe Haen*, *Waekende Hont*,

Hazewint, *Arent*, *Ster*, *Heemstede*, *Vlucht*, acompanhados por oito barcas. No dia 17 de novembro, o Conselho recebeu notícias de que as nossas tropas sob o comando do Coronel Hinderson desembarcaram em Cororipe sem serem molestadas. Marchando daí para o Rio São Francisco e o Forte Maurício, não encontraram oposição do inimigo, que tinha iniciado a demolição do dito forte. Depois de atravessar o rio, nossas tropas foram acompanhadas pelos navios menores, navegando rio acima. Prosseguindo a marcha para Sergipe D'el Rei, deixaram para trás turmas encarregadas de reformar o forte. Diziam mais as notícias recebidas que quatro portugueses haviam solicitado anistia

Outra preciosa notícia a respeito desta expedição encontra-se no primeiro parágrafo da carta do Coronel Henderson aos Senhores XIX, datada de 15 de janeiro de 1647, onde escreve:

Por ordem do Governo Supremo no Recife, saí no fim de mês de outubro do ano passado com aproximadamente mil soldados ao Rio São Francisco para lá construir um forte, cujos trabalhos ainda estão sendo executados energeticamente dia e noite e que, com a ajuda de Deus, serão terminados dentro de pouco [F1].

Isso significa, em breves palavras, que no meio de mês de novembro de 1646 uma força de mil soldados holandeses chegara a Penedo, situado 50 quilômetros rio acima na margem setentrional do Rio São Francisco. A partir de materiais primitivos, lá os soldados construíram um acampamento provisório, dedicando-se, a partir de então, à restauração do antigo forte, na maior parte destruído pelo inimigo português. Ao fim daquele mês, lá chegara o comissário João Nieuhof na Caravela *Bruinvisoh*, com um carregamento de víveres para o armazém do Exército. Outra vez, é ele quem fornece novos detalhes sobre a situação local naquele momento:

Ficamos detidos quase um dia em um banco de areia e, depois de o termos vencido, atingimos a vila denominada Penedos, a cavaleiro de uma elevada montanha. Aí desembarcamos com auxílio de nossos botes e encontramos diversas casas reconstruídas pelos nossos; as demais haviam sido incendiadas pelo inimigo em retirada. No tempo dos portugueses, existia no forte uma igreja que transformamos em arsenal; era circundada por um bom muro junto ao qual o rio passava, ao norte [= sul], onde a montanha é abrupta (...). As tendas dos soldados foram, em sua maioria, plantadas na face norte do morro, construídas com galhos e folhas de árvores (NIEUHOF, 1981, pp. 303-304).

Apenas duas semanas Nieuhof passou no Forte Maurício, em cujo período a sorte não lhe era benévola, nem a ele nem à tropa. No dia seguinte à sua chegada, atracou um barco trazendo o Almirante Lichthart na fase terminal. Dez dias antes, ele saíra rio acima com uma companhia de soldados para reconhecer essa área. No caminho, fora vítima de um ataque de febres violentas e, para mitigá-las, bebera em demasia água contaminada do rio. Morrera de disenteria ao chegar ao pontão de acostagem [A4]. Além disso, o Coronel Henderson dera sinais de forte antipatia pelo Comissário Nieuhof, sem vontade de empregá-lo. Num comentário azedo, ele escreveu a respeito do recém-chegado: “Só uma vez tratarei de lhe encontrar qualquer tarefinha em que possa servir-me na sua comissão” [A7]. E para cúmulo das desgraças, na tarde do dia 3 de dezembro, declarou-se um incêndio nas barracas dos soldados, no momento em que estavam tomando banho no rio. Para piorar a situação, lá tinham deixado suas armas, vestimentas e sapatos; e assim todos esses materiais, bem como o resto de sua bagagem e utensílios da engenharia, perderam-se num abrir e fechar de olhos [B3/4].

A partir de então, muitos militares andaram nus e descalços pelo acampamento. Nessa circunstância, o coronel dera ordem

ao Comissário e Intendente Nieuhof de prover alguns soldados e oficiais do essencial, porque tinham perdido tudo no incêndio. Evidentemente, para o coronel valia o princípio de que nas emergências as regras perdem seu vigor. Mas, para um intendente, isso era diferente, porque para ele não era lícito dispor livremente dos bens da Companhia sem ordem especial dos superiores que estavam na capital. Isso provavelmente fora motivo de um conflito entre o coronel e o intendente, já que, pouco depois, Nieuhof recebera o aviso de voltar ao Recife na primeira ocasião; e, assim, já em 16 de dezembro embarcara na Galeota *Vleermuis* (NIEUHOF, 1981, pp. 305-306).

Dez dias mais tarde, o Exército foi atingido por outro desastre. Por ordem dos seus superiores no Recife, o Coronel Henderson mandara, a 25 de dezembro, seis companhias, ou seja, 320 soldados, comandados pelo Capitão Samuel Lamontagne, rio acima, em barcos, para lá demolir todos os currais, reunir todo o gado presente para uso próprio, e aniquilar todas as unidades inimigas. No primeiro dia da expedição, cinco léguas afastados do forte, tinham deixado os barcos na altura da casa de Valentim da Rocha, para entrar na campina. Viram lá 30 inimigos que, numa temerária correria, foram atacados pelos soldados, que nem sequer prestaram atenção às ordens dos seus oficiais. Não sabiam que uma supremacia inimiga de 500 homens comandados pelo mestre de campo Francisco Rebelo se ocultava na fralda da mata. Inesperadamente foram atacados por uma unidade de tapuias armados com tacapes³. No sobressalto, os holandeses deitaram os mosquetes, para serem massacrados sem resistência pelos tapuias, fisicamente muito superiores. Nesta ocasião, morreram 130 soldados, cinco capitães, três tenentes e um alferes [E2].

Três semanas depois, o coronel narraria extensamente esse drama na sua carta aos Senhores XIX, na Holanda, constatando nela com pesar:

Nossa gente é nova e inexperimentada na guerra neste país, sobretudo na disposição das emboscadas, em cuja arte o inimigo – habituado à constituição destas latitudes e suas temperaturas, fomes e fadigas – nos supera. Como a cada dia a prática diária nos ensina suficientemente, porque por todas partes os portugueses dominam nos campos, onde nós geralmente sofremos as derrotas [F 1/2].

Para ele, portanto, a inexperiência dos soldados foi a principal causa da derrota, explicada também pelo efeito psicológico da visão pavorosa de um bando de “índios-atletas” nus, armados de tacapes:

No último encontro, seus tapuias nos causaram o maior prejuízo, porque eles nos atacaram fortemente na fuga por detrás, matando-nos muita gente que pretendia salvar-se entre os arbustos. Tanto pânico havia entre nossa gente que mais medo tinham dos tacapes deles, que anteriormente os tapuias dos nossos mosquetes (F2).

Segundo ele, uma terceira razão a ser apontada estava no fato de que a Companhia enviava defeituosas armas de fogo às colônias. Aqui a principal responsabilidade cabia aos diretores na Holanda, e não às autoridades no Recife. Fica-lhe mui honroso ter tido a coragem de comunicar o fato tão francamente, como se segue: “Peço às Suas Excelências de prestarem a devida atenção à qualidade das armas que de lá se destinam para cá, sobretudo das escopetas e mosquetes, de jeito que sejam enviadas em boas condições. Porque a experiência nos ensina que frequentemente se desfazem por defeituosos, ferindo muitos soldados válidos” (F3).

Depois do desastre, o tribunal militar devia pronunciar-se sobre a eventual culpabilidade dos oficiais e soldados que tomaram parte na expedição. Já não era necessário julgar o comportamento dos capitães, tenentes e alferes mortos, mas o Tenente Gijsselincx e o Alferes Schut foram condena-

dos à demissão desonrosa: “rompendo-lhes os sabres diante dos pés e declarando-os inábeis para doravante servir a Companhia neste país em qualquer função” [E2, E6]. Ao contrário, o capitão Tomé Ramos da companhia dos Tupis se comportara exemplarmente, ficando livre de ser condenado. No entanto, todos os soldados que regressaram foram considerados culpados por desobediência; contudo, sobretudo porque era impossível condenar a morte uma centena de pessoas, foi indicado por sorteio um de cada “nação”: da europeia e da indígena, um só indivíduo seria fuzilado. Para a maioria dos funcionários e oficiais holandeses, tal medida teria bastado para restaurar a honra injuriada, mas não para o oficial tupi Tomé Ramos, que evidentemente observava outras normas éticas e jurídicas. A seguinte citação é extraordinária por testemunhar um raríssimo depoimento de orgulho, solidariedade e autoconsciência indígena:

Mas quando queriam realizar a execução, todos os soldados começaram a gritar ao mesmo tempo por clemência, dizendo que não eles tinham a culpa, senão os oficiais que os tinham comandado erradamente. O Capitão Tomé Ramos dos brasileiros – que nesta ocasião se portara mui valentemente – me explicou que ele viera do Ceará com seu povo por pedido do governo anterior para servir à Nobre Companhia, e que ficou furiosíssimo que eu agora queria castigar seus brasileiros desse modo, porque a tal fuga e todos os abusos subsequentes tinham sido provocados unicamente pela insegurança e mau governo dos oficiais. Dizendo em geral que, em tais circunstâncias, preferia voltar à sua terra a seguir servindo nesta guerra, exprimindo-se em termos tão veementes que eu – para evitar desastres – me vira obrigado a perdoar os condenados [E3].

Mas o presidente e seus conselheiros no Recife não se conformaram com a arbitrária concessão de graça do coronel, que provavel-

mente interpretaram como precedente perigoso. Por carta, mandaram-lhe uma grave repreensão cujos termos não conhecemos, mas o teor sim, pois o coronel reagiu a ela na sua carta de 16 de janeiro. Nela explicou que chegara à sua resolução pela argumentação dos oficiais indígenas, e também pelo exemplo da generosa política indultária anteriormente praticada por João Mauricio de Nassau. Porém, para sossegar a irritação dos seus superiores, pediu perdão a eles por meio dessas submissas palavras: “Mas vendo que Vossas Excelências não gostaram da minha atitude, não voltarei a adotá-la futuramente” [G6]. Entretanto, seguiu acalentando e com esperança de alguma vez ainda ter a ocasião de obter, com suas tropas no campo da batalha, satisfação pela derrota do dia 26 de dezembro: “Só por falta de disciplina e mau comando foram derrotados os nossos. No entanto, já ocorreu também que uns cem soldados perderam a coragem para mais tarde revigorar suas forças de tomar a vingança. E espero que Deus nos conceda ainda a ocasião de encontrarmos-nos outra vez com eles” [G7].

CONSOLIDAÇÃO?

Depois de tanta agitação, a vida da guarnição retomara seu curso acostumado. As vacâncias abertas pelos oficiais caídos deviam ser preenchidas, e essas mutações tinham custado algum trabalho administrativo (E4, E5, G3/4, G5); em reforço, chegara uma nova companhia comandada pelo Capitão João Danielsen [G5]; elaborara-se a lista com o estado da tropa existente, que por carta se mandara ao Recife: “O número dos soldados agora presentes aqui, entre doentes e válidos, monta a 469 brancos e 233 brasileiros aproveitáveis” [H2]; e finalmente sacara-se um partido de escopetas desusadas do armazém de armas em substituição aos mosquetes perdidos. Mas, tendo em vista que os militares europeus se negaram a utilizar esses perigosos fuzis, foram entregues aos soldados da também presente companhia dos africanos⁴: “Reparti a companhia

dos negros por três companhias brancas, porque essas armas são muito fracas, e nenhum branco se atreve a manejá-las” [E5/6]. E assim a odiada tarefa de restaurar as muralhas do forte podia ser retomada. Entretanto, o Coronel Henderson começou a mostrar sinais de descontentamento por sua agitada existência, pedindo transferência. Não tinha mais vontade de ser capataz de operários e novatos inexperientes, e ventilou seus sentimentos na seguinte correspondência:

Esperava que Vossas Excelências me tivessem chamado para outra função vacante, mas até agora não recebi nenhuma ordem para tal, e aguardo semelhante convite por parte de Vossas Excelências na primeira ocasião. Sempre me tenho aprontado para servir; portanto peço a Vossas Excelências que não sigam empregando-me aqui como capataz, porque essa não é minha função, e outra coisa não posso fazer aqui. Porque sumiram as melhores companhias e os mais experimentados oficiais que aqui havia; de resto não tenho senão bisonhos desorientados e inexperientes, que não conhecem nem o terreno, nem a rotina militar, e que ainda devem aprender cada uma das coisas [H3].

Os presentes, que de vez em quando enviava a seus superiores, provavelmente não tinham outra função que lubrificantes para apressar a almejada transferência, ou adocantes para serenar uma eventual irritação por qualquer acontecimento desagradável. Nesse contexto, mandou ao Recife, a 10 de dezembro de 1646, uma semana depois do grande incêndio, uma grande quantidade de milho para os cavalos [B4]; e ao primeiro de janeiro de 1647, quatro dias depois da grande chacina na cercania da casa de Valentim da Rocha, três cavalos de sela, “os melhores que tenho podido apanhar por aqui” [E3].

As cartas escritas entre novembro de 1646 e abril de 1647 mandadas pelo Presidente e Conselheiros no Recife ao coronel em Penedo não se conservaram, mas os te-

mas manifestam-se pelas respostas dele. Já que o inimigo devastara o forte antes da sua fuga para a Bahia e o Sergipe, a restauração dele era sumamente urgente. A incitação à rapidez nessa tarefa era, portanto, um dos principais temas da correspondência. Mas, por ignorância das circunstâncias locais, os superiores no Recife subestimavam em alto grau o impacto das suas exigências porque os muros do forte não se construíram de pedras, senão de paliçadas enchidas com terra e céspedes. Em Penedo, o solo não se constituía de argila [B1], senão de pó e areia [B1, D2] e, sem tábuas horizontalmente colocadas dentro das fileiras das paliçadas, ele desmoronava com facilidade. E, se o solo dentro das paliçadas não era coberto por céspedes, o vento o soprava com a mesma rapidez que os soldados o traziam. Mas acontecia que no forte faltavam as tábuas, que a intendência do Recife contava recebê-las da Holanda. No incêndio de 3 de dezembro, todas as pás, padiolas e carrinhos de mão se tinham perdido; as céspedes deviam ser transportadas desde longe, mas os militares descalços dificilmente podiam fazê-lo. Além disso, as paliçadas deviam ser cortadas nas matas ao longo do rio, e como os cabos dos machados igualmente tinham sido queimados, também essa tarefa estagnava.

Nas primeiras semanas depois do retorno, os militares ainda executaram os trabalhos da restauração de boa vontade, mas rapidamente se rebelaram, porque diziam que foram recrutados como soldados e não como operários. Isso resultara em problemas disciplinares para o coronel; para fazer que sua gente seguisse cooperativa, teve de lhes prometer recompensas especiais como comidas, bebidas e dinheiro:

Mas se Vossas Excelências querem que as obras do forte se façam com maior rapidez, será necessário que mandem algum dinheiro e mais vinho para cá, para estimular a boa vontade dos soldados que até agora trabalharam de graça porque de outra maneira – sem considerar minha

reputação – me será impossível incitar-lhes a trabalhar sem pagamento, e também porque de tanto mourejar eles chegaram a ser tão fracos e sem energias que frequentemente se derretem em lágrimas [A1].

Ultimamente, tem-se passado pouca coisa de importância, senão que seguimos trabalhando na restauração do forte, o que – Deus seja louvado – se continua razoavelmente, e esperamos que quanto antes ele esteja em estado de defesa. Mas tudo depende da força dos soldados, porque apesar das quatro libras de carne verde que semanalmente lhes mando dar, pela falta de sal se adoecem e enfraquecem [B1].

As alusões à carne verde e ao sal precisam de ser explicadas. As extensas campinas dos dois lados do Rio São Francisco prestaram-se maravilhosamente à criação extensiva de gado. Os bois eram vigiados pelos vaqueiros locais, e, em momentos determinados, tangidos aos currais para serem ferreteados e vendidos. Mas pela demorada guerra e pelo retorno dos holandeses, muitos ganadeiros portugueses se tinham refugiado com sua gente na Bahia, de maneira que desde então milhares de bois erravam sem vigia pelos campos. Ao princípio, os militares brasileiros que serviam no exército holandês tinham podido tanger muitos deles ao Forte Maurício, onde complementavam os escassos víveres existentes. Mas desde que os portugueses se reagruparam, puseram fim a esse abastecimento. No armazém dos víveres do forte havia falta de tudo, até de um produto tão essencial como o sal. Nos calores tropicais, onde a temperatura suplanta os 40 graus, a transpiração nos trabalhos físicos é grande, com perda de sal como consequência. A perda excessiva de sal causa enfraquecimento e sede fisiológica, unicamente remediáveis pela própria administração do sal. Nos trópicos, portanto, o sal é uma substância alimentar indispensável.

a provisão de sal à nossa gente teria sido de grande utilidade; e por

isso peço a Vossas Excelências que não deixem de mandar-nos em boa quantidade, porque com ele não só a carne se conservaria por mais tempo, mas também manteria os soldados em melhor condição e força para servir à Nobre Companhia [B2].

Por cuja razão, Vossas Excelências não deixem de ser advertidas de prover o forte com uma adequada ração de sal, porque essa é a principal matéria que nos falta aqui [G3].

O presidente e seus conselheiros eram administradores excelentes, mas não eram comandantes de tropa. De seus escritórios, sobrecarregaram o pobre Coronel Henderson com bem-intencionadas sugestões, que aquele, uma carta após a outra, tinha que refutar. A restauração do forte tinha a máxima prioridade, e tudo o que se desviava daquele fim devia ser evitado. Também a provisão dos materiais necessários para o restabelecimento dele devia ter prioridade, mas por falta de comandantes de tropa na capital, por ignorância e lentidão burocrática, por fraude dos funcionários da intendência, e por escassez dos meios de transporte, eles reagiram com lentidão, mesquinhez ou com os materiais indevidos aos inúmeros pedidos que recebiam de Penedo. Não é difícil compor uma lista variada dos gêneros necessitados no forte, que vai de papel para a correspondência [H3], azeite para as lâmpadas [M2], medicamentos e ligaduras para o hospital [A2, D3/4], pedras e cal para uma forna de padaria [I2, L2], utensílios e pessoal para uma olaria [A6/7] e para a produção de farinha de mandioca [A6, B2, C2] e, em geral, víveres convenientes para o armazém. Para ilustração desse último, o Comissário Paulo Antônio Daems assim escrevia na sua carta de 18 de fevereiro de 1647 aos superiores no Recife:

Mando a Vossas Excelências o estado completo do nosso armazém, do qual podem deduzir quão insuficiente é a provisão de víveres que temos por aqui, com exceção da fa-

rinha da qual temos um estoque razoável. Porque Vossas Excelências, considerando que cada semana mais de mil indivíduos dependem desse armazém, não deixarão de constatar que não escrevo infundadamente que nossa provisão é pequena [K1].

Essa carta do Comissário Daems, de 18 de fevereiro de 1647, tinha uma segunda intenção bem clara. Por experiência, sabia-se que a essa altura o inverno brasileiro estava para começar, e que a cada ano, nos meses de março, abril e maio, a navegação entre o Recife e o Rio São Francisco se dificultava por fortes contracorrentes. Na primeira página da *Descrição das Costas do Brasil*, de João de Laet, de 1637, observa-se um comentário explícito a respeito desse fenômeno: “Nesta época as águas correm para norte pela costa, de modo que é impossível dirigir-se ao sul” (LAET, 2007, p. 110). Portanto, foi necessário que com prontidão e suficiência se aprovisionasse o forte antes do mês de março. Para esse fim, o Comissário Daems formulou sua mnemônica aos superiores no Recife nestes inequívocos termos:

Porque dentro de pouco tempo os ventos e as correntes começarão a correr para o norte, e que a navegação então do Recife para o sul será muito difícil – necessitando por vezes de mais de cinco a seis semanas para se chegar aqui – não quero deixar de ter lembrado a Vossas Excelências humildemente que se sirvam aprovisionar-nos com tempo de todos os indispensáveis víveres e munições de guerra, em tanta quantidade como Vossas Excelências na sua sabedoria julguem conveniente [K2].

DESCONTENTAMENTO CRESCENTE

Entretanto os funcionários do forte tinham podido experimentar que os comissários dos armazéns no Recife nem sempre eram dignos de confiança, e que com certa

frequência trapacearam acerca das quantidades e qualidades dos gêneros a enviar. Se, por exemplo, uma fortaleza na província encomendara 5.000 libras de determinado produto, debitavam na administração do armazém central da capital 5.000 libras dele, mas enviavam, de fato, mediante uma lamentável incorreção de leitura, somente 3.000 libras. As assim libertadas 2.000 libras ficaram, desse modo, à disposição pessoal do comissário míope. Um bom exemplo dessa prática encontra-se registrado no produto mecha ou rastilho: “Pensava ter trazido 5.000 libras, mas acho-me defraudado porque entregaram-me somente 3.000 libras” [G3]. E também acontecia que remetiam os produtos mais antigos e, portanto, quase estragados para os fortes provinciais, porque naquelas distâncias sempre resultava difícil provar como, onde e quando esses gêneros tinham alcançado a podridão:

Constatamos com grande pesar que na entrega ou no transporte dos secos cometeram tantos abusos que nosso armazém se vê agora em grandes apuros, porque quase nenhuma barrica tem chegado cheia aqui, mas todas drasticamente despejadas; sobretudo nos toucinhos e nas carnes; e ninguém sabe a quem atribuir a culpa. E os molhados são tão intragáveis e fedorentos que — dito seja com permissão — nem aos cachorros se presenteariam. De modo que acreditamos que o comissário dos víveres guarde todos os despojos e detritos podres nos armazéns para reservá-los aos navios que saem para longe, porque os destinatários ausentes nunca podem queixar-se perante Vossas Excelências da má qualidade deles na sua presença [A3].

Um forte isolado nos sertões do interior vive pela graça do abastecimento e do contato epistolar. Os atrasos e os regateios significam indigência, penúria e até perigo de morte. O contato com a capital se realizava com iates ou caravelas capturadas, que pre-

cisavam de uns dez dias para uma viagem simples. Vinte dias para a viagem de ida e de volta, mais dez dias para o processo de decisão e carregamento do navio, significavam na prática um mês inteiro, quando não havia transtornos. E nos últimos anos do Brasil holandês sempre havia transtornos. Uma antologia das inúmeras súplicas por ajuda basta para mostrar a enorme variedade dos problemas e do crônico desespero que reinava no Forte Maurício.

Entretanto lembro a Vossas Excelências que para defesa deste forte só disponho de duas peças de artilharia, razão porque vos prego de quanto antes mandar-me mais algumas [D3].

No armazém só nos restam 900 libras de mecha, que estamos economizando maximamente. Não posso deixar de pela terceira vez lembrar a Vossas Excelências que há enorme escassez de canhões para manter este forte, pedindo-vos que nos mandem mais, com as tábuas que também já tenho reclamado tantas vezes, e sem as quais tudo fica parado por aqui [E5].

Os canhões que Vossas Excelências me têm mandado ultimamente são de pouco serviço pela má qualidade de alguns, e por serem munidos de reparos inadequados [H2].

Em boa ordem recebi a lista dos víveres, mas ainda não vi o late *Heemstede* subir pelo rio [I1].

A maioria dos soldados não tem roupa; os vestidos que recentemente nos mandaram são insuficientes; não tem sapatos para marchar, e ainda menos camisas ou calças para cobrirem os corpos nus. Pela grande seca que sempre continua, a gente tem os pés cheios de bichos, que são causa de muitos aleijados e doentes [H1/2].

A doença aqui em questão era causada por uma pulga, que em português se chama

bicho-de-pé ou nígua. Segundo o dicionário de Caldas Aulete, ela se manifesta em ulcerações perigosas capazes de ocasionar a morte. Sempre é possível evitar a infecção mediante sapatos e meias, mas eles perderam-se em grande escala no referido incêndio do dia 3 de dezembro de 1646. Assim o grito por viveres, vestidos, sapatos, pregos, tábuas, utensílios e mosquetes é constantemente repetido nas cartas do Coronel Henderson ao Recife.

Claro está que a crônica fome poderia ser combatida pelo cultivo das raízes de mandioca, das quais se produzia o alimento local da farinha. Por isso, já logo depois da chegada a Penedo e numa carta que não se conservara, o Coronel Henderson tinha pedido aos Superiores no Recife “de mandar para cá uma boa turma de lavradores e alguns escravos para produzir farinha e arrotear algumas roças” [A6], mas evidentemente os Senhores tinham julgado demasiado caro tal projeto. Portanto, tinham lançado a ideia de que os próprios militares cultivassem a tal planta alimentícia. Com esse fim, o comandante lhes fornecera algumas estacas e ralados, mas os soldados tinham-se negado às lavouras da agricultura ao lado da sua já bem pesada tarefa de restaurar os muros do forte. Além disso, não tinham a menor ideia de como a farinha se fazia, ignorando que as raízes eram venenosas. Tinham grelhado grande parte das estacas sobre as brasas, comendo-as meio-cozidas de modo que várias pessoas, em decorrência, morreram ou adoeceram [B2]. Numa carta posterior, Henderson voltara a sugerir aos Senhores que mandassem agricultores brancos com escravos e utensílios para fazer farinha [G2], mas o assunto ficara apenas nesse plano. Porque os infiltrantes inimigos tinham-se aproximado demais ao forte, impossibilitando assim cada tentativa de se praticar agricultura em suas cercanias.

Também a carne do gado abandonado, que sem pastores errava nas duas margens

do rio, poderia ser uma boa fonte de alimento para a guarnição; nas primeiras semanas depois da reocupação do forte, tal era efetivamente o caso. Três vaqueiros portugueses das cercanias ofereceram-se a servir os holandeses, pedindo passaportes e títulos de residência. Chamavam-se Álvaro Gomes, Pedro de Carrilho e João Colaço [A5/6]. Conheciam perfeitamente a arte de vaquejar e a natureza do interior. Para vaquejar, era necessário saber cavalgar e se orientar nos sertões. Os europeus não dispunham dessas habilidades, mas a maioria dos índios sim. Na guarnição, servia uma companhia tupi comandada pelo Capitão Tomé Ramos [A6]. Voluntários daquela companhia prontificaram-se a ajudar os três vaqueiros mencionados no intuito de reunir o gado solto, e conduzindo-o ao forte em Penedo. Em princípio com êxito.

Até agora tenho empregado duas vezes os portugueses Pedro de Carrilho e Álvaro Gomes para reunir e tanger para cá os bois com a ajuda dos nossos soldados brasileiros. Apanharam perto de mil cabeças, e saíram de novo pela terceira vez a colher mais [B3].

Contudo, mais tarde isso se fazia cada vez mais dificilmente, já que naturalmente as autoridades baianas souberam das renovadas atividades holandesas ao longo do Rio São Francisco. Para definitivamente acabar com elas, lá mandaram primeiro unidades pequenas, e depois cada vez maiores. Nas cartas do Coronel Henderson, registra-se a presença delas numa avalanche de incidentes e rumores:

Eles estão no Sergipe [B4], (...) atacaram o nosso pelotão de guarda da casa de Álvaro Gomes, matando sete soldados [D 1]; (...) rio acima, foram vistos nas cercanias de Urubu [D1], (...) das várzeas pernambucanas, perto de duzentos homens dirigem-se ao mestre de campo Francisco Rebelo [E4], o número

deles já monta a seis mil [F2], (...) a presença deles já nos impede a tanger gado [G2]; na Ilha dos Cavalos, a leste do nosso forte, avistou-se uma unidade de quatrocentos soldados, que atacaram um comboio holandês de trinta e seis praças, matando um tenente e quatro mosqueteiros [J2]. Rio acima, manifestam-se pelo toque de trombetas e rufo de tambores, e deposição de panfletos para incitar nossa gente à deserção [L1].

Claro está que para os baianos esses três vaqueiros portugueses colaboradores dos holandeses com seus assistentes indígenas da companhia tupi do Capitão Ramos não passavam de vis traidores: “o inimigo parece rondar por aqui em pequenos bandos, porque já chacinaram três e penduraram dois dos nossos soldados brasileiros. Pagar-lhes-emos na mesma moeda ao apanharmos algum deles, como já mandamos pela maneira acostumada dois tapuias deles ao caminho de Una” [A6].

No Brasil Holandês o dito “mandar alguém ao caminho de Una” deve ter sido uma expressão que hoje já não conhecemos, mas claríssima ao coronel e seus superiores no Recife. Em outra carta dele, volta a ser empregada numa passagem da qual se colhe que despachar e mandar viajar pelo velho caminho a Una teria significado algo como liquidar. Una foi o nome de um engenho sobre o rio homônimo no sul de Pernambuco que, desde a revolta dos moradores de junho de 1645, ficava numa zona inimiga e, portanto, perigosíssima aos holandeses: “se Vossas Excelências não tivessem desejado que dessem passaportes a esses portugueses, já desde há muito teria despachado a eles. Álvaro Gomes e mais alguns já teriam viajado pelo velho caminho de Una, mas não tenho querido senão executar a ordem de Vossas Excelências” [M2].

A todas essas alarmantes notícias sobre a crescente pressão inimiga, os Senhores no Recife reagiram com conselhos bem intencionados, mas, geralmente, impraticáveis.

Nesse contexto, sugeriram construir um curral de gado nas cercanias do forte, a que Henderson respondeu que era impossível, porque, pela continuada seca, lá havia falta de pastagens: “Porque pela excessiva seca faltam os prados para nutrir um razoável número de bois, não poderei construir os currais tão perto daqui” [D1]. Também aconselharam mandar patrulhas para apanhar presos, e desse modo obter dados sobre a força e os projetos do inimigo, ao que respondeu que já várias vezes o tinha feito, mas sempre sem resultados pela inexperiência dos seus soldados: “Constantemente ocupo-me de dia e de noite da disposição de emboscadas para tratar de prender algum inimigo e saber das suas forças e projetos, mas até agora sem resultado, porque eles são superiores à nossa gente na destreza” [G2].

Além disso, os superiores, por razão da crescente pressão inimiga, insistiram em que se acelerasse a restauração do forte [H1], tendo a esse fim recrutado no Recife operários particulares. Mas, na prática eles, manifestaram-se como “canalha rapinante, preguiçosa e inexperiente”: “Os carpinteiros e pedreiros que o comissário nos tem mandado nesta remessa são as pessoas mais preguiçosas e incompetentes que achou por todo o Recife” [D4]. Por essa razão, Henderson preferia trabalhar com seus próprios soldados, ainda que tivesse que lhes pagar mais algum dinheiro para comprar víveres e bebidas no armazém [D2]. Também os oficiais exigiram mais soldo para proverem-se de queijo, manteiga e vinho na loja da guarnição [K3]. Mas, pela defeituosa ligação com a capital e o mísero abastecimento vindo da Holanda, é provável que tais exigências nunca tenham sido atendidas.

DESENGANO

E assim arrastava-se a vida no Forte Maurício, entretanto decaído a castelo fantasma. Nas cartas, nunca se falam de inimigos presos, mas sim de outra sugestão maluca por

parte do Presidente e Conselheiros, a saber de cuidar que os eventuais desertores portugueses não visitassem os baluartes ou abrissem as portas de entrada. Era evidente que isso não se sucederia nunca e, além disso, nunca haveria desertores portugueses. “Não permitirei que qualquer português – sobretudo quando desertor – visite minhas baterias e canhões para desmontá-lo ou entregar o forte ao adversário” [M2]. Ao contrário, havia muitas deserções provocadas pelos bilhetes de propaganda dos baianos: “Nossa gente começava a desertar, como por exemplo três soldados do Capitão Koin com todas suas armas, e mais uns sete ou oito de outras companhias” [D4/5]. “Já várias vezes o inimigo deixou seus bilhetes aqui no campo para incitar nossa gente à deserção” [G1]. De vez em quando, era possível prender tais desertores que, então, eram julgados pelo tribunal militar e condenados a sentenças severas: “Ontem três deles foram pendurados, e o quarto condenado a presenciar a execução com a corda ao redor do pescoço, e a ser enxotado depois como velhaco” [G4]. O transgressor mais perverso foi culpado do seguinte crime:

Diogo Vanden Bergen, filho de um doutor de medicina da Cidade de Venlo, ex-escrevente do Capitão Danielse, sendo um velhaco astuto e bem educado, orientara-se sobre as posições deste Exército e força das companhias, com intuito de transmitir esses dados ao inimigo e introduzi-lo no forte, e por esses crimes foi pendurado no dia 12 deste mês. A sentença e notícia são mandadas a Vossas Excelências e ao Prosseguidor [L1].

A muitas perguntas estas cartas não respondem; de muitas provisões rotineiras não sabemos se existiam ou não na guarnição. Havia um campo de exercícios, um hospital, uma cozinha central, uma prisão, um cemitério, latrinas, percevejos, moscas, mosquitos, lombrigas, um matadouro, cheirete, médicos, predicantes? Sim, sabemos

que sob, gerência do Comissário Paulo Antônio Daems, para mil pessoas havia um armazém de viveres geralmente vazio, coberto por um telhado, e da superfície de 21 por 40 pés [K1]; que de vez em quando funcionava um tribunal militar [H2], e que dispunham de uma forca. Na função de auditor, servia naquele tribunal certo Abraão Tapper, tão defeituoso como toda a caduca organização da tropa, da guarnição e dos Superiores no Recife. A citação que segue é longa, eloquente e ilustrativa, porque revela a total decadência que, entretanto, apoderara-se da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil, seus funcionários e suas instituições:

Ao tempo da minha saída, recomendei a Vossas Excelências – pelas importunidades e instâncias de muita gente – a pessoa de Abraão Tapper, para ajudá-lo a reinserir-se e voltar à vida decente e honesta, na esperança de que assim abandonasse as patifarias que por muito tempo tinha praticado com pública reprovação. Mas parece que a pega não pode deixar de saltitar, porque aqui tratou de provocar uma grande amotinação na tropa: primeiro, incitando o Comissário Daems contra o Major Pistor caluniando-o com muitas e escandalosas injúrias, também às escondidas ofendendo a mim nas minhas honras; e em geral não fazendo senão difamar a todo o mundo. Sim, esquecendo-se de toda a honra e de Deus, nem se envergonhou de divulgar e comunicar a várias pessoas o tema das cartas que foram trocadas entre Vossas Excelências e minha pessoa. Também tem mostrado e deixado ler a outras pessoas cartas minhas escritas ao Príncipe Governador das Províncias Unidas e à Reunião dos Dezenove Diretores da Companhia das Índias Ocidentais na Holanda, façanha que se em outra guerra tivesse sucedido, não teriam deixado de passar uma sovela abrasada pela língua dele, e de expulsá-lo do Exército a chicotadas como um velhaco.

Sendo este caso julgado e examinado pelo tribunal militar, o dito Tapper foi destituído da sua função, condenado a golpear-se sobre a boca e satisfazer o Comissário Daems e o Major Pistor – como fez – e a viajar pela primeira embarcação ao Recife, como peste e escandaloso veneno em qualquer Exército. E assim o dito Tapper foi mandado ao Recife na Galeota *Vledermuis*, bem como o relatório e a condenação foram enviados mandados com esses termos: “a Vossas Excelências, pelo barco do Cornélio, para que disponham deles segundo o sábio critério vosso” [H2/3].

A partir daqui, o drama transformou-se em farsa porque a Galeota *Vledermuis* fazia água, e como não podia passar a rebentação na foz do rio, viu-se obrigada a voltar a Penedo com o senhor Tapper a bordo. Estava tão carcomida que nenhum carpinteiro podia restaurá-la [I2, J1/2]. Finalmente, foi declarada pronta para a sucata [M1]. Entretanto, o advogado Heregraaf, nomeado no tribunal militar como auditor interino [H3], revelara-se incompetente para o cargo por ser tão alcoólatra como o próprio Tapper [J2]; assim, receberam no Recife o pedido de mandar para o Brasil, na primeira ocasião, um auditor perito e conhecedor dos procedimentos de um tribunal [J2]. Em nenhum lugar refere-se o seguimento da carreira do senhor Heregraaf, mas sim que Abraão Tapper se embarcou ao Recife pela segunda vez a 8 de fevereiro de 1647 para justificar sua má conduta [J1], desaparecendo dessa maneira da vista desta história.

A tragicomédia da Galeota *Vledermuis* (cujo nome significa morcego) remete-nos à pequena armada de embarcações da qual Henderson dispunha para seus contatos com o Recife e atividades pelo rio. A ela não pertenciam os navios transatlânticos como galeões e naus, porque eles não podiam manobrar num rio, mas sim os menores como barcos, caravelas, iates, galeotas e chalupas. Nas cartas, elas são mencionadas repetidamente por seus nomes e tipos [D3,E1]. Esses menores eram conhecidos pelo termo cole-

tivo de “embarcações pequenas”. Elas eram repartidas pelas autoridades no Recife pelos fortes afastados, e como sempre o presidente e seus conselheiros desempenharam-se com mesquinhez dessa tarefa: “no que se refere às embarcações pequenas, das quais Vossas Excelências afirmam não poder dispensar-se no Recife, já vejo que terei que arranjar-me com as poucas que tenho aqui, aguardando, no entanto, a grande chalupa que nos seria da maior utilidade aqui” [A2].

O Coronel Henderson tinha por obrigação mandar a cada semana uma carta com avisos sobre os acontecimentos correntes no forte, e conforme as condições meteorológicas do momento e a condição das embarcações disponíveis, ele deveria estar bem-disposto a cumprir com ela [A5]. Só que os Superiores na cidade costumavam demorar indevidamente a volta dos barcos, o que não só era motivo de irritação para o comandante, mas também causa de estagnação nas obras do forte.

Segundo a ordem recebida de Vossas Excelências, tenho-Vos mandado de tempo em tempo para lá embarcações pequenas com notícias, e não sei o que pensar do fato de Vossas Excelências tanto tempo ficarem com elas, não ignorando quanta falta elas fazem aqui para o serviço da Companhia no Rio São Francisco. Portanto não quero deixar de lembrar outra vez a Vossas Excelências de prestar atenção a este meu pedido já repetidamente feito, embora sempre dentro dos limites das possibilidades do Estado e critérios Vossos [D3]. (...) Com esta vai a última embarcação ainda dispensável sem que o trabalho aqui fique interrompido [L2].

Uma das tarefas locais era a procura das paliçadas para a restauração do forte. Essas estacas cortaram-se nas matas ao longo do rio, e transportaram-se a Penedo em barcos [G2/3]. Precisamente porque nesse tempo a inserção com terra no lado de cima da muralha estava quase concluída, necessitava-se

urgentemente dessas paliçadas para fortificar também a base dela. Era da maior importância que esse trabalho não ficasse interrompido:

No que se refere à fortificação, hoje ficaram quase terminados os últimos transportes de terra às muralhas de defesa. E agora estou ocupado de prover o forte de faxinas, tal como alguns baluartes já foram providos delas. Ainda mandarei revestir o forte quando possível com uma saia de paliçada por fora, para maior segurança [J1].

A 16 de janeiro de 1647, Henderson escrevera que já durante três meses não tinha chovido, e que a grande seca “encadeara a terra como com ferro”, com o resultado que “de vez em quando aparecem buracos na muralha, que devem ser tapados, de modo que a conservação da fortificação é quase trabalho perdido” [G1]. A 8 de fevereiro ainda não tinha chovido e terminaram-se as últimas aplicações de terra à muralha [J1]. A 18 de fevereiro, o comissário Daems advertira os Superiores no Recife que a mudança anual da monção estava perto, e que era preciso contar com ela no abastecimento do forte com víveres [K2]. Finalmente, a 27 de fevereiro as chuvas tinham começado a cair. Nessa altura, a guarnição foi confrontada com a trágica descoberta de que a terra das muralhas já não era soprada pelos ventos, senão arrastada pelas águas, de modo que outra vez deviam começar com os transportes dela para manter a altura dos muros. Tal desgraça rompeu as vontades mais férreas: “além disso, pela frouxidão da terra, a altura das muralhas desceu mais de pé e meio com a chuva caída; de modo que elas devem ser levantadas de novo e bem reformadas com paliçadas; o que outra vez nos custará muito trabalho [M1].

Assim, lê-se na última carta do dossiê Henderson. Em março, devem ter chegado à conclusão de que o prolongamento da ocupação do forte seria inútil, e em abril se realizou a partida. Em outra parte do arquivo da Companhia das Índias Ocidentais ainda seria possível encontrar alguns detalhes a respeito do êxodo, mas na essência nem é necessário conhecê-los. A Companhia foi gasta, o forte decrépito, e a guarnição desmoralizada pela crônica negligência e pelo desespero resultante. Desocuparam o lugar para que voltassem os urubus.

BIBLIOGRAFIA

BOXER, C. R. *The Dutch in Brazil 1624-1654*. Oxford, 1957.

LAET, João de. *Roteiro de um Brasil desconhecido*. Descrição das costas do Brasil. Manuscrito da John Carter Brown Library, Providence. Transcrito, traduzido e anotado por B. N. Teensma. Petrópolis: Kapa Editorial, 2007.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. *Tempo dos flamengos*. Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura norte do Brasil. Prefácio de Gilberto Freire. 4a edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

NIEUHOF, Joan. *Memorável viagem marítima e terrestre ao Brasil*. Traduzido do inglês por Moacir N. Vasconcelos. Confronto com a edição holandesa de 1682, introdução, notas, crítica bibliográfica e bibliografia por José Honório Rodrigues. Belo Horizonte; São Paulo, 1981.

WIESEBRON, Marianne L. (editora). *O Brasil em arquivos holandeses (1624-1654) / Brazilië in de Nederlandse archieven. De West-Indische Compagnie: overgekomen brieven en papieren uit Brazilië en Curaçao*. Leiden 2005.

NOTAS

¹ “The moradores of Paraíba rose against the Dutch on 2 September (1645), and at the other end of the colony the garrisons of Porto Calvo and Fort Maurits (on the river São Francisco) surrendered on 17 and 18 September, respectively. Sergipe del Rey followed suit on the 22nd, and at the end of the month the Portuguese were masters of nearly all the country between Rio Grande do Norte and the Rio Real” (BOXER, 1957, p. 172).

² “(...) although Fort Maurits, on the Rio São Francisco, was reoccupied in November (1646) by Colonel Henderson, the garrison was so roughly handled in ill-conducted sorties that the place was abandoned in the following April” (BOXER, 1957, p. 184).

³ Sobre os Tapuias/Tupis, Boxer aponta que: “From the colonists’ view-point, the Ameridians fell into two main racial divisions. The first was formed by the (for the most part) coast-dwelling Tupis, of the Tupi-Guarani linguistic family, speaking the *língua geral* or ‘common tongue’, whose various dialects were closely related, ‘like Portugues and Spanish’. The second group was formed by the more fiercely cannibalistic Tapuyas of the interior of the sertão, who were the sworn foes of the Tupis, and who spoke the *línguas travadas* or ‘twisted tongues’. Both of these groups consisted of wandering naked savage tribes who were still in the Stone Age, and who carried on fierce inter-tribal wars in which their prisoners were usually ceremonially fattened and eaten. Those of the Tupis whom the colonists had enslaved or the Jesuits had ‘reduced’ in their villages, were known – as *Índios mansos* or ‘tame Indians’. The Tapuyas had, with insignificant exceptions, resisted all attempts to enslave or domesticate them” (BOXER, 1957, pp. 18-19).

⁴ Soldados africanos serviam no Brasil tanto no exército português como no holandês. Na Bahia, Henrique Dias era conhecido pelo título honorífico “Governador dos Crioulos, Negros e Mulatos do Brasil”. Sobre os africanos no exército da Companhia das Índias Ocidentais, o historiador Gonsalves de Mello observa: “Serviram os negros desde então, ao lado dos holandeses, como soldados. (...) A muitos que prestaram leais serviços, como soldados, guias etc., foi concedida como prêmio a alforria”. E em outro lugar: “Havia, também, do lado dos flamengos, um certo capitão Antônio Mendes, que tinha sob as suas ordens uma companhia de índios tupis, mulatos e negros” (MELLO, 2001, pp. 185-204).